

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

LUÍSA MILLAN RUPP

PREFIGURANDO SISTEMAS ALTERNATIVOS DE PRODUÇÃO E CONSUMO EM
BASE ECOLÓGICA

Apoio: CAPES e SETI - PR

MARINGÁ
2025

LUÍSA MILLAN RUPP

**PREFIGURANDO SISTEMAS ALTERNATIVOS DE PRODUÇÃO E CONSUMO EM
BASE ECOLÓGICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, no Departamento de Administração, na Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Reinert do Nascimento

Apoio: CAPES e SETI - PR

ODSs Contemplados: 01, 02, 12 e 15.

**MARINGÁ
2025**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

R946p

Rupp, Luisa Millan

Prefigurando sistemas alternativos de produção e consumo em base ecológica / Luisa Millan Rupp. -- Maringá, PR, 2025.
259 f. : il. color., figs., tabs., mapas

Orientador: Prof. Dr. Maurício Reinert do Nascimento.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2025.

1. Agroecologia. 2. Economia agrícola. 3. Agricultura familiar - (Barbosa Ferraz; Mariluz, PR). 4. Sistemas alternativos de gestão. 5. Sustentabilidade. I. Nascimento, Maurício Reinert do, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 23.ed. 338.10981

ATA DE DEFESA PÚBLICA - DOUTORADO

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas, realizou-se, presencialmente e por videoconferência com os convidados externos, em conformidade com o Ato Executivo 004/2020-GRE e a Res. 003/2020-CEP, a apresentação do Trabalho de Conclusão (Tese de Doutorado), sob o título: **Prefigurando sistemas alternativos de produção e consumo agroecológicos**, de autoria de **LUISA MILLAN RUPP**, aluna(o) do Programa de Pós-Graduação em Administração – Área de Concentração: Organizações e Mercado. A Banca Examinadora esteve constituída pelos docentes: Dr. Maurício Reinert do Nascimento (presidente); Dr^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal (membra examinadora externa - Mestrado em Governança e Políticas Públicas – Unilab / Maestría en Economía Solidaria para el Desarrollo Territorial - UCC Colombia); Dr. Paulo Marcelo Ferrarese Pegino (membro examinador externo – PPGA/UEL); Dr. João Marcelo Crubellate (membro examinador do PPA); e Dr. Juliano Domingues da Silva (membro examinador PPA)

Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, a banca examinadora faz constar a(o) candidata(o) a condição de: ☐ Aprovada(o); ☒ Aprovada(o) com correções; ☐ Reprovada(o) pela Banca Examinadora. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelo coordenador e pelos membros da Banca Examinadora.

Esta ata não vale como certificado de conclusão do curso de pós-graduação em Administração. A obtenção da titulação de doutor(a) em Administração está condicionada ao depósito da versão definitiva em PDF e não editável, com todas as correções feitas e atestadas pelo orientador, com a ficha catalográfica da BCE/UEM, no prazo máximo estabelecido no regimento do Programa, de acordo com a condição de aprovação.

EM TEMPO: Houve alteração no título da tese? Se sim, descrever aqui:
PRE-FIGURANDO SISTEMAS ALTERNATIVOS DE PRODUÇÃO E
CONSUMO EM BASE ECOLÓGICA

Maringá, 3 de dezembro de 2025.



Maurício Reinert do Nascimento
(Presidente)

Documento assinado digitalmente
gov.br IVETTE TATIANA CASTILLA CARRASCAL
Data: 05/12/2025 09:16:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

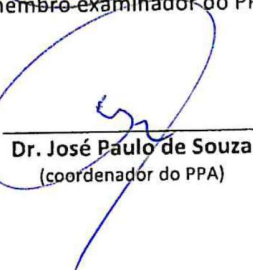
Dr^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal
(membra examinadora externa - Mestrado em Governança e Políticas Públicas – Unilab / Maestría en Economía Solidaria para el Desarrollo Territorial - UCC Colombia)

Documento assinado digitalmente
gov.br PAULO MARCELO FERRARESE PEGINO
Data: 05/12/2025 10:25:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Paulo Marcelo Ferrarese Pegino
(membro examinador externo – PPGA/UEL)


Dr. Juliano Domingues da Silva
(membro examinador do PPA)


Dr. João Marcelo Crubellate
(membro examinador do PPA)


Dr. José Paulo de Souza
(coordenador do PPA)

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Maurício Reinert, que nos anos de convivência, muito me ensinou, contribuindo para meu crescimento científico e intelectual.

Ao Prof. Dr. Jorge Leandro Delconte, pela atenção e parceria durante as atividades dos projetos de extensão. Além, aos bolsistas recém-formados Brenda e Jhonatan; e Carolline, Érica, Guilherme, Isabela, Juliane, Larissa e Letícia, alunos de graduação da Universidade Estadual de Campo Mourão (UNESPAR) pela dedicação e interesse nos projetos de extensão.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM), pela oportunidade de realização do curso de doutorado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À Secretaria de do Estado do Paraná (SETI), pelo apoio financeiro, concedido por meio do dos projetos de extensão USF.

“What point is there in development, if there is no country that can be called ‘sustainably developed’?
(Kothari *et al.*, 2019, p. XIV)

Many words are walked in the world. Many worlds are made.
Many worlds make us. There are words and worlds that are lies and
injustices. There are words and worlds that are truthful and true.
In the world of the powerful there is room only for the big and their
helpers. In the world we want, everybody fits. The world we want is
a world in which many worlds fit. [...] Softly and gently we speak
the words which find the unity which will embrace us in history and
which will discard the abandonment which confronts and destroys us.
Our word, our song and our cry, is so that the dead will no longer die.
We fight so that they may live. We sing so that they may live.
– ‘Fourth Declaration of the Lacandon Jungle’ (1996)
Zapatista National Liberation Army



A guerrilheira Juana Julia Guzmán foi representada com a declaração enfática de que "cowards don't make history" ao inspirar a organização e luta em massa de camponeses em Córdoba na década de 70. A sua história foi registrada pelo sociólogo Orlando Fals-Borda e utilizada para pesquisas ação participativas como ferramenta pedagógica para sensibilizar camponeses a se organizarem diante das transformações da modernização agrária que os forçou a abandonar a terra e a serem diaristas migrando para cidades litorâneas (Chalarka, 1985, p. 22 **apud** Rappaport, 2020, p. 2).

RESUMO

A Agroecologia aspira futuros baseados em justiça social e ecologia, desafiando o modelo agroindustrial hegemônico por meio de práticas prefigurativas enraizadas em valores morais alternativos à economia e à agricultura convencional, esses movimentos prefiguram economias alternativas ao criar e sustentar futuros imaginários situados no cotidiano das relações sociais e produtivas. O conceito de prefiguração possui múltiplas facetas e incipiência de estudos empíricos: estudar organizações alternativas e prefiguração envolve contínua práxis na academia, portanto é inerente a sua natureza política. Mas quais (redefinições) práticas econômicas, sociais e da natureza são necessárias para permitir imaginar alternativas ao modelo atual de desenvolvimento insustável e desigual? O objetivo geral da pesquisa é analisar como os produtores da agricultura familiar em base ecológica (agroecológicos e orgânicos certificados/em transição) dos municípios de Barbosa Ferraz e Mariluz, prefiguram sistemas alternativos de produção e consumo no cotidiano, reconfigurando sustentabilidade nas estruturas sociais e práticas diárias. Assim, como escolher a estratégia metodológica com a virada onto-epistemológica sobre as apropriações da produção do conhecimento? Para quem? Para quê? Como unir conhecimento popular e científico? Nesse cenário do conhecimento produzido e compartilhado, acessível a todos, optou-se pela estratégia da Pesquisa Ação Participativa (PAP), uma estratégia práxis de experimentação coletiva com a circulação e produção de novos significados e normas sociais orientadas ao futuro e de equidade na pesquisa social. A PAP com o intuito de reivindicar estruturas colaborativas busca superar e reconhecer como se envolver e entender o mundo, ao ponto em que amplia a aprendizagem e a promulgação do “futuro”. A análise dos dados obtidos junto às famílias agricultoras vinculadas à CAF e à COOPERAGRA evidencia níveis diferentes de práticas agroecológicas e prefigurativas de coprodução de conhecimento, autogestão, participação democrática e solidariedade, ao construir sistemas alimentares locais e resilientes, que dentro do capitalismo, revalorizam e regeneram práticas de economia solidária em pequena escala, ampliam a coesão social e bem-estar humano e ambiental que antecipam e experimentam elementos de economias alternativas. Contudo, ainda persistem desafios estruturais, como o endividamento, a falta de acesso a crédito e as limitações logísticas impostas pela precariedade das estradas e pela pequena escala produtiva. Essas barreiras revelam uma assimetria entre o ideal da economia solidária e sua materialização prática, marcada por tensões entre elitização do PRONAF e princípios ético-políticos de justiça social. Os resultados também demonstram que as práticas agroecológicas transcendem o campo técnico-produtivo: configuram espaços de aprendizagem e emancipação coletiva, nos quais emergem saberes locais e científicos em diálogo. Conclui-se a soberania alimentar consolidada nesses contextos estudados depende não apenas da diversificação e do manejo ecológico da produção, mas também da ampliação das redes de apoio institucional, da infraestrutura de escoamento e do fortalecimento das capacidades locais de gestão coletiva. As experiências da CAF e da COOPERAGRA demonstram que a agroecologia, quando articulada à economia solidária e à emancipação comunitária, constitui prefiguração de sistemas alimentares justos, resilientes e sustentáveis, afirmando que outro mundo alimentar possível não é utopia distante, mas prática cotidiana já em curso nos territórios vulneráveis do Paraná.

Palavras-chave: prefiguração; pesquisa ação participativa; agroecologia; alternativas ao capitalismo; circuitos curtos de comercialização

ABSTRACT

Agroecology aspires to futures based on social justice and ecology, challenging the hegemonic agro-industrial model through prefigurative practices rooted in moral values that are alternatives to conventional economics and agriculture. These movements prefigure alternative economies by creating and sustaining imaginary futures situated in the daily lives of social and productive relations. The concept of prefiguration has multiple facets and incipient empirical studies. Studying alternative organizations and prefiguration involves continuous praxis in academia. This is inherent to its political nature. However, which practices and redefinitions of economic, social, and natural practices are necessary to allow imagining an alternatives to the current model of unsustainable and uneven development? The main goal is to analyze how family farming on an ecological basis (agroecological and certified organic/in transition) in the municipalities of Barbosa Ferraz, and Mariluz, prefigure alternative systems of production and consumption in everyday life. Further, how to choose the methodological strategy with this onto-epistemological knowledge production? For whom? For what? How to unite popular and scientific knowledge? As a result, knowledge is produced and shared to be accessible to all. Thus, Participatory Action Research (PAR) fits this strategy. A praxis of collective experimentation with the production of new meanings and social norms oriented toward the future and equity in research Social. PAR claim collaborative structures seek to overcome and recognize how we engage and understand the world, to the point where it expands learning, and humbly enacts the “future”. The analysis of data obtained from farming families associated with CAF and COOPERAGRA reveals varying levels of agroecological practices and elements related to knowledge co-production, self-management, democratic participation, and solidarity. These practices contribute to the development of local and resilient food systems that, despite operating within a capitalist framework, enhance and rejuvenate small-scale solidarity economy initiatives. This, in turn, fosters social cohesion and promotes human and environmental well-being, while also anticipating and experimenting with alternative economic models. However, significant structural challenges remain. Issues such as indebtedness, limited access to credit, and logistical difficulties due to poor roads and small-scale production present barriers. These obstacles highlight the gap between the ideals of a solidarity economy and their practical implementation, which is often complicated by the elitism associated with PRONAF and its ethical-political commitment to social justice. The findings also indicate that agroecological practices extend beyond mere technical and productivity concerns; they create opportunities for learning and collective empowerment, allowing for a dialogue between local and scientific knowledge. It is concluded that achieving food sovereignty in these contexts requires not only the diversification and ecological management of production but also the expansion of institutional support networks, distribution infrastructure, and strengthened local collective management capacities. The experiences of CAF and COOPERAGRA illustrate that when agroecology is combined with the solidarity economy and community empowerment, it represents a tangible model for just, resilient, and sustainable food systems. This affirms that creating an alternative food world is not merely a distant utopia but a daily practice already taking shape in vulnerable areas of Paraná.

Keywords: prefiguration; participatory action research; agroecology; alternatives to capitalism; short circuits of commercialization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- O iceberg econômico.....	31
Figura 2 - Atores do sistema agroalimentar na transição agroecológica	43
Figura 3- Construção social de mercados	49
Figura 4- Timeline da PAP	65
Figura 5- Design da estratégia da PAP	66
Figura 6 - Lista de dimensões e critérios para análise multidimensional da agroecologia, métodos e os respectivos indicadores de ODS segundo o método TAPE da FAO.....	81
Figura 7- Itinerário para a análise de sustentabilidade de agroecossistemas segundo o método Lume.	82
Figura 8- Sede da Associação Casa da Agricultura Familiar, Barbosa Ferraz-PR.....	95
Figura 9- Sede COOPERAGRA, Mariluz-PR.....	97
Figura 10- Espaço de convivência do Assentamento Nossa Senhora Aparecida, Mariluz-PR. ...	98
Figura 11 - Mapa das atividades “Agroecologia Familiar”	99
Figura 12 – Visita a secretaria de agricultura de Barbosa Ferraz-PR.....	102
Figura 13 - Grupo de discussão em 23/10/2023, CAF, Barbosa Ferraz-PR.....	103
Figura 14- Mapa do agroecossistema do Agricultor familiar, Jeferson, CAF, Barbosa Ferraz-PR	106
Figura 15- Mapa do agroecossistema da Agricultora familiar, Márcia, CAF, Barbosa Ferraz-PR.....	106
Figura 16- Mapa do agroecossistema da Agricultor familiar, Idelson, CAF, Barbosa Ferraz-PR	107
Figura 17 - Grupos de discussão para o Mapa conceitual participativo da agroecologia, CAF, Barbosa Ferraz-PR.....	111
Figura 18 - Construção do Mapa conceitual participativo da agroecologia, CAF, Barbosa Ferraz-PR.....	112
Figura 19 - Mapa conceitual participativo da agroecologia, CAF, Barbosa Ferraz-PR	113
Figura 20 - Mapa dos pontos fortes e desafios da CAF, Barbosa Ferraz-PR	115
Figura 21- Mapa dos planos de ação da CAF, Barbosa Ferraz-PR	116
Figura 22 - Almoço coletivo de encerramento das atividades, CAF, Barbosa Ferraz-PR.....	117
Figura 23 - Grupo de discussão menores para o Metaplan na CAF, Barbosa Ferraz-PR.....	120
Figura 24- Metaplan, quem é a CAF? Barbosa Ferraz-PR	121
Figura 25- Metaplan, ações em andamento na CAF, Barbosa Ferraz-PR	121
Figura 26- Metaplan, desafios na CAF, Barbosa Ferraz-PR	122
Figura 27- Metaplan, ações realizadas na CAF, Barbosa Ferraz-PR.....	123
Figura 28 – Visita a casa do presidente da COOPERAGRA, Mariluz-PR.....	125
Figura 29 – Dinâmica participativa na visita a sede da COOPERAGRA, Mariluz-PR	127
Figura 30 - Grupos de discussão menores na visita a sede da COOPERAGRA, Mariluz-PR ...	128
Figura 31-Processo de construção do Mapa conceitual participativo da agroecologia da COOPERAGRA, Mariluz-PR.....	129
Figura 32- Continuação do processo de construção do Mapa conceitual participativo da agroecologia da COOPERAGRA, Mariluz-PR	130
Figura 33-Mapa conceitual participativo da agroecologia da COOPERAGRA, Mariluz-PR....	131
Figura 34-Grupos de discussão menores para o Metaplan da COOPERAGRA, Mariluz-PR....	132

Figura 35- Pontos fortes e desafios da aplicação do Metaplan da COOPERAGRA, Mariluz-PR	133
Figura 36- Metaplan da COOPERAGRA, Mariluz-PR.....	135
Figura 37- Metaplan, plano de ação, da COOPERAGRA, Mariluz-PR.....	137
Figura 38- Processo de validação das guias didáticas na sede da COOPERAGRA, Mariluz-PR	140
Figura 39-Oficina das guias didáticas na sede da COOPERAGRA, Mariluz-PR	143
Figura 40 - Oficina das guias didáticas, participação da agricultora, na sede da COOPERAGRA, Mariluz-PR.....	144
Figura 41- Registro do encerramento, na sede da COOPERAGRA, Mariluz-PR.....	145
Figura 42 - Oficina das guias didáticas na sede da COOPERAGRA, Mariluz-PR	147
Figura 43 - Plantio de árvores do MST na COOPERAGRA em Mariluz	167
Figura 44 - Produção agroecológica certificada de mamão em consórcio com abacaxi	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características dos municípios das organizações-alvo	74
Tabela 2- Dimensões e indicadores da agroecologia em agroecossistemas	87
Tabela 3 - Perfil dos entrevistados da COOPERAGRA	150

LISTA DE SIGLAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BA	Banco de Alimentos
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAPA	Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COOPERAGRA	Cooperativa Agrária dos Assentados do Vale do Piquiri
CPAR	Critical Participatory Action Research
CPRA	Centro Paranaense de Referência em Agroecologia
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
DAU	Dívida Ativa da União
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization
GEE	Gases de Efeito Estufa
IA	Inteligência Artificial
IDEC	Instituto de Defesa do Consumidor
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDR PR	Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
LVC	Via Campesina
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MESMIS	<i>Marco para la Evaluación de Sistemas de Manejo de recursos naturales incorporando Indicadores de Sustentabilidad</i> - Framework for the Evaluation of Natural Resource Management Systems Incorporating Sustainability Indicators
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NSGA	Núcleo Social de Gestão do Agroecossistema

ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAP	
PAPC	Pesquisa Ação Participativa
	Pesquisa Ação Participativa Crítica
PAS	Paisagem Amazônica Sustentável
PD	Pós-Desenvolvimento
PIB	
PMO	Produto Interno Bruto
	Programa Paraná Mais Orgânico
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SETI	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná
SOCLA	<i>Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología</i> – Latin-American Scientific Society of Agroecology
TAPE	Tool for Agroecology Performance Evaluation
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNESPAR	Universidade Estadual de Campo Mourão
USF	Universidade Sem Fronteiras

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	Objetivos.....	22
1.2	Justificativa	23
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	29
2.1	Pós-desenvolvimento	29
2.1.1	Críticas ao modelo de desenvolvimento	29
2.1.2	Economias diversas.....	30
2.1.3	Prefiguração	32
3	AGROECOLOGIA	42
3.1	Ciência, prática e movimento social	42
3.2	Resiliência.....	44
3.3	Mercados.....	48
3.4	Programas institucionais	52
4	ESTRATÉGIA AO ATIVISMO SOCIAL DE PESQUISADORES DA PAP	58
4.1	Pesquisa Ação Participativa.....	58
4.1.1	Design	63
4.1.2	Fases.....	67
4.2	Municípios-alvo	73
4.3	Análise de agroecossistemas	79
5	DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	92
5.1	Entrada no campo	92
5.2	Casa da Agricultura Familiar.....	94
5.3	COOPERAGRA	96
5.4	Mapa das atividades “Agroecologia Familiar”	98
5.5	Encontros a campo.....	100
5.5.1	Casa da Agricultura Familiar.....	101
5.5.1.1	Data: 14/09/2023	101
5.5.1.2	Data: 23/10/2023	102
5.5.1.3	Data: 14/12/2023	110
5.5.1.4	Data: 06/06/2024	118
5.5.1.5	Data: 27/06/2024	120

5.5.2	COOPERAGRA	124
5.5.2.1	Data: 19/10/2023	125
5.5.2.2	Data: 18/12/2023	126
5.5.2.3	Data: 22/03/2024	140
5.5.2.4	Data: 29/05/2024	143
5.5.2.5	Data: 11/06/2024	146
5.6	Dados das entrevistas	148
5.6.1	Emancipação social, econômica e política de mulheres	151
5.6.2	Protagonismo da juventude	156
5.6.3	Estrutura e funcionamento do agroecossistema	159
5.6.3.1	Acesso a terra	159
5.6.3.2	Acesso a água	161
5.6.3.3	Sociobiodiversidade	164
5.6.3.4	Produção orgânica	170
5.6.4	Construção social de mercados	171
5.6.4.1	Acesso ao crédito rural, endividamento e desigualdades no financiamento da agricultura familiar	179
5.7	Organização prefigurativa	186
5.7.1	Autogestão	186
5.8	Prefiguração política	195
5.9	Prefiguração ecológica	199
5.9.1.1	Segurança e soberania alimentar nas experiências da CAF e da COOPERAGRA	203
5.10	Participação democrática	205
5.10.1	PAP: Coprodução de conhecimento e transformação social	205
6	CONCLUSÃO	210
	REFERÊNCIAS	221
	APÊNDICE I	242
	APÊNDICE II	244
	APÊNDICE III	246
	APÊNDICE IV	247

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre o desenvolvimento sustentável tem sido utilizado por diversas perspectivas, algumas conflitantes, tal como para justificar o crescimento econômico do capitalismo. As mudanças históricas da degradação de ecossistemas, doenças e pandemias, economias disruptivas, acompanham falácias de eficiência, produtividade, segurança, lucro e controle social perpetuam monopólio para uns e miséria para a população (Escobar, 2020a; Friedrich *et al.*, 2021; Hickel; Kallis, 2020; Kallis *et al.*, 2020; Kothari *et al.*, 2019; Nelson; Edwards, 2021; Wallace, 2020). Promovem desigualdades geracionais ao colonizar o futuro com legados de dívidas, danos e instabilidade. As consequências ambientais pressionaram ainda mais a condição de vida de vulneráveis e pobres, inclusive tornando-os refugiados climáticos.

O teórico de decrescimento Giorgios Kallis afirma que o desenvolvimento sustentável e a sua reencarnação, o *desenvolvimento verde*, despolitizam antagonismos políticos genuínos entre visões alternativas para o futuro. O modelo de “desenvolvimento” que se propõe medidas verdes e inclusivas estimula tecnologias verdes que contribuem para os crescentes custos e riscos, e esse cenário não é possível ou desejável (Kallis *et al.*, 2020). Ao tornar técnicos os problemas ambientais, prometendo soluções ganha-ganha como também o objetivo impossível de perpetuar o crescimento econômico sem prejudicar o meio ambiente (Sklair, 2021).

Ainda mais mesmo que o crescimento sem fim fosse economicamente, socialmente e ecologicamente sustentável, ainda não traria a plenitude da vida humana que se busca, de trabalho digno, cooperações, comunidades solidárias e respeito a natureza. Pois com as taxas atuais de crescimento anual de 3% do Produto Interno Bruto (PIB), a economia global se tornará onze vezes maior até o final deste século, portanto, mesmo mudanças significativas em direção à produção mais limpa ainda resultariam em aumentos múltiplos nos impactos ambientais (Kallis *et al.*, 2020).

Sob o mesmo ponto de vista o conceito de economia verde fundamentado na Conferência Rio+20 do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) são esforços para melhoria do bem-estar humano e equidade social, enquanto significativamente reduziria riscos ambientais e a escassez ecológica. Entretanto, o relatório conceitualiza todos as formas vivas como *capital natural* e *ativos críticos econômicos*, essa distorção é a comodificação da vida na Terra e sua comercialização, perpetuando o modelo capitalista de crise sociais e ambientais que falha em respeitar os limites biofísicos dos recursos naturais. De forma análoga, para Brand e Lang (2019)

a economia verde e o desenvolvimento sustentável são exemplos de oxímoros, pois são utilizados para legitimar uma agenda política global que constroem significados contraditórios de interesses e estratégias para o desenvolvimento e preservação da natureza que favorecem a racionalidade capitalista de acumulação de capital e a lógica do lucro. Logo a esse significado os autores sugerem utilizar o termo *capitalismo verde*.

Ademais, emergem resistências articuladas de movimentos populares, como a Via Campesina. Essa coalização de organizações camponesas posicionou-se criticamente durante a conferência Rio+20 (junho de 2012), articulando a luta pela terra com a Reforma Agrária, Agroecologia, Educação do Campo e Soberania Alimentar como alternativas ao modelo dominante:

Exigimos a proibição total de projetos e experimentos de geoengenharia, sob o pretexto de tecnologia "verde" ou "limpa" em benefício do agronegócio (...) Lutamos pela produção sustentável de alimentos em pequena escala para consumo comunitário e local, em oposição ao agronegócio e às monoculturas para exportação. Continuamos a organizar e praticar a produção baseada na agroecologia, garantindo a soberania alimentar para todos e implementando a gestão coletiva dos nossos recursos (Campesina, 2012).

Portanto, esses movimentos não apenas contestaram o modelo hegemônico, como também propuseram alternativas sistêmicas fundamentadas em justiça social e sustentabilidade socioambiental. Diante do risco de intensificar a valorização capitalista da natureza aliado as necessidades de lucro das corporações e modo imperialista de produção e vida. E o gap das Nações Unidas em visionar uma agenda de transformação para um futuro possível, além do utilitarismo e da economia convencional, mas por valores de solidariedade, bem-estar e princípios de organização social, impele a exigência de alternativas políticas, sociais e econômicas, substituindo o atual modelo de desenvolvimento.

O enfrentamento a esse processo decisório neoliberal de produção, consumo e distribuição do sistema agroalimentar mundial, se posiciona a soberania alimentar, na qual é um conceito que se originou desse movimento transnacional da Via Campesina em 1996 e foi referendado no Fórum Mundial de Soberania Alimentar (2001):

(...) é o direito dos povos de definir suas próprias políticas agropecuárias e de alimentação, bem como de proteger e regulamentar a produção agropecuária e o mercado nacional objetivando alcançar o desenvolvimento sustentável.

Essa definição discute o início de uma governança das instituições. Já em 2007 foi completado com a autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir:

(...) a soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo (Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, 2007).

Além, foi incluído o papel da agricultura camponesa de valorização a dimensão da cultura alimentar e responsabilidade de produção mais sustentável e ecológica (Pessoa *et al.*, 2021, p. 715). Ou seja, o princípio capaz de consolidar a produção, distribuição, acesso, consumo de alimentos nutritivos, e autonomia dos povos a decidir o que plantar, quando, com o quê, e para quem, no seu território. Assim, advoga-se por uma construção de futuros baseados em justiça social e ecologia. E o que seria esse futuro? O que seria a boa vida respeitando os limites de recursos do planeta? Ademais, como promover tais práticas e quais redefinições de prática econômica, sociais, da natureza são necessárias para permitir imaginar alternativa ao modelo atual de desenvolvimento insustentável e desigual? Esses questionamentos orientaram a práxis crítica-reflexiva de teoria e prática na emergência do processo de pesquisar as organizações alternativas e prefiguração.

O antropólogo de decrescimento Arturo Escobar (2020) afirma que o pluriverso é uma alternativa ao desenvolvimento sustentável e a hegemonia capitalista, é a (re)emergência de movimentos sociais prefigurativos que experienciam práticas de resiliência e resistência aos desafios ambientais e econômicos e societários. Ao (re)politizar as práticas diárias, em encarnar críticas ao capitalismo, autoritarismo e opressão à futuros alternativos. Assim, se alinham com a prefiguração, que é uma política progressista orientada para o futuro, que tenta garantir uma sociedade justa através de uma ação estratégica (mais ou menos) consistente no presente (Boggs, 1977a). Ou seja, a prefiguração é a materialização das relações sociais, tomada de decisão e cultura política da sociedade futura desejada, de caráter anticapitalista, por meio de prática ativista presente. Nesse sentido, se tornou fundamental para a compreensão dos movimentos sociais não apenas reivindicam transformações, mas experimentam e constroem, na prática, alternativas societárias.

Alguns principais atores de mudança são como os povos originários, as comunidades locais, a sociedade civil, que articulam essas transformações mobilizando conceitos como o bem viver, ecofeminismo, ecosocialismo, agroecologia e permacultura. Por exemplo, o *Movimiento de Mujeres Indígenas por el Buen Vivir* exemplifica como etnias originárias sistematizam alternativas cosmovisuais ao desenvolvimento hegemônico (Kaul et al., 2022). Analogamente, a

Via Campesina demonstra como o desenvolvimento comunitário pode prefigurar governança global radicalmente democrática (Stout; Love, 2018). Enquanto *Ecovilas* materializam experimentações concretas de sociabilidades sustentáveis (Lockyer; Veteto, 2013). Portanto, essas experiências não representam práticas isoladas, mas políticas prefigurativas que articulam concretude a soberania alimentar como alternativas sistêmicas ao capitalismo.

A transição para uma sociedade ecológica é um desafio ético, político e técnico, e necessita simultaneamente transformar valores, poder, relações materiais, para o ambiente e seres (não) humanos. A realidade é produzida e transformada através da prática e suas intervenções abertas e/ou contestadas que decretam formas de existir e de se relacionar entidades humanas e não humanas (Centemeri; Asara, 2022). Encarnar a sua visão de sociedade futura nas suas práticas sociais diárias, relações sociais, filosofia de tomada de decisão e cultura. Esses processos inter-relacionados envolvem experimentação coletiva com a circulação e produção de novos significados e normas sociais orientadas ao futuro (Monticelli, 2018). São alternativas justas e sustentáveis pois são descentralizadas, localizadas e comunitárias.

A essa transformação alternativa envolve reorientar socioeconomias para apoiar construções colaborativas e criativas de vidas agradáveis, saudáveis, satisfatórias e sustentáveis para os diferentes contextos. Mas para possibilitar essas iniciativas de erosão do capitalismo por dentro as comunidades não são protagonistas passivos, mas atores sociais com seus projetos, capacidades e trajetórias para o que Monticelli (2022a, p. 20-21) chama de “desnaturalizar” a sociedade capitalista com a prefiguração.

Antes de avançar é necessário refletir sobre qual estratégia metodológica possibilita criar esses espaços dialógicos. Portanto, inicialmente se provocar sobre as apropriações da produção do conhecimento, para quem? Para quê? Como unir conhecimento popular e científico? Os desafios das relações de poder entre quem pesquisa e o “objeto” suscitam teorias críticas, engajamentos críticos de movimentos por justiça social e redução das desigualdades sociais, com a justiça epistêmica que tem como base a afirmação “nenhuma pesquisa sobre nós sem nós”. Tal como afirma Gaventa (1991, p. 130): “A dominação das ‘pessoas-objetos’ da pesquisa se transforma em ‘pessoas-sujeitos’, determinando os rumos da investigação científica e teórica”. Nesses termos o conhecimento é gerado e devolvido em circunstâncias controladas pelo grupo coparticipante do processo da pesquisa. Ou seja, ao contrário de “objetividade científica” e “neutralidade política” se busca engajamento.

Nesse cenário do conhecimento produzido e compartilhado, acessível a todos, optou-se pela estratégia da Pesquisa Ação Participativa (PAP). Um dos precursores dessa abordagem epistemológica, ética e metodológica é o latino americano Fals-Borda. Os métodos para coleta e análise de dados que havia apreendido durante suas titulações acadêmicas nos EUA não se encaixaram a realidade na Colômbia, assim explorou novas abordagens à sociedade em que vivia, misturando sua vida intelectual e política, culminando na PAP (Rappaport, 2020). Para ele três elementos são necessários para conduzir a PAP: a possibilidade ontológica de uma ciência popular real; a existência da possibilidade de transformar a relação entre pesquisador/pesquisado; e a necessidade de autonomia e identidade no exercício do próprio poder restituído das pessoas (Fals-Borda, 1991).

A proposta da PAP é antagonista a noção de produção de conhecimento de pesquisas tradicionais em ciências sociais que focam na observação individual e *sense-making* para mensurar o mundo externo na crença de que é possível ser independente e neutro do que observar e criar com os acurados modelos estatísticos de representação do universo em constante mudança. E mesmo que forneça uma compreensão detalhada de mundo, limita a capacidade de criar, aprender e agir ao não reconhecer o papel da criatividade, percepção e emoção humana. Ao passo em que a PAP com o intuito de reivindicar estruturas colaborativas busca superar e reconhecer como se envolver e entender o mundo, ao ponto em que amplia a aprendizagem e a promulgação do “futuro” (Bradbury, 2021).

Em seguida, já delineado a teoria e estratégia metodológica, a escolha do campo de estudo pela Agroecologia enquanto ciência, prática agrícola e movimento social com aspiração de futuro para promover o desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar. Alguns autores definem a Agroecologia como uma abordagem transcultural, participativa e orientada para a ação, assim como a nova expressão da Pesquisa Ação Participativa (Toledo, 2019) com foco na inovação científica e tecnológica baseada em práticas e conceitos interculturais de diálogo e coprodução do conhecimento. Tal como Méndez *et al.* (2017) a integração fundamental entre a PAP e a Agroecologia, mesmo que a pesquisa não se inicie com a PAP é possível evoluir para, na qual agricultores e outros atores participantes são integrados desde o desenvolvimento da agenda o que resulta em maior engajamento e alcance de melhores resultados, sendo que a escolha dos parceiros é crucial para se alcançar os resultados desejados.

A exemplo de destaque a estudos precedentes da Agroecologia e PAP em diferentes regiões e contextos, desde a experiência com produtores de pêssegos da Califórnia, que articulou práticas agroecológicas com saberes tradicionais e ação coletiva para o manejo de insetos (Dlott; Altieri; Masumoto, 1994); a rede da produção ecológica, certificação e mercados no sul da Espanha (Guzmán, Gloria I. *et al.*, 2012); a fome em produtores de café “sustentável” na Nicarágua evidenciam mesmo inseridos em mercados diferenciados, esses agricultores enfrentam insegurança alimentar, o que reforça a necessidade de políticas de extensão rural e gestão adaptadas às suas realidades (Bacon *et al.*, 2014). No Norte Global, Rice e Goldberg, (2021), analisam o movimento de agricultores judeus na América do Norte, evidenciando como a PAP pode ser mobilizada para explorar as disputas em torno do conhecimento e da identidade política no âmbito de práticas agroecológicas conectadas a éticas territoriais e culturais. Além Ohly *et al.*, (2023) em uma revisão da literatura sobre o Sul da Ásia, o papel das metodologias participativas na adaptação agroecológica em contextos marcados por desigualdades estruturais.

Essas experiências convergem ao enfatizar que a transição agroecológica exige não apenas a transformação técnica dos sistemas produtivos, mas sobretudo a reorganização das relações de poder e de conhecimento nos territórios. Tal como Ciaccia *et al.* (2019) afirmam que o avanço da agricultura industrial impõe padrões homogêneos que retiram a autonomia dos agricultores. Em contrapartida, experiências de co-inovação, como a rede de agricultores orgânicos na Itália, demonstram que processos de pesquisa colaborativa, orientados por diagnósticos territoriais, construção dialógica de protocolos experimentais e engajamento contínuo das partes interessadas, são centrais para a emergência de sistemas alimentares mais democráticos, resilientes e socialmente justos.

No caso do projeto Paisagem Amazônica Sustentável (PAS), na Colômbia, Sachet *et al.* (2023) acrescentam uma análise crítica ao evidenciar que o co-design do uso sustentável da terra requer não apenas a aplicação de métodos participativos, mas também uma atenção contínua às dinâmicas territoriais, à estabilidade socioeconômica e institucional externa, e ao engajamento dos atores locais. Os autores argumentam que o nível de participação pode variar ao longo do projeto, sendo moldado tanto por decisões internas quanto por condicionantes externos. Essa constatação revela tensões entre os princípios normativos da participação e as limitações impostas por projetos de pesquisa baseados em cronogramas e financiamentos fragmentados, o que pode comprometer a coerência e a continuidade da transição agroecológica.

Frente ao exposto, e alinhado com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) para “Ação-Transição para um Sistema Alimentar Saudável e Sustentável na América Latina” (Preiss, 2021) e a publicação da revisão da literatura sobre a transição dos sistemas alimentares (Grisa; Schneider, 2014), compreender e suscitar reflexões críticas sobre como se produz, abastece e consome alimentos, a fim de orientar a transição para processos mais saudáveis através de governança participativa para influenciar o controle social do Estado por múltiplos atores da sociedade. O delineamento de políticas que consideram não apenas o consumo, mas o processo produtivo, o contexto socioeconômico, a valorização dos povos tradicionais e iniciativas baseadas na sustentabilidade do sistema agroalimentar, aspiraram um cenário de estado harmônico nas dimensões econômica, social e ambiental no campo da agricultura agroecológica no Paraná.

Assim, a proposta desse projeto é possível através de iniciativas *bottom-up* de valorização e conexão de consumidores e produtores sobre valores culturais e sociais compartilhados, de mobilização social e valorização do campo, maior segurança alimentar e democratização de alternativas ecológicas de alimentação. Considerando o exposto acima, a questão de pesquisa que norteará essa pesquisa é: como produtores da agricultura familiar em base ecológica (agroecológicos e orgânicos certificados/em transição) nos municípios de Barbosa Ferraz e Mariluz prefiguram sistemas alternativos de produção e consumo no cotidiano?

1.1 Objetivos

O **objetivo geral** da pesquisa é analisar como os produtores da agricultura familiar em base ecológica (agroecológicos e orgânicos certificados/em transição) dos municípios de Barbosa Ferraz e Mariluz, prefiguram sistemas alternativos de produção e consumo no cotidiano, reconfigurando sustentabilidade nas estruturas sociais e práticas diárias.

Logo, para atingir esta meta geral dentro da pesquisa alguns **objetivos específicos** foram traçados:

- a) Identificar produtores que já desenvolvam produção agroecológica e/ou orgânica nos municípios-alvo do projeto, de modo a aperfeiçoar sua organização coletiva e seus processos democráticos de atuação;

- b) Promover a coprodução de pesquisa ação participativa, ao envolver os pesquisadores universitários trabalhando em conjunto com a comunidade dos produtores da agricultura familiar em base ecológica (agroecológicos e orgânicos certificados/em transição) dos municípios-alvo do projeto;
- c) Propor ações com vistas a melhorar a eficiência de gestão dos produtores (controles produtivos e financeiros, precificação, apuração de resultados e outros), considerando as necessidades mapeadas na PAP e as competências presentes nas entidades proponentes do projeto.

1.2 Justificativa

O Brasil enfrenta simultaneamente crises interconectadas que demandam transformação urgente do sistema agroalimentar. Frente a crise ambiental, a agricultura industrial brasileira é responsável por aproximadamente 28% das emissões de gases de efeito estufa nacionais, concentrada-se em monocultura de commodities exportáveis (soja, milho, cana-de-açúcar) que degradam solos, contaminam água e causam perda massiva de biodiversidade. A crise climática já impacta produtividade agrícola através de secas, enchentes e eventos climáticos extremos, a exemplo da maior enchente histórica no Rio Grande do Sul (ANA, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, 2025). Apesar de ser potência alimentar global, o Brasil enfrenta a fome, em 2022 aproximadamente 33 milhões de brasileiros viviam em insegurança alimentar grave, dois anos após e sobre condução do governo Lula, foi retirado 26,5 milhões de pessoas da situação de fome (MDS, 2025). Tal resultado expressivo foi possível após um conjunto de iniciativas e a atuação de Câmaras e Conselhos de multiníveis, a exemplo no âmbito rural de apoio a agricultura familiar com o PRONAF, plano Safra, e no âmbito urbano a exemplo do Brasil Sem Fome tem a Estratégia Alimenta Cidades e a criação de indicador municipalizado de risco de insegurança alimentar. Esse cenário se contrapõe ao perfil de exportação de alimentos sob lógica de lucro ao invés de nutrir sua população, comunidades rurais enfrentam êxodo agrícola, concentração fundiária, e perda de conhecimentos agroecológicos tradicionais.

Diante desse panorama, evidencia-se outra crise na forma de produção de conhecimento, particularmente no modelo hegemônico de extensão rural brasileiro. Historicamente orientado pela transferência linear de tecnologias de matriz industrial, esse modelo mostra-se insuficiente para

lidar com a complexidade social, ecológica e política exigida pelos processos de transição agroecológica. Persistem lacunas na articulação entre o conhecimento científico, os saberes-fazeres camponeses e os conhecimentos indígenas, ao mesmo tempo em que as universidades, em grande medida, permanecem distanciadas das lutas concretas vividas por agricultores familiares e movimentos sociais no campo.

Simultaneamente a esse cenário de colapso, multiplicam-se no Brasil iniciativas de base que prefiguram sistemas agroalimentares alternativos, redes de circuitos curtos de comercialização, transições agroecológicas, agricultura do campesinato, conselhos de segurança alimentar, práticas de degrowth (compra coletiva, hortas comunitárias, banco de sementes). Essas iniciativas existem, crescem, e acumulam conhecimento prático e teórico. Contudo, há necessidade de captar empiricamente como elas funcionam, quais são seus limites reais, como se articulam entre si, ou se possuem potencial transformador sistêmico. A maioria existe em invisibilidade, sem documentação, divulgação científica e comunitária.

A urgência não é meramente acadêmica, mas a transformação do sistema agroalimentar deve ocorrer em uma escala e velocidade sem precedentes para enfrentar as mudanças climáticas, fome e polícrises, e carece de evidências empíricas detalhadas sobre quais estratégias funcionam, em que condições e a que custo. Essa lacuna produz efeitos significativos, pois gestores públicos carecem de evidências consistentes para formular políticas de apoio; movimentos sociais operam, muitas vezes, sem instrumentos analíticos para refletir criticamente sobre suas próprias práticas; e a academia deixa de dialogar com fontes vivas de inovação institucional e produção de conhecimento. O custo dessa ausência é elevado, na medida em que recursos escassos (políticos, financeiros e cognitivos) podem estar mal distribuídos, comprometendo o fortalecimento e a ampliação de alternativas em curso.

Embora a literatura sobre prefiguração e agroecologia forneçam estruturas teóricas avançadas, permanecem lacunas teóricas e empíricas significativas na produção de conhecimento, na prefiguração ecológica e a organização prefigurativa. Investigar como essas alternativas são construídas, sustentadas e disputadas no cotidiano, especialmente nos contextos do Sul Global. Essa tese compreende a prefiguração como processo situado, atravessado por relações de poder, estrangulamentos materiais, mediações institucionais e práticas organizativas concretas. Nesse sentido, justifica-se a necessidade de investigações empíricas que acompanhem, de forma

longitudinal e participativa, as dinâmicas reais de iniciativas agroecológicas de circuitos curtos de comercialização.

Inicialmente, a escolha pela produção de conhecimento participativo é através da PAP que como estratégia metodológica possibilita a virada onto-epistemológica de como o conhecimento agroecológico é coproduzido entre agricultores, cooperativas, movimentos sociais e universidade. Reconhecer o contexto específico do Sul Global em que as estruturas de poder são distintas, como o colonialismo persistente, diferentes relações estado-sociedade e de capacidades estatais. Portanto, estudos devem questionar como criar transições agroecológicas justas que proporcionem meios de subsistência dignos e abordem as desigualdades de gênero, raça e colonialismo. Essa pesquisa aborda os processos históricos distintos, como as lutas pela terra, a soberania alimentar para enfrentar a propensão a universalização teórica de contexto do Norte global que reproduz violência epistêmica.

Há incipiência de estudos etnográficos ou PAP estudos de cortes longitudinais de longo período que documentam e acompanham como a prefiguração funciona em sistemas agroalimentares brasileiros, e quais são as suas particularidades contextuais, como lutas históricas por terra e conhecimento agroecológico campesino modificam a teoria prefigurativa à medida que enfrentam restrições institucionais, conflitos internos e pressões externas. Sem documentação longitudinal não é possível avaliar as necessidades reais de mão de obra, trajetórias de renda, mudanças nas práticas agrícolas e ecológicas às dinâmicas de redes sociais.

O Brasil possui vasta experiência de agroecologia campesina (comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, agricultores familiares), mas este conhecimento é invisibilizado academicamente. Tal como movimentos sociais como MST e MIQCB (Mulheres Indígenas, Quilombolas e Camponesas do Brasil) possuem décadas de conhecimento prático que carece de ampla sistematização documentada em formas acadêmicas e de divulgação comunitária.

Outra vertente são as políticas públicas e a sua tradução, há necessidade de mapear os processos e articulações de políticas públicas na agricultura familiar, com documentação detalhada dos momentos em que as iniciativas prefigurativas se traduzem em mudanças políticas, reformas institucionais ou coordenação mais ampla do movimento. A exemplo das políticas nacionais da agroecologia e agricultura familiar, políticas de crédito agrícola, da reforma agrária, o PNAPO, o PLANAPO, o PRONAF, o PNAE, o PAA, necessitam de base empírica e consolidação de dados.

Documentar se as iniciativas mantêm visão radical ou sofrem cooptação, se a prefiguração se traduz em mudança duradoura ou permanece performativa.

Já a dimensão da produção de conhecimento em sistemas alimentares, há necessidade de identificar desafios críticos para a teoria, seja os mecanismos, barreiras e resultados, os seus déficits teóricos e empíricos (Schiller-Merkens; Machin, 2023). A produção de conhecimento deve incluir vozes marginalizadas por marcadores de opressão, para ir além de estudos que a endereçam por apelos genéricos de inclusão.

Ao analisar as relações entre agricultores e conhecimento, Stout e Love (2018) destacam a aprendizagem entre agricultores como uma prática prefigurativa que desafia a extensão rural conduzida por especialistas. No entanto, carece de pesquisas empíricas sistemáticas sobre como diferentes modalidades de transmissão de conhecimento (aprendizagem horizontal entre pares, experimentação liderada por agricultores, pesquisa acadêmica, conhecimento indígena) se combinam em diferentes contextos. Assim como investigar as assimetrias de poder na deliberação, a referência e a troca de conhecimento nos sistemas agroalimentares não é neutra. Alguns participantes detêm a legitimidade, enquanto outros são marginalizados. Então, são incentivados estudos empíricos que captem e documentem como o poder atua nessas redes específicas e quais intervenções interrompem essas dinâmicas.

Com base em Schiller-Merkens e Machin, (2023), esta tese justifica a necessidade de estudos empíricos ao evidenciar que o conhecimento alimentar produzido em espaços coletivos é fundamentalmente incorporado, habitual e situado, enraizado em experiências vividas, tradições familiares, práticas culturais e na materialidade sensível do alimento, mas permanece pouco compreendido em termos de como — e se — pode ser traduzido para arenas políticas dominadas por linguagens abstratas, tecnocráticas e racionalistas sem sofrer diluição. Além disso, há uma lacuna crítica entre a produção desse conhecimento em espaços participativos, como fóruns e comitês de políticas públicas, e sua assimilação institucional, em como as hierarquias informais operam na governança alimentar. Sendo que quando há presença de agentes estatais, a tradução em políticas tende a ser seletiva e empobrecida, orientada pela busca estatal por alternativas menos disruptivas. Assim, essa incipiência de investigações empiricamente, limita a compreensão dos mecanismos concretos de mediação, tradução e esvaziamento político desse conhecimento, reforçando a relevância de pesquisas que acompanhem, no cotidiano, as tensões entre prefiguração, institucionalização e mudança efetiva.

Sobre a prefiguração ecológica e a agência humana e não humana, embora Ehrnström-Fuentes e Biese (2023) argumentem que a prefiguração envolve o entrelaçamento com não-humanos (solo, sementes, animais), mas a pesquisa empírica sobre como os processos de transformações socioecológicas são concretizadas é escasso. Ademais, como as mudanças climáticas e a degradação alteram as possibilidades prefigurativas em contextos específicos (semiárido, Cerrado, Amazônia, Mata Atlântica, urbano).

As pesquisas em organização prefigurativa podem avançar em como os movimentos sociais de organizações não estruturadas que rejeitam escala e oligarquia, lidam com os desafios de coordenação e tomada de decisões, há o risco de reprodução de hierarquias (Laamanen; Bor; den Hond, 2019), há riscos recorrentes de concentração de poder, reprodução de desigualdades e esgotamento dos participantes (Clarence-Smith, 2023), então quais práticas previnem isso? Além de, dificuldades para sustentar a participação no longo prazo sem mecanismos coercitivos, explicar como equilibram os "acordos políticos parciais" (Feola, 2025) em movimentos alimentares e mantêm objetivos radicais enquanto fazem concessões institucionais e sem perder a autonomia. Bem como de análises das conexões sistêmicas (financiamento, apoio institucional, reconhecimento legal) viabilizam ou cooptam iniciativas prefigurativas. Casos de fracasso, como redes regionais de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) (Bonfert, 2023), reforçam a necessidade de pesquisas longitudinais, metodologias participativas e comparativas que identifiquem quais arranjos organizacionais e mecanismos antioligárquicos permitem que a prefiguração vá além da performatividade efêmera e se traduza em reprodução social e mudança duradoura.

Portanto, ao articular a pesquisa PAP sobre prefiguração, agroecologia e sistemas agroalimentares busca enfrentar essa desconexão teórico-empírica, de teorias sofisticadas, mas documentação empírica limitada; do silenciamento de práticas brasileiras do Sul Global invisibilizadas; de incipiência sobre particularidades contextuais (colonialismo, Estado, relações de poder) específicas do Brasil; as lacunas sobre tradução conhecimento em política, ou seja, como conhecimento participativo se torna/não vira política pública; falta de pesquisa sobre relações de poder, mesmo em espaços participativos, o poder está presente, mas pouco documentado; e como iniciativas permanecem radicais em longo prazo. Essas lacunas não são apenas acadêmicas, são políticas. Porque falta documentação, assim movimentos perdem memória de próprias práticas, além, falta teorização de conhecimento de povos tradicionais e originários, que permanece

invisibilizado; falta comprovação empírica de que políticas públicas ignoram agroecologia/soberania alimentar; faltam estudos decoloniais.

Pesquisar prefiguração, agroecologia e sistemas alimentares no Brasil é pesquisar transformação social em contexto de colonialismo persistente, desigualdade, violência. É pesquisar de forma que honre décadas de luta de movimentos sociais, comunidades indígenas, mulheres camponesas que já praticam prefiguração, autogestão, deliberação coletiva, solidariedade. As lacunas identificadas não são defeitos técnicos a serem corrigidos. São oportunidades que essa pesquisa busca enfrentar com rigor científico e solidariedade, que pode contribuir à transformação que movimentos já estão criando.

Essa tese segue a seguinte estrutura, inicialmente, apresenta-se o referencial teórico com a teoria do pós-desenvolvimento e sua perspectiva radical ao modelo de desenvolvimento, discutindo o conceito de economias diversas, organizações alternativas, e a prefiguração. Para assim, entrar no campo da agroecologia enquanto ciência e as características do mercado de orgânicos. Após, é apresentado a metodologia a ser aplicada com a PAP seguido de seus pressupostos teóricos, design da pesquisa e fases desse processo reflexivo. Em síntese, esse trabalho propõe um conceito de prefiguração para a agricultura familiar paranaense agroecológica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico esboça o encontro da tentativa de fugir de um projeto de um sistema fechado, homogêneo, absoluto, com a busca por iniciativas e protagonismo de novos imaginários que conferiu interesse acadêmico aos sistemas alternativos ao capitalismo. Assim, desconstruir o caráter essencialista do capitalismo nas formas de organização, produção e distribuição econômica. Na tentativa de aproximar teorias sociais, econômicas e ecológicas com os pontos de vista do mundo de pluralidade de fatores heterogêneos das práticas prefigurativas em ambientes em base ecológica.

2.1 Pós-desenvolvimento

2.1.1 Críticas ao modelo de desenvolvimento

A teoria do Pós-Desenvolvimento (PD) é uma crítica radical ao conceito de desenvolvimento. O modelo ocidental de desenvolvimento como progresso produz classificação hierárquica de países por índices econômicos e sociais, e reforça a noção estatística de constructo de crescimento e adequação comparativa em um único modelo de “evolução social”. Assim, a PD possui uma perspectiva decolonial, pois se opõe ao discurso hegemônico imperialista, unilateral, de antropocêntrica expansão do capitalismo que intensifica as assimetrias entre o centro econômico global e suas periferias. Nesse sentido, ela desafia a xenofobia, globalismo tecnocrático, corporações transnacionais do setor privado e o Estado com posições discursivas de desenvolvimento monoculturais como modelos de consumismo e padrões culturais dominantes (Kothari *et al.*, 2019).

Os teóricos pós-desenvolvimento como Arturo Escobar e Ashish Kothari exploram a crise do desenvolvimento por seus limites de crescimento de um modelo que leva a insustentabilidade do planeta Terra para a sobrevivência dos seres vivos. E advogam por uma transformação socioecológica, em que só pode ocorrer se antes houver uma transição epistemológica e ontológica, de modos de pensar, modos de viver, modos de sentir, e outros conhecimentos a serem explorados. Escobar (2005) questiona como ver a realidade social de forma que possam permitir detectar

elementos diferentes não redutíveis as construções do capitalismo e da modernidade e que mais ainda possam servir como núcleos para a articulação de práticas sociais e econômicas alternativas?

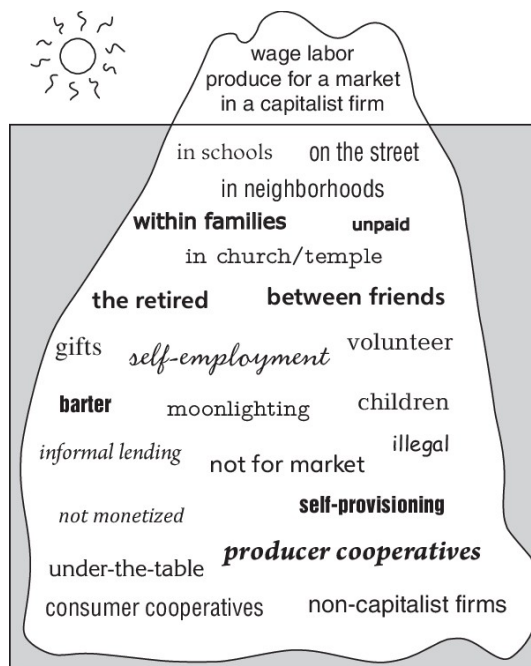
Assim como no campo da geografia dos estudos pós-estruturalistas e feministas de Julie Graham e Catherine Gibson (identidade de Graham-Gibson) tecem críticas a globalização por sua visão capitalcêntrica que suprime outros desenvolvimentos que não o sejam, e implica a violação e morte de outras formas de economia não-capitalistas (Gibson-Graham, 2006, p. 125).

Arturo Escobar desvela o conceito moderno de desenvolvimento como instrumento de dominação e expõe seus principais mecanismos de operação: primeiro, a divisão entre desenvolvimento e subdesenvolvimento; em segundo lugar, a profissionalização de especialistas em problemas e desenvolvimento; e por último a institucionalização do desenvolvimento através de uma rede de organizações nacionais, regionais e internacionais. Portanto, o autor entende alternativas de desenvolvimento como desenvolvimento não alternativo. Ou seja, se rejeita o conceito de desenvolvimento. Além disso, a teoria do PD representa iniciativas transformadoras que honram visões multiculturais como o conceito de pluriverso “um mundo onde cabem muitos mundos” (Escobar, 2020a, p. 74). Por exemplo, ao se engajar em práticas locais alternativas que mesclam territórios, política e civilização para enfrentar problemas que vêm de um chamado “Terceiro Mundo” para um desenvolvimento mais sustentável. Ou seja, redefinições de significados e práticas de economia e relações sociais, que permitam imaginar alternativas para o modelo capitalista de desenvolvimento de práticas ecológicas que não são sustentáveis e socialmente desiguais.

2.1.2 Economias diversas

O conceito de economias diversas (Gibson-Graham, 2010) é ilustrado através da versão pedagógica de um modelo de iceberg (Figura 1- O iceberg econômico). Acima da linha da água representa a economia formal, sendo uma pequena parte das atividades de produção, troca e distribuição de valores, ex. trabalho assalariado, troca de mercadorias e empresas capitalistas. E abaixo da linha da água, metaforicamente um cenário menos visível, são representadas as economias alternativas, como, informais, de subsistência, do cuidado, de doação, setores voluntários, empreendedores sociais, comunitárias, cooperativas e outras não tradicionais.

Figura 1- O iceberg econômico



Fonte: Gibson-Graham, (2010)

Segundo Gibson-Graham (2010) a economia de comunidade é um framework de economia diversa que busca desconstruir as representações econômicas centradas no capitalismo, para desenvolver diferentes narrativas do desenvolvimento econômico e produzir representações de identidades. Essa forma de conhecimento propõe abertura e inclusão de pessoas, para além de pesquisadores acadêmicos, assim em pesquisa participativa desde o processo de categorização de quem e o que constituem e contribuem para a economia.

Nesse sentido, essa aproximação gera discussão para novos arranjos econômicos imaginários, e estratégias para a sociologia econômica problematizar os significados culturais e sociais enraizados em organizações. Como também fomentar reflexões de ativistas, economistas com foco local, agências de desenvolvimento econômico, e terceiro setor. Essa heterogeneidade de economias diversas envolve diferentes tipos de transação e de comensuração, diferentes formas de remunerar o trabalho, formas alternativas de organização, produção, apropriação e distribuição, na qual a acumulação privada não é o núcleo central.

Nesse sentido, as economias alternativas em uma perspectiva pós-desenvolvimento são possíveis através das políticas e práticas de prefiguração. Se afasta de um modelo universalista de

desenvolvimento sustentável para alternativas pluriversais ao desenvolvimento sustentável. Formados por iniciativas transformativas (autonomia, transição civilizatória, solidariedade popular, democracia ecológica radical) com ação política e múltiplas práticas ao bem-estar comum.

2.1.3 Prefiguração

Carl Boggs foi o primeiro a formalizar o termo política prefigurativa, em 1977 quando escreveu sobre estratégias de controle dos trabalhadores nos Estados Unidos. O autor destacou as necessidades de estruturas democráticas, locais e coletivas para uma visão de políticas estratégicas socialistas a um “mundo melhor”, através da “incorporação, dentro da prática política em curso de um movimento, daquelas formas de relações sociais, tomada de decisão, cultura e experiência humana que são o objetivo final” (Boggs, 1977a, p. 100). Já no artigo também do mesmo ano, Boggs escreve sobre o dilema estratégico que o movimento de esquerda enfrenta para combinar duas distintas tarefas: “instrumental, que inclui sobretudo a luta pela conquista e manutenção do poder político [através do Estado]; e o prefigurativo, que expressa os fins últimos do próprio processo revolucionário: auto emancipação popular, relações sociais e de autoridade coletivas, democracia socialista” (Boggs, 1977b, p. 359).

Políticas prefigurativas são princípios fundamentais à transformação social holística e por essa visão ontológica e epistemológica é diferente da política convencional (Monticelli, 2021). A fim de evidenciar orientação futura para construção de alternativas políticas estratégicas imbricadas em práticas diárias a antecipar ou representar algo que acontecerá no futuro, com objetivo de ação política, de valores e processos de movimentos sociais.

Para Dinerstein e Pitts (2022, p.101) a prefiguração é o processo coletivo de condução das contradições da relação do capital em lutas específicas, historicamente contextualizadas, que hoje giram principalmente em torno de questões de reprodução social. Assim para os autores prefiguração não é apenas resultado do processo orientado ao futuro preterido, mas fundamentalmente resultado de lutas históricas contra o capital. A sociedade alternativa pós-capitalista deve ser prefigurada na aliança entre trabalho, alimento, cuidado, terra e moradia, assim possui mais recursos para explorar diferentes formas da reprodução social da vida.

Além, Brissette (2016) critica os teóricos que reduzem a natureza do conceito de prefiguração apenas aliada às estruturas estatais. Ela argumenta para resistir a reificação do Estado em Marx, e não substituir uma abstração por outra. Ao pensar um conceito de política mais amplo, não exógeno a sociedade, porque quando se exterioriza a liberdade é que se aliena uns aos outros, mas de reconstituir coletivamente nas experiências de criar novas relações sociais, novas formas de tomada de decisão e novas formas de organizar a produção, distribuição, que reconfigura o exercício de poder. Esse movimento é presente na natureza política de movimentos prefigurativos e no próprio processo de constituição da vida coletiva voltada para o futuro, mas no presente.

O livro recém lançado “*The Future is Now: An introduction to prefigurative politics*” de Monticelli (2022) evidencia pesquisas de alternativas ao capitalismo do séc. XXI, sobre a necessidade de mudança social progressiva no caminho da política prefigurativa, de reimaginar e refazer a vida social. A noção de política prefigurativa é entendida por diversas visões: prática de movimentos sociais que encarnam, no aqui e agora, a sociedade futura que desejam' (Piccardi, cap. 11); com 'o alinhamento de meios e fins' (Laamanen, cap. 13); em termos 'as tendências do futuro (o Ainda não)' (Dinerstein e Pitts, cap. 6); ou como 'um repertório de ação política que apresenta uma forma diferente de resistência: discordar através do fazer' (Traganou, cap. 10).

Ao compreender as interconexões das diversas noções de prefiguração e as temáticas que ocupam a prática estratégica de alternativas ao sistema atual que se buscam não no sentido de objetivos predeterminados, mas de um processo aberto estratégico que se reforça na prática. A dinâmica processual dessa tal qual a metodologia da pesquisa ação participativa são de objetivos de ação direta e política emancipatória e mais inclusiva. A prática é essencial, pois é através da experimentação histórica e socioecológica de novas instituições, processos decisórios e modelos de organização, representam laboratórios emergentes e pluriversais dentro do antigo sistema na qual se opõe.

Monticelli (2018) apresenta uma teoria sobre movimentos sociais prefigurativos. Ao se ter atores envolvidos em práticas atuais para criar um futuro pretendido, pode-se elucidar o desejo social e político futuro de como traduzem em formas alternativas de fazer, pensar e organizar na qual se engajam. É através desse trabalho prefigurativo que contribui para as transições para desenvolvimento sustentável. Ao incorporar seus objetivos finais e sua visão de uma sociedade futura nas práticas sociais contínuas, nas relações sociais, na filosofia de tomada de decisão e cultura, essas são as provas dessa alternativa. Assim, o conceito de política prefigurativa é

componente fundamental e necessário de qualquer estratégia política destinada a transcender o capitalismo contemporâneo, uma vez que concebe a mudança social progressiva de maneira ontológica e epistemologicamente diferente em movimentos sociais.

Para além, teóricos questionam o conceito de política prefigurativa sobre a sua eficácia e o seu papel para a estratégia do movimento social à transformação, ao afirmarem que são politicamente ingênuos, ineficazes, apolíticos e sem estratégia. Porém, o artigo de Yates (2020) rebate e relaciona a cronologia sobre o conceito de políticas prefigurativas e a literatura de estratégia aplicado a três elementos: reprodução, mobilização e coordenação. Ou seja, o autor defende que a reprodução de movimentos sociais é estrategicamente significativa enquanto a coordenação desses movimentos pode assumir várias formas prefigurativas. As transformações de movimentos sociais são permeadas de diferentes processos que são latentes, invisíveis, sob teorizados, tanto no grupo de ativistas como de acadêmicos. Assim, a discussão de Yates (2020) vai além do que se a prefiguração é estratégica ou não, mas como diferentes projetos e prioridades “estratégicas” são negociados dentro dos movimentos, e com que efeito; como as interações com oponentes e aliados levam a mudanças nas prioridades e projetos estratégicos; e como e onde combinam elementos estratégicos que foram bem sucedidos para o movimento.

Assim nessa virada da abordagem ontológica e epistemológica decolonial da prefiguração com a PAP, significa reconhecer múltiplos conhecimentos, das assimetrias de poder do Norte Global e Sul Global (Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, 2014), questionar os valores e visões do que seria a “melhor vida” da supremacia centrado no pensamento ocidente. Sara Motta (2021) evidenciou esse clamor por uma visão epistemológica de decolonização da crítica do século XX, incentivando sua abertura a múltiplos saberes, múltiplos sujeitos de saber e múltiplas práticas de criação de conhecimento.

Assim, o argumento é fundamental e necessário a contribuição para uma agenda progressiva política, com elementos emancipatórios, radicais e decoloniais presentes em políticas prefigurativas para metodologia de pesquisa ação participativa. Ao debate de transformação social através de elemento radical, emancipatório e decolonial, são naturezas capazes de modificar a forma de vida, a existência da vida humana.

Para tal, só é possível ao compreender o capitalismo como forma de vida e não apenas sistema econômico, a transformação deve acontecer nos níveis interconectados: culturais, econômicos, políticos, individuais e espirituais. Tal como afirma Jaeggi (2018) a economia não

está separada da sociedade, mas são práticas que constituem junto a cultura social e práticas pessoais, formas de vida. E exatamente por esse entendimento de reprodução de práticas que é possível pensar diferentes alternativas de práticas de base da vida capazes de ruptura interna ao capitalismo, pelo processo de mudança através de necessidade humana, hábitos, crenças, organizações e instituições.

Nesse sentido, a política prefigurativa é importante para desenvolver tanto sujeitos coletivos com capacidades, necessidades e consciência crítica necessária para a transformação da sociedade. Por meio da educação, experiências coletivas, chegar a autodeterminação cooperativa, desenvolvem-se capacidades organizativas e políticas necessárias à construção de uma sociedade radicalmente livre e democrática, bem como motivações éticas e materiais que impulsionam o engajamento contínuo nessa construção, e para a produção de uma consciência crítica enraizada na experiência cotidiana. Ao articular ação, aprendizado e organização no presente, a política prefigurativa conecta meios e fins, convertendo práticas concretas em fundamentos vivos de projetos societários alternativos. (Raekstad, 2018).

Diante dessa multiplicidade, e considerando a prefiguração pela visão pedagógica Piccardi (2022) investigou em Rojava no Curdistão, norte da Síria, a atuação do Movimento de Liberdade Curdo da práxis da libertação das mulheres. Ao encarnarem ações no presente de uma sociedade futura, com práticas de descolonização, emancipação socioecológica na despatriarcalização da sociedade, o foco foi na libertação das mulheres dos papéis de gênero, recuperando o conhecimento e as suas memórias, construindo formas de vida comunitárias e desconstruindo masculinidades dominantes.

Políticas prefigurativas são formas alternativas de organização de troca econômica, com princípios de autonomia, solidariedade e responsabilidade. Mas não são exclusivas de movimentos sociais e sociedade civil, tal como Schiller-Merkens (2022) afirma são prefigurativas também: as redes de abastecimento comunitários, cooperativas, ecovilas, comunidades de decrescimento solidárias e autossuficientes, comunidades ecológicas e empreendedores individuais. Essas são a prova de que a transformação social é possível. As economias alternativas também são prefigurativas quando sua estrutura é democrática por tomada de decisão baseada em assembleia e orientada por consenso, participação direta, deliberação coletiva e organização horizontal. As práticas que incorporam discursos morais de igualdade, democracia, comunidade e sustentabilidade, mesmo que utopias ou contraditórios e complexos são viáveis às organizações

prefigurativas. A transformação social da economia destaca a importância de atores que reproduzem formas alternativas de organizar as trocas econômicas em suas práticas cotidianas e, assim, prefiguram uma economia alternativa.

Teóricos críticos à aceleração do capitalismo argumentam por alternativas de decrescimento, mais localizadas e ecológicas, em direção a projetos antiautoritários, horizontais, de organização participativa baseada em redes (Schiller-Merkens, 2022; Yates, 2020). Assim, a partir do conceito de ecotopia, a escrita, pensamento e ação utópicos em que os problemas ambientais são centrais (Pepper, 2005). Mas para o autor essas iniciativas são reformistas ao invés de estimular nível macro, não tem potencial de transformação social. Contudo, para Lockyer e Veteto (2013, p. 6) ecotopia é um movimento que articula e implementa estratégias alternativas ao desenvolvimento, com preocupações morais de justiça e sustentabilidade ao lidar com as complexidades da diversidade biocultural, desigualdade de poder e violência estrutural. Como também visa criar redes globais, mas que mantém o foco nos meios de subsistência locais sustentáveis. Há exemplos a nível local como o bioregionalismo, permacultura e ecovilas. A permacultura, é um método fundamentado na ética para visão bioregional em prática. Já as ecovilas são comunidades intencionais de design integrativo, economia local em rede, estrutura cooperativa, propriedade comum, tomada de decisão participativa e metodologia da permacultura para minimizar a pegada ecológica e promover vida mais sustentável (Centemeri; Asara, 2022). Ou seja, a prefiguração ecológica busca construir localmente economias sustentáveis e responsivas, a exemplo também de circuitos curtos de comercialização de alimentos, experimentos de produção em agriculturas alternativas e comunidades intencionais.

A práxis crítica-reflexiva inspira o engajamento direto e ações concretas com potencial transformador, mas não totalmente antecipado pois é medido através das ações concretas. A transição para uma sociedade mais ecológica, passa por uma transformação social no discurso e prática. Assim, é um desafio aos pesquisadores sociais estimular a reflexividade, pois é um experimento de estratégias e imaginários dos movimentos sociais. Como também eles são desafiados por suas práticas e métodos a se adaptar ao foco de estudo a serviço do objetivo fundamentalmente ecotópico da sustentabilidade.

Mas ainda existem vias de investigação abertas, tal como destaca Escobar (2022): a política prefigurativa como emergente e pluriversal pode ser organizada? Como articular as estruturas práticas diárias, estratégicas e tarefas da organização no momento concreto de ação e mobilização?

Como é que se significa o sucesso e fracasso desses movimentos? Considerar esses questionamentos à virada onto-epistemológica, a maneira como se conhece o que existe, reivindicação de múltiplas ontologias de mundos, o autor alerta para desaprender ativamente as ontologias de separação que moldam os corpos e mundos, o antropocentrismo, secularismo e eurocentrismo, para assim se adentrar em investigações de políticas de prefiguração.

Michel (2024) fez uma revisão do livro *Food Politics, Activism and Alternative Consumer Cooperatives* (Oba; Özsoy, 2023a), que aborda reimaginar sistemas alimentares e democracia, as alternativas de consumo em face ao neoliberalismo, esse vem sistematicamente privilegiando grandes corporações agrícolas e marginalizando pequenos produtores rurais. Entretanto, a autora critica as discussões do livro desses espaços prefigurativos, de experimentação ativa em democracia direta, governança não hierárquica e práticas solidárias, por não incluir grupos desfavorecidos de classe baixa, especialmente na área urbana. Há a chamada da inclusão de classes e grupos marginalizados para a discussão da democracia alimentar, redes alimentares alternativas e condições de trabalhos alternativos, em cooperativas de consumo alternativas.

Nesse sentido, essa tese no contexto brasileiro se contrapõe pelas experiências alternativas de movimentos sociais de base do sistema agroalimentar brasileiro baseado nos pequenos agricultores da agricultura familiar. Alguns estudos sobre a relação entre a prefiguração e agroecologia exploram a partir de diferentes contextos empíricos e referenciais teóricos, de iniciativas locais urbanas a estado e governança global, convergem em considerar a prefiguração como uma estratégia central para imaginar e praticar alternativas ao capitalismo agroalimentar dominante. Assim, a prefiguração não é antecipação do futuro, mas se manifesta na prática material e simbólica já presente em instituições, redes e subjetividades. Ela permite que experiências agroecológicas encarnem no presente elementos de sociabilidades e arranjos organizacionais que se direcionam para horizontes pós-capitalistas, evidenciando sua relevância como ferramenta política e epistemológica.

As análises também revelam tensões e condições fundamentais para que tais processos se consolidem. Dale (2021b) quanto Feola (2025) e Bonfert (2023) destacam os riscos de cooptação estatal, falha de redes e prevalência do incrementalismo, mas reconhecem que a transformação exige navegar em contradições estruturais. A dimensão pedagógica em Dale (2021a), Tornaghi e Dehaene (2020), Stout e Love (2018) argumentam que práticas pedagógicas e epistemologias alternativas são necessárias para consolidar contra hegemonias. Já Bowness et al. (2024) e

Tornaghi e Dehaene (2020) enfatizam que enfrentar legados coloniais e desigualdades estruturais é condição para que a agroecologia não seja apenas técnica, mas de fato emancipatória. Ehrnström-Fuentes e Biese (2023) deslocam o foco para a esfera da vida pessoal e relacional, introduzindo o conceito do ato de (des/re)crescer como prática prefigurativa, evidenciam a dimensão subjetiva e ontológica da prefiguração, enraizada no lugar e nas ecologias locais.

Bowness et al. (2024) analisa agricultores individuais não convencionais nas pradarias canadenses, identificando tensões estruturais na agroecologia como a escala de produção, ausência de redes sociais densas e colonialismo de povoamento. Os resultados evidenciam como fatores históricos e demográficos limitam a expansão agroecológica, ao mesmo tempo em que abrem espaço para práticas regenerativas emergentes.

Tornaghi e Dehaene (2020) focam na agroecologia urbana como espaço prefigurativo, ressaltando o poder de criar solidariedades mais-que-humanas, infraestruturas comunitárias e alternativas ao urbanismo capitalista. Os resultados mostram que a cidade pode ser um espaço de experimentação pós-capitalista.

Ehrnström-Fuentes e Biese (2023) investigam o decrescimento a partir de práticas cotidianas de (des/re)cultivar em países nórdicos, evidenciando como crises individuais podem levar à construção de novas paisagens organizacionais prefigurativas. O estudo revela a dimensão subjetiva da prefiguração, ao articular o caráter político ao cotidiano, e à ecologia pessoal, em que indivíduos se desvinculam de espaços organizacionais orientados pelo crescimento e, simultaneamente, constroem alternativas em interação com não humanos (vacas, ovelhas, plantas e sementes) para conscientemente fazer algo mais crescer (ato de crescimento) no lugar que habitam. Os resultados caracterizam quatro dimensões dessas transformações: processo de desvinculação do sistema de crescimento, criação de alternativas em interação com não humanos, emergência de novas subjetividades mais-que-humanas e construção de redes translocais de apoio. Essas dimensões demonstram que o decrescimento não se restringe a uma crítica estrutural, mas se concretiza em práticas enraizadas em ecologias locais, capazes de gerar novos modos de vida e subjetividades que reconfiguram relações econômicas, sociais e ambientais. Ao articular práticas pessoais, relações multiespécies e redes coletivas, o estudo reflete a operação do decrescimento como uma forma de política prefigurativa que constrói alternativas no presente, em vez de projetá-las apenas para o futuro. Comparado a outros trabalhos sobre organizações alternativas e decrescimento, este estudo se diferencia por enfatizar o papel ativo dos não humanos nas

transformações socioecológicas e por tratar as práticas de decrescimento como processos de reexistência, mais do que de resistência, são políticas de possibilidades (Gibson-Graham, 2006). Enquanto outros trabalhos tendem a privilegiar análises macroeconômicas ou estruturas organizacionais humanas, o artigo destaca a ontologia relacional e as práticas situadas como fundamentos da mudança. Além disso, ao contrário de estudos que veem a prefiguração como transição excepcional ou marginal, este trabalho evidencia como práticas dispersas e cotidianas podem acumular efeitos políticos significativos ao reconfigurar subjetividades, desejos e condições de vida em escalas locais e interlocais.

Dale (2021b) discute a institucionalização prefigurativa da agroecologia no Canadá, destacando a tensão entre engajamento com o Estado e cooptação. O estudo sugere que movimentos devem criar instituições próprias em vez de depender exclusivamente de *advocacy* tradicional. Já Bonfert (2023) examina desafios em redes de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) no Reino Unido e na Alemanha, demonstrando barreiras de colaboração (capacidade, competição, diferenças ideológicas). O estudo amplia a compreensão da prefiguração ao mostrar como mesmo iniciativas transformadoras enfrentam limitações de governança e escala.

Stout e Love (2018) propõem um modelo conceitual de governança integrativa para compreender o desenvolvimento prefigurativo comunitário radical democrático, baseado nos casos do movimento camponês transnacional da Via Campesina (LVC). Essa tipologia é particularmente útil para esta tese pois articula dimensões ontológicas, epistemológicas, como: a *ontologia relacional; integração de conhecimentos* (as formas de conhecimento que fundem saberes locais e científicos); as individualidades que se coconstroem em rede; e as práticas coletivas criativas de produção social. E às dimensões práticas, que incluem a administração (baseado na ética do cuidado e gestão coletiva); democracia radical (representação subsidiária, delegação confederativa, processos deliberativos), cooperação (cooperação entre atores que também competem) e coordenação facilitada (coordenadores/secretariados que habilitam ação horizontal). O resultado teórico é uma tipologia que conecta ontologia relacional, epistemologias integrativas e práticas políticas para democracia radical na construção de alternativas globais. O caso do movimento *farmer-to-farmer* é apresentado como tipo ideal, evidenciando processos pedagógicos horizontais, de assembleias locais, delegação confederativa e secretariados rotativos, que resultam tanto em ganhos produtivos quanto em capacidades políticas e organizativas.

Ou seja, através de metodologia pedagógico-prática com a transmissão horizontal de “camponês a camponês”, a figura do representante, de autoridade ganha por demonstração na prática (“promoters are made, not born”) e oficinas locais que combinam experimentação, aprendizagem e mobilização política. Essas práticas produzem simultaneamente ganhos utilitários (ex.: recuperação produtiva, ganhos de safra) e capacidades políticas. Além de, estrutura organizativa e tomadas de decisão democráticas, o movimento opera por assembleias locais, secretariados rotativos e um sistema de delegação/confederação que busca subsidiaridade e participação ampla. Essas são formas organizacionais que aproximam radicalidade democrática e ação coordenada em escala.

As contribuições teórico-práticas desse artigo para essa tese, destacam-se três pontos principais: a) a articulação entre filosofia política, governança colaborativa e estudos de movimentos sociais, oferecendo um vocabulário inovador para analisar experiências transformadoras; b) a demonstração de como dimensões epistemológicas de saberes locais e estruturas institucionais como assembleias, secretariados, se retroalimentam na construção de poder coletivo e prática de cuidado; e c) a ênfase na conexão entre práticas locais (promoção, pedagogia) e redes nacionais e transnacionais (LVC), contribuindo para uma forma de governança em rede que opera em múltiplas escalas.

Entretanto, a proposta apresenta algumas limitações. Inicialmente, depende fortemente de fontes secundárias, carecendo de validação empírica primária. Além disso, o tipo ideal tende à generalização, ao homogeneizar dinâmicas regionais distintas, apesar dos autores reconhecerem desigualdades regionais e problemas de representação interna. Os conceitos de relational becoming e integral knowing são heurísticos, mas pouco operacionalizados, há necessidade de mais estudos para construir um conjunto de indicadores ou métricas que possibilitem comparações sistemáticas entre casos. Embora o estudo mencione resistências e represálias por instituições financeiras internacionais, falta uma análise detalhada da pressões e fluxos financeiros, em que doadores e estados podem cooptar os processos de governança integrativa.

Diante dessas fragilidades, os autores sugerem uma agenda de pesquisa futura, na qual esta tese dialoga, em estudos de caso comparativos, com a escolha de etnografia com entrevistas semiestruturadas, a análise de redes sociais sobre os vínculos de cooperação e competição, e o desenvolvimento de métricas operacionais para conceitos-chave do modelo. A exemplo: *ontologia relacional*, evidências de práticas cosmológicas partilhadas e linguagem coletiva nos documentos;

integração de conhecimentos, número e natureza de práticas de coprodução de conhecimento (oficinas, troca de sementes); *democracia radical*, percentual de decisões por assembleia, rotatividade de delegados; *coordenação facilitada*, existência/funcionalidade de secretariados, financiamento estável para facilitação. Além, o *monitoramento do processo* para identificar condições que potencializam ou limitam a capacidade transformadora dos movimentos, como acordos parciais ou decisões de coalizão fortaleceram ou diluíram a capacidade transformadora, a exemplo de reformas não-reformistas. E por fim, a análise crítica de financiamento e políticas públicas, ou seja, como recursos externos influenciam a autonomia e potencial cooptativo.

3 AGROECOLOGIA

3.1 Ciência, prática e movimento social

As abordagens centradas em redes sociais oferecem uma lente analítica fundamental para compreender e articular diferentes escalas de pesquisa agroecológica, ao mesmo tempo em que possibilitam o enfrentamento das relações estruturalmente desiguais entre os diversos atores que compõem os sistemas agroalimentares contemporâneos (Guzmán, Gloria I. *et al.*, 2012). Tais abordagens permitem captar a complexa teia de interdependências, disputas e assimetrias de poder que atravessam os circuitos de produção, distribuição e consumo de alimentos, especialmente em contextos marcados pela hegemonia do agronegócio e pela marginalização de práticas agrícolas sustentáveis e socialmente enraizadas.

Nesse cenário, a Pesquisa-Ação Participativa (PAP) tem se destacado como uma metodologia eficaz na promoção de processos de transição agroecológica (Ciaccia *et al.*, 2019; Méndez *et al.*, 2017; Rice; Goldberg, 2021; Sachet *et al.*, 2023), mas também como um instrumento político-epistêmico de contestação à lógica verticalizada e tecnocrática da pesquisa convencional. Ao envolver diretamente os agricultores no redesenho de seus sistemas produtivos, a PAP favorece a construção de conhecimentos situados, o fortalecimento de capacidades locais e a emergência de redes territoriais de produção e consumo baseadas em princípios de solidariedade, reciprocidade e sustentabilidade. Esses processos, como demonstrado por (Guzmán, Gloria I. *et al.*, 2012) têm contribuído para a constituição de circuitos alimentares alternativos e para a reconfiguração dos vínculos entre sociedade, natureza e economia, tensionando as fronteiras impostas pela racionalidade mercantil.

A busca pela mudança social combinado ao cuidado no modo de vida das relações sociais e ecológicas reflete relação estreita entre prefiguração e agroecologia. Ao defenderem práticas ecológicas de produção e economia socialmente justa esses arranjos são associados às definições da agroecologia pela subsistência agrária, o bem-estar da comunidade e o movimento pela soberania alimentar.

Ao invés de trocar uma concepção por outra, se reconhece a existência de múltiplas lógicas, representações da realidade que exploram alternativas da combinação de valores e práticas. Assim, a prefiguração, contestação e estratégia se combinam na tentativa de transformar contextos

institucionais. Nesse sentido a agroecologia contribui para a emergência dessas alternativas de valores e práticas, como parte de uma política radical de autonomia e bem comum.

A ciência da agroecologia inclui modos de produção ecológicos principalmente a permacultura, biodinâmica e orgânicos. Nas últimas décadas a transição para a agricultura sustentável é uma crescente discussão mundial em esferas governamentais, profissionais e em institutos de pesquisa (Barbier; Elzen, 2012). A percepção institucional para as racionalidades está mudando a área econômica e pesquisadores sociais tentam dar sentido a esse fenômeno.

Figura 2 - Atores do sistema agroalimentar na transição agroecológica



Fonte: Darolt e Rover (2021, p. 25).

Assim, (re)pensar o sistema agroalimentar em transição para os princípios da agroecologia (Figura 2) articula múltiplos atores: como agricultores, agentes da extensão rural, pesquisa, ensino, sociedade civil, certificadoras, empresas privadas, agroindústrias, poder público. O objetivo de alcançar a soberania alimentar e nutricional. A integração entre a agricultura, alimentação, saúde, meio ambiente e educação reconhecendo as interdependências desses

campos na construção de sistemas alimentares sustentáveis. Ao valorizar arranjos territoriais e socialmente enraizados reconfigura as relações entre produção e consumo, oferecendo uma contribuição teórica e empírica fundamental para repensar as bases políticas, econômicas e culturais da alimentação.

3.2 Resiliência

A resiliência em sistemas alimentares a partir de um arcabouço conceitual articula vulnerabilidade, justiça e sustentabilidade. Com base em Zurek et al. (2022), a definição de vulnerabilidade é o risco do sistema agroalimentar ser exposto a eventos adversos, como choques, estresses e riscos. E manifesta-se na exposição dos atores do sistema agroalimentar a influências externas, como governança, políticas, fatores sociotécnicos, dinâmicas de mercado, condições ambientais e econômicas, e que podem desencadear ciclos viciosos, comprometendo a segurança alimentar e outros resultados desejáveis do sistema. Os autores oferecem um modelo conceitual para análise da resiliência no sistema agroalimentar sobre quatro dimensões fundamentais: resiliência de quê? Resiliência para quê? Resiliência da perspectiva de quem? Resiliência por quanto tempo? E três abordagens para aumentar a resiliência: robustez (capacidade de resistir a choques preservando resultados desejados), recuperação (retomar o funcionamento após perturbações) e reorientação (aceitar e incorporar novos resultados do sistema, com mudanças de expectativas e funções sociais).

Primeiro, é necessário definir *resiliência de quê*: se do solo, da colheita, da unidade produtiva, do mercado, dos fornecedores de alimentos ou do sistema agroalimentar em seu conjunto. Pode-se olhar tanto para as *atividades* que compõem o sistema (seu funcionamento) quanto para os *resultados* gerados (suas funções). Embora atores individuais, como agricultores ou fornecedores, tenham interesses específicos, do ponto de vista social mais amplo o foco recai sobre a resiliência dos resultados gerais do sistema, entre os quais a segurança alimentar se destaca como bem público central.

Segundo, é preciso determinar *resiliência a quê*. A gravidade e a frequência dos choques ou estresses condicionam fortemente a capacidade de resposta do sistema. Esses eventos podem ser externos, como mudanças climáticas ou transições demográficas, ou internos, a exemplo de surtos de segurança alimentar ou mudanças nos padrões de consumo.

Terceiro, deve-se perguntar *resiliência sob a perspectiva de quem*. A resposta difere se vista por um agricultor, um varejista, um formulador de políticas, um dirigente empresarial ou pela sociedade em geral. Essa questão envolve disputas de poder, justiça e equidade, uma vez que diferentes atores valorizam distintos atributos do sistema e podem divergir sobre quais mudanças são desejáveis ou aceitáveis.

E por quarto e último, é essencial considerar *em que horizonte temporal* se pretende construir resiliência. Há diferenças entre interrupções de curto prazo, como eventos climáticos ou falhas logísticas, e transformações de longo prazo, como mudanças nos regimes alimentares ou nas regiões agrícolas. Além disso, estratégias que aumentam a resiliência imediata podem comprometer a resiliência futura, o que exige explicitar o período de tempo em análise. Dessa forma, políticas e práticas de fortalecimento da resiliência precisam necessariamente incorporar a dimensão temporal de forma crítica e cuidadosa.

A robustez refere-se à capacidade dos atores do sistema em adaptar suas atividades para resistir a perturbações, preservando os resultados desejados. Exemplos incluem a utilização de culturas mais tolerantes ao calor, o armazenamento de água na exploração agrícola para proteção contra a seca, manejo do solo para garantir que habitat natural para polinizadores e inimigos naturais de pragas, a diversificação das cadeias de abastecimento, a manutenção de reservas de nutrientes e de qualidade do solo, e estoques alimentares estratégicos.

A recuperação baseia-se na capacidade dos atores do sistema agroalimentar de adaptarem as suas atividades para retornarem aos resultados desejados após a interrupção. Essa capacidade permite proteger e manter ou, em alguns casos, melhorar, os seus níveis de bem-estar frente a choques. Um exemplo é a capacidade dos supermercados de reabastecerem rapidamente os produtos básicos durante picos de demanda inesperados (ou seja, compras por pânico), tendo fortalecido a sua capacidade de resiliência com sistemas de distribuição centralizados

Por último, a reorientação envolve a aceitação e incorporação de resultados alternativos do sistema agroalimentar antes ou depois da ruptura. Além de que a mudança das expectativas e demandas sociais em relação aos resultados do sistema pode aumentar a resiliência do sistema agroalimentar, tornando-o inerentemente menos vulnerável a choques e tensões. Entretanto, envolve inevitáveis compensações: transformar os resultados requer negociação entre atores, além de significativos investimentos políticos, financeiros e/ou aceitação social.

Essa abordagem enfatiza que a análise de agroecossistemas devem considerar tanto componentes (solo, colheita, unidades produtivas, mercados) quanto funções do sistema (sobretudo a segurança alimentar), bem como a natureza e a escala temporal dos choques, assim reconhece que soluções de curto prazo podem comprometer a resiliência futura.

Além da literatura sobre agroecologia e resiliência, a de mitigação é majoritariamente avaliada por abordagens quantitativas. Mas as análises qualitativas a partir do discurso dos atores sejam de agricultores, pesquisadores, OSCs ou gestores públicos, podem revelar compreensões locais dos processos que sustentam a resiliência das atividades agrícolas. Práticas como a diversificação de cultivos e criações de animais, a integração de árvores nos sistemas agrícolas, emergem como práticas centrais para o sequestro de carbono, redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE), melhora a dieta animal, e redução do uso de fertilizantes sintéticos (Carolina, Alejandra & Nadine, 2024).

Além desses fatores ambientais reconhecidos como promotores de resiliência, discute-se fatores políticos e sociais que reforçam a resiliência, como a autossuficiência alimentar, a organização social para comercialização e as redes de mobilização política (Machado-Vargas; Nicholls-Estrada; Ríos-Orsorio, 2018). O protagonismo dos agricultores, em particular das mulheres, aliado a valorização de sua identidade cultural e de seus saberes tradicionais configuraram elementos centrais para a consolidação da resiliência agroecológica (Palacios *et al.*, 2023).

Contudo, apesar do consenso quanto ao potencial de resiliência dos sistemas em base ecológica, estudos alertam que contradições como as práticas voltadas ao controle agroecológico de plantas daninhas, baseadas na introdução de bovinos em áreas cultivadas, podem ampliar a emissão de GEE devido à fermentação entérica, evidenciando compensações e efeitos indiretos que precisam ser analisados em múltiplas escalas (Fanchone *et al.*, 2022).

Além disso, há uma divergência entre concepções científicas e percepções locais: enquanto a mitigação é entendida no debate acadêmico como sequestro de carbono e redução de emissões de GEE, os agricultores frequentemente a associam à criação de microclimas locais. Essa discrepância entre conceitos científicos e interpretações práticas reforça a noção de que a mitigação é percebida como uma dimensão mais abstrata e menos tangível em comparação à adaptação (Martinez-Baron *et al.*, 2018).

Por fim, essa seção apresenta estudos comparativos que analisam a resiliência de agricultores agroecológicos diante de crises globais, como pandemia e Guerra na Ucrânia, em diferentes contextos: Peru, Alemanha, Estados Unidos. Tal como os resultados de Chávez-Miguel *et al.* (2024), indicam que, em contextos de menores recursos e infraestrutura, Peru, os choques resultaram em descapitalização, baixas rendas, queda de produção, aumento da insegurança alimentar, e abandono da agricultura. Já nos países do Norte, os principais desafios foram a escassez de mão de obra e o aumento dos custos dos insumos. Mas nesse contexto de maior apoio institucional, os agricultores conseguiram se adaptar por meio da diversificação de estratégias, como fortalecimento de vínculos com consumidores, abertura das propriedades à participação comunitária, inovação em marketing digital e esquemas de comercialização direta.

Esses resultados confirmam os achados de Holt-Giménez, Shattuck e Van Lammeren (2021) que a resiliência dos atores, seja individual, familiar ou coletiva, depende não apenas da adoção de práticas agroecológicas, mas também de capacidades sociopolíticas (substituição de insumos, cooperação, fundos comuns, novas infraestruturas alimentares) e de apoio de instâncias superiores de governança. Ao ponto em que, que reduzem custos e exposição às oscilações de mercado.

Essa estratégia se manifesta em várias escalas: desde agricultores implementando modelos cooperativos e fundos de terras, passando por movimentos urbanos criando novas infraestruturas alimentares, até indivíduos empreendendo transformações pessoais para "reduzir" sua dependência da economia capitalista. Esses atos prefigurativos servem não apenas para criar alternativas tangíveis, mas também para mudar subjetividades e construir novos cenários organizacionais. Embora a agroecologia apresente um caminho promissor em direção à resiliência e à justiça, seu avanço está repleto de desafios sistêmicos, particularmente nas economias capitalistas dominantes. Uma tensão fundamental reside entre o engajamento com o Estado por meio da defesa de políticas públicas, que corre o risco de cooptação e incrementalismo, e a busca por uma estratégia mais radical e contra-hegemônica.

Assim a resiliência do sistema agroalimentar foi maior onde existiam fortes vínculos comunitários e práticas de solidariedade entre produtores e consumidores. Entretanto, reconhece-se que a agroecologia favorece a resiliência local e prefigura sistemas alimentares alternativos, mas enfrenta significativas limitações nas dinâmicas políticas e de mercado mais amplas,

demandando, portanto, apoio de instâncias superiores de governança para consolidar sistemas alimentares em base ecológica e territorializados mais resilientes.

3.3 Mercados

O mercado de orgânicos emergiu de uma dinâmica histórica específica que impulsiona uma tendência (Walker, 2012): necessidade de pequenos agricultores ganharem espaço com formas alternativas produção, distribuição e consumo, que contestam a economia de escala. Assim, representam lutas sociais e políticas em torno da limitação e regulamentação dos mercados de acordo com valores morais (Polanyi, 2000).

Os sociólogos econômicos discutem que os mercados não estão fora do debate moral, mas a moral possibilita e os limita (Balsiger, 2016; Quinn, 2008; Zelizer, 1978). Os mercados morais são estruturas econômicas que se utilizam de princípios éticos para legitimar decisões econômicas. Assim, criam oportunidade de acesso a novos mercados. Esses mercados, suscitam a inserção moral de argumentos de diferentes áreas como consumo saudável, práticas de sustentabilidade, responsabilidade ambiental, tecnologias de produção, que envolvem regulamentações, produtores, consumidores e muitos intermediários. Essa linha de argumentação fica mais evidente quando as regras dadas como certa são questionadas e contestadas em bases morais, e quando esses limites são renegociados (Balsiger, 2016).

Os desafios ao sistema agroalimentar são inúmeros, principalmente quando se aspira a um estado harmônico dentre os aspectos econômicos, sociais e ambientais no campo da agricultura em base ecológica. Desde a logística com o escoamento da produção, ao institucional da necessidade de políticas públicas de assistência e financiamento, dependências políticas (Muñoz-Sánchez; Pérez-Flores, 2021) ao escalonamento da produção, intercorrência de atores intermediários, baixa assistência técnica especializada em alimentos produzidos em base ecológica e o arrendamento de terras para a produção (IPARDES, 2007). Esse cenário crítico foi, de certa forma, produzido e/ou agravado pelo modelo de agricultura convencional de alta industrialização e de escalonamento, que gera dificuldades aos agricultores familiares; as mais comuns estão ligadas a endividamento, queda dos preços dos alimentos, transferência de renda agrícola à indústria de insumos e produtos processados (Marsden; Banks; Bristow, 2000).

Do ponto de vista do encontro da oferta com a demanda, de acordo com Darolt e Rover (2021, p. 24) o principal entrave é a democratização do alimento orgânico, tanto na inclusão de produtores familiares no mercado quanto no acesso ao alimento pela população vulnerável. Os consumidores do mercado de orgânicos, por um lado, relatam os entraves para o não consumo, com destaque para o preço significativamente mais alto, bem como a dificuldade de acesso. Por outro lado, não raro os consumidores desconhecem feiras próximas a sua localidade e as diferenças de preços entre feiras orgânicas e convencionais. Além disso, há evidências de similaridade de precificação entre feiras de produtos orgânicos e não orgânicos; contudo, quando comparados os preços de feiras e de supermercados, as diferenças de preços são relevantes (IPARDES, 2007).

Nesse sentido, o estudo de Brandenburg, Rucinski e Silva Junior (2008) discute a necessidade de viabilizar a inserção em mercados por meio de associações para sobrevivência dos agricultores familiares, haja vista que tal desafio enfrentado de forma individual tende a ser muito mais desafiador. Assim, para fazer frente ao movimento de industrialização e urbanização, a construção social de mercados agroecológicos (Figura 3), a formação de redes produção-consumo, o desenvolvimento de modo territorializado, se apresentam como alternativas cuja abordagem é urgente (Fagundes; Cassarino, 2020; Miranda *et al.*, 2021).

Figura 3- Construção social de mercados



Fonte: Perez-Cassarino, (2012, p. 340).

Há necessidade de ir além da noção de mercado de aproximação entre consumidores e produtores, almejando o envolvimento com os demais atores da rede, tais como a extensão rural, o ensino, a pesquisa, a agroindústria, os agentes públicos, a sociedade civil, entidades certificadoras, para enfrentar com abordagem holística o desafio de facilitar e acelerar as políticas de fomento e promoção da agroecologia e da agricultura familiar.

As redes agroalimentares alternativas, como os circuitos curtos de comercialização, configuram-se como formas contra-hegemônicas ao sistema agroalimentar convencional, ao desafiar padrões estruturais baseados no maior número de atravessadores e intermediários, no afastamento entre produtores e consumidores, e na lógica da padronização e do consumo massificado. Enquanto o modelo convencional opera em larga escala, com canais longos, gestão verticalizada e foco em commodities, produtos (ultra)processados, as redes alternativas promovem mercados territorializados, vínculos diretos ou mediados por agentes engajados, formas de gestão participativa e autogestão, diversificação biológica e segurança alimentar. A centralidade da proximidade (espacial, relacional e simbólica) nessas redes expressa uma revalorização do território, da confiança, da transparência e da qualidade biológica dos alimentos, além da busca por processos mais saudáveis, sustentáveis e socialmente justos. Nesses arranjos, o alimento deixa de ser apenas uma mercadoria e passa a incorporar sentidos culturais, éticos e políticos, recolocando o cuidado, o trabalho e a vida no centro das relações econômicas (Darolt; Rover, 2021).

Nesse contexto, o setor de produção e expansão do mercado de orgânicos instiga pesquisas por compreender como o mercado influencia o desenvolvimento de redes de alimentos orgânicos, à medida que o seu consumo cresce em muitas partes do mundo (Willer *et al.*, 2020). Ao mesmo tempo, pesquisas sobre empreendedores ambientais e termos similares, carecem de consenso na conceituação, o que deslegitima e dificulta o embasamento teórico (Antolin-Lopez; Martinez-del-Rio; Cespedes-Lorente, 2019).

Atualmente, as estatísticas têm evidenciado a posição do Brasil como um dos maiores produtores de alimentos orgânicos, sendo a Região Sul a maior concentração de produtores. Estima-se que o consumo de orgânicos cresce anualmente 25%, a previsão de 2018 foi de R\$4 bilhões. Sendo que 84% dos brasileiros afirmam que gostariam de consumir mais produtos orgânicos, e a compra desses são principalmente em supermercados (64%), feiras orgânicas ou agroecológicas (26%) (SEBRAE, 2020).

Apesar desse crescimento expressivo, persistem desafios significativos relacionados à produção e comercialização de orgânicos no país. Entre os principais entraves estão os custos elevados do processo de certificação, as deficiências nas cadeias logísticas e de abastecimento, a ausência de incentivos fiscais e de uma assistência técnica especializada amplamente acessível. Tais dificuldades contribuem para a formação de um mercado elitizado e restrito, configurando um nicho de consumo que contradiz os princípios defendidos pela Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM).

A falta de uniformidade e de sistematização entre os setores público e privado na produção e comercialização de orgânicos compromete o planejamento e a implementação de políticas públicas eficazes. Superar esses obstáculos é fundamental para ampliar o acesso a alimentos saudáveis, melhorar os indicadores de saúde das populações expostas a agrotóxicos, reduzir a contaminação ambiental por insumos químicos, promover o manejo sustentável dos recursos naturais e conservar a diversidade genética (Lima *et al.*, 2019).

Nesse cenário de popularidade crescente sobre a temática, pesquisadores discutem a mercantilização a que as relações capitalistas salariais e de mercadorias, ao pressionar a agricultura orgânica ao modelo de agricultura convencional à medida que o capital do agronegócio entra na comunidade orgânica e seus mercados, resultando em características da intensificação do capital, endividamento, mecanização do trabalho e marketing para exportação (Buck; Getz; Guthman, 1997).

Hall e Mogyorodý (2001), argumentam que o envolvimento com o agronegócio desencadeia uma lógica de intensificação que altera as condições de produção de todos os agricultores orgânicos, características de produção, marketing, ideologia e tamanho da fazenda são avaliadas como indicadores de convencionalização, e caracteriza a agricultura orgânica em dois grupos, de produtores orgânicos alternativos marginalizados e grandes produtores convencionais.

O framework de redes alternativas de alimentos compreende a identidade de produto, canais de comercialização, responsabilidade de garantia de qualidade, e infraestruturas sociomateriais para a socialização alimentar. Existem várias formas de surgirem novos mercados diferentes, diferenciados pelos seus protagonistas, pelas suas visões de futuro e pelos seus impactos sociais e ecológicos, mas integrados em economias em transformação (Allaire, 2021).

Estudos versando sobre esse tema foram abordados pelos editores Barbier e Elzen (2012), ao reunir uma coletânea de pesquisas sobre as iniciativas agroecológicas dos movimentos sociais

que questionam o sistema dominante da agricultura moderna industrializada, as pesquisas intervencionistas no projeto de design na transição de sustentabilidade, e a proposição de novos fundamentos para compreender os discursos, práticas e desempenho dessa transição.

3.4 Programas institucionais

Nas últimas décadas, a agricultura familiar no Brasil tem sido objeto de uma série de políticas públicas e programas institucionais voltados ao fortalecimento produtivo, à inclusão socioeconômica e à promoção da segurança alimentar. Entre os principais programas institucionais, destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Desenrola Rural, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e os Bancos de Alimentos (BA). Revelam as iniciativas de fomento a circuitos curtos de comercialização, práticas agrícolas sustentáveis, mas também os limites estruturais e as contradições enfrentadas pelo setor frente à financeirização do campo, à concentração fundiária e à marginalização histórica de povos e comunidades tradicionais.

O PRONAF, principal política pública de acesso a crédito rural para agricultores familiares, historicamente foi alvo de críticas por favorecer apenas os segmentos mais capitalizados do setor, gerando uma inclusão seletiva e desigual (Schneider; Cazella; Mattei, 2020). Recentemente, o governo federal sancionou o Decreto nº 12.381/2025, instituindo o Programa Desenrola Rural, que visa renegociar dívidas de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas e demais comunidades tradicionais, com até 96% de desconto sobre valores atrasados há mais de um ano. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dos 5,43 milhões de agricultores familiares no país, cerca de 1,35 milhão (25%) têm dívidas em atraso, sendo 230 mil já inscritos na Dívida Ativa da União (DAU). Destes, 69% devem valores inferiores a R\$ 10 mil, e 47% possuem dívidas abaixo de R\$ 1 mil em cadastros privados como o Serasa (MDA, 2025). Tais estatísticas evidenciam um paradoxo: enquanto políticas de crédito tentam impulsionar o setor, a precariedade financeira impede que grande parte dos agricultores acessem os próprios instrumentos criados para apoiá-los. Como destacado por agricultores em reuniões associativas, “o nome é a única coisa que o pequeno agricultor tem”, frase que revela a vulnerabilidade simbólica e material desses sujeitos frente à lógica bancária e às exigências de solvência. Outro avanço recente foi a negociação, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de

um novo formato do PRONAF para famílias assentadas, garantindo crédito de R\$ 50 mil por família e beneficiando cerca de 1 milhão de famílias em todo o país. Essa medida reforça o papel estratégico dos movimentos sociais como mediadores entre demandas locais e políticas nacionais.

No campo das compras públicas de alimentos da agricultura familiar no Brasil (Lopes; Fornazier, 2015), destacam-se o PNAE e o PAA, ambos estruturados para gerar demanda regular e fortalecer mercados locais. O PNAE, regulamentado pela Lei nº 11.947/2009 e atualizado pela Lei nº 14.660/2023, obriga que pelo menos 30% dos gêneros alimentícios adquiridos pelas entidades executoras sejam provenientes da agricultura familiar, priorizando grupos como assentamentos, comunidades indígenas, quilombolas e, mais recentemente, grupos formais e informais de mulheres. Além, cria uma demanda constante de compra para o agricultor produzir durante 10 meses por ano, durante o ano letivo e garante renda estável para os agricultores familiares. Os dados oficiais demonstram crescimento significativo no percentual de aquisição desses produtos entre 2011 e 2022, ainda que persista uma variação regional expressiva, revelando desigualdades no acesso e na capacidade de oferta entre estados. O PAA, conhecido como Compra Direta, vai além da simples aquisição: ele atua como mecanismo de inclusão produtiva, autonomia econômica e fortalecimento organizacional, especialmente entre mulheres, que desempenham papel central na preservação e transmissão dos saberes alimentares. Os alimentos adquiridos são destinados às redes socioassistenciais, impactando diretamente populações vulneráveis como crianças, idosos e pessoas em situação de rua. Os Bancos de Alimentos (BA), cumprem importante função na articulação interprogramas (PAA, PNAE) na redução das perdas e desperdícios ao longo da cadeia produtiva. Ao receber doações públicas e privadas de alimentos, seleciona, armazena e distribui para grupos em situação de vulnerabilidade, combatendo a fome e a insegurança alimentar. Além disso, promovem impactos indiretos na qualidade da alimentação das famílias agricultoras, uma vez que as mudanças na produção para atender às exigências de diversidade e qualidade dos BA acabam refletindo também no consumo interno das famílias rurais (MDA, 2023).

A desigualdade na distribuição de crédito rural entre o agronegócio e a agricultura familiar é elencada na Plano Safra 2024/2025, com mais de R\$ 400,5 bilhões (84%) em crédito destinados a médios e grandes produtores. E para pequenos produtores, o plano oferece R\$ 76 bilhões (15,7%). Significativa diferença orçamentária, e discrepância entre a concentração de recursos, limitação política pública, mesmo os pequenos agricultores sendo em maior número (MDA, 2024;

MST-PR, 2024). A lógica de financiamento adotada pelo Plano Safra perpetua um modelo agrícola excludente, priorizando grandes produtores em detrimento da agricultura familiar, que é essencial para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental.

A série histórica entre 2013 a 2022 revela que o valor médio dos contratos do PRONAF é significativamente inferior ao das demais modalidades de crédito. Em 2017, por exemplo, o valor médio de um contrato do PRONAF representou apenas 5,69% do valor médio dos contratos acessados por médios e grandes produtores. Embora o PRONAF tenha potencial para atender um número maior de agricultores, sua participação no volume total de crédito rural contratado permanece reduzida, evidenciando a concentração de recursos em grandes empreendimentos (Castro, 2024).

Alves, *et al.*, (2025) analisam a crescente elitização do PRONAF, revelando que a agricultura familiar mais capitalizada tem ampliado sua participação no programa. Essa elitização estaria associada a mudanças nas regras de enquadramento, tal como o aumento do limite de renda bruta e à forma como as instituições financeiras gerenciam riscos. Assim, priorizando produtores com maior capacidade de pagamento e atividades produtivas já consolidadas, tendência de especialização. Isso contribui para a concentração regional dos recursos, especialmente no Sul, e para o baixo aproveitamento das modalidades não convencionais do PRONAF, que possuem potencial de diversificação. Também, a opção de celeridade do processo à padronização dos projetos produtivos, adotada por órgãos de assistência técnica, reforça essa tendência. Além disso, o desconhecimento das linhas alternativas por parte dos agricultores limita ainda mais sua adesão. Entretanto, os autores destacam que, se expandidos e promovidos distribuição de recursos mais equitativa, diversificação do público beneficiário e dos modelos de produção financiados, os subprogramas do Pronaf poderiam ampliar o acesso ao crédito e qualificar o programa, tornando-o mais representativo da complexidade e diversidade da agricultura familiar no Brasil.

Contudo, apesar do avanço formal e legal dessas políticas, os desafios estruturais permanecem intensos. O campo brasileiro ainda enfrenta gargalos históricos: dificuldades de acesso a mercados, concentração de terras, dependência tecnológica, baixa capacidade de investimento produtivo, e vulnerabilidade a choques climáticos e econômicos (Niederle; Schneider; Cassol, 2021). Além disso, o financiamento público para essas políticas oscila ao sabor das conjunturas fiscais e políticas, muitas vezes submetido a cortes e desmontes em momentos de retração orçamentária. Assim, revela uma tensão entre solidariedade institucionais, promovidas

por meio de programas públicos e cooperativas, e as pressões do mercado, que frequentemente desarticulam práticas comunitárias e reforçam desigualdades. O desafio, portanto, não é apenas operacionalizar políticas, mas garantir que essas políticas sejam estruturantes, redistributivas e sensíveis às dinâmicas locais, fortalecendo o tecido social da agricultura familiar como um espaço de resistência frente ao avanço do agronegócio e das lógicas neoliberais.

A análise das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar brasileira, como PRONAF, PNAE, PAA e Desenrola Rural, permite revelar não apenas dinâmicas econômicas e institucionais, mas também as formas pelas quais as relações econômicas estão enraizadas socialmente (*embeddedness*), conceito fundamental das contribuições de Karl Polanyi e Mark Granovetter para a sociologia econômica. Tal como respostas institucionais para conter os efeitos destrutivos da mercantilização total sobre os pequenos produtores, os territórios rurais e os modos de vida agroecológicos. O PRONAF, por exemplo, procura reinserir o agricultor familiar num circuito produtivo que lhe permita sobreviver frente à lógica concentradora do agronegócio. Contudo, ao analisar os dados, vemos que a própria lógica do crédito tende a excluir os mais vulneráveis: 25% dos agricultores familiares estão inadimplentes, e a maioria das dívidas é de valores baixos, refletindo a fragilidade estrutural do segmento. Isso mostra que, mesmo em programas desenhados para proteger esses atores, a mercantilização das relações econômicas ainda impõe barreiras: o acesso ao crédito depende da manutenção de um “nome limpo”, o que individualiza riscos e falhas que, em muitos casos, têm origem em fatores sistêmicos, como instabilidade climática, preços agrícolas baixos ou falta de infraestrutura. Além disso, os programas de compras públicas, como PNAE e PAA, representam uma forma institucional de criar mercados protegidos, organizando circuitos curtos e promovendo produtos diversificados, sustentáveis e localmente ancorados. São mecanismos que tentam proteger o campo da volatilidade dos mercados globais e das pressões da agroindústria, ao criar demanda estável e preços previsíveis. No entanto, essas políticas também operam em tensão: estão vulneráveis a cortes orçamentários, mudanças de governo e pressões neoliberais por eficiência e desregulação, revelando os limites do contramovimento.

Já sob a lente de Mark Granovetter (1985) os mercados agrícolas brasileiros não podem ser entendidos como arenas puramente formais ou abstratas. Granovetter argumenta que as ações econômicas são sempre inseridas em redes de relações sociais, e é justamente essa *embeddedness* que determina confiança, cooperação e acesso a recursos. No contexto das políticas públicas para

agricultura familiar, a efetividade das iniciativas depende fortemente das redes locais: associações, cooperativas, movimentos sociais, redes familiares e relações informais que conectam agricultores a técnicos, extensionistas e gestores públicos. Por exemplo, iniciativas como o convênio “Semeando Gestão” no Paraná, que envolve a Cooperativa Central da Reforma Agrária e Itaipu Binacional, só ganham tração porque articulam atores diversos em redes de apoio mútuo. O MST, ao negociar um novo PRONAF, atua como um nó central nessas redes, intermediando as relações entre o Estado e os agricultores assentados. Sem essas conexões sociais densas, programas públicos correm o risco de fracassar, não por falta de desenho técnico, mas por não conseguirem penetrar nas redes concretas em que os pequenos agricultores estão inseridos. Assim, o desafio sociológico não está apenas em desenhar boas políticas, mas em compreender os fios sociais invisíveis que tornam possível ou bloqueiam a implementação dessas políticas. É nessa articulação entre estrutura institucional (Polanyi, 2000) e rede social concreta (Granovetter, 1985) que reside a capacidade de fortalecer a agricultura familiar como um campo econômico híbrido, onde práticas de mercado, reciprocidade e redistribuição coexistem em tensões dinâmicas.

Em resumo, as políticas brasileiras de apoio à agricultura familiar são arenas onde os princípios econômicos e sociais estão entrelaçados: são, ao mesmo tempo, respostas contramercado e expressões de embeddedness. As análises que ignoram essas camadas correm o risco de naturalizar tanto os fracassos como os sucessos desses programas, sem reconhecer que sua eficácia depende não apenas de alocações financeiras, mas também de processos históricos, redes de relações e disputas simbólicas sobre o papel do campo na sociedade brasileira.

Os programas como PRONAF, PNAE, PAA e o novo Desenrola Rural podem ser vistos, à primeira vista, como políticas inclusivas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, ao combate à insegurança alimentar e à promoção do desenvolvimento sustentável. Contudo, se analisarmos esses dispositivos à luz das críticas elaboradas por Luc Boltanski e Éve Chiapello (2009), percebe-se contradições mais profundas, relacionadas à maneira como as promessas de emancipação coletiva são incorporadas, transformadas e neutralizadas pelo capitalismo contemporâneo.

Em *O Novo Espírito do Capitalismo*, Boltanski e Chiapello (2009) dialogam como o capitalismo, para manter sua legitimidade, absorve elementos das críticas sociais, especialmente aquelas ligadas à opressão, desigualdade e exploração, e os reintegra de forma funcional à lógica da acumulação. No caso brasileiro, as políticas de apoio à agricultura familiar carregam uma

retórica de valorização do “local”, do “tradicional”, da “sustentabilidade” e da “inclusão social”, mas, ao mesmo tempo, estão inseridas em estruturas que reproduzem desigualdades e aprofundam a dependência dos pequenos produtores em relação ao mercado e ao Estado.

Além disso, programas como o PAA e o PNAE, que inicialmente surgiram como mecanismos para fortalecer circuitos curtos e solidários, frequentemente acabam tensionados por demandas burocráticas e orçamentárias que exigem das organizações camponesas formas de organização mais “profissionais” e “eficientes”. A gestão cooperativa, muitas vezes baseada em relações solidárias e comunitárias, passa a ser pressionada a adotar práticas gerenciais inspiradas no setor empresarial, traduzindo a lógica da “eficiência social” em termos alinhados à nova gramática do capitalismo.

O ideal do agricultor coletivo e resistente ao mercado vai sendo, pouco a pouco, substituído pelo ideal do agricultor inovador, competitivo e integrado às cadeias produtivas. Além disso, segundo os autores, o capitalismo se legitima não apenas absorvendo críticas, mas também produzindo zonas de invisibilidade: aspectos não contabilizados, não formalizados, não reconhecidos. Nesse sentido, políticas como o Desenrola Rural, ao focarem no alívio das dívidas financeiras, invisibilizam outras dimensões fundamentais da precariedade rural, como a sobrecarga de trabalho das mulheres, os impactos psíquicos da insegurança financeira, e as tensões intra-familiares geradas pelas pressões de mercado.

O problema vira um número no Serasa, e a solução vira um desconto no pagamento: uma tradução simplificadora que mantém intactas as estruturas de exclusão mais profundas. Do ponto de vista do discurso, também encontramos os elementos que Boltanski e Chiapello (2009) chamariam de justificativas do novo espírito: documentos oficiais, falas de gestores e campanhas institucionais exaltam a resiliência, a capacidade de inovação e a importância da agricultura familiar para a soberania alimentar, enquanto naturalizam a precariedade estrutural desses mesmos atores como desafios “empreendedores”. Assim, a agricultura familiar aparece simultaneamente como heroína do desenvolvimento sustentável e como alvo de disciplinamento moral (mantenha o nome limpo, organize sua produção, seja competitivo, seja inovador). O fortalecimento da agricultura familiar, quando enquadrado exclusivamente dentro de modelos de mercado e eficiência gerencial, pode acabar servindo mais à legitimação das políticas neoliberais do que à transformação efetiva das estruturas de desigualdade e exclusão no campo brasileiro.

Somando essas perspectivas, vemos que os programas atuais, embora fundamentais para sustentar minimamente a agricultura familiar, operam dentro de limites estruturais que reproduzem desigualdades e fragilidades. Eles absorvem a crítica social, mercantilizam dimensões não mercantis e desconsideram o enraizamento social das práticas econômicas. Para construir políticas públicas verdadeiramente transformadoras, seria necessário ultrapassar essas lógicas: revalorizando os laços comunitários, protegendo os agricultores das pressões impessoais do mercado e criando instrumentos que reconheçam a complexidade social, cultural e histórica do campo brasileiro.

À luz do referencial teórico apresentado, que articula pós-desenvolvimento, economias diversas, prefiguração, agroecologia, agricultura familiar brasileira e economia solidária, torna-se necessário explicitar como esses pressupostos foram operacionalizados no percurso empírico da pesquisa. Assim, a passagem da teoria à metodologia não se configura como um deslocamento instrumental, mas como um movimento coerente de tradução prática dos compromissos ontológicos, epistemológicos e políticos assumidos ao longo desta tese. Assim, a seção seguinte apresenta a abordagem metodológica adotada, detalhando o desenho da pesquisa, as estratégias participativas e os procedimentos analíticos que sustentaram a investigação, em consonância com os princípios da Pesquisa Ação Participativa e com o campo empírico estudado.

4 ESTRATÉGIA AO ATIVISMO SOCIAL DE PESQUISADORES DA PAP

We started to understand PAR not merely as a methodology of research with the subject/subject relationship evolving in symmetrical, horizontal or non-exploitative patterns in social, economic and political life. We saw it also as a part of social activism with an ideological and spiritual commitment to promote people's (collective) praxis (Fals-Borda; Rahman, 1991, p. 25)

4.1 Pesquisa Ação Participativa

A estratégia de Pesquisa Ação Participativa (PAP) ou *Participatory Action Research (PAR)* é a pedra filosofal dessa pesquisa, assim adota-se a preferência pela apropriação da sigla na Língua Portuguesa. Originou-se nos movimentos sociais e intelectuais políticos progressistas entre a década de 1960 e 1970, sobre os fundamentos de estudos latino-americanos da educação para adultos e ciências sociais dos estudos do sociólogo colombiano Fals-Borda e o educador brasileiro

Paulo Freire. Apesar de já existir uma rede de pesquisa participativa e outra de pesquisa ação antes da publicação do livro *Pedagogia do Oprimido*, esse trabalho influenciou os fundamentos da PAP.

Assim, essas redes de pesquisadores internacionais construíram a aliança com a pesquisa emancipatória, e surgiu a PAP. Emancipatório no sentido de ser moralmente direcionado para o florescimento do desenvolvimento sustentável da vida humana e não humana neste planeta, alternativo ao capitalismo e mediado por práticas democráticas, igualitárias e participativas (Wright, 2018). De acordo com o autor, essa abordagem desloca o debate da ruptura total do capitalismo para processos graduais, intersticial e simbióticos, ancorados em práticas reais e observáveis. Por isso, essa metodologia é usada principalmente por movimentos sociais e organizações não governamentais, mas também existem estudos sobre corporações, burocracias e agências de desenvolvimento internacionais.

O primeiro teórico que cunhou o termo pesquisa ação participativa foi Fals-Borda em 1970 na Colômbia. Fals-Borda no seu país pautado em princípios socialistas do século XX de movimentos sociais latinos americanos em comprometimento com pesquisa ativista a serviços de movimentos indígenas e camponeses para diretamente desafiar o status quo de interesse de grupos dominantes, argumentava que seu pensamento era dominado pela *ciência popular* e contra a *ciência da burguesia*. Ele não oferece um manual de técnicas, mas reflexões para criar relações de equidade na pesquisa social, como: o que significa criar relações de igualdade na pesquisa? O que os movimentos sociais podem aprender com a história e como a investigação histórica pode ser usada para promover uma sociedade mais justa? Como uma pesquisa séria pode ser associada com objetivos políticos progressistas? Como a história das ciências sociais pode se tornar mais do que um exercício acadêmico? (Fals-Borda, 1991; Rappaport, 2020).

Para Fals-Borda os ingredientes da PAP são: a educação, pesquisa e ação sociopolítica, conduzida por diferentes agentes a trabalharem juntos para a transformação social. Através de princípios emancipatórios, métodos participativos, relações horizontais que promovem a transformação da pesquisa em conscientização e organização política para materializar a inclusão, transparência à justiça social (Rahman, 2008). Ou seja, a legitimidade da pesquisa ação participativa está no valor educativo, eficácia política e adequação moral.

Sob o mesmo ponto de vista, o legado de Paulo Freire foi além do seu método de alfabetização e contribuiu para os fundamentos da metodologia da Pesquisa Ação Participativa. A pedagogia freireana é fundamentalmente problematizadora para criar oportunidades de o sujeito

buscar se desenvolver uma forma de “conscientização socioecológica” alinhada a epistemologia crítica, participação democrática à emancipação social, que desafie os arranjos colonial-capitalistas que alimentam a devastação ambiental e as desigualdades sociais em todo o mundo.

Um dos principais conceitos de Paulo Freire (1970) é a práxis, que é o estímulo à conscientização de desenvolver a ação e reflexão crítica com objetivo de participação política e emancipação social. A sensibilização é o modo como acontece o processo da práxis dos membros da pesquisa, se engajam em ação e autorreflexão, passos necessários para estimular o pensamento crítico e ação das pessoas do campo estudado. Termo com significado contrário ao de “treinamento”, pois não se “treina” a auto investigação e auto indagação (Rahman, 2008). Assim, o método pedagógico crítico-social de Freire, o círculo de cultura, é um processo de co-investigação que foi utilizado em consonância com a estratégia da PAP.

Portanto, pessoas comuns participam ou assumem o controle da investigação com compromisso de romper com convenções tradicionais de pesquisa envolvendo o “pesquisado” em algumas ou todas as etapas do processo de pesquisa. Nind (2014) afirma que a PAP se caracteriza por uma pesquisa inclusiva pois os participantes transformam suas realidades e são vistos como agentes de mudança, ao coletar, compartilhar, refletir, e analisar seu conhecimento de vida. É um modelo democrático de processo participativo dos processos de pesquisa de movimentos sociais de comunidades marginalizadas, que experienciam problemas sociais para atuar sobre sua própria realidade. Além, há a valorização do conhecimento prévio e popular à integração conhecimento científico para resolver problemas de rupturas sociais.

Nesse sentido a PAP possui três princípios: a participação ativa dos pesquisadores e participantes; a promoção da reflexão crítica para consciência que leva a mudança social; e a aliança entre pesquisa e participantes nos processos da pesquisa (planejamento, implementação e disseminação) (Burns; Howard; Ospina, 2021; McIntyre, 2008). Ao contrário de abordagens tradicionais que centram os designs no pesquisador, essa é uma metodologia mista e o design é centrado nas experiências do participante e não em questionamentos derivados fundamentalmente da literatura acadêmica.

A principal promessa da PAP é através da noção de compartilhamento de conhecimentos e trabalho conjunto no processo em que a ação e pesquisa são simultâneos e inseparáveis. Ou seja, o posicionamento horizontalizado dos participantes fundamentado nos princípios de Freire de contínuo processo de desafiar a centralização do poder para atingir a posição mais igualitária

possível. Além, como Fine *et al.*, (2003) lembram, a percepção, o conhecimento e a crítica de quem está de dentro da comunidade não é automaticamente acessível a quem está de fora.

Tal como o estudo de Fahlberg *et al.* (2020) ao utilizar a abordagem da PAP evidenciou a resiliência urbana na Cidade de Deus, em como a pobreza concentrada e violência afetam o bem-estar e estratégias de sobrevivência dos moradores. Ao enfrentarem choques crônicos de pobreza, desigualdade e violência urbana, o estudo evidenciou ampla variação de estratégias que refletem a capacidade dos moradores de se adaptarem ao um cenário urbano desigual e injusto. Ou seja, práticas diárias de resiliência e não um modelo unívoco, mas de constante e complexa negociação. Assim, os métodos participativos empregados oportunizaram a captura de diferentes experiências de sobrevivência em múltiplos níveis de resiliência social. Para além, fez a chamada para proposição de políticas governamentais a priorizar as vozes e necessidades dos moradores para o planejamento de políticas urbanas e ações governamentais.

Ao focar nas relações horizontais para eliminar distinções entre o pesquisador e o “pesquisado”, ao encorajar o diálogo entre o conhecimento popular e científico para transformação da pesquisa em um instrumento para despertar a consciência social e organização política (Rappaport, 2020). Reconhecer a liberdade relativa e responsabilidade dos pesquisadores *outsiders* para pensar criticamente e construir com os *insiders* sobre as possibilidades e limites da pesquisa ação participativa.

A reflexão coletiva da agência dos atores das comunidades que desafiam as visões dominantes e atuam sobre a própria realidade é representado no estudo de Ponzoni (2016), sobre imigrantes em Amsterdã que através de “janelas de compreensão” os participantes contribuíram com a análise da estrutura e interpretação dos dados. Nesse sentido, proveu acesso a vozes que normalmente não adentram facilmente no processo de pesquisa. E que sem essas a conclusão do estudo não seria possível, pois o objetivo era também de construção de conhecimento cogerador e aprendizado mútuo para produzir conhecimento social e cientificamente relevante. Tais contribuições também foram a reflexividade e contraposição do papel social de cada participante (conscientização, reflexão crítica) e a responsabilidade de agir em benefício da transformação social.

A tentativa de medir os impactos da coprodução como um fenômeno concreto, fixo no tempo e espaço é falha, pois entende-se sua dimensão processual, gradual, de séries de mudanças que ocorrem colaborativamente (Pain *et al.*, 2016). Assim, durante o processo da pesquisa em que

a comunidade é central na definição dos possíveis impactos. Esses ocorrem a nível micro como macro, desde as atitudes das pessoas, a construção da capacidade comunitária, a mudança institucional ou política.

Analogamente, nesse movimento de aprofundamento metodológico, a PAR é tensionada e ampliada pela perspectiva da *Critical Participatory Action Research (CPAR)* ou Pesquisa Ação Participativa Crítica (PAPC), que incorpora intencionalmente questões de poder e injustiça, com frameworks de de profunda participação coletiva, choques e interseccionalidades na condução de pesquisas ação participativas. Os pesquisadores participantes são os historicamente marginalizados, como pessoas em prisões, jovens LGBTQIA+, comunidades sob cerco, sobreviventes de violência, trabalhadores, mães, educadores, imigrantes e agricultores em luta (Fernández; Fine, 2024; Fine *et al.*, 2021, 2003; Fine; Torre, 2021). Ou seja, há centralidade nos mais vulneráveis, análise de poder como método nas negociações e tensões no processo de pesquisa, há o compromisso com ação transformadora estrutural em mudanças políticas, educação popular, performance ou consciência e reflexividade coletiva sobre privilégio e opressão. Reflexões sobre como, quando ou com quem você vivencia, incorpora, é afetado, testemunha as agressões tais como privilégio branco, formações de classe racializadas, violência de gênero, capacitismo, violências étnicas, anti-muçulmana, anti-nativa, anti-imigrante.

Nesse sentido, esta tese orienta a sua práxis às reflexões da PAPC baseada nas autoras Fine e Torre, (2021). Primeiramente, a dimensão crítica, manifesta-se na incorporação da teoria crítica, atenção explícita e análise de poder. Reconhecer as experiências dos sujeitos como interseccionais, situadas e complexas. Em segundo, a dimensão participativa estrutura-se quando há participação profunda, ampla e totalmente inclusiva e direção por aqueles mais impactados. Os pesquisadores participantes mais diretamente impactados assumem o papel ativo na condução do processo investigativo. Em terceiro, a dimensão de ação orienta como os pesquisadores planejam mover os achados para ação, política, organização, teatro, educação popular e academia. A mobilização dos achados para além do campo acadêmico, articulando coprodução de conhecimento engajado. E por fim, a dimensão da divulgação da pesquisa reconhece várias formas de evidência trazidas para a conversação em que as comunidades confiam no material reunido. Essa divulgação reconhece a pluralidade de evidências, linguagens e formatos, valorizando a confiança das comunidades nos materiais produzidos e a busca deliberada por contra-histórias e pontos de dissenso.

Assim, ao articular criticidade, participação, ação e pluralidade epistemológica, esta pesquisa afirma a PAPC como uma prática metodológica radical, situada e transformadora, coerente com os princípios da agroecologia, da autogestão e da democracia participativa que estruturam o próprio campo empírico investigado. À luz desses fundamentos teórico-metodológicos, a próxima seção apresenta o design da pesquisa e os passos analíticos da tese, detalhando as escolhas metodológicas, os procedimentos de coleta e coprodução de dados, bem como as estratégias analíticas adotadas para operacionalizar, no plano empírico, os princípios da PAP e PAPC delineados até aqui.

4.1.1 Design

Tendo em vista os objetivos estabelecidos nessa pesquisa e as premissas delimitadas, esse estudo caracteriza-se como de natureza qualitativa. Assim como em Miles e Huberman (1994) o interesse do pesquisador qualitativo consiste em investigar sobre o processo reflexivo de significar regularidades, padrões, explicações, possíveis configurações, fluxos causais e proposições, haja vista que compreender o comportamento humano acompanha as interpretações dos seus pensamentos e ações individuais no seu ambiente natural.

A adoção da escolha estratégica da PAP e o diálogo com a agroecologia e prefiguração, permitem afirmar que a prática científica é indissociavelmente política. Essa posição converge com a reflexão de Denzin e Lincoln (2018), que, diante do cenário de globalização da investigação, defendem a chamada crítica qualitativa de reconfigurações de ontologias, epistemologias, por “fazer” ciência local, ciência indígena, decolonial, de gênero, sexualidade, e desenvolver status político de pesquisas alternativas frente modelo hegemônico. O conhecimento assume um caráter de aspiração de futuro e a práxis política torna-se um critério de validação do conhecimento orientado para ação. A práxis política faz com que a aspiração se torne realidade. Por esta razão, o conhecimento social está cada vez mais associado a fins políticos.

A resposta a essa chamada implica na escolha da PAP e sua abordagem crítica sendo um design de métodos mistos. Mas reafirma-se que o planejamento metodológico ajuda para a transformação acontecer. Entretanto, não é rígido, ele é dinâmico, reflexivo, pessoal e coletivo, em um movimento dialógico de agentes de mudança individuais e necessidades coletivas, de

experiências e conceitos pessoais, o experimento e a reflexão, do mundo externo empírico com o mundo interno da subjetividade e emoções (Bradbury, 2021).

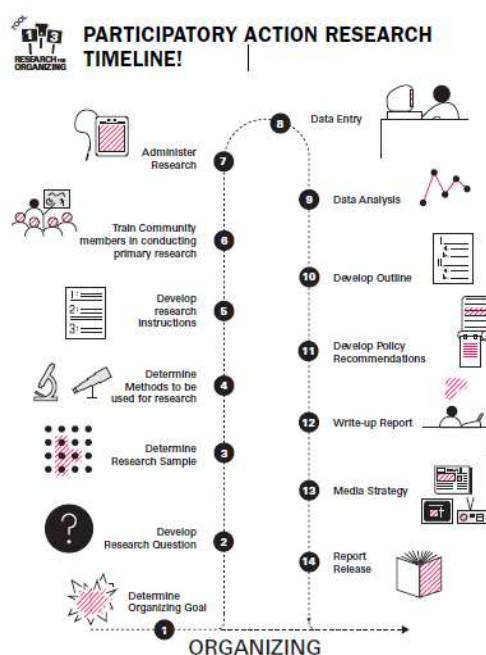
O papel dos atores envolvidos nesta tese é descrito a seguir. Os pesquisadores universitários (professores e bolsistas) atuaram para colaborar com demais pesquisadores participantes para contribuição e aconselhamento científico para o design da pesquisa, o monitoramento dos métodos e a análise dos dados quantitativos e qualitativos. A comunidade dos municípios-alvo (agricultores familiares) atuou em conjunto desde o desing, participação, condução do campo, monitoramento e a análise da pesquisa. Os demais parceiros de instituições de pesquisa e extensão atuaram na contribuição e aconselhamento técnico. Além, pesquisadores locais atuaram como assistentes advindos da comunidade que manifestaram interesse em fazer os treinamentos oferecidos, compartilhamento de recursos para construção de capacidades, habilidades, além de manter contato direto com a equipe dos pesquisadores universitários.

A orientação da práxis é o caminho para enfrentar as principais dificuldades de realizar a PAP. Segundo Fahlberg (2021) os principais desafios são o de não criar hierarquia de conhecimento ou poder, as incompreensões sobre o objetivos, resultados esperados e as promessas não cumpridas pelos pesquisadores universitários. Os discursos dialógicos para a condução da PAP sobre o papel dos atores na produção de conhecimento, o processo da pesquisa participatória, o impacto social, a inclusão, e o engajamento, são refletidos nesses questionamentos para cada fase (CSJCA, 2022):

- a) Início: qual a preferência de comunicação do grupo? Há concordância no grupo sobre as frases que expressam a vivência das pessoas? É necessária a tradução de expressões para linguagem acessível a comunidade?
- b) Percurso: deve-se adquirir novas linguagens e habilidades para criar conexão com o grupo? Ou aprender novos métodos de pesquisa que se adequem a compreensão de mundo da comunidade? É preciso abandonar vocabulários ou modos de fazer pesquisa para tornar o processo mais acessível?
- c) Resultado: como o processo fez você se sentir? Por que você acha que se sentiu assim (valores, pressuposições e hábitos)? Como os conflitos ou tensões foram trabalhados? Como poderia ser diferente? Como podemos estar mais confortáveis com as tensões? Houve mudanças de compreensão ou incompreensão no grupo?

Assim, foi possível alcançar o objetivo de construir coletivamente o conhecimento, e mudança na comunidade. Conectar as experiências e o conhecimento local dos agricultores familiares com pesquisadores universitários e parceiros, se alia o conhecimento teórico em um caso cruzado com os saberes. A atuação foi em concordância com os princípios e materiais de apoio (Hall, Ruth *et al.*, 2017; Pain *et al.*, 2011; UJC, 2019). O planejamento dessa PAP segue a *timeline* da Figura 4:

Figura 4- Timeline da PAP

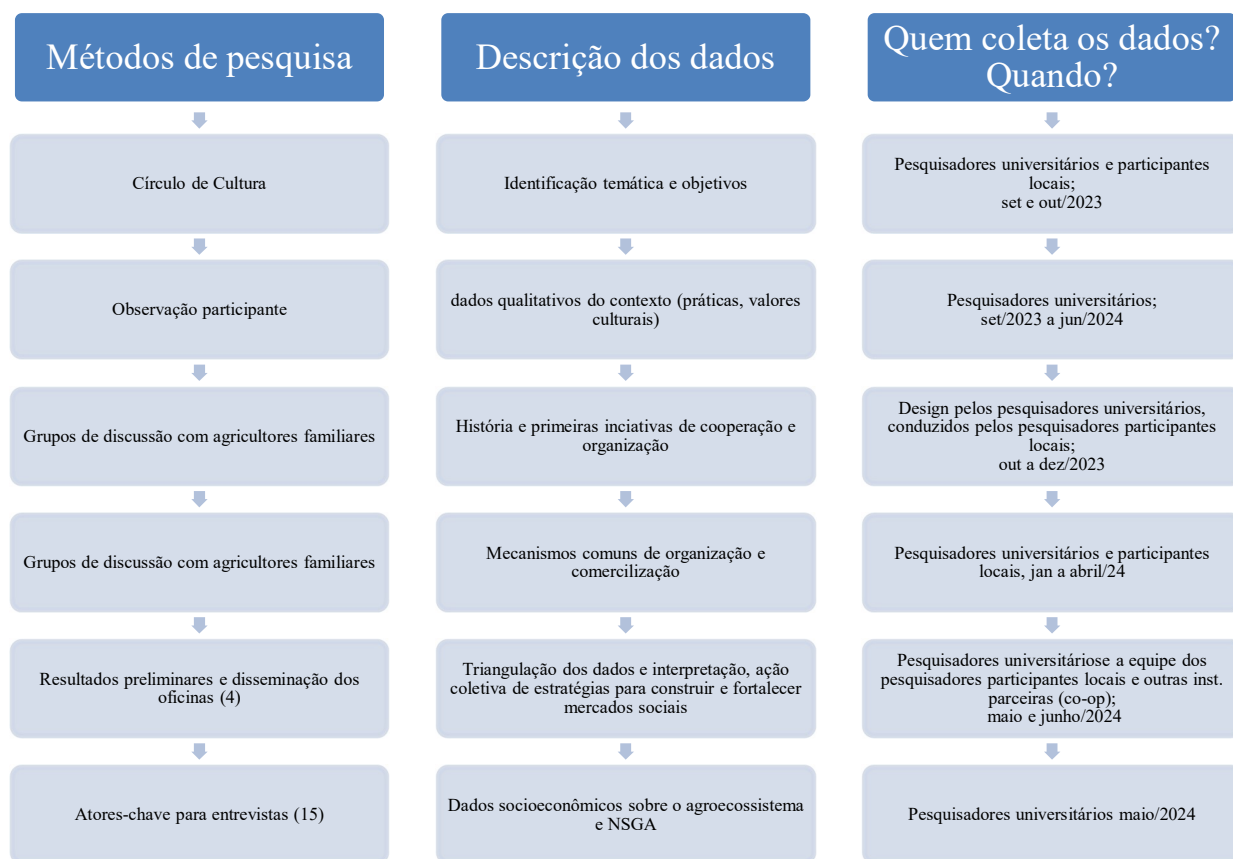


Fonte: UJC (2019).

Assim, foi possível desenhar o design da pesquisa que é representado pela Figura 5. O planejamento fundamentou-se nos princípios da PAP: a coprodução de conhecimento ao envolver os participantes progressivamente e situada, em todas as etapas possíveis, incluindo a definição das questões de pesquisa, a coleta e análise dos dados, e publicação dos resultados; a práxis, na construção de teoria social ao suscitar processo dialógico em pessoas de diferentes realidades e posições horizontais possibilitando a coprodução e reflexão coletiva crítica; e a ação, na mobilização dos resultados para além do campo acadêmico, ao contribuir para promover os

processos de transformação social concretos nos contextos vividos pelos participantes e em seus territórios.

Figura 5- Design da estratégia da PAP



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A escolha dos municípios foi orientada pelo baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) e as políticas de enfrentamento aos desafios para o desenvolvimento regional paranaense (IPARDES, 2022). Sendo assim, o público-alvo são as comunidades de agricultores familiares em base ecológica dos municípios-alvo de Barbosas Ferraz e Mariluz. Entende-se que a agricultura familiar público-alvo compõe não só o proprietário, mas também envolve o trabalho dos familiares do domicílio nas atividades do sistema agroalimentar.

A escolha do delineamento temporal de corte transversal com perspectiva longitudinal justifica-se, pois inicialmente, pelo objetivo de realizar a coleta de dados com os atores sociais em

momentos específicos, com grupos de discussão, desenho do mapa do agroecossistema, mapa conceitual participativo da agroecologia, travessias pela propriedade rural, entrevistas semiestruturadas e observações participantes. Esses procedimentos foram conduzidos em um dado momento particular no tempo, referente ao recorte temporal do ano de 2020 (início pandemia) a 2024. Nesse sentido, embora a coleta tenha ocorrido em momentos determinados, as respostas se embasam em situações e eventos passados, e assim, as percepções dos entrevistados não foram exclusivamente relativas ao momento da coleta, mas sobretudo a períodos anteriores e incorporaram processos e transformações vivenciados ao longo do tempo, conferindo à análise uma perspectiva longitudinal (Pettigrew, 1990).

Ao tratamento dos dados primários foi aplicada a Análise de Discurso Crítica (ADC), enquadramento especial no trabalho de Chouliaraki e Fairclough (1999) e revisitado em Fairclough (2003), com apoio do Software Atlas TI versão 25, programa reconhecido entre os pesquisadores qualitativos. A escolha da perspectiva metodológica ADC dá-se pela abordagem conceitual que incita o interesse na análise de práticas problemáticas decorrentes de relações exploratórias, porque capta a relação entre o discurso e outros elementos sociais na formação das práticas sociais. Sendo uma análise textual socialmente orientada, objetiva prover embasamento científico de um questionamento crítico das relações sociais (Fairclough, 2003).

Segundo Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016) que dispõe sobre as diretrizes éticas para as ciências sociais no campo científico, visando a proteção do participante da pesquisa, foi documentado e assinado pelos participantes da pesquisa o Registro do Consentimento e do Assentimento (APÊNDICE I). Como também é observado a Resolução 14/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (UEM, 2017), e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018 conforme arts. 4º, II.b (BRASIL, 2018). Além, fora seguido princípios éticos orientadores para a pesquisa que sejam antirracistas, antissexistas, antihomofóbicas, antixenofóbicas, anticapacitistas.

4.1.2 Fases

O plano de execução e coordenação da equipe de trabalho foi estruturado em fases metodológicas articuladas, orientadas por princípios da pesquisa participativa e da pedagogia crítico-social. Inicialmente, a primeira fase consistiu de realização de grupos de discussão com a

comunidade de agricultores familiares em base ecológica dos municípios-alvo, com objetivo de organizar e engajar o público para levantar as problemáticas temáticas mais relevantes. Esses encontros foram fundamentais, pois permitiram não apenas o levantamento das demandas, mas também a construção de vínculos de confiança, condição indispensável em pesquisas com engajamento comunitário. As temáticas emergentes foram pesquisadas e endereçadas ao objeto do projeto com o método círculo de cultura que fomentou os métodos subsequentes, que são: os grupos de discussão conforme agenda da comunidade e aplicados presencialmente ou em plataformas online quando não disponível uma agenda comum; entrevistas semiestruturadas e observação participante.

Na condução dos grupos de discussão seguiram-se as orientações do MAPA (2020), que recomendam evitar a coleta de tarjetas/cartões na plenária com um grupo grande, pois essa dinâmica tende a dispersar o foco dos participantes e comprometer a atenção dos participantes. Observou-se ainda, que a etapa de identificação de problemas sem trabalhar sem a abertura para construção de soluções gerou frustração em parte dos participantes ficaram frustrados, demonstrando os limites de abordagens excessivamente diagnósticas em contextos participativos. Esses aprendizados reforçam a manutenção da flexibilidade no desenho e condução das oficinas, por exemplo, a primeira sessão ajudou a definir o conteúdo e o processo para a próxima sessão, incorporando expectativas, ritmos e necessidades dos participantes.

O método pedagógico crítico-social círculo de cultura (Freire, 1970) fundamentou essa fase ao valorizar as fontes culturais e históricas dos participantes, em que se representou uma situação/problema de situações reais, que levaram à reflexão da própria realidade, para, na sequência, decodificá-la e reconhecê-la. Inicialmente, para que a etapa da investigação temática fosse relevante aos participantes, tornou-se necessário a descoberta do universo vocabular e suas vivências em “temas geradores”, partindo do geral ao específico. Esse processo foi conduzido com um mediador com mínima intervenção a fim de favorecer a emergência do conhecimento coletivo e a construção de ações de intervenção. Na sequência, desenvolveu-se a segunda etapa de codificação e decodificação, compreendida como a contextualização com a significação dos temas emergentes no contexto, para ampliação do conhecimento e conscientização. A última e terceira etapa do desvelamento crítico, foi um processo de ação e reflexão que possibilitou a tomada de consciência da situação real, a superação de situações limitantes e contradições, além de propostas de ação que possibilitaram a integração: sujeito, objeto, contexto, estimulando novas

ações. Esses itinerários metodológicos dialogaram com experiências consolidadas da educação popular e agroecologia (Biazoti; Almeida; Tavares, 2017), assim como da enfermagem (de Souza; Barbosa; et al., 2021; de Souza; Heidemann; et al., 2021).

A partir dos grupos de discussão e o círculo de cultura, as temáticas se afunilaram em tópicos analíticos e se elaboraram questões que avaliaram os principais desafios ao desenvolvimento rural mais sustentável em propriedades em base ecológica. Esses deságios dialogam com os citados por Niederle, Schneider e Cassol, (2021), tais como barreiras de entrada e concorrência, logística, canais de comercialização, formação de recursos humanos especializados, escala na produção, estabilidade da demanda, arranjo organizacional, governança, gestão da informação e outros.

Além de identificar os desafios, essa metodologia também captou as demais práticas e estratégias já utilizadas pela comunidade para lidar com as barreiras e dificuldades do campo. Dessa forma, a pesquisa contribuiu para a construção de teoria social situada, a partir dos dados advindos do processo dialógico e de relações discursivas de participantes da comunidade e a equipe de trabalho (Fahlberg et al., 2020). A valorização de diferentes perspectivas provocou a reflexão coletiva e compreensão holística do problema.

O método de grupos de discussão foi central não apenas como método de coleta de dados, mas para os participantes se apropriassem da produção do conhecimento e da ação, deslocando o protagonismo de atores externos para sujeitos ativos e segurança para os diálogos posteriores. Conforme argumenta Bradbury (2021) devem ser estruturados como práticas de criação de conhecimento transformativo de inclusão máxima possível da participação. Nesse sentido, o tempo certo é a chave. Pois mover-se muito rápido para convidar muitos atores interessados pode prejudicar a confiança. E muito lento também é prejudicial para a experiência positiva que mantém as pessoas envolvidas.

Por fim, a etapa de coleta dos dados foi participativa e inclusiva, com a autorização dos participantes e respectivos Termos de Consentimento Livre Esclarecido (APÊNDICE I). O levantamento inicial com o círculo de cultura fomentou a aplicação dos métodos subsequentes, e foi registrado em diários de campo, posteriormente transcritos e analisados antes da segunda fase se iniciar. Os dados qualitativos da observação participante (Miles; Huberman, 1994) incluíram a participação em reuniões de organização do grupo, grupos de discussão e visitas a campo,

compondo um corpus analítico denso e coerente com os princípios da pesquisa participativa e da agroecologia.

Na segunda fase, após o levantamento inicial do diagnóstico, a equipe de trabalho dos pesquisadores universitários desenvolveu e aplicou materiais pedagógicos e cursos de formação baseados nos temas geradores relacionados a gestão e comercialização solidária, definidos por decisão coletiva nos grupos de discussão. Esses cursos abordaram, de forma integrada, os seguintes eixos: planejamento estratégico, controle da produção, financeiro, e de vendas. Além disso, foram criados materiais pedagógicos sistematizados em uma Coleção de Agroecologia Familiar, composta por sete volumes que abordam os seguintes temas: planejamento estratégico na produção agroecológica; controle de produção e de vendas; gestão financeira e de custos; estratégias de comercialização; vendas online e uso de plataformas digitais; e organização de cestas agroecológicas. Posteriormente, após validação coletiva com a comunidade, essa coleção foi disponibilizada em formato digital de livre acesso. Ademais, realizou-se o lançamento formal durante o 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia em outubro/2025, em Juazeiro/BA, Brasil.

Ademais, na segunda fase houve a aplicação de entrevistas semiestruturadas pela pesquisadora em um processo iterativo e temático, com os atores sociais, apoio de gravações de áudio e registros fotográficos. A escolha dessa fonte de coleta, foi caracterizada pela flexibilidade do roteiro pré-definido, que viabilizou a liberdade da pesquisadora à inclusão de novas perguntas pertinentes a elucidação de pontos cruciais durante a técnica, minimizando erros por respostas dúbias, e predispôs maior interação entre o pesquisador-pesquisado (Martins; Theóphilo, 2007). As perguntas foram elaboradas pela autora e baseadas na análise de agroecossistemas do método Lume (AS-PTA, 2022) e *Tool for Agroecology Performance Evaluation* (TAPE) (FAO, 2019) que serão abordados em profundidade na próxima seção. A seleção dos entrevistados(as) foi através da técnica de amostragem “bola de neve”, articulada com a pesquisa nas redes sociais dos participantes para acessar população específica (Robinson, 2014), em que possibilitou um conhecimento emergente, político e interacional (Noy, 2008). As entrevistas foram realizadas após a entrada no campo, durante o mês de maio de 2024, inicialmente foram selecionados atores sociais que seriam fundamentais a compressão do objeto de pesquisa e assim eles iam indicando os próximos. A definição do número final de entrevistas ocorreu a partir do critério de saturação teórica, momento em que as novas informações deixaram de acrescentar elementos analíticos relevantes ao estudo.

A coleta de dados ocorreu prioritariamente de forma presencial, junto ao Núcleo Social de Gestão do Agroecossistema (NSGA), envolvendo sete famílias de agricultores(as). Em situações de indisponibilidade esses foram convidados ao ambiente virtual, sendo uma via Google Meet®, e uma via chamada de vídeo no Whatsapp®, em razão das limitações de acesso desse participante à plataforma citada anteriormente. Todas as entrevistas foram precedidas pela leitura e gravação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme autorização dos participantes (APÊNDICE I).

Por conseguinte, foram transcritas as entrevistas, os diários de campo, e as observações participantes. A responsabilidade da inserção dos dados na database foi pela equipe de trabalho ao exportar os arquivos digitais ou manual das fichas de papel em programas de análise de dados. Foram acessados o [Whisper®](#) que possui maior acurácia das palavras, porém é necessário dividir o áudio em blocos menores, devido a limitação de dados o que ocasiona maior tempo de transcrição. E em complementar o [Gladia®](#) na diarização dos falantes, em identificar e segmentar automaticamente o áudio. Ambos são Inteligências Artificiais (IA), que permitem a transcrição no idioma diferente do áudio de entrada, são gratuitos, mas com limitações na quantidade de uso de dados. Ao tom de voz e o estado emocional dos participantes, a IA ainda não é capaz de gerar essa linguagem não verbal. Esses modelos de linguagem aplicados às transcrições possuem menos vieses e alucinações (Sampaio; Sabbatini; Limongi, 2024). Após a geração da transcrição em texto, todos arquivos foram deletados e de acordo com os termos de uso, as plataformas não possuem histórico de backup e são removidos permanente. Além, ainda que as IA automatizem os processos é fundamental a análise e escrutínio da pesquisadora, pois a cognição humana é única em interpretação. A autora e equipe se comprometeram a seguir o uso ético e responsável de tecnologias de IA, à proteção e privacidade dos dados dos participantes.

A etapa posterior de tratamento e análise dos dados, foi em discussão com os participantes no processo de transformar os dados em resultados de pesquisa, para compreenderem e debaterem as recomendações de ações. Essa etapa foi realizada com o apoio de assistentes previamente treinados e a equipe de trabalho. Os participantes foram convidados a refletir coletivamente sobre o que caracteriza um resultado de pesquisa. Ressalta-se a importância de que todo o processo tenha ocorrido em um ambiente inclusivo e seguro, com feedbacks, questionamentos e diferentes pontos de vistas foram continuamente estimulados. Destaca-se, ainda, o caráter espiralado da PAP, em que as demandas emergentes foram incorporadas em múltiplas fases do estudo, reforçando a

compreensão da pesquisa como um ciclo contínuo de reflexão e ação, desenvolvido ao longo de todo o processo investigativo.

Após a discussão dos dados e resultados, seguindo os princípios da PAP de ação coletiva foi produzido e distribuído material de divulgação sobre os achados para os participantes e residentes da comunidade, bem como apresentados em congressos nacionais e internacionais, eventos regionais de caráter comunitário e científico. Ademais, foram planejadas ações específicas de socialização para agentes governamentais, terceiro setor, ativistas, e demais interessados.

Os planos de ação e de disseminação dos resultados foram elaborados a partir da identificação de audiências-alvo em diferentes níveis, local, nacional e internacional, respeitando as especificidades de cada contexto. Nesse processo, foram concebidos materiais educativos de conscientização, produzidos de forma colaborativa com os participantes, e fundamentados nos resultados da pesquisa e nas soluções por eles sugeridas. Os resultados também foram apresentados em oficinas e fóruns públicos, com o objetivo de dialogar com demandas locais e enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar de base ecológica no Brasil, com especial atenção ao contexto paranaense, contribuindo para o fortalecimento de comunidades mais resilientes. Por fim, há o convite a divulgação científica dos resultados oriundos da discussão comunitária, com coautoria com participantes das comunidades e organizações-alvo, reforçando o compromisso ético e político da pesquisa com a produção compartilhada do conhecimento.

Diante do percurso metodológico apresentado, torna-se pertinente explicitar o que caracteriza uma PAP com abordagem crítica, diferente de metodologias com protocolos fixos, mas constitui-se como um conjunto de estratégias reflexivas e processuais que se transformam ao longo da pesquisa em diálogo com os participantes, e possui a orientação clara da cocriação de conhecimento que integra pragmatismo e socioconstrutivismo, reconhecendo que os sentidos, aprendizados e resultados emergem da interação entre os participantes, contextos e práticas. Exemplos desse processo incluem o desenvolvimento frequentemente “invisível” dos participantes enquanto protagonistas da pesquisa, novas experiências de melhoria na forma de viver, ser ou trabalhar (Bradbury, 2021). Assim, a promoção de mudanças sociais positivas, tanto nos participantes e no campo, configura-se como um dos diferenciais dessa estratégia metodológica (Málovics et al., 2019). Isso ocorre porque os dados são captados e interpretados dentro do seu contexto social, político e econômico na qual impacta a vida dos participantes. Logo, a PAP é:

(...) uma escola de abordagens que compartilham uma filosofia central de inclusão e de reconhecimento o valor de se envolver no processo de pesquisa (em vez de incluindo

apenas como sujeitos da pesquisa) aqueles que se destinam a ser os beneficiários, usuários e partes interessadas da pesquisa (Macaulay, 2016, p. 256).

Assim, ao reconhecer e engajar o público-alvo como coprodutores de conhecimento e de soluções, a PAP afirma-se como uma estratégia metodológica intrinsecamente inclusiva. Importa destacar que esta pesquisa foi realizada, entre 2021 a 2025, em um campo atravessado por múltiplas crises sanitária, saúde mental, ambiental, social e econômica algumas anteriores e potencializadas pela pandemia da COVID-19. Ainda que o estado formal de calamidade pública não esteja mais em vigor, esse contexto histórico específico, marcado por profundas incertezas e transformações, bem como pelas respostas institucionais e políticas públicas adotadas, influenciou de maneira significativa as dinâmicas sociais, produtivas e organizativas investigadas. Considerar essas variáveis mostrou-se fundamental para compreender os dados empíricos e situar os resultados apresentados na seção de discussão e análise dos dados.

4.2 Municípios-alvo

A vivência desse estudo é engajada e colaborativa junto aos participantes universitários e comunidade, com foco em desenvolvimentos sustentáveis em articulação com associações e cooperativas de pequenos agricultores familiares rurais situados no sul do Brasil, especificamente no estado do Paraná. Para viabilizar a pesquisa e alinhá-la a estratégia metodológica adotada da PAP foi necessário a busca ativa por recursos destinados às atividades de extensão, e parceiros institucionais e comunitários.

O público-alvo foi definido em consonância com as normativas para apresentação de propostas de projetos de extensão do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF) para pleitear recursos financeiros da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI). Um dos requisitos do edital foi priorizar municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para fomentar o mapa de crescimento e desenvolvimento científico e tecnológico no Paraná. Conforme abaixo a Tabela 1 com o perfil demográfico e socioeconômico dos municípios respectivamente no qual as organizações-alvo, Casa da Agricultura Familiar e Cooperativa Agrária dos Assentados do Vale do Piquiri (COOPERAGRA) da Reforma Agrária, pertencem e aceitaram participar da pesquisa.

Tabela 1 - Características dos municípios das organizações-alvo

	Barbosa Ferraz	Mariluz
População estimada 2021	11.287	10.327
IDHM geral ¹ -2010	0,696	0,639
IDHM- renda	0,667	0,653
Renda per capita- 2010	R\$ 507,70	R\$ 466,87
Principal renda -2021	Agrícola	Agrícola
Principais culturas temporárias, por área colhida ha (frequência decrescente)-2021	Soja, milho, trigo, feijão	Soja, milho, cana-de-açúcar, mandioca
Principais culturas temporárias, por rendimento médio kg/ha (frequência decrescente)-2021	Tomate, mandioca, melancia, batata-doce	Cana-de-açúcar, mandioca, batata-doce, melancia
Principais culturas permanentes, por área colhida ha (frequência decrescente)-2021	Café, maracujá, banana (cachos), laranja	Banana (cachos), palmito, abacate, maracujá
Principais culturas permanentes, por rendimento médio kg/ha (frequência decrescente)-2021	Abacate, maracujá, laranja, manga	Abacate, maracujá, banana (cachos), palmito
Principais atividades agropecuárias, por estabelecimento (frequência decrescente)-2021	Pecuária e outros animais, lavoura temporária, lavoura permanente, produção florestal de florestas plantadas, horticultura e floricultura, e aquicultura	Lavoura temporária, pecuária e outros animais, produção florestal de florestas plantadas, lavouras permanentes, e horticultura e floricultura
Principais estabelecimentos, por condição do produtor-2021	Proprietário, arrendatário, comodato	Proprietário, assentado sem titulação definitiva ² , arrendatário

Fonte: Elaborado pela autora a partir de IPARDES (2023a, b).

O desenvolvimento humano e socioeconômico dos municípios –alvo, são segundo os dados do IBGE e o site de consulta Atlas Brasil (Atlas-Brasil, 2025), repositório online do Ipea e o UNDP. Os municípios de Mariluz e Barbosa Ferraz, ambos localizados no interior do Paraná e

¹ O índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal: 0,000 a 0,499 - muito baixo; 0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto e 0,800 e mais - muito alto.

² O levantamento dos dados acima refere-se a 2017. Houve posteriormente um acordo com a Cooperação Técnica nº693/2021 SEI/INCRA, que estabelece os termos para emissão dos títulos definitivos das terras da reforma agrária de Mariluz-PR, porém até a data dessa pesquisa, não há comunicação do recebimento efetivo (INCRA, 2025).

com base econômica predominantemente agropecuária, evidencia-se contrastes relevantes em seus indicadores de desenvolvimento humano e condições socioeconômicas.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em Mariluz apresenta um de faixa média 0,639 (0,600-0,699), valor inferior à média estadual do Paraná de 0,749 na faixa alta (0,700-0,799) e também ao registrado por Barbosa Ferraz (0,696), ambos situados na faixa média. Essa diferença reflete nas condições de renda per capita mensal de Mariluz era de R\$ 466,87, em 2010, a de Barbosa Ferraz alcançava R\$ 507,70, indicando um padrão de vida ligeiramente mais elevado.

Em Mariluz as taxas de extrema pobreza, pobreza e vulnerabilidade à pobreza correspondiam, respectivamente, a 4,10%, 13,96% e 38,59% da população. Conforme os critérios do Atlas do Desenvolvimento Humano, são considerados extremamente pobres, pobres e vulneráveis os indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, R\$ 140,00 e R\$ 255,00 (valores de 01 agosto de 2010). Dados do Cadastro Único (CadÚnico) indicam aumento das proporções de pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade entre 2014 e 2017, mesmo após o recebimento do Programa Bolsa Família. Nesse período, houve aumento da população em situação de pobreza, de extremamente pobres passou de 8,33% para 10,37%, a de pobres de 37,58% para 52,99%, e a de vulneráveis à pobreza de 46,80% para 76,38%. Apesar desses indicadores preocupantes, o índice de Gini do município reduziu-se de 0,54 (2000) para 0,46 (2010), sinalizando diminuição da desigualdade de renda, melhora na distribuição de renda. Logo, Mariluz apresenta melhoras graduais na distribuição de renda, porém mantém baixos indicadores de desenvolvimento humano e alta vulnerabilidade social, refletindo os desafios persistentes da desigualdade estrutural em municípios de pequeno porte no interior do Paraná.

O município de Barbosa Ferraz (PR) apresenta melhores condições socioeconômicas relativas, associadas a uma estrutura produtiva mais diversificada considerando todos os cultivos e maior estabilidade fundiária. Em 2021, destacavam-se as combinando pelo critério de rendimento médio, as culturas temporárias (tomate, mandioca, melancia, batata-doce) e permanentes (abacate, maracujá, laranja, manga) por, além de atividades pecuárias e florestais. Já Mariluz concentrando-se em culturas temporárias por rendimento médio de cana-de-açúcar, mandioca, batata-doce, melancia. E culturas permanentes por rendimento médio de abacate, maracujá, banana (cacho) e palmito.

As principais atividades agropecuárias dos municípios incluem pecuária, lavoura temporária e permanente, e produção florestal de florestas plantadas, horticultura e floricultura e aquicultura demonstrando um perfil econômico híbrido entre agricultura e criação animal. Quanto à condição fundiária de Barbosa Ferraz, predomina o regime de propriedade, complementado por arrendatários e comodatários, o que sugere menor presença de assentamentos rurais em comparação com Mariluz onde há peso maior de produtores assentados sem titulação definitiva. Contudo, a dependência predominante da agricultura o mantém vulnerável a oscilações de mercado e impactos climáticos, desafios centrais para a sustentabilidade socioeconômica local.

Quanto ao perfil socioeconômico dos municípios é necessário destacar limites na disponibilidade e transparência dos dados mais atualizados do Censo do IBGE de 2010, conforme apresentados nos Cadernos Estatísticos do IPARDES publicados em fevereiro de 2023 (IPARDES, 2023a, b). Até o momento não há dados mais atualizados desses IDHM, visto que o Brasil enfrentou a suspensão do censo do IBGE em 2020 devido a pandemia, e nos anos seguintes, 2021 e 2022, severos cortes orçamentários, redistribuição de recursos, greves do recenseadores e alta taxa de recusas de respostas durante o governo negacionista do ex-presidente Jair Bolsonaro. Esses principais fatores invisibilizaram a geoestatística e o perfil socioeconômico dos municípios-alvo e as potenciais consequências no desenvolvimento socioeconômico e investimentos em políticas públicas.

Diante de constantes cortes orçamentários e apagões da educação e pesquisa científica no Brasil, a sobrevivência e continuidade de pesquisas, a estratégia para execução dessa tese foi de formação de parcerias entre instituições de ensino públicas gratuitas e de qualidade. Através de dois projetos de extensão fomentados pelo estado do Paraná no âmbito Universidade Sem Fronteiras, para financiar e formar bolsistas a extensa coleta de dados participativa e transformativa. A parceria formal de instituições do ensino superior foi entre a Universidade Estadual do Paraná no campus de Campo Mourão (UNESPAR) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM), representado por professores coordenadores e os alunos de graduação e recém-graduados, para compartilhar o conhecimento gerado na academia por meio da extensão universitária e o coconstruir com a comunidade.

A escolha temática proposta no projeto de extensão submetido ao edital foi alinhado ao objeto central da pesquisa, inserindo-se na área prioritária de Agricultura e o Agronegócio e estratégica de Desenvolvimento Sustentável (implementação de políticas públicas que assegurem

engajamento e articulação dos públicos de interesse em torno do desenvolvimento sustentável) com foco na Agricultura Familiar e Agroecologia. Os objetivos propositivos são de incentivar a organização de empreendimentos (associações, cooperativas etc.) para gerar emprego e renda; apoiar e fortalecer sistemas em base ecológica sustentáveis; fortalecer a comercialização solidária em redes locais e regionais; estimular ações inovadoras para melhorar a qualidade de vida no meio rural paranaense.

Duas propostas foram apresentadas e aprovadas, uma com o edital 1/2022/SETI, “Agroecologia Familiar: aproximando produtores e consumidores”, com período de atividades entre julho/2023 a julho/2024, e recursos para oito bolsas auxílio mensais para a equipe universitária durante a vigência do projeto. Já a segunda proposta aprovada com edital lançado 2 anos depois, sendo o nº 01/2024/SETI. Originalmente no escopo da pesquisa estava incluído o município paranaense Moreira Sales, entretanto em decorrência que não houve abertura institucional para realização das ações previstas, essas focaram nos municípios de Barbosa Ferraz e Mariluz.

Além disso, para a segunda proposta aprovada no edital 01/2024/SETI, houve mudança de foco, direcionando-se especificamente para os empreendimentos da agricultura familiar e agroecológica, sob título de “Agroecologia Familiar: fortalecendo as entidades”, com período de novembro/2024 a novembro/2025, e ampliação da oferta de recursos para além das bolsas auxílio mensais destinadas à equipe universitária, incluindo despesas de custeio como diárias e combustível, essenciais para as atividades a campo. Embora tais resultados ainda estejam em andamento, e, portanto, não estão em sua totalidade consolidados nessa tese, o projeto já evidencia enraizamentos sociais, econômicos e simbólicos construídos entre os participantes, e redefinindo canais de acessos, difusão do conhecimento, intercâmbio entre as redes, fortalecimento de vínculos de confiança para prefiguração de futuros agroecológicos instanciados nas práticas diárias de circuitos curtos de comercialização e redes sociotécnicas.

A pesquisadora atuou como coidealizadora e coorientadora em todas as etapas do processo, desde a definição dos objetos e objetivos, a escolha metodológica prioritária da PAP, até redação das propostas, seleção dos municípios, e articulação institucional. Além disso, a pesquisadora atuou em conjunto com o coordenador, na orientação direta dos bolsistas, a coordenação das dinâmicas em campo e a redação dos relatórios técnicos e científicos, assegurando a coerência metodológica e o rigor acadêmico ao longo de todo o processo investigativo. Em Mariluz, a

atuação dela foi fundamental para o estabelecimento de parceria com o CAPA e o MST, permitindo a aproximação e entrada no campo com construção de vínculos de confiança, o que suscitou a posterior fase, apenas no escopo da tese, de aprofundamento da compreensão da multifacetada realidade com a aplicação de entrevistas semiestruturadas pela pesquisadora.

Diante desse cenário restrito de recursos é fundamental ressaltar a necessidade urgente de ampliação do fomento aos projetos de extensão no Brasil – tanto em quantidade e montante – é um problema estrutural que vai além da concessão pontual de bolsas de auxílio. As demandas das atividades extensionistas, especialmente aquelas realizadas em territórios rurais e periferias urbanas, requerem custeio consistentes com as atividades de deslocamento em recursos de diárias, combustível, materiais de consumo, investimento em equipamentos, e alimentação, entre outros custos essenciais. O subfinanciamento dessas iniciativas não apenas limita a capacidade operacional das universidades públicas, mas também compromete a efetividade da tríade ensino-pesquisa-extensão, transformando a extensão em um espaço precarizado e subestimado. A descontinuidade e a fragilidade das políticas públicas de Estado voltadas ao fomento científico revelam um padrão de desvalorização do conhecimento como bem público e estratégico para o desenvolvimento social. Sem a consolidação de investimentos sustentáveis e de longo prazo, editais governamentais tornam-se apenas paliativos que mascaram a ausência de um compromisso real com o fortalecimento da ciência e da universidade pública no país.

Moura, Moreira e Almeida (2022) contribuem para o debate sobre os limites e desafios da institucionalização da agroecologia no Brasil com a pesquisa ação descentralizada dos núcleos de articulação estaduais de agroecologia. De acordo com as autoras os processos de desmonte das políticas públicas estaduais voltadas à agroecologia no Brasil, perpassam mudanças políticas e institucionais recentes que fragilizaram programas e iniciativas antes voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, da produção orgânica e do manejo sustentável dos recursos naturais. Advertem que apesar dos avanços obtidos em décadas anteriores, com políticas específicas para agroecologia nos estados de apoio técnico, crédito rural diferenciado e programas de comercialização, houve um progressivo dismantelamento dessas estruturas, especialmente após mudanças nos governos estaduais e pressões do agronegócio. O frágil processo de implementação e efetivação de políticas públicas. Aos exemplos de cortes orçamentários, alterações institucionais, esvaziamento de equipes técnicas, falta de continuidade nas ações e desarticulação entre sociedade civil e Estado. Os impactos negativos sobre os agricultores familiares são que perdem acesso a

instrumentos essenciais para manter práticas sustentáveis e diversificadas, ampliando sua vulnerabilidade econômica e social. O estudo denuncia a contradição entre o discurso oficial de apoio à sustentabilidade e as práticas governamentais que favorecem modelos agroindustriais intensivos e excludentes, reforçando as desigualdades no campo.

4.3 Análise de agroecossistemas

Diante do delineamento das organizações-alvo, a escolha da análise pela prefiguração organizacional, política e ecológica de seus agroecossistemas fundamentou-se na necessidade de compreender, de forma integrada, as múltiplas dimensões de meio ambiente, agrícola, econômica, social, equidade de gênero, política, produção do conhecimento e soberania alimentar. Nesse sentido, a análise de agroecossistemas exigiu um enfoque sistêmico, capaz de captar não apenas resultados agrícolas produtivos, mas também dinâmicas organizativas, relações de poder e processos de transição em curso.

A literatura especializada destaca a existência de vários frameworks para medir, monitorar a sustentabilidade e agroecologia com indicadores como parte de um processo de avaliação sistêmico, participativo, interdisciplinar e flexível, adaptável a diferentes níveis de disponibilidade de dados e recursos técnicos e financeiros locais. Conforme expõe a revisão da literatura de Darmaun *et al.* (2023), eles exploram 14 métodos de múltipla escala e dimensão para avaliação de agricultura resiliente e sustentável e se esses são adequados para transições agroecológicas. Sendo eles, o Autodiag, Dendoncker, IDEA, Lume, Memento GTAE, MESMIS, Meuwissen, MMF, QAToCA, SAFE, SALT, SLF, TAPE, e o Tata Box.

Entretanto, nenhum contemplou integralmente os cinco critérios centrais para essa pesquisa: a adaptação local, interação social, princípios agroecológicos, abordagem participativa e perspectiva de transição. A maioria apresentou boa adaptabilidade, por diretrizes flexíveis e fases de contextualização (13 métodos) e os que consideraram interações sociais (14), mas poucos incluíram o mapeamento de atores (2), princípios agroecológicos (2) ou dinâmicas temporais das transições (2). Além, alguns incluíram abordagens participativas de base comunitária (7) tanto no processo de desenvolvimento quanto na aplicação dos instrumentos.

Diante desse cenário, Darmaun *et al.* (2023) sugerem que a combinação de métodos pode equilibrar o trade-off entre comparabilidade do objetivo, tempo, recursos e níveis de participação.

Abordagens padronizadas, como o IDEA, permitem benchmarking, mas sacrificam a sensibilidade ao contexto local, enquanto as flexíveis demandam mais mediação e recursos. Esse dilema remete à dupla finalidade da avaliação em apoiar atores locais na gestão das transições agroecológicas, o *advocacy* e a formulação de políticas baseadas em evidências. Para superar essa tensão, sugerem harmonizar avaliações localmente adaptadas, com indicadores flexíveis e fases estratégicas que valorizem o contexto territorial e fortaleçam a formulação de políticas baseadas em evidências.

Foi nesse contexto que essa tese se orientou pela articulação entre o TAPE e o LUME, mas como estratégias flexíveis e adaptadas ao contexto iterativo da PAP. Não como instrumentos aplicados de forma rígida ou normativa, mas como estratégias analíticas flexíveis, adaptadas ao caráter iterativo, reflexivo e situado. Essa escolha permitiu combinar a comparabilidade e a legitimidade institucional do TAPE com a sensibilidade territorial, política e participativa do LUME, fortalecendo a análise dos agroecossistemas como espaços de prefiguração de alternativas organizacionais, produtivas e sociopolíticas.

A Ferramenta de Avaliação de Desempenho Agroecológico (TAPE, na sigla em inglês) desenvolvida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2019), com abordagem internacional, constitui um instrumento analítico global voltado à mensuração multidimensional do desempenho da agroecologia nos diversos sistemas produtivos (Figura 6). Sua concepção metodológica por sua vez é baseada no *Marco para la Evaluación de Sistemas de Manejo de recursos naturales incorporando Indicadores de Sustentabilidad* (MESMIS) formulado no México e amplamente difundido na Espanha (López-Ridaura; Masera; Astier, 2002).

O objetivo desses métodos é fornecer evidências empíricas que subsidiem políticas públicas e decisões estratégicas de diferentes atores sobre a contribuição da agroecologia para a transformação sustentável dos sistemas agroalimentares. Entre seus fundamentos normativos, destaca-se a centralidade do princípio da autonomia dos agricultores, em contraste com abordagens prescritivas e dependentes de insumos externos, característica do modelo convencional de desenvolvimento rural.

A ferramenta TAPE foi elaborada às recomendações do relatório do Comitê de Segurança Nutricional das Organizações Unidas em 2019 para os países engajarem em agricultura e sistemas alimentares para processos de transição agroecológica mais eficientes, baseadas em normativas, ciência baseada em evidências em agroecologia, e desenvolver métricas, ferramentas e protocolos

para avaliar a contribuição da agroecologia e outras abordagens para a transformação da agricultura sustentável e dos sistemas alimentares. Nesse sentido, a construção do TAPE envolveu o processo de consultas e diálogos participativo com a comunidade formada de cientistas, ativistas, agricultores, extensionistas, agentes do governo envolvidos nos processos de decisão, OSCs, organizações internacionais e instituições de fomento. Esse caráter dialógico e multissetorial é um dos pilares metodológicos da TAPE (Figura 6), refletindo o compromisso da ferramenta com a produção de conhecimento situado, transdisciplinar e orientado à ação, elementos coerentes com a perspectiva da agroecologia como ciência, prática e movimento social.

Figura 6 - Lista de dimensões e critérios para análise multidimensional da agroecologia, métodos e os respectivos indicadores de ODS segundo o método TAPE da FAO.

MAIN DIMENSION	#	CORE CRITERIA OF PERFORMANCE	PROPOSED METHOD OF ASSESSMENT IN SURVEY	SDG	SDG INDICATORS
Governance	1	Secure land tenure (or mobility for pastoralists)	Type of tenure over land: property, lease + duration, verbal, not explicit (SDG 1.4.2, 5.a.1 and 2.4.1 sub-indicator 11) Existence and use of pastoral agreements and mobility corridors	1 2 5	1.4.2 2.4.1 5.a.1
	2	Productivity	Farm output value per hectare (SDG 2.4.1 sub-indicator 1) Farm output value per person	2	2.3.1 2.4.1
Economy	3	Income	Outputs - inputs - operating expenses - depreciation + other income (SDG 2.4.1 sub-indicator 2)	1 2 10	1.1.1, 1.2.1 and 1.2.2 2.3.2 2.4.1 10.2.1
	4	Added value	Net income +rents +taxes +interests - subsidies	10	10.1.1 10.2.1
Health & nutrition	5	Exposure to pesticides	Quantity applied, area, toxicity and existence of risk mitigation equipment and practices	3	3.9.1 3.9.2 3.9.3
	6	Dietary diversity	Minimum Dietary Diversity for Women (FAO and FHI 360, 2016)	2	2.1.1 2.1.2 2.2.1 2.2.2 2.4.1
Society & Culture	7	Women's empowerment	Abbreviated Women's Empowerment in Agriculture Index, A-WEAI (IFPRI, 2012)	2 5	2.4.1 5.a.1 5.a.2
	8	Youth employment opportunity	Access to jobs, training, education or migration (SDG 8.6.1)	8	8.6.1
Environment	9	Agricultural biodiversity	Relative importance of crops varieties, livestock breeds, trees and semi-natural environments on farm (SDG 2.4.1 sub-indicator 8.1, 8.6 and 8.7)	2 15	2.4.1 2.5.1
	10	Soil health	Adapted SOCLA rapid and farmer friendly agroecological method to assess soil health (Nicholls <i>et al.</i> , 2004)	2 15	2.4.1 15.3.1

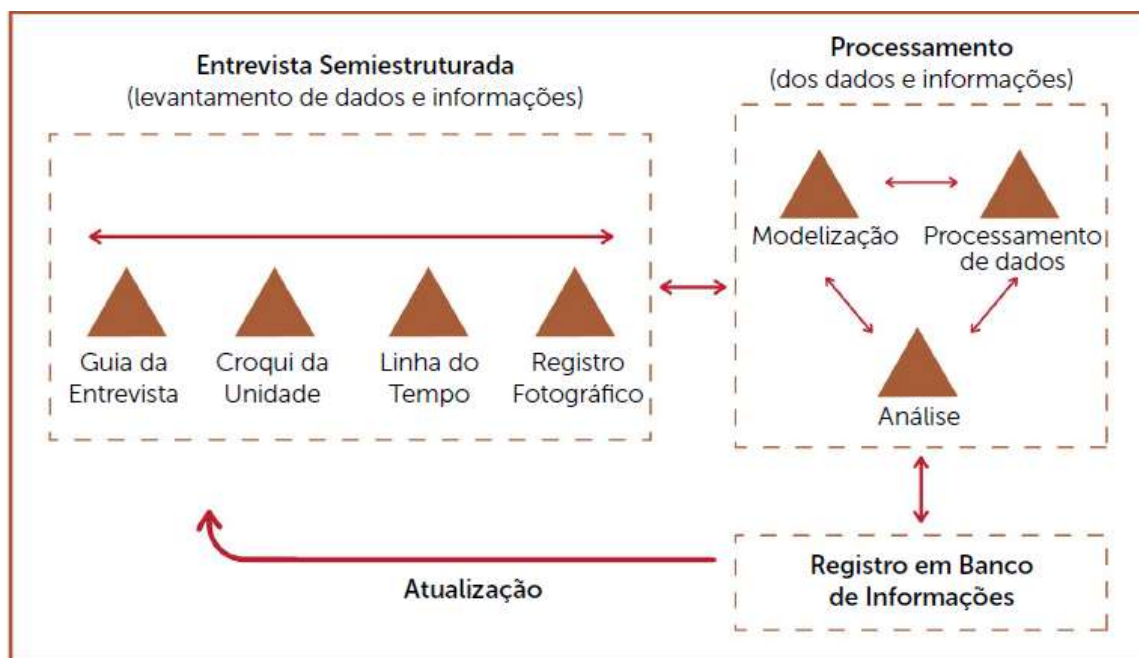
Fonte: FAO (2019).

Os tipos de iniciativas que majoritariamente testam a ferramenta incluem: projetos que visam avaliar a sustentabilidade na agricultura, redes de fazendas engajadas no monitoramento do desempenho multidimensional, investimentos na agricultura que desejam monitorar seu impacto na sustentabilidade, fazendas, comunidades e territórios que desejam mensurar seu desempenho agroecológico visando melhorias ao longo do tempo, etc.

Portanto, a escolha do método foi orientada pela sua flexibilidade e adaptável a diferentes contextos territoriais, o que o torna adequado tanto para projetos de pesquisa e redes de monitoramento. A sua estrutura facilita a comparabilidade entre iniciativas, ao mesmo tempo em que respeita as especificidades locais ao conciliar a produção de dados para formulação de políticas públicas com o fortalecimento das práticas de gestão participativa no campo.

Além do TAPE, optou-se também pela utilização do método LUME (Figura 7) desenvolvido no Brasil pela AS-PTA (2022), é mais recente e partiu do TAPE, ao incluir perspectiva crítica e contextual fundamentado na economia crítica, abordagem participativa e perspectiva sistêmica para a construção do conhecimento agroecológico. Esse método permite compreender não apenas o desempenho agroecológico, mas também as relações de poder, os condicionantes econômicos e as estratégias de reprodução social das famílias agricultoras.

Figura 7- Itinerário para a análise de sustentabilidade de agroecossistemas segundo o método Lume.



Fonte: AS-PTA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA, (2022).

O objetivo é fortalecer programas de desenvolvimento rural orientados pela agroecologia, tornando visíveis as dimensões econômicas, ecológicas e políticas que caracterizam os modos de vida da agricultura familiar, frequentemente invisibilizados pelo paradigma econômico dominante. Assim, essa escolha complementou a aplicação do TAPE ao revelar dimensões qualitativas e subjetivas, como a autonomia, os vínculos comunitários e a justiça social, que são essenciais para avaliar a sustentabilidade em sua totalidade e fortalecer programas de desenvolvimento rural orientados pela agroecologia.

Alguns trabalhos documentados que utilizaram o método LUME no contexto brasileiro compreendem uma variedade de formatos, incluindo artigos publicados no periódico *Cadernos de Agroecologia* (ISSN 2236-7934), com experiências apresentadas no Congresso Brasileiro de Agroecologia (Alves, Carlos Vítor Oliveira *et al.*, 2020; Ramos; Amarante; Moraes, 2024; Sousa; Cavalcante, 2022), além de trabalhos nos anais de eventos (Ochoski; Amâncio, 2018) e publicações em formato de livro (Ramos, 2019). A equipe técnica desenvolvedora do LUME na AP-STA com financiamento do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola e em parceria com a Rede ATER Nordeste de Agroecologia tem promovido atividades para reforçar as capacidades das famílias camponesas, por meio da gestão participativa do conhecimento e disseminação de boas práticas para a adaptação às mudanças climáticas (AS-PTA, 2021). Destaca-se, portanto, a relevância da produção brasileira recente sobre o tema, bem como a necessidade de ampliar a popularização e a democratização das metodologias de análise de agroecossistemas. Nesse sentido, o uso de ferramentas como o LUME se mostra fundamental para o fortalecimento de abordagens críticas e participativas, alinhadas aos pressupostos da sociologia econômica e aos princípios da agroecologia.

A adoção dos métodos de análise de agroecossistemas nessa pesquisa fundamenta-se na disponibilidade de referenciais teórico-metodológicos e de experiências empíricas consolidadas, especialmente no contexto brasileiro, o que favoreceu sua aplicabilidade junto aos NSGA e às propriedades rurais vinculadas. Cabe ressaltar, contudo, que tais métodos foram utilizados como referenciais orientadores e não como manuais prescritivos, respeitando-se a complexidade e a singularidade dos territórios analisados. Essa abordagem permitiu maior flexibilidade na seleção e interpretação dos indicadores, com ênfase nas abordagens qualitativas, sobretudo aquelas

relacionadas às dimensões econômica e social, em consonância com os pressupostos da agroecologia e da sociologia econômica crítica.

Com o objetivo de qualificar a análise da sustentabilidade nos agroecossistemas estudados, foram identificados e selecionados indicadores dentro das dimensões de análise, meio ambiente, agrícola dos agroecossistemas, econômica, social, equidade de gênero, política, produção do conhecimento e soberania alimentar das organizações-alvo, e os métodos supracitados, grupos de discussão (n=10), desenho do mapa do agroecossistema (n=10), mapa conceitual participativo da agroecologia (n=2), travessias pela propriedade rural (n=10), entrevistas semiestruturadas (n=9) e observações participantes (n=19). Alinhada aos objetivos desta tese, essa seleção foi sistematizada em um quadro referencial

Tabela 2) que organiza as oito dimensões e os respectivos indicadores e valores inter-relacionados. Essa estrutura analítica visa sistematizar a complexidade dos agroecossistemas e captar a multiplicidade de fatores que influenciam sua sustentabilidade. Por se tratar de uma PAP, o processo é iterativo e autorreflexivo, permitindo a revisão e o aprimoramento contínuo dos referenciais à medida que o conhecimento é co-construído coletivamente. O quadro referencial é inédito e orienta a análise dos dados empíricos, cuja interpretação será aprofundada na seção de discussão, considerando as interações entre as dimensões propostas e os contextos socioterritoriais específicos dos NSGA.

Além, a análise da sustentabilidade dos agroecossistemas é orientada por atributos sistêmicos fundamentados nas dimensões da Autonomia e da Responsividade, conforme proposto por autores da análise de agroecossistemas (AS-PTA, 2022; FAO, 2019; Guzmán Luna et al., 2022). A Autonomia é compreendida como a capacidade do sistema de se reproduzir técnica e socialmente sem depender excessivamente de recursos externos. Em particular, destaca-se a autonomia mercantil, que será considerada tanto maior quanto menor for a necessidade de recorrer aos mercados para suprimento de insumos essenciais como pagamento de arrendatário, pagamento de trabalho a terceiros, diárias, sementes, mudas, fertilizantes e demais fatores produtivos. Essa perspectiva permite identificar em que medida o agroecossistema reduz sua vulnerabilidade estrutural, fortalecendo a soberania dos sujeitos sobre seus modos de vida e produção. A Responsividade, por sua vez, refere-se à capacidade do agroecossistema de responder a variações externas que estão além de seu controle. Essa dimensão poderá ser analisada a partir de quatro qualidades das respostas: estabilidade: capacidade do sistema de manter níveis constantes ou crescentes de produção frente a flutuações previsíveis e de baixa intensidade. Essa estabilidade é sustentada por mecanismos de compensação interna, consumo racional de estoques de recursos anualmente renováveis e elevada diversidade econômico-ecológica; a flexibilidade: habilidade de adaptação a mudanças permanentes e imprevistas no ambiente externo. Sistemas mais flexíveis são capazes de ajustar-se rapidamente a novas condições, minimizando custos de transição e reorganização; a resistência, aptidão para manter o equilíbrio dinâmico do sistema diante de perturbações de curta duração e não previstas. Esse atributo decorre de mecanismos internos de regulação e da capacidade de utilizar estoques de recursos acumulados; e a resiliência, capacidade de reconstituir o equilíbrio dinâmico após alterações intensas, inesperadas e passageiras. A resiliência resulta do uso de reservas estratégicas de recursos, da presença de mecanismos internos

de compensação e da possibilidade de ativar atividades produtivas com rápida resposta econômica. Esses atributos, analisados em conjunto, permitem avaliar a sustentabilidade como um processo dinâmico e multidimensional, que integra aspectos ecológicos, econômicos, sociais e políticos. Ao adotar essa abordagem, busca-se compreender não apenas a viabilidade técnica dos sistemas em base ecológica, mas também sua capacidade de sustentar modos de vida autônomos e responsivos em contextos de incerteza e crise.

Tabela 2- Dimensões e indicadores da agroecologia em agroecossistemas

DIMENSÕES	INDICADORES	ATRIBUTOS DA SUSTENTABILIDADE	PRÁTICAS
MEIO AMBIENTE	Acesso aos recursos naturais: água e terra	Base de recursos autocontrolada: disponibilidade de água e terra	Controle do capital fundiário
			Construção e coleta de água por poços, minas, cisternas, etc.
	Mudanças climáticas (secas, tempestades, enchentes, outros)	Eficiência no uso de recursos naturais (menos dependência de recursos externos)	Consciência climática
			Práticas de conservação do solo, água.
			Manejo/Guardiões de sementes criolas e raças
			Uso de energia renovável para a produção
AGROECOSSISTEMAS	Sistemas produtivos (vegetal e animal)	Estabilidade da produtividade	Renda e produção estável
		Agrobiodiversidade	Diversidade de espécies locais adaptadas a ambientes específicos.
		Autoabastecimento alimentar	Autossuficiente para a produção agrícola e de alimentos. Alto nível de troca/comércio de produtos e serviços entre produtores.

ECONÔMICA	Acesso a mercados	Diversidade de mercados acessados	Variedade de espaços de venda (feiras, PAA, PNAE, entregas diretas, cooperativas, mercados locais, etc.)
	Acesso ao crédito	Grau de acesso a crédito e seguro	Acesso a créditos à agricultura familiar e agroecologia (modalidades ex. PRONAF mulher/agroecologia, Ecoforte, etc.)
	Renda	Diversidade e estabilidade/autonomia de renda no agroecossistema	Renda da integração de cultivos, criações animais. Agregação de valor com agroindústrias familiares
	Construção social de mercados	Distribuição curta e justa da cadeia alimentar	Mercados territoriais, circuitos curtos e/ou digitais bem estabelecidos com participação igualitária de mulheres. Relacionamento forte e estável com os consumidores. Sem intermediários.
	Redes sociotécnicas		Esquemas de garantia participativa (SGP) certificação, de produtores locais, rotulagem de denominação de origem, agricultura apoiada pela comunidade.
	Força de trabalho (NSGA)	Base de recursos autocontrolada	Disponibilidade quantitativa do NSGA e qualitativa, conhecimento do trabalho realizado

	Pluriatividade		Atividades remuneradas fora do agroecossistemas, diárias, emprego, etc.
SOCIAL	Composição do Núcleo Familiar (NSGA)		Capacitação em abordagens agroecológicas (superar pobreza, fome, desnutrição) para promoção de direitos humanos à alimentação e a gestão rural para gerações futuras
	Integração a espaços políticos-organizativos	Participação em movimentos sociais	Experiência em assentamentos da reforma agrária
		Participação democrática	Mais de uma organização, oferece acesso ao mercado e outros serviços com igualdade de acesso a homens e mulheres
	Participação jovem	Protagonismo da juventude	Visualizam futuro na agricultura e estão ansiosos para continuar e melhorar os meios de subsistência e condições de vida em sua comunidade. Não desejam migrar.
EQUIDADE DE GÊNERO	Divisão do trabalho (doméstico e de cuidados, mercantil e de autoconsumo)	Emancipação social, econômica e política das mulheres	Participações equitativas no processo decisório sobre a produção agrícola; acesso e poder de decisão sobre recursos produtivos; controle sobre o uso da renda; liderança na comunidade; e uso do tempo

POLÍTICA	Acesso a políticas públicas	Acesso a mercados territoriais/institucionais (PNAE, PAA, Banco de alimentos)	Mecanismos de governança transparentes, responsáveis e inclusivos.
			Os direitos dos produtores são reconhecidos e respeitados tanto para homens quanto para mulheres. Eles têm a capacidade e os meios para melhorar seus meios de subsistência e desenvolver suas habilidades.
	Educação e ação política		Capacidade para desafiar e transformar a estrutura de poder
CONHECIMENTO			Impacto nas políticas, além dos vínculos entre produtores e produtores-consumidores
			Conscientização e análise do contexto estrutural e histórico
	Cocriação de conhecimento	Inovações agrícolas	Processos e métodos participativos
			Combina conhecimentos tradicionais, indígenas, prático de produtores e comerciantes, e o conhecimento acadêmico global
	Acesso ao conhecimento agroecológico	Participação em redes sociotécnicas e movimentos sociais	Apoio de assistência técnica, gestão e agrícola

SOBERANIA ALIMENTAR	Soberania das sementes	Eficiência no uso de recursos naturais (menos dependência de recursos externos)	Manejo/Guardiões de sementes criolas
	Diversidade alimentar	Identidade cultural e as tradições alimentares	Práticas agrícolas que sejam culturalmente significativas
			Hábitos de alimentação saudável
			Apoio ao direito à alimentação adequada

Fonte: Elaborado pela autora (2025) a partir de AS-PTA, (2022); FAO, (2019); Guzmán Luna *et al.*, (2022).

5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A questão de pesquisa que guia essa tese indaga como produtores da agricultura familiar em base ecológica (agroecológicos e orgânicos certificados/em transição) nos municípios de Barbosa Ferraz e Mariluz prefiguram sistemas alternativos de produção e consumo no cotidiano. A partir desse enfoque, a análise foi estruturada em torno de oito dimensões interdependentes: ambiental, agrícola dos agroecossistemas, econômica, social, equidade de gênero, política, produção do conhecimento e soberania alimentar.

Os resultados obtidos em cada organização-alvo (CAF e COOPERAGRA), considerando o período analisado, evidenciam elementos-chave das dinâmicas socioterritoriais e das estratégias de resistência e inovação construídas pelos agricultores, destacando-se a autogestão, a solidariedade, e a participação democrática como pilares centrais no enraizamento (embeddness) de práticas agroecológicas que articulam valores de sustentabilidade e emancipação.

A pesquisa também envolveu processos de visualização e reconstrução coletiva das memórias e experiências por meio do mapa conceitual participativo da agroecologia (n=2) com base no método LUME, e da identificação do Núcleo Social de Gestão do Agroecossistema (NSGA). As travessias pela propriedade rural (n=10) suscitou a realização de entrevistas semiestruturadas (n=9), a construção da linha do tempo familiar, o desenho do mapa do agroecossistema (n=10) pelos agricultores, o debate sobre os fluxos de produtos e insumos, a reflexão sobre a divisão justa do trabalho doméstico e social, e, por fim, o monitoramento econômico dos diferentes subsistemas produtivos. Paralelamente, foram conduzidos grupos de discussão (n=10) e observações participantes (n=19), que ocorreram de forma concomitante e integrada a essas atividades, enriquecendo a compreensão coletiva sobre as dinâmicas e práticas agroecológicas analisadas.

5.1 Entrada no campo

A entrada no campo universitário, se iniciou com a aproximação e estabelecimento de parceria entre os pesquisadores da UEM e UNESPAR. Em seguida, o processo de formação da equipe universitária revelou-se uma experiência pedagógica e política profundamente marcada por tensões estruturais e potenciais transformadores. Embora as reuniões presenciais e virtuais tenham

ocorrido na fase inicial ao longo de três meses, o aprendizado ultrapassou esse período formal, desdobrando-se nas vivências concretas com os sujeitos e territórios envolvidos no projeto.

Um dos eixos mais desafiadores enfrentados durante a formação foi a problematização de alternativas ao capitalismo. Apesar do engajamento inicial, foi perceptível a dificuldade dos bolsistas em romper com as categorias hegemônicas de desenvolvimento, produtividade e inovação, profundamente arraigadas em sua formação acadêmica e social. A crítica ao capitalismo, enquanto sistema produtor de desigualdades, destruição ambiental e expropriação de saberes, demandou não apenas reflexões teóricas, mas sobretudo deslocamentos ético-políticos. A agricultura verde, por exemplo, frequentemente romantizada como solução “limpa” para os problemas ambientais, revelou suas contradições ao ser analisada à luz dos interesses corporativos e da manutenção da lógica de mercado.

Nesse contexto, as epistemologias decoloniais emergiram como ferramenta fundamental para desestabilizar os pressupostos universalizantes e eurocentrados que permeiam o ensino e a pesquisa convencional. Ao serem provocados a reconhecer os saberes produzidos por camponeses, mulheres, povos indígenas e comunidades tradicionais como legítimos e científicos, os bolsistas iniciaram um processo de desconstrução de hierarquias de conhecimento. A construção de conhecimento compartilhado, baseada no diálogo horizontal, na escuta ativa e no reconhecimento da experiência vivida, tornou-se, assim, não apenas um método, mas uma postura política diante da pesquisa e da extensão. Contudo, a consolidação dessas práticas críticas não se deu sem resistências. O desafio de construir coletivamente, de forma não autoritária e fora da lógica da produtividade acadêmica, implicou revisitar o papel da universidade e sua inserção em territórios historicamente negligenciados. Ao mesmo tempo, revelou a potência de processos formativos que conectam teoria e prática, pensamento crítico e ação transformadora. Em síntese, a formação da equipe universitária evidenciou que a construção de alternativas ao capitalismo passa por processos de formação continuada, comprometidos com a justiça social, ambiental e epistemológica. A experiência do projeto mostrou que, embora repleta de contradições e desafios, a aposta na agroecologia como prática social e na decolonialidade como horizonte ético e epistêmico é um caminho potente para reimaginar a universidade, o campo e o conhecimento.

Quanto a entrada no campo físico, a tentativa inicial de estabelecer contatos e parcerias com a extensão rural governamental, por meio do IDR e com a secretaria de agricultura de Barbosa Ferraz, Mariluz e Moreira Sales, se estenderam por cerca de 3 meses. Apenas no município de

Barbosa Ferraz foi sinalizado apoio às atividades de execução durante a vigência do projeto de extensão e com participação nos encontros presenciais. Há de se ressaltar em Moreira Sales não houve abertura institucional para realização das ações previstas. Embora em Mariluz não tenha tido abertura com os entes governamentais, o apoio veio da extensão rural da sociedade civil luterana, Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), representado por extensionista agrícola, ao sinalizar apoio e a consonância com a missão da organização de fundamentar a disseminação de práticas econômica e ecologicamente sustentáveis, entre famílias produtoras rurais, oferecendo alternativas para a permanência no campo.

Além, após o início das atividades, em meados de fevereiro de 2024, foram estabelecidas parcerias com atores-chaves do campo, o incluindo o extensionista técnico e a administradora da Cooperativa Agrária dos Assentados do Vale do Piquiri (COOPERAGRA), em Mariluz, contratados pelo convênio “Semeando Gestão - Fortalecendo a Organização Produtiva Sustentável” da Cooperativa Central da Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR) e a entidade de direito público internacional ITAIPU Binacional. Esse convênio visa beneficiar no estado do PR, 3,5 mil famílias assentadas pelo Incra, organizadas em 31 entidades (cooperativas e associações) com investimento de R\$ 80,7 milhões para fortalecer a agricultura sustentável e agroecológica em produção, gestão e a comercialização dos alimentos produzidos pela reforma agrária.

5.2 Casa da Agricultura Familiar

A organização –alvo de agricultura familiar dessa pesquisa é a Associação Casa da Agricultura Familiar (Figura 8) é uma associação de agricultores familiares com filiação voluntária e atualmente com 30 associados, situada no município de Barbosa Ferraz, também no estado do Paraná e a 176km de Mariluz. A atividade econômica é a comercialização de alimentos in natura, principalmente hortaliças e frutas. Há produção convencional e orgânica certificada. Embora o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) date de 29 de dezembro de 2022, houve anteriormente atividades econômicas, porém, sofreu um processo de fechamento da associação, e anos após ocorreu a reabertura formal com a emissão de um novo e atual CNPJ.

Figura 8- Sede da Associação Casa da Agricultura Familiar, Barbosa Ferraz-PR.



Fonte: Elaborado pelo projeto (2025).

O perfil socioeconômico de Barbosa Ferraz apresenta significativa convergência com as características organizacionais e produtivas da Associação Casa da Agricultura Familiar (CAF), ao mesmo tempo em que revela desafios estruturais compartilhados. O município, conforme dados do Caderno do IPEA, possui uma base econômica agropecuária diversificada, com destaque para culturas temporárias e permanentes, além de atividades pecuárias e florestais. Essa diversidade produtiva expressa uma maior estabilidade fundiária e relativa segurança econômica, o que se reflete na renda per capita de R\$ 507,70, ligeiramente superior à média regional. Essa configuração indica um ambiente propício ao fortalecimento de redes locais de produção e comercialização, contexto em que a CAF se insere como uma iniciativa estratégica para ampliar a autonomia e a sustentabilidade da agricultura familiar.

Entretanto, ao comparar o perfil municipal com o da CAF, percebe-se que, embora a associação reproduza parte da diversificação agrícola típica do território, sua atuação ainda

enfrenta limitações estruturais e organizacionais. A CAF reúne produtores de pequeno porte que se dedicam, majoritariamente, à horticultura e fruticultura, com presença crescente da produção orgânica certificada, mas com baixa escala de comercialização e restrito acesso a políticas públicas de incentivo e assistência técnica. Assim, a associação representa uma expressão microterritorial das dinâmicas de Barbosa Ferraz: um espaço de potencial produtivo e diversidade, mas que ainda necessita fortalecer sua capacidade coletiva de gestão, agregação de valor e inserção em mercados solidários. Essa relação dialética entre o contexto municipal e a organização evidencia tanto os avanços na construção de alternativas agroecológicas quanto os desafios para consolidar circuitos econômicos mais justos e sustentáveis no território.

5.3 COOPERAGRA

A outra organização-alvo de agricultura familiar dessa pesquisa é a COOPERAGRA (Figura 9), com sede no Assentamento Nossa Senhora Aparecida (Figura 10), localizado na Fazenda São João, no município de Mariluz, Noroeste do estado do Paraná. Nele encontram-se 235 famílias assentadas, distribuídas em lotes com 17,97 ha de área, sendo a área total de 5.758.3630 ha, aproximadamente 40km de estrada de terra do centro da cidade. A filiação é voluntária, com atualmente 55 membros da agricultura familiar, entre 33 são do sexo masculino e 22 do sexo feminino. A diretoria e conselho fiscal, são compostas por 2 mulheres e 10 homens. A atividade econômica principal é produção convencional, orgânica certificada, e orgânica em transição de alimentos. Tal organização possui registro brasileiro no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), com data de abertura do CNPJ em 26 de maio de 2011. Os principais canais de comercialização são programas governamentais para o PNAE, nos municípios de Mariluz, Cruzeiro do Oeste e Alto Piquiri e PAA, modalidade Compra Direta, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Mariluz. O assentamento está em rede com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, um dos maiores movimentos populares de reforma agrária do mundo. O MST está ligado à Via Campesina, rede internacional com mais de 200 milhões de pessoas em 81 países (Campesina, 2024a), que articula movimentos camponeses que defendem a democratização do acesso à terra, territórios, soberania alimentar, justiça social, agroecologia e proteção ambiental.

Figura 9- Sede COOPERAGRA, Mariluz-PR.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O perfil socioeconômico do município de Mariluz apresenta características que dialogam diretamente com o contexto territorial e organizacional da COOPERAGRA, ao mesmo tempo em que evidenciam as condições estruturais que moldam suas estratégias de reprodução social e produtiva. De acordo com o Caderno do IPEA, Mariluz possui uma base econômica fortemente dependente da agropecuária, marcada pela predominância de pequenas propriedades familiares e diversificação produtiva.

Figura 10- Espaço de convivência do Assentamento Nossa Senhora Aparecida, Mariluz-PR.



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

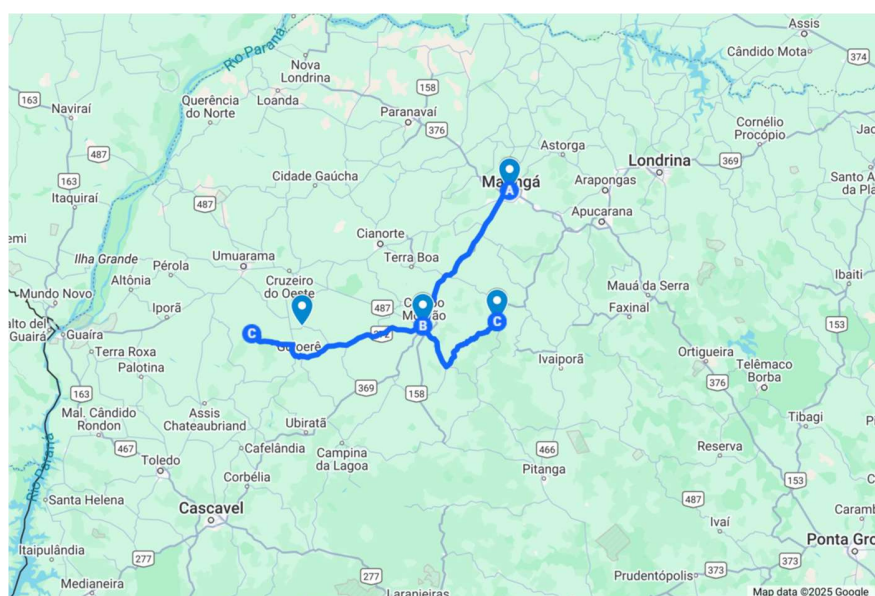
As principais culturas temporárias de maior rendimento médio são cana-de-açúcar, mandioca, batata-doce e melancia, enquanto as culturas permanentes incluem abacate, maracujá, banana e palmito, evidenciando uma agricultura de subsistência e dependência de commodities regionais. Assim, enquanto o perfil de Mariluz reflete uma economia local fragilizada e pouco diversificada, a COOPERAGRA representa uma alternativa concreta de fortalecimento da agricultura familiar, articulando solidariedade, autogestão e práticas agroecológicas como caminhos de enfrentamento às desigualdades estruturais do território.

5.4 Mapa das atividades “Agroecologia Familiar”

Um dos desafios logísticos enfrentados no desenvolvimento das atividades de extensão universitária esteve relacionado às longas distâncias entre as instituições acadêmicas e as

organizações parceiras no campo. Conforme evidenciado nas rotas do **Mapa das atividades “Agroecologia Familiar”** (Figura 11) a COOPERAGRA, localizada em Mariluz, encontra-se a aproximadamente 199 km de distância (cerca de 3 horas e 7 minutos de deslocamento por carro) considerando a rota que conecta a UEM em Maringá à UNESPAR em Campo Mourão, e, por fim, à COOPERAGRA, área rural de Mariluz. Da mesma forma, a Casa da Agricultura Familiar, em Barbosa Ferraz, situa-se a aproximadamente 159 km de distância (cerca de 2 horas e 21 minutos), considerando a mesma sequência de pontos de partida.

Figura 11 - Mapa das atividades “Agroecologia Familiar”



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Esses deslocamentos representam não apenas desafios financeiros e logísticos, devido à necessidade de recursos para transporte, alimentação e diária, mas também desafios organizacionais, demandando planejamento cuidadoso e articulação interinstitucional. Apesar dessas dificuldades, a presença territorial das atividades extensionistas constitui um benefício relevante, pois fortalece os laços entre universidade e sociedade, contribui para a construção coletiva de saberes e amplia o impacto social das ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e à promoção de práticas socioeconômicas sustentáveis.

5.5 Encontros a campo

Os dados coletados ao longo dos encontros a campo (físico/online), realizados entre o período de julho/2023 a junho/2024, foram registrados sistematicamente em diários de campo, buscando captar além dos conteúdos verbais, gestos, expressões e silêncios que compõem uma narrativa da pesquisadora e reflete uma heterogeneidade dos dados. Esses possibilitam uma imersão nos territórios produtivos e uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas locais. Esses registros exigem não apenas descrição mas de interpretação e autoanálise, como destaca Weber (2009a), dados etnográficos não são imediatamente inteligíveis para construção de conhecimento e publicação. Ou seja, é oficina do etnógrafo ultrapassar a simples narrativa factual para analisar as percepções locais e o que elas revelam sobre as dinâmicas sociais e econômicas.

No contexto das associações e cooperativas rurais estudadas, os discursos e práticas não podem ser compreendidos apenas por uma abordagem racionalidade funcional. É necessário considerar múltiplas dimensões: as relações entre micro interações e macroestruturas, desnaturalização de categorias pré-estabelecidas e a reflexão crítica sobre os posicionamentos sociais presentes no campo. Ao se inspirar na etnografia das percepções de Florence Weber (2009), que enfatiza as redes de relações sociais e lógicas morais que atravessam as práticas econômicas, interpreta-se as falas e comportamentos observados como expressões de dinâmicas complexas de reconhecimento, pertencimento e expectativa, fundamentais para compreender o cotidiano das economias familiares.

Por fim, como ressaltam Beaud e Weber (2007), o próprio lugar do pesquisador no campo integra a própria análise: “minhas” interações com os agricultores são mediadas pela “minha” posição social, acadêmica e urbana, o que influenciou as informações compartilhadas e as performances adotadas pelos participantes. Reconhecer essa reflexividade não é um detalhe marginal, mas uma condição essencial para produzir uma análise etnográfica consistente, capaz de articular as microinterações locais com as estruturas macro que organizam os constrangimentos e possibilidades dessa agricultura familiar.

Destaca-se que em todos os encontros foram utilizados materiais como, flipchart, folhas de papel, tarjetas coloridas, canetas coloridas, fita crepe, pranchetas, e fichas de observação participante. E alguns, com notebook e projetor. Tais materiais mediam as interações com a comunidade e a produção de dados no campo. Pois esses mediam quem fala, o que é registrado,

como certas vozes ganham visibilidade, e quais temas permanecem marginais. O uso dos flipcharts e tarjetas coloridas, possibilitaram tornar visível os temas e critérios de relevância para as comunidades, mas também evidenciam assimetrias de informação, letramento e familiaridade com dinâmicas participativas, exigindo análise e atenção às posições corporais, silêncios, gestos e dispostas em torno da escrita e tomada de decisão coletiva.

A equipe de relatoria ficou responsável pela coleta e sistematização das informações e histórias compartilhadas ao longo da aplicação dos métodos participativos, como registro de depoimentos, nomes das pessoas, lugares e sentimentos.

5.5.1 Casa da Agricultura Familiar

Nesta etapa, foram realizadas 2 visitas a secretaria de agricultura do município, 2 visitas com à sede da associação e 1 visita à propriedade rural. As atividades incluíram grupos de discussão (5), desenho do mapa do agroecossistema (10), mapa conceitual participativo da agroecologia (1), travessia na propriedade (1) e observações participantes (5). Em seguida segue os diários de campo e as análises dos dados.

5.5.1.1 Data: 14/09/2023

Local: Secretaria de Agricultura de Barbosa Ferraz, Paraná

Objetivo da visita: Reunião de apresentação do projeto à **extensão rural governamental**

Lista de presença: extensionista IDR (1M), secretário de agricultura (1M), secretário de meio ambiente (1M), UNESPAR (3M/4F), UEM (1F)

A equipe do projeto de extensão “Agroecologia familiar: aproximando produtores e consumidores” realizou no período da manhã, sua primeira visita ao município Barbosa Ferraz (Figura 12), com objetivo de apresentar oficialmente a proposta às autoridades locais. A recepção foi conduzida pelo secretário municipal de Agricultura e por um extensionista do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), que atuam na região. A equipe foi convidada a se acomodar na sala do secretário, onde foram providenciadas cadeiras adicionais para acomodar todos os participantes.

Figura 12 – Visita a secretaria de agricultura de Barbosa Ferraz-PR



Fonte: Elaborado pelo projeto (2023)

Durante o encontro, foram apresentados à temática central, objetivos e metodologia do projeto, com ênfase na aprovação do governo paranaense, e na necessidade de estabelecer contatos e parceria locais para o desenvolvimento das ações a campo. A reunião foi marcada por uma acolhida positiva e pela demonstração de interesse e adesão dos representantes locais à proposta, sinalizando uma abertura para futuras colaborações no âmbito da extensão universitária e da agroecologia.

5.5.1.2 Data: 23/10/2023

Local: Secretaria de Agricultura de Barbosa Ferraz, Paraná

Objetivo da visita: Reunião de apresentação do projeto aos **agricultores familiares**

Lista de presença: agricultores(as) (9M/3F), extensionista IDR (1M), consultor agrícola (2M/1F), secretário de agricultura (1M), UNESPAR (2M/4F), UEM (1F)

O segundo encontro (Figura 13), mas primeiro com os agricultores, teve início quando o espaço foi reorganizado, de modo a facilitar e potencializar a escuta ativa e diálogos horizontais. Havia uma divisão clara entre quem estava mais à frente (cargos de poder decisório), próximo a porta de saída, e os agricultores associados preferiram sentar no fundo. Assim, as cadeiras foram dispostas em semicírculo, conforme a orientação do método do Círculo de Cultura para inclusão e alinhamento de expectativas onde todos são incluídos e todas as vozes devem ecoar da mesma maneira.

Figura 13 - Grupo de discussão em 23/10/2023, CAF, Barbosa Ferraz-PR



Fonte: Elaborado pelo projeto (2023).

A composição do grupo apresentava uma maioria masculina (15M/9F), o que pode ter influenciado a dinâmica inicial das interações no semicírculo, principalmente em relação a menor fala das agricultoras na plenária, mas de maior interação em grupos menores. A primeira atividade foi de apresentação do projeto aos agricultores, seguindo a temática, objetivos e metodologia, tanto a aprovação do governo paranaense, e a necessidade de estabelecer contatos e parceria com os presentes para possibilitar o desenvolvimento das ações a campo. A recepção foi positiva e de adesão ao projeto. Em seguida, foi feita uma dinâmica de acolhida com apresentação individual de cada membro do semicírculo, sendo o seu nome, idade, atividade rural/profissional, os cultivos agrícolas, produção animal, e se tem interesse na produção orgânica. Observou-se que os

agricultores ficavam se olhando e analisando a fala e postura dos mesmos em sala, e, à medida que o diálogo se desenvolvia, alguns se mostravam mais à vontade e engajados para falar, como mencionado nos trechos dos diários de campo:

Os agricultores demonstraram bastante receptividade. Trouxeram seus principais problemas. Poucos deles possuem certificação de orgânico e alguns demonstram interesse na transição. Um deles cultiva orgânico somente para consumo próprio. [Diário de Campo 723:5]

Agricultora e seu esposo, agricultor: produz banana. (Calada em público, porém parece que adora conversar em números menores). [Diário de Campo 725:1]

Diante das apresentações houve críticas ao agronegócio expressa por agricultores familiares, torna-se evidente diante da fala do agronegócio produzir alimentos com agrotóxico e as dificuldades enfrentadas ao pequeno agricultor ao acesso ao crédito rural. Tal afirmação é respaldado por Darolt e Rover (2021, p. 37), ao evidenciarem que o cenário de políticas públicas tendem a privilegiar o sistema agroalimentar dominante, centrado em fazendas do agronegócio em produção de grande escala, uso intensivo e extensivo de terra e insumos, e voltado para o consumo de massa com alimentos de baixa saudabilidade. Esse modelo é reforçado por estabelecer normas sanitárias, linhas de financiamento e estruturas de assistência técnica, voltadas principalmente às cadeias produtivas longas e padronizadas da lógica do capital agrário, em detrimento de sistemas alternativos baseados na diversidade, na escala familiar e na produção agroecológica.

“O agronegócio não produz saúde” [Diário de Campo 723:10]

Achei interessante uma das falas de um produtor em que disse que ele não se considera do Agro, pois o agro engloba mais os grandes produtores e ele é pequeno produtor, que essa diferença é sentida na hora de fazer um empréstimo bancário, por exemplo, o pequeno produtor não consegue com tanta facilidade. [Diário de Campo 726:8]

Além disso, ele também ressaltou que o agro só produz alimentos, cheio de agrotóxicos, enquanto o produtor da agricultura familiar e orgânico produz saúde. [Diário de Campo 726:9]

A alternativa ao capitalismo para a permanência no campo é de valorização da agricultura familiar ao produzir saúde e bem-estar, sem o uso de agrotóxicos, mas além da alimentação saudável previsto como direito a todos na concepção da segurança alimentar, os direitos pela soberania alimentar, vão além e questionam: o alimento que você consome, é produzido no seu local? De onde ele vem? Quanto tempo leva para chegar a sua mesa? Ou por que não é produzido na sua região? Será que o combustível gasto pelo transporte não encarece o produto? Ele prejudica o meio ambiente?

O lema do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Brasil traz repostas a essas indagações: “Não basta apenas produzir! Essa produção deve ser limpa, sem veneno, buscando o

equilíbrio ambiental! E é preciso produzir de tudo um pouco, ter diversificação! ” (MST, 2010). A defesa dos movimentos sociais pela soberania alimentar e pela agroecologia, protagonizados por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais, quilombolas e povos originários, oferecem alternativas concretas que rompem com a racionalidade neoliberal de competição e desigualdade, pois essa segue a narrativa desenvolvimentista de concentração e capital, centralização do controle, agricultura convencional intensiva e extensiva, que deslegitima práticas de baixo consumo de insumos como obsoletas (Kothari et al., 2019, p. 14).

Assim, a prática da soberania alimentar enfrenta a crise socioambiental e melhora a qualidade de vida no campo, ao promover a diversidade biológica e cultural, e os direitos alimentares dos povos. Ou seja, em complementar segundo Benavides *et al.* (2022) ao promover transformações sociais e ecológicas profundas, com foco na gestão sustentável dos recursos naturais e na afirmação de identidades coletivas. A partir da perspectiva da Economia Ecológica Radical (EER), esses processos são compreendidos de forma sistêmica, destacando o papel de **agricultores, como** agentes centrais na reconstrução econômica, cultural e ecológica de seus territórios, em oposição aos impactos do modelo agroindustrial dominante. A Via Campesina afirma: “Na face de crises globais, nós construímos soberania alimentar e asseguramos um futuro para a humanidade” (Campesina, 2024b, p. 4 tradução própria). Ao suportar agricultura local, familiar, ‘alimentar o mundo e resfriar o planeta’, adaptando práticas agrícolas aos ciclos naturais por meio de métodos em base ecológica restaurativos, ancorando um amplo movimento de soberania alimentar para a democratização dos sistemas alimentares.

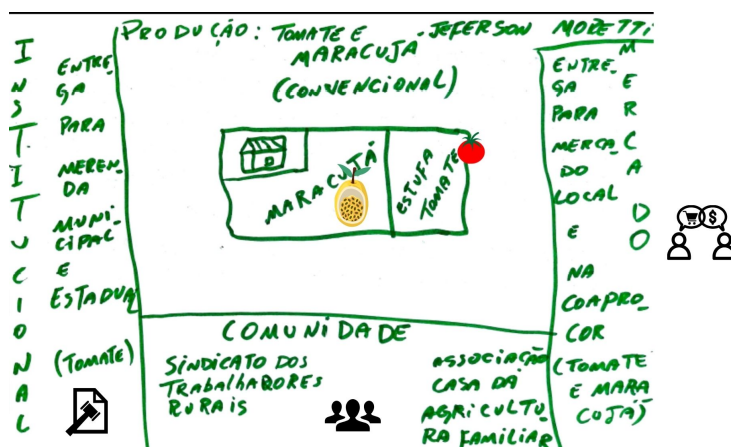
De início os agricultores estavam tímidos, mas após a apresentação pessoal e a realização da segunda atividade do encontro, desenho do mapa do agroecossistema, houve maior interação, pois, o diálogo foi facilitado em pequenas rodas e seus vizinhos, e evidenciou um ambiente de maior conforto para a expressão dos participantes, especialmente para as agricultoras, além da equipe universitária que os orientaram na execução. A facilitação do método visa democratizar encontros grupais para encontrar soluções locais, e organizar comunidades em defesa dos seus territórios:

(...) dois participantes começaram a mexer no celular e ficaram entediados, mas logo em seguida a Luísa passou uma atividade aos agricultores presentes, onde foi distribuído folha sulfite e canetinha ou caneta para cada um, com a finalidade de desenhar a propriedade, o que é produzido, se participa de algum programa, nome do mesmo e expectativa sobre o projeto de pesquisa. A Luísa se sentou no chão e fez um exemplo de como se fazer, pois, nem todos entenderam. No decorrer da atividade alguns

demonstraram se sentir não muito confortáveis, o motivo pelo qual estava sendo feito a atividade e pensativo de como desenhar e o que desenhar. [Diário de Campo 773:15]

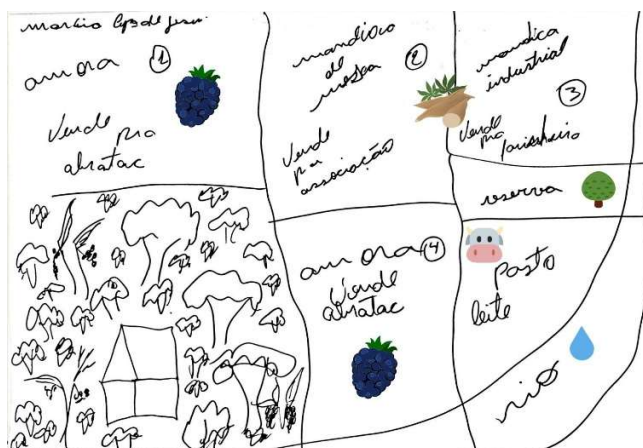
Os agricultores familiares presentes na reunião e interessados em participar do projeto foram convidados a fazer uma representação gráfica, o desenho do mapa do agroecossistema, da sua disposição espacial dos ambientes produtivos (horta, criação de animais, pomar, e outros), estruturas físicas (moradia, cisterna, poços e outros), mercados (territorial, convencional e institucional), comunidade (associação, cooperativa, sindicatos, igrejas, etc.) do agroecossistemas, e no verso da folha de papel escrever sobre suas expectativas para com o projeto. Vide o APÊNDICE IVV e alguns mapas (Figura 14, Figura 15, Figura 16), destacados abaixo:

Figura 14- Mapa do agroecossistema do Agricultor familiar, Jeferson, CAF, Barbosa Ferraz-PR



Fonte: Elaborado pelo projeto (2023).

Figura 15- Mapa do agroecossistema da Agricultora familiar, Márcia, CAF, Barbosa Ferraz-PR.



Fonte: Elaborado pelo projeto (2023).

Figura 16- Mapa do agroecossistema da Agricultor familiar, Idelson, CAF, Barbosa Ferraz-PR



Fonte: Elaborado pelo projeto (2023).

A análise dos dados permitiu mapear a estrutura e a posicionalidade dos agroecossistemas vinculados à agricultura familiar em base ecológica, considerando suas dimensões ecológicas, econômicas e sociopolíticas. A construção de mapas visuais vai além das paisagens agrícolas, é possível identificar a organização espacial das unidades produtivas e suas relações socioeconômicas mais amplas como as intuições, mercado e comunidade. A biodiversidade vegetal e animal observada nas propriedades analisadas demonstra uma valorização significativa de práticas de conservação, com destaque para a preservação de espécies nativas e a proteção de recursos naturais. Essa diversidade, frequentemente promovida de forma consciente pelos agricultores, reflete um manejo ecológico que contrasta com a homogeneização biológica característica do modelo agroindustrial. Além, mesmo os agricultores que possuem convencional em maior ou menor grau, no mapa das suas propriedades pode-se perceber a diversidade de culturas e espécies nativas, além da obrigatoriedade da reserva legal.

A diversidade de mercados acessados pelos produtores é um elemento central da sustentabilidade econômica das unidades analisadas. Entretanto, há maior dependência nos mercados institucionais, principalmente a merenda escolar do PNAE, o que pode ser explicado pela característica do programa e impactos nos agricultores familiares, como geração da demanda regular, o favorecimento do planejamento da produção e a garantia da renda estável ao longo do ano letivo. Em contrapartida, a comercialização direta ao consumidor final ocorre de forma menos

expressiva e, é praticada individualmente pelos agricultores, sem articulação coletiva ou escalabilidade. Da mesma forma, os canais de comercialização voltados a outras cooperativas e empresas são utilizados em menor grau, em muitos casos suplantando pelas suas demandas. A exemplo da Bratac (destacada em 2 mapas), empresa de economia mista localizada na região, e se destaca como única empresa no Brasil que produz seda natural em escala industrial. Sua atuação representa um importante ponto de absorção da produção local, embora também revele a concentração e a especificidade de certos canais comerciais disponíveis aos agricultores. Essa diversidade indica uma estratégia de resiliência frente às flutuações de mercado e às limitações impostas pela concentração das cadeias de distribuição.

Por fim, observou-se uma significativa participação comunitária dos agricultores em organizações como sindicatos, associações locais, movimentos sociais rurais, partidos políticos, igrejas e conselhos municipais. Tal engajamento reforça o caráter coletivo e político da agroecologia, ao mesmo tempo em que amplia a capacidade de incidência desses sujeitos sobre as políticas públicas e sobre os processos de transformação territorial. A presença ativa nesses espaços evidencia o enraizamento social dos agroecossistemas e a articulação entre produção, identidade e resistência.

A respeito das expectativas dos participantes para o projeto foram favoráveis e diversas, refletindo os diferentes perfis, interesses e motivações (agricultores, consultor agrícola e estagiária administração):

A minha expectativa para o projeto é de poder contar com a equipe para melhorar a produção e a comercialização. [Agricultor]

Eu gostei muito do projeto. Acredito que é de muita valia para todos nós produtores da agricultura familiar. Precisamos muito de pessoas com esse ideal. Obrigada pelas informações. Deus abençoe a todos. [Agricultora]

Espero que possamos aprender muito com vocês nesta troca de experiência, principalmente em comercialização. [Agricultor]

Tenho interesse no projeto, embora ainda não produzindo orgânico, mas vejo a necessidade de uma mudança. Tendo em vista a crescente demanda tanto do consumidor individual quanto do próprio estado. Será de grande valia a ajuda e acesoramento da equipe. [Agricultor]

Expectativa: organização da produção e aumento da renda. [Agricultor]

Expectativa com o projeto que possamos somar juntos[Agricultora].

Esperar melhorar as vendas. [Agricultora]

Buscar conhecimento. [Agricultor]

Temos interesse no projeto, não produzo orgânico, mas tenho interesse.

Além, alguns esperavam aprofundar conhecimentos em agroecologia, organização da comercialização, e assistência técnica na “melhoria” da produção. Desejos por aprendizado mútuo e fortalecimento da agricultura familiar frente às novas exigências de mercado aos alimentos orgânicos. Muitos participantes expressaram interesse em transições agroecológicas, ainda que não estejam formalmente inseridos na produção orgânica, mas têm disposição em buscar conhecimento e repensar suas práticas produtivas. Outros vislumbravam a possibilidade de fortalecer redes locais, em participação coletiva.

Também, é interessante destacar que a estagiária recém contratada pela prefeitura e responsável por funções administrativas (vide atividade) foi além da orientação da atividade e escreveu além das expectativas as dificuldades que a associação enfrenta, essa urgência pode ser compreendida à luz das fragilidades na configuração da redesociotécnica das associações. A análise de tais redes (relações entre sujeitos, saberes, recursos técnicos e institucionais) permite entender como certos entraves operacionais e estruturais impactam diretamente a capacidade de organização, planejamento e comercialização dos empreendimentos coletivos. Os exemplos levantados pela estagiária contribuem, ao evidenciar pontos críticos que demandam atenção, apoio técnico e estratégias participativas de fortalecimento institucional. Para a dimensão dos orgânicos, a burocracia da certificação, ideologias e mão de obra especializada. Já para a dimensão da comercialização, os principais desafios são o volume de produção, participação ativa dos agricultores, programação da produção, divulgação comercial, e uma pesquisa de mercado. E as expectativas com a parceria com o projeto foram gerar informação para comercialização da associação, analisar a viabilidade da comercialização das cestas prontas e/ou orgânicas, e conscientizar os agricultores sobre gestão da produção.

Essa pluralidade de expectativas demonstrou o potencial do projeto para articular dimensões formativas, políticas e sociais de maneira integrada, com escuta, cooperação e transformação. Elas evidenciam que a construção de alternativas ao modelo agrícola dominante passa necessariamente pela valorização das experiências locais e pela criação de vínculos horizontais entre universidade e campo. Ao articular expectativas acadêmicas e populares, o projeto reafirma seu compromisso com a agroecologia, a justiça social e a coprodução de conhecimentos comprometidos a qualidade de vida.

5.5.1.3 Data: 14/12/2023

Local: Casa do agricultor Luiz Cafisso, Barbosa Ferraz, Paraná

Objetivo da visita: Reunião de planejamento do projeto aos **agricultores familiares**

Lista de presença: agricultores(as) (5M/4F), extensionista IDR (2M), secretário de agricultura (1M), UNESPAR (3M/3F), UEM (1F)

Ao chegar de manhã (1h de atraso, devidos a reparos na rodovia e estrada rural), o ambiente físico já estava montado na parte externa da casa. Tal foi reconfigurado para a disposição das cadeiras e a utilização da parede na varanda da casa para um quadro interativo e visualização de todos. A presença dos participantes contou com personalidades políticas (convidadas ou não), extensionistas rurais, agricultores(as), e a equipe universitária. A reflexão de como as diferenças sociopolíticas de poder e vulnerabilidades emergem entre as colaborações da equipe universitária, comunidade e políticos, revelam diferentes opiniões, aceitação, reconhecimento, questionamentos a base de construção de conhecimento. Assim, essa pesquisa PAP é contextual e relacional, em um campo contínuo de negociação de poder.

As estradas rurais em alguns trechos estavam em péssimas condições de passagem, cheia de buracos e com falta de cascalhamento. [Diário de Campo 227:7]

A reunião seria em um ambiente aberto próximo a represa do agricultor, onde somente possuía 4 pilares e o teto, o que iria dificultar na realização da dinâmica que seria posteriormente apresentada pelo professor Jorge e a Luísa. Motivo pelo qual foi mudado o local para a área da casa. [Diário de Campo 227:2]

De início, para o momento da acolhida foi escolhido uma dinâmica de grupo, nó humano, para engajamento e na qual as pessoas necessitavam colaborar e resolver problemas em conjunto sem soltar as mãos. Entretanto, no momento de discussão do resultado da dinâmica algumas falas das agricultoras revelaram a voz ativa das mulheres e desafios de colaboração na associação:

Feito isso, foi o momento de discutir sobre a dinâmica. As mulheres que ali estavam presentes falaram bastante, logo ficando subentendido que elas possuem voz e participação ativa no grupo. [Diário de Campo 227:11]

Durante a discussão apresentaram ligações da dinâmica com a vivência em grupo e associação, comentaram que muitas vezes falta companheirismo, dificuldade em dar a mão para o próximo, ajudar e compreender as diferenças um dos outros. [Diário de Campo 227:5]

Após, seguindo a aplicação dos círculos de cultura se desenvolveu a construção do Mapa conceitual participativo da agroecologia. Inicialmente, foi dada a orientação e objetivo da atividade, em criar um conceito participativo da Agroecologia situada localmente para a Associação CAF. Valorizando as culturas locais, oralidade, tomada de posição perante as aspirações e problemas vivenciados. Assim, os agricultores foram divididos em menores grupos e cada escreveu nas tarjetas os conceitos que eram aceitos pelo grupo e se relacionavam ou definiam “o que é a agroecologia”. Após a produção das tarjetas, voltou a posição ao grupo maior em assembleia para o processo de tomada de decisão coletiva sobre o agrupamento de ideias em “nuvens” de tarjetas em estrutura dialógica e participativa de todos, permitindo descentralizar e permitir outras vozes e opiniões acolhidas. A exemplo de uma agricultora que era introvertida, e a presença de uma bolsista auxiliando-a transcrever as suas ideias foi crucial. É possível visualizar nos registros dos encontros a presença de crianças, adolescentes e bebês, viabilizando a presença das mães, o que enfatiza um espaço de acolhimento, escuta atenta e sensível. O público infantil e juvenil fora convidado a fazer parte das atividades conforme a sua escolha e experiência. Além, eram disponibilizadas folhas de desenho e pintura. A empatia é uma qualidade do processo de convivência. Abaixo está representando nas figuras Figura 17,

A partir da análise dos dados empíricos e das interações com os participantes da pesquisa, foi possível sistematizar um conceito participativo de Agroecologia, ancorado na vivência concreta dos agricultores familiares e na leitura crítica de seus territórios. A construção do mapa conceitual colaborativos possibilitou a identificação de dimensões centrais que estruturam os valores e as práticas agroecológicas locais, revelando um conhecimento territorializado e em constante reelaboração coletiva.

Entre os aspectos-chave emergentes, destaca-se a valorização da sociobiodiversidade, evidenciada pela prática de trocas de sementes crioulas, manutenção de bancos comunitários de sementes e circulação de variedades adaptadas localmente. Essa dimensão reflete a preservação ativa de patrimônios genéticos, articulada ao fortalecimento da autonomia produtiva dos agricultores e à resistência contra a padronização imposta pelo sistema agroindustrial.

Figura 18 e Figura 19 o fazer coletivo, aberto, flexível da agroecologia situada:

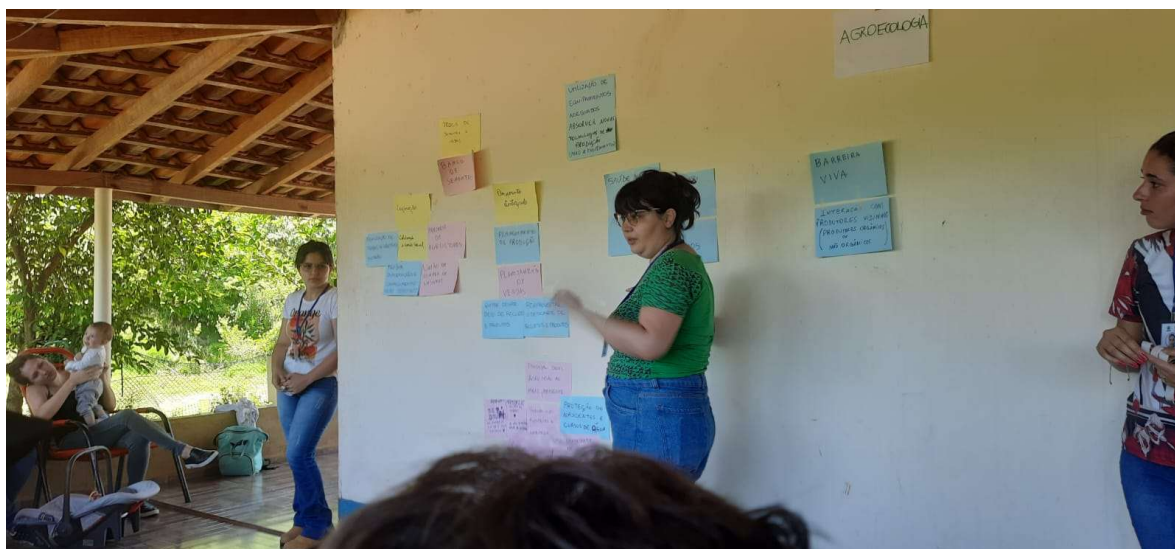


Fonte: Elaborado pelo projeto (2023).

A partir da análise dos dados empíricos e das interações com os participantes da pesquisa, foi possível sistematizar um conceito participativo de Agroecologia, ancorado na vivência concreta dos agricultores familiares e na leitura crítica de seus territórios. A construção do mapa conceitual colaborativos possibilitou a identificação de dimensões centrais que estruturam os valores e as práticas agroecológicas locais, revelando um conhecimento territorializado e em constante reelaboração coletiva.

Entre os aspectos-chave emergentes, destaca-se a valorização da sociobiodiversidade, evidenciada pela prática de trocas de sementes crioulas, manutenção de bancos comunitários de sementes e circulação de variedades adaptadas localmente. Essa dimensão reflete a preservação ativa de patrimônios genéticos, articulada ao fortalecimento da autonomia produtiva dos agricultores e à resistência contra a padronização imposta pelo sistema agroindustrial.

Figura 18 - Construção do Mapa conceitual participativo da agroecologia, CAF, Barbosa Ferraz-PR



Fonte: Elaborado pelo projeto (2023).

Outro elemento central diz respeito ao **associativismo e à cooperação**, práticas que se expressam na **coesão social** entre os produtores, na organização de **compras coletivas** de insumos agroecológicos e no **compartilhamento contínuo de conhecimentos**. Essa dimensão relacional da agroecologia revela não apenas estratégias práticas de gestão, mas também a constituição de vínculos comunitários que sustentam **processos coletivos de aprendizagem e tomada de decisão**.

Figura 19 - Mapa conceitual participativo da agroecologia, CAF, Barbosa Ferraz-PR

e valores ecológicos, configurando-se como alternativa ao capitalismo viável e crítica ao modelo dominante.

Em seguida, foi aplicado o método Metaplan (2025), vide Figura 20 e Figura 21, para o diagnóstico participativo das potencialidades, desafios e planos de ação, modera discussões em grupos ao coletar e análise de ideias individuais e validação no grupo sobre um determinado tema expondo em um quadro para visualização por todo o grupo permite que os participantes possam fazer contribuições, decisões e avaliações durante as discussões. Assim a sistematização foi a utilização de tarjetas/folhas intencionalmente coloridas em que cada cor possui um significado. As tarjetas de cor azul exibem as opiniões dos agricultores sobre os são pontos fortes, as tarjetas rosas os desafios, e as amarelas são planos de ação, conforme as figuras abaixo:

Figura 20 - Mapa dos pontos fortes e desafios da CAF, Barbosa Ferraz-PR



Fonte: Elaborado pelo projeto (2023).

A análise dos dados obtidos por meio de grupos de discussão e da aplicação de ferramenta participativa, Metaplan (2025), orientada para a ação permitiu a construção coletiva de um diagnóstico situado, envolvendo os agricultores familiares locais na identificação de seus próprios recursos, dificuldades e propostas de transformação. A abordagem adotada enfatizou a escuta ativa e o reconhecimento dos saberes desses agricultores, favorecendo a emergência de um planejamento que articula experiência prática, análise crítica e perspectivas de futuro.

Entre os pontos fortes identificados pelos participantes, destacam-se os recursos naturais e sociais disponíveis no território, como o acesso à água, a fertilidade do solo e o clima favorável, elementos que configuram condições propícias ao cultivo agroecológico. Além disso, a presença de uma comunidade rural ativa, composta por pequenos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas, constitui uma base social importante para o fortalecimento de práticas agroecológicas. O reconhecimento de apoio político local também foi destacado como um ativo relevante, ainda que variável, na viabilização de políticas de apoio à produção familiar.

Contudo, os participantes também elencaram uma série de desafios estruturais que limitam a consolidação de sistemas em base ecológica sustentáveis e autônomos. Entre os principais obstáculos, destacam-se a dificuldade na gestão orgânica da produção, os problemas de sucessão familiar, a logística de transporte, a escassez de mão de obra qualificada e a ausência de assistência técnica especializada. Também foram fortemente mencionadas questões ligadas ao sistema agroalimentar dominante, como a presença de intermediários de mercado, a dificuldade de comercialização direta e o acesso limitado ao crédito rural e a políticas públicas adequadas.

Figura 21- Mapa dos planos de ação da CAF, Barbosa Ferraz-PR



Fonte: Elaborado pelo projeto (2023).

Diante desse cenário, os agricultores e agricultoras participantes propuseram a construção de um plano de ação coletivo, centrado em quatro eixos prioritários: capacitação técnica

continuada, realização de diagnósticos mais aprofundados, fortalecimento dos canais de comercialização alternativos e ampliação de parcerias institucionais. Essas proposições indicam não apenas demandas práticas, mas também um horizonte estratégico voltado à construção de autonomia produtiva, econômica e política dos sujeitos da agricultura familiar em base agroecológica.

O processo analítico revela, assim, que a agroecologia situada não se limita a um conjunto de técnicas produtivas, mas constitui uma prática social e política enraizada nos territórios, que demanda o reconhecimento de suas especificidades, bem como o enfrentamento crítico das desigualdades estruturais impostas pelo modelo agroindustrial hegemônico.

Figura 22 - Almoço coletivo de encerramento das atividades, CAF, Barbosa Ferraz-PR



Fonte: Elaborado pelo projeto (2023).

Por fim, o fechamento do encontro foi um almoço coletivo (Figura 22), prática comum na extensão rural. O que evoca dimensões de comidas solidárias, com a partilha de alimentos doados e cultivados nas próprias terras e preparados pelos demais agricultores, configuram dietas alimentares com alto valor nutricional da subsistência agrícola dos agricultores para a segurança

alimentar dos participantes. Ou seja, a cozinha forneceu para a preparação culinária local, tradicional com sociobiodiversidade, a valorização da origem do alimento, preparo baseada na referência das tradições familiares e estimula a referência simbólica da cultura popular (Pessoa et al., 2021). A construção social do sistema agroalimentar, desconcentração econômica, a mudança de padrão de produção e consumo, o enfoque econômico do autoconsumo, doação e trocas, fortalecem mecanismos de reciprocidade entre os diferentes atores urbanos e rurais.

Além, há de se destacar o relevante papel das mulheres muitas vezes inviabilizado das tarefas domésticas e os preparos nas cozinhas, considerados como trabalho, e não reconhecidos por sua contribuição econômica. Segundo o relatório da OXFAM Brasil, as mulheres no mundo dedicam 12,5 bilhões de horas, a cada dia, para limpar a casa, cozinhar e cuidar de crianças e idosos, essas horas vão além para as mulheres rurais (FIDA, 2020). A soberania alimentar com a perspectiva de gênero busca confrontar o sistema patriarcal que oprime e invisibiliza o trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres. Nesse sentido, o instrumento de luta, a Declaração dos Direitos Camponeses, da Via Campesina busca promover o empoderamento das mulheres como sujeito de direito no campo rural.

5.5.1.4 Data: 06/06/2024

Local: Sede da Casa da Agricultura Familiar, Barbosa Ferraz, Paraná

Objetivo da visita: Reunião de apresentação e validação das guias do projeto aos **agricultores familiares**

Lista de presença: agricultores(as) (4M/2F), extensionista IDR (1M), UNESPAR (3M/2F)

A visita à Associação Casa da Agricultura Familiar teve como propósito apresentar aos agricultores os protótipos dos materiais produzidos no âmbito do projeto “*Agroecologia Familiar: Aproximando Produtores e Consumidores*”, sete volumes que abordam os seguintes temas: planejamento estratégico na produção agroecológica; controle de produção e de vendas; gestão financeira e de custos; estratégias de comercialização; vendas online e uso de plataformas digitais; e organização de cestas agroecológicas.

O encontro iniciou-se com uma breve saudação e a apresentação dos objetivos da reunião, momento em que procurou-se situar a atividade como parte do processo de devolutiva e validação participativa dos resultados parciais do projeto.

Assim, foram distribuídos exemplares impressos dos protótipos das guias desenvolvidos, organizados de modo a facilitar a validação individual e coletiva na plenária sobre conteúdo, formato e aplicabilidade prática. A entrega dos materiais provocou um movimento de curiosidade e troca entre os presentes: alguns agricultores folheavam atentamente os guias, comentando entre si passagens e ilustrações, enquanto outros direcionavam perguntas sobre o conteúdo e a utilidade prática das recomendações apresentadas.

As falas emergentes expressaram tanto o reconhecimento da utilidade dos guias como instrumentos de apoio às práticas agroecológicas, quanto sugestões de ajustes relacionados à linguagem e às especificidades locais das propriedades rurais. Nesse momento, a equipe não é apenas observadora, mas também mediadora de um diálogo coletivo sobre o valor e os limites dos materiais produzidos. Compreender que os momentos de partilha e avaliação coletiva se configuram como espaços de coprodução de conhecimento. Essa interação permitiu compreender de forma mais densa como os agricultores atribuem sentido às propostas do projeto, evidenciando que a apropriação dos instrumentos técnicos ocorre sempre mediada por suas experiências e repertórios cotidianos.

No decorrer do encontro os agricultores manifestaram a dificuldade de reorganização da associação vindo de uma ruptura passada e a recente transição de presidência considerada “não amigável”. O grupo discutiu estratégias para superar esses desafios, fortalecer a coesão social e consolidar de liderança capaz de sustentar projetos futuros. A conversa, ainda que permeada por tensões e divergências, mostrou-se um momento de elaboração coletiva sobre as condições de continuidade da associação, revelando dimensões políticas e afetivas do trabalho associativo que transcendem os aspectos técnicos do projeto.

A reunião foi encerrada com um compromisso mútuo de continuidade da colaboração, reafirmando o objetivo comum de fortalecer a agroecologia familiar na região. Ficou acordado um novo encontro para acompanhar o andamento das ações propostas e ajustes necessários nos materiais apresentados, além, da realização de uma oficina de planejamento estratégico para a associação, conforme demandado pelo coletivo.

5.5.1.5 Data: 27/06/2024

Local: Sede da Casa da Agricultura Familiar, Barbosa Ferraz, Paraná

Objetivo da visita: Realização de Oficina de diagnóstico e planejamento de metas baseada no guia de Planejamento Estratégico da Associação

Lista de presença: agricultores(as) (2M/2F), UNESPAR (3M/3F)

A visita se iniciou com a saudação e apresentação do objetivo de realizar uma Oficina de diagnóstico e planejamento de metas baseada no guia de Planejamento Estratégico (Figura 23). O ambiente foi preparado com materiais como, flipchart, folhas de papel, canetas coloridas, fita crepe, pranchetas, e fichas de observação participante. Inicialmente, os agricultores se reuniram inicialmente ao redor da mesa de reuniões, demonstrando certa formalidade e expectativa quanto à dinâmica da atividade. Entretanto foi sugerido se separem e cada um acompanhado de um bolsista responsável por registrar nas tarjetas coloridas as respostas e observações. A divisão física do grupo alterou a dinâmica da reunião: o tom passou de institucional a mais informal, abrindo espaço para trocas pessoais e relatos sobre experiências de trabalho.

Figura 23 - Grupo de discussão menores para o Metaplan na CAF, Barbosa Ferraz-PR

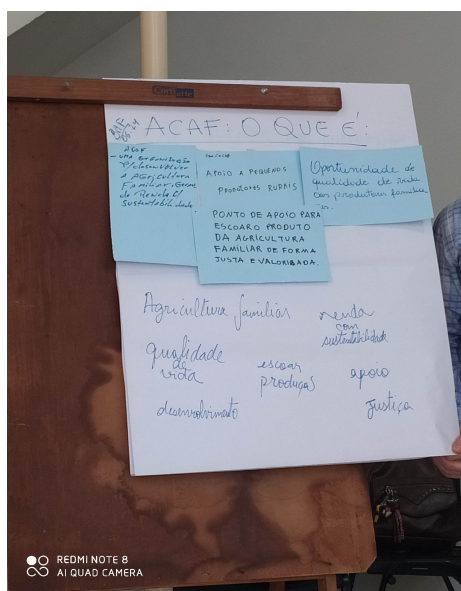


Fonte: Elaborado pelo projeto (2024).

As atividades solicitaram aos participantes que escrevessem de início o que a CAF significava para eles (Figura 24). Em seguida que descrevessem quais ações estavam em

andamento, quais ações não estavam mais sendo realizadas e quais dessas ações poderiam ser resgatadas. E a terceira atividade envolveu listar os desafios e obstáculos que a associação estava enfrentando no momento. Na quarta atividade, os agricultores definiram as metas da associação para serem alcançadas até 31 de dezembro de 2024. Essa última atividade foi posteriormente realizada em conjunto com os demais associados, não apenas os presentes, e consistia em elencar ações específicas para atingir as metas estabelecidas. Durante todo o processo, as tarjetas foram sendo coladas com a fita no flipchart para facilitar a visualização e a organização das ideias.

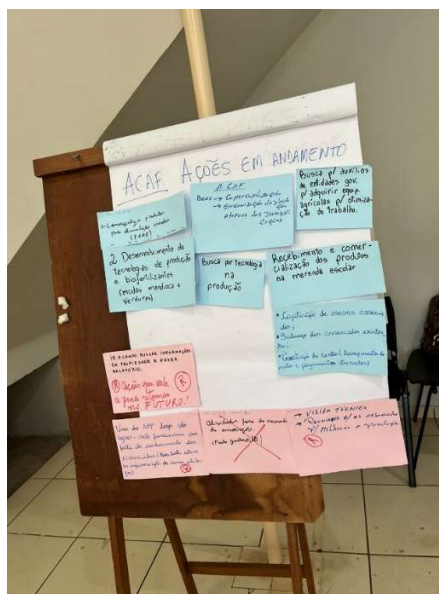
Figura 24- Metaplan, quem é a CAF? Barbosa Ferraz-PR



Fonte: Elaborado pelo projeto (2024).

A primeira atividade que solicitou que os participantes escrevessem o que a CAF significava para eles. As respostas convergiram em torno de ideias de apoio, valorização da agricultura familiar, geração de renda com sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida. Expressões como “ponto de apoio para escoar a produção”, gerar “renda justa com sustentabilidade”, “oportunidade de qualidade de vida” e “apoio a pequenos produtores” foram repetidas em diferentes falas, revelando que a associação é percebida não apenas como estrutura organizacional, mas como um espaço simbólico de pertencimento e reconhecimento coletivo.

Figura 25- Metaplan, ações em andamento na CAF, Barbosa Ferraz-PR

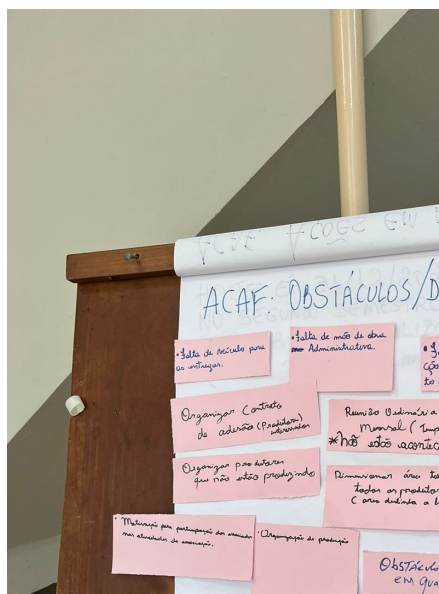


Fonte: Elaborado pelo projeto (2024).

Na segunda atividade, os agricultores mapearam as ações em andamento (Figura 25), listando práticas consolidadas, como a operacionalização da comercialização de produtos para a merenda escolar (PNAE), o desenvolvimento de biofertilizantes, a contínua busca por tecnologia e a diversificação produtiva. A busca por recursos financeiros de entidades governamentais para adquirir equipamentos agrícolas para a otimização do trabalho. Ao mesmo tempo, evidenciaram uma preocupação com a burocracia e prestação de contas, demonstrando que a formalização administrativa ainda é um desafio cotidiano. Com práticas de captação de novos associados, a elaboração de balanço dos associados existentes, e a dimensão fiscal de prestação de contas (lançamentos de notas e pagamentos atrasados).

Em seguida buscou resgatar ações interrompidas, identificadas como práticas que “deveriam ser retomadas”: visitas as propriedades para relatórios técnicos, mais reuniões com associados para melhorar a produção e uso do aplicativo *Laços do Agro* para controle da produção e emissão de notas fiscais. Essa parte da oficina foi marcada por nostalgia e autocrítica, um reconhecimento coletivo das fragilidades da organização e das consequências da descontinuidade nas rotinas associativas.

Figura 26- Metaplan, desafios na CAF, Barbosa Ferraz-PR

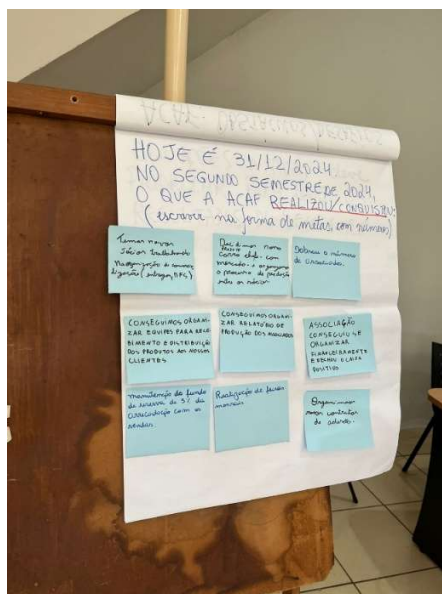


Fonte: Elaborado pelo projeto (2024).

Na terceira atividade, os agricultores elencaram obstáculos e desafios (Figura 26) enfrentados pela associação. As anotações evidenciaram problemas estruturais e organizacionais: falta de veículo para entregas, carência de mão de obra administrativa, falta organização de produção e financeira, necessidade de dimensionar a área dos produtores destinados à horticultura, ter mais reuniões mensais, dependência exclusiva do PNAE e desmotivação dos associados. À medida que essas questões eram expostas, notava-se um misto de frustração e vontade de reorganização. A oficina, nesse ponto, assumiu um tom de diagnóstico emocional do coletivo, no qual o grupo se reconhecia em suas fragilidades, mas também reafirmava o desejo de mudança.

Na quarta atividade, o grupo construiu coletivamente as metas da associação para o período até 31 de dezembro de 2024 (Erro! Autoreferência de indicador não válida.). Entre elas, destacaram-se: dobrar o número de associados, ter mais associados trabalhando na gestão, definir um “produto carro-chefe”, estabelecer contratos com mercados locais, realizar feiras mensais, organizar relatórios e o processo de produção, alcançar equilíbrio financeiro, “fechar o caixa positivo” e manutenção do fundo de reserva de 5% da arrecadação com as vendas. As metas foram fixadas no flipchart com fita crepe, compondo um mural coletivo de compromissos. A visualização das tarjetas coloridas parecia traduzir o esforço simbólico de dar forma à vontade de reorganização e continuidade.

Figura 27- Metaplan, ações realizadas na CAF, Barbosa Ferraz-PR



Fonte: Elaborado pelo projeto (2024).

Além, houve a definição de ações específicas para atingir as metas elencadas que foi adiada para uma próxima reunião, a ser realizada com um maior número de associados. Esse adiamento foi compreendido como necessário, reforçando o caráter participativo e inclusivo do processo. O encontro foi encerrado com expressões de entusiasmo e reconhecimento coletivo, marcando a oficina como um momento de aprendizado e reconfiguração simbólica da associação.

A oficina revelou que o processo de planejamento estratégico, embora inspirado em ferramentas administrativas, assumiu um caráter pedagógico e político. Ao longo das atividades, os agricultores não apenas elencaram metas, mas também reconstruíram coletivamente o significado da associação e de seu papel como espaço de cooperação. A prática do diagnóstico participativo mostrou-se, assim, um momento de produção de sentido sobre o trabalho e a organização, no qual a equipe universitária, em interação direta com os participantes, atuou como mediadora de um processo de auto interpretação do grupo.

5.5.2 COOPERAGRA

Nesta etapa, foram realizadas 1 visita a casa do presidente da COOPERAGRA, 4 visitas com à sede da cooperativa, e 9 visitas às propriedades rurais. As atividades incluíram grupos de discussão (5), mapa conceitual participativo da agroecologia (1), travessias pela propriedade rural (9) e entrevistas semiestruturadas (9) e observações participantes (14). A construção do desenho

do mapa do agroecossistema, não pôde ser realizada em campo, devido a limitações de logística, de agenda e de recursos disponíveis no momento das visitas. Entretanto, essa limitação não comprometeu a qualidade da análise, uma vez que foi compensada pelo volume e pela riqueza das informações obtidas por meio das entrevistas semiestruturadas e observações participantes. Os dados coletados permitiram compreender de forma aprofundada as dinâmicas socioprodutivas e ambientais dos agroecossistemas visitados, suplantando, em parte, a ausência da representação visual. Em seguida segue os diários de campo e as análises dos dados.

5.5.2.1 Data: 19/10/2023

Local: Casa do sr. Carlos, presidente da COOPERAGRA, Mariluz, Paraná

Objetivo da visita: Reunião de apresentação do projeto aos **agricultores familiares**

Lista de presença: agricultores(as) (6M/3F), extensionista CAPA (1F), UNESPAR (3M/4F), UEM (1F)

Os bolsistas do projeto de extensão “Agroecologia familiar: aproximando produtores e consumidores”, da UNESPAR -campus de Campo Mourão, a orientadora Luísa (UEM) e o coordenador do projeto Jorge Leandro, realizaram a 1ª visita a cidade de Mariluz para apresentação do projeto aos agricultores, vide Figura 28 abaixo:

Figura 28 – Visita a casa do presidente da COOPERAGRA, Mariluz-PR



Fonte: elaborado pelo projeto (2023).

O encontro foi realizado na casa do presidente da Associação de agricultores da cidade. Estavam presentes estavam reunidos os agricultores familiares assentados (6M), a extensionista técnica que presta assistência a eles, e também tinha a presença de mulheres agricultoras (3F). O projeto teve ampla adesão e receptividade.

5.5.2.2 Data: 18/12/2023

Local: Sede da COOPERAGRA, Mariluz, Paraná

Objetivo da visita: Reunião de planejamento do projeto aos **agricultores familiares**

Lista de presença: agricultores(as) (6M/6F), extensionista CAPA (1F), UNESPAR (3M/4F), UEM (1F)

A trajetória do primeiro encontro com os agricultores da COOPERAGRA foi a partir da aplicação de dinâmicas de acolhida, os círculos de cultura, grupos de discussão, e o metaplan, assim foi possível desenvolver mapas conceituais participativos. Ao seguir as orientações de Biazoti, Almeida e Tavares (2017), adotou-se uma estrutura dialógica e participativa fundamentada na pedagogia freiriana, centrada na igualdade de participações livres e autônomas. Assim, visou sensibilizar e formar sujeitos autônomos, críticos, criativos, conscientes e solidariamente engajados a três eixos de transformações: a) de si mesmos como pessoas entre outras; b) das relações interativas em e entre grupos empenhados em ação social emancipatória; e c) das estruturas da vida social. A construção foi concebida como ato dialógico e coletivo de leitura crítica do mundo, configurando o processo metodológico como acontecimento compartilhado e construção de sentido coletivo.

Inicialmente a proposta da dinâmica de acolhida e apresentação (Figura 29) propõe um quebra-gelo para o primeiro dia em que o grupo se encontrou. Em círculo, os participantes atribuíram um apelido ao seu vizinho, e em seguida sem saber esse apelido era atribuído a você por meio de um crachá. Essa dinâmica provoca o sentimento de acolhimento, interação e conhecimento mútuo de forma descontraída.

Figura 29 – Dinâmica participativa na visita a sede da COOPERAGRA, Mariluz-PR



Fonte: elaborado pelo projeto (2023).

É importante destacar que as diferentes instituições de extensão rural, ainda enfrentam dificuldades em suas rotinas metodológicas, o avanço dessas favorece a participação de agricultores(as) na condução dos projetos institucionais que enfrentem as relações de poder entre os diferentes participantes.

Os serviços extensionistas governamentais ou de OSCs com abordagem tecnicista, não problematizadora, acrítica, pragmática e difusora de inovações científico tecnológicas, baseado em ações verticalizadas, anti-dialógicas, não participativas e persuasivas, caracterizadas pela centralização, verticalização e hierarquização dos processos de gestão e tomada de decisões, limitando a participação social dos extensionistas no planejamento das atividades a serem desenvolvidas, com deficiência do quadro pessoal para a secretaria de agricultura familiar (Diniz; Hespanhol, 2019). O conhecimento agroecológico fornece as ferramentas metodológicas para a real participação da comunidade como protagonista e decisor dos rumos dos processos de mudança e transformação social (Guzmán, Eduardo Sevilla, 2004; Sambuichi *et al.*, 2017).

Figura 30 - Grupos de discussão menores na visita a sede da COOPERAGRA, Mariluz-PR



Fonte: elaborado pelo projeto (2023).

Em seguida, foi aplicado os círculos de cultura e os grupos de discussão (Posicionamento circular: os participantes sentaram-se em formação circular;

1. **Pergunta geradora:** foi feita a seguinte questão aos participantes – "o que é agroecologia?";
2. **Registro individual:** cada participante escreveu em tarjeta/cartolina, com letra grande e em pincel, para garantir visibilidade coletiva, a(s) primeira(s) palavra(s) que emergiram ao ouvir a questão;
3. **Agrupamento temático:** as tarjetas foram distribuídas em painel de fácil visualização e agrupadas por similaridade, conforme concordância coletiva.

), em uma quadra coberta, porém aberta (não possui paredes). Os agricultores(as) se sentaram em círculo no meio da quadra, havia doze agricultores familiares presentes, distribuição igual entre homens e mulheres. Conforme protocolo adaptado de Biazoti, Almeida e Tavares (2017), os passos executados foram:

4. **Posicionamento circular:** os participantes sentaram-se em formação circular;
5. **Pergunta geradora:** foi feita a seguinte questão aos participantes – "o que é agroecologia?";

6. **Registro individual:** cada participante escreveu em tarjeta/cartolina, com letra grande e em pincel, para garantir visibilidade coletiva, a(s) primeira(s) palavra(s) que emergiram ao ouvir a questão;
7. **Agrupamento temático:** as tarjetas foram distribuídas em painel de fácil visualização e agrupadas por similaridade, conforme concordância coletiva.

O processo de construção do mapa conceitual participativo (Figura 31 e Figura 32) de representa o fazer coletivo, aberto, flexível dos valores e práticas situadas na vivência concreta dos agricultores familiares e na leitura crítica de seus territórios. Ao criar um conceito participativo da Agroecologia situada localmente para a Cooperativa COOPERAGRA, e a Associação CAF, se valoriza as culturas locais, a oralidade, a tomada de posição perante as aspirações e problemas vivenciados.

Figura 31-Processo de construção do Mapa conceitual participativo da agroecologia da COOPERAGRA, Mariluz-PR



Fonte: elaborado pelo projeto (2023).

Assim, os agricultores foram divididos em menores grupos e cada escreveu nas tarjetas os conceitos que eram aceitos pelo grupo e se relacionavam ou definiam “o que é a agroecologia”. Após a produção das tarjetas, voltou a posição ao grupo maior em assembleia para o processo de tomada de decisão coletiva sobre o agrupamento de ideias em “nuvens” de tarjetas em estrutura

dialógica e participativa de todos, permitindo descentralizar e permitir outras vozes e opiniões acolhidas. A exemplo de agricultora que era introvertida, a presença de uma bolsista auxiliando-a transcrever as suas ideias foi crucial. É possível visualizar nos registros fotográficos dos encontros a presença de adolescentes, crianças, e bebês, viabilizando a presença das mães, o que enfatiza um espaço de acolhimento, escuta atenta e sensível. O público infantil e juvenil fora convidado a fazer parte das atividades conforme a sua escolha e experiência. Além, eram disponibilizadas folhas de desenho e pintura. A empatia é uma qualidade do processo de convivência.

Figura 32- Continuação do processo de construção do Mapa conceitual participativo da agroecologia da COOPERAGRA, Mariluz-PR



Fonte: elaborado pelo projeto (2023).

Ao serem convidados a colar as tarjetas no chão, alguns participaram ativamente, outros demonstraram resistência, hesitação e até desinteresse. Essa mudança de comportamento pode indicar certo desconforto com a exposição pública das ideias ou com o formato da dinâmica proposto, situação comum quando os participantes não se reconhecem plenamente no método de trabalho coletivo. O que pode ser explicado pelo hábito de metodologias tradicionais de assistência técnica em que os participantes possuem postura passiva no processo de construção de conhecimento.

Além, a nuvem do cuidado com o social revela a dimensão socializadora da agroecologia, com práticas de bem-estar. Mas além, com pautas de inclusão e diversidade como sem racismo, sem homofobia, com feminismo. A saúde é atingida pela melhora do ar.

Assim, a dimensão agrícola da produção orgânica é compreendida pelos agricultores como o cultivo da agricultura sem agrotóxicos de produtos orgânicos sem veneno, ou seja, alimentos saudáveis, que contribuirão à saúde e ao meio-ambiente, com ar mais puro e respeito a natureza. A nuvem de cuidado com a natureza, não é entendido separado da produção agroecológica, pois esses escreveram que diversificar a produção com as agroflorestas, ao intercalar a produção, e imitar a natureza, as árvores criam ambiente limpo.

Outra nuvem é a sustentabilidade que inclui práticas dos agroecossistema de diversificação da produção e a oferta de alimentos saudáveis, orientadas para o desenvolvimento sustentável do território. Entretanto, sua compreensão não pode ser dissociada das “demais” nuvens, ao contrário ela se configura em relação de interdependência com dimensões sociais, econômicas, ecológicas, expressando o vínculo entre sustentabilidade e permanência das famílias no campo. Assim, a sustentabilidade emerge não apenas como resultado técnico-ambiental, mas como processo relacional e político, sustentado por laços comunitários e pela continuidade das formas de vida rurais.

A construção participativa do conceito de agroecologia incorpora princípios ecológicos, econômicos e sociais que visam reconectar produtor e consumidores em circuitos de troca mais curtos e justos. Tal perspectiva converge com Gliessman (2018) para quem a agroecologia constitui um processo de reconstrução de sistemas alimentares baseados em relações equitativas e acessíveis, ao mesmo tempo em que reduz os impactos negativos gerados pelos intermediários mercantis. Nesse sentido, a experiência da COOPERAGRA evidencia uma tentativa de reapropriação social da economia, na qual o valor do alimento e do trabalho é redefinido a partir da reciprocidade, da justiça e da sustentabilidade relacional.

O método do Metaplan (2025), para o diagnóstico participativo das potencialidades, desafios e planos de ação. Assim a sistematização das opiniões e significados de acordo com as cores são: tarjetas de cor azul exibem as opiniões dos agricultores sobre os pontos fortes, as tarjetas rosas os desafios, e as amarelas são planos de ação, conforme a Figura 34:

Figura 34-Grupos de discussão menores para o Metaplan da COOPERAGRA, Mariluz-PR



Fonte: elaborado pelo projeto (2023)

É possível observar que a maioria dos agricultores participou ativamente escrevendo nas tarjetas, expressando suas próprias interpretações e experiências. Esse gesto simples revela o posicionamento epistêmico ativo dos participantes no processo de co-construção do conhecimento, conforme propõe a PAPC (Fine; Torre, 2021). Quando alguns demonstravam insegurança ou desconforto em registrar suas ideias, os bolsistas atuaram como mediadores do diálogo, oferecendo apoio, escrevendo por eles ou auxiliando na formulação, sem substituir a autoria dos agricultores, o que seria uma reconfiguração das relações de poder na produção de saberes. Também foi sugerida a possibilidade de representar as ideias por meio de desenhos para ampliar as vozes participantes, essa proposta despertou maior interesse entre os adolescentes e crianças presentes, que aderiram com entusiasmo ampliando as formas de expressão e participação nas dinâmicas. Essa estratégia de ampliação de linguagens (oral, escrita e visual) reafirma um dos princípios da PAPC de valorização de múltiplas formas de conhecimento e modos de expressão situados corporal e culturalmente, capazes de traduzir dimensões afetivas, simbólicas e materiais das experiências vividas no campo.

Além, a aplicação de ferramenta participativa, Metaplan (Figura 35), orientada para a ação permitiu a construção coletiva de um diagnóstico situado, envolvendo os agricultores familiares locais na identificação de seus próprios recursos, dificuldades e propostas de transformação.

Figura 35- Pontos fortes e desafios da aplicação do Metaplan da COOPERAGRA, Mariluz-PR



Fonte: elaborado pelo projeto (2023).

A abordagem adotada enfatizou a escuta ativa e o reconhecimento dos saberes desses agricultores, favorecendo a emergência de um planejamento que articula experiência prática, análise crítica e perspectivas de futuro.

Entre os principais pontos fortes evidenciados no Metaplan, destaca-se as tarjetas de disponibilidade de terras provenientes da reforma agrária, caracterizadas por alta fertilidade e potencial produtivo. Observou-se também a presença de produtores comprometidos e de uma cultura de cooperação e solidariedade, expressa na troca de serviços entre agricultores e na atuação de múltiplas formas organizativas (associações, grupos, cooperativas e redes locais) que facilitam o acesso à mão de obra, recursos e conhecimento técnico.

Além, a existência de uma cooperativa estruturada e a disponibilidade de assistência técnica permanente foram consideradas elementos centrais para o fortalecimento das práticas agroecológicas. O incentivo da Rede Ecovida e a parceria com universidades (particularmente em temas como manejo sustentável e produção de biofertilizantes) reforçam o caráter formativo e inovador do território. Além disso, a articulação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o apoio de entidades públicas (IDR) e da sociedade civil, o CAPA, entre outras organizações de assistência técnica, ampliam as condições de governança e de acesso a políticas de fomento.

No campo produtivo, observou-se avanço expressivo nos projetos institucionais, com vendas estáveis e contínuas por meio dos programas PNAE e PAA, que funcionam como alavancas para a produção local de hortaliças. A diversificação produtiva também se consolidou como uma das forças do agroecossistema, abrangendo frutas, hortaliças, panificados e produtos processados, fortalecendo a segurança alimentar e o abastecimento regional. Ademais, o processo de certificação orgânica já iniciado e a instalação de uma mini agroindústria representam etapas estratégicas de agregação de valor e de consolidação de um modelo de desenvolvimento territorial sustentável.

Entre os principais desafios identificados pelos agricultores durante a aplicação do Metaplan, conforme Figura 36, destacaram-se questões estruturais e organizacionais que atravessam tanto a gestão produtiva quanto as relações sociopolíticas do território. A má distribuição da mão de obra e a baixa capacidade de investimento foram destacados como obstáculos centrais, revelando a vulnerabilidade econômica das famílias e as limitações de escala que comprometem a autonomia produtiva. A ausência de apoio municipal e a assistência técnica insuficiente reforçam a percepção de que as políticas públicas ainda operam de modo fragmentado e pouco responsivo às especificidades da agricultura familiar, gerando uma sensação de isolamento institucional e dificuldades em avançar na produção.

Os agricultores também ressaltaram dificuldades logísticas na distribuição dos excedentes, problemas de transporte e restrições de acesso a insumos, frequentemente agravadas pela dependência de múltiplos fornecedores e pela volatilidade dos preços. Essas limitações não se restringem à dimensão operacional, mas expressam as assimetrias estruturais do mercado agroalimentar, que tendem a desvalorizar os produtos locais e práticas sustentáveis em favor da competitividade de cadeias convencionais.

Em nível relacional, emergiram preocupações quanto à falta de coesão e engajamento coletivo, à dificuldade de conscientizar propriedades vizinhas que fazem uso intensivo de agrotóxicos, gerando contaminação ambiental e tensões sociais no território. Esses elementos evidenciam que a transição agroecológica, mais do que uma mudança técnica, implica um processo político e pedagógico de longo prazo, que demanda reconstruir vínculos de confiança, ampliar o reconhecimento mútuo entre agricultores e fortalecer espaços de deliberação coletiva.

Figura 36- Metaplan da COOPERAGRA, Mariluz-PR



Fonte: elaborado pelo projeto (2023)

Assim, os desafios destacados nas tarjetas não devem ser lidos apenas como obstáculos operacionais, mas como expressões concretas das contradições entre a lógica agroecológica e as estruturas de reprodução do agronegócio, bem como dos limites institucionais da governança local. O Metaplan, ao tornar visíveis essas tensões, funcionou como um dispositivo reflexivo, permitindo que os próprios agricultores problematizassem as condições históricas, econômicas e simbólicas que moldam suas possibilidades de ação.

Na etapa final do Metaplan, dedicada à definição coletiva dos planos de ação (Dentre as principais ações de caráter estrutural, destacou-se a intenção de buscar projetos coletivos e individuais voltados ao fortalecimento financeiro e à aquisição de patrimônios físicos para a Associação AMANÁ, como veículos e barracões de armazenamento. Também foi enfatizada a necessidade de investimentos estrutural na produção de hortas e mandioca. Além da continuidade da proposta de construção de uma usina fotovoltaica, cuja documentação já havia sido encaminhada ao governo estadual. Paralelamente, o grupo propôs a realização de estudos de viabilidade para uma mini usina de óleo vegetal a frio, reafirmando o interesse em tecnologias sustentáveis e de agregação de valor.

Figura 37), os agricultores e agricultoras mobilizaram seus diagnósticos prévios para projetar caminhos concretos de fortalecimento da produção e da organização associativa. O processo foi marcado por um exercício de imaginação prática (Beaud; Weber, 2007), no qual os

participantes negociaram prioridades, reconheceram limitações e delinearam estratégias para superar os desafios identificados.

Dentre as principais ações de caráter estrutural, destacou-se a intenção de buscar projetos coletivos e individuais voltados ao fortalecimento financeiro e à aquisição de patrimônios físicos para a Associação AMANÁ, como veículos e barracões de armazenamento. Também foi enfatizada a necessidade de investimentos estrutural na produção de hortas e mandioca. Além da continuidade da proposta de construção de uma usina fotovoltaica, cuja documentação já havia sido encaminhada ao governo estadual. Paralelamente, o grupo propôs a realização de estudos de viabilidade para uma mini usina de óleo vegetal a frio, reafirmando o interesse em tecnologias sustentáveis e de agregação de valor.

Figura 37- Metaplan, plano de ação, da COOPERAGRA, Mariluz-PR.



Fonte: elaborado pelo projeto (2023).

Outra linha de ação relaciona-se ao fortalecimento da governança organizacional e da formação política e técnica. Foram elencados planos para capacitações temáticas em gestão, cooperativismo, comercialização, logística e elaboração de projetos, com o objetivo de ampliar a autonomia da associação e distribuir responsabilidades entre os membros. Nesse sentido, a proposta de setorização das atividades da cooperativa, abrangendo vendas, logística e planejamento produtivo, emergiu como alternativa para aprimorar a eficiência interna e a transparência das decisões coletivas.

Em nível produtivo e comercial, as metas incluíram o planejamento coletivo da produção e das vendas, a diversificação dos canais de comercialização e a redução da dependência de programas institucionais, como o PNAE e o PAA. A criação de feiras agroecológicas e o acesso a circuitos curtos de comercialização foram destacados como estratégias para aproximar produtores e consumidores e fortalecer as economias locais.

Os participantes também destacaram a importância de ampliar a assistência técnica disponível, com solicitação de novos técnicos agrícolas, e de reivindicar melhorias na infraestrutura rural, como a manutenção das estradas, a estruturação básica dos lotes (água e energia solar) e a abertura de poços artesianos. Essas ações foram associadas à necessidade de cobrar apoio das autoridades locais, reafirmando a dimensão política do planejamento participativo, que não se restringe ao âmbito produtivo, mas busca reconfigurar as relações entre Estado, território e comunidades rurais.

Assim, o plano de ação coletivo resultante da oficina expressa mais do que uma lista de metas: trata-se de um instrumento de autorreflexão e de reposicionamento político dos agricultores diante de um contexto de desigualdade estrutural e fragilidade institucional. O processo participativo, ao articular planejamento, escuta e negociação, possibilitou a emergência de um projeto compartilhado de futuro, no qual o fortalecimento da agricultura familiar é entendido como parte de uma luta mais ampla por autonomia, sustentabilidade e justiça territorial.

Assim, em consonância com o papel extensionista e formativo do projeto universitário, a etapa final do Metaplan a partir dos planos de ação foi dedicada à definição dos próximos passos. Nesse momento, os agricultores e agricultoras participaram de um processo de votação individual secreta, escolhendo, entre os planos de ação elecandos, aqueles considerados prioritários para receber apoio técnico e formativo da equipe universitária. As ações mais votadas foram: manutenção da estrada principal (6 votos); solicitação de maior assistência técnica (3 votos); investimentos estruturais na produção de hortas e mandioca (2 votos); setorização da cooperativa com definição de funções e responsabilidades (1 voto); planejamento da produção (1 voto); capacitação técnica e produtiva (1 voto); capacitação em gestão (1 voto); e busca de projetos coletivos e individuais de financiamento (1 voto).

Durante a discussão final, o grupo reconheceu que, entre as demandas apresentadas, apenas as relacionadas à gestão e comercialização se enquadravam nas competências da equipe universitária. Assim, de forma acordada e deliberada coletivamente, decidiu-se que o apoio

extensionista se concentraria na oferta de capacitações voltadas à gestão e comercialização solidária, abrangendo conteúdos sobre planejamento estratégico, controle da produção, financeiro, e de vendas.

Essa decisão reflete o compromisso ético-político da extensão universitária com a construção conjunta de soluções viáveis e situadas, evitando uma intervenção tecnocrática e reforçando a perspectiva de formação recíproca entre universidade e comunidade, eixo fundamental de uma prática de pesquisa-ação participativa crítica.

A dinâmica também revelou uma disputa simbólica por legitimidade dentro do grupo, evidenciando também uma divisão de gênero nas prioridades: enquanto os homens reivindicavam equipamentos de maior porte (como tratores), as mulheres enfatizavam necessidades mais imediatas, como sombrites e utensílios de pequena escala. Uma das produtoras expressou, de forma espontânea, desânimo e intenção de deixar a cooperativa, relatando prejuízos recentes. Sua fala foi recebida com silêncio pelo grupo, sugerindo que o tema é sensível e talvez recorrente.

Após a finalizada as atividades, foi realizado um café solidário com os alimentos dos agricultores familiares, produção própria e doados, dentre suco, café, bolos, bolachas e torta salgada. O momento de partilha e indica que a visita foi de ampla participação e

Nos momentos finais da oficina, após 3 horas, houve um declínio geral no engajamento. Muitos olhavam para fora do espaço, atentos ao tempo, mencionando a possibilidade de chuva. O cansaço e as preocupações cotidianas pareciam disputar espaço com a dinâmica coletiva, o que reforça a importância de considerar o contexto temporal e emocional das atividades de campo.

Além disso, o feedback da extensionista (*Entrevista Extensionista, pós-visita de campo em Mariluz, 18/12/2023*), destacou o reconhecimento da metodologia participativa utilizada durante a atividade de campo. Segundo ela, a dinâmica proposta se alinhou ao modo como já vinha conduzindo seu trabalho de extensão, fundamentado na construção coletiva do conhecimento, sem oferecer soluções prontas, mas estimulando o protagonismo e a autonomia dos agricultores. O extensionista ressaltou que a atividade contribuiu para fortalecer essa abordagem horizontal, valorizando o saber local e a gestão compartilhada entre os participantes.

Como sugestão, mencionou aprimorar o momento de seleção dos projetos, propondo que se conduza filtrando a lista das ações que realmente cabem ao escopo do projeto, de modo a orientar melhor as escolhas dos participantes e evitar votos concentrados apenas em opções mais visíveis. O extensionista também enfatizou o reconhecimento do presidente da cooperativa, que

afirmou não ter visto, em 13 anos de atuação, uma metodologia tão inclusiva e participativa aplicada ao diagnóstico organizacional. Para ele, a adoção dessa abordagem representa um avanço significativo na prática extensionista, demonstrando o potencial transformador da pesquisa-ação participativa e o impacto positivo da coconstrução de conhecimento no fortalecimento das cooperativas rurais.

5.5.2.3 Data: 22/03/2024

Local: Sede da COOPERAGRA, Mariluz, Paraná

Objetivo da visita: Reunião de validação das guias do projeto aos **agricultores familiares**

Lista de presença: agricultores(as) (4M/3F), UNESPAR (3M/3F), UEM (1F)

A visita a COOPERAGRA ocorreu como parte das atividades de devolutiva e coanálise dos protótipos dos materiais produzidos no âmbito do projeto *“Agroecologia Familiar: Aproximando Produtores e Consumidores”* (

Figura 38). A equipe universitária e a pesquisadora, atuaram como facilitadores ao reconhecer os privilégios e ouvir e amplificar vozes, instigar a aprendizagem com as linguagens uns dos outros por meio de experiências compartilhadas, baseada na experiência mútua, no respeito e cuidado. Os princípios da PAP orientam as práticas para construir pontes que aproximam a universidade das comunidades. Essa postura reflete o princípio da co-construção do conhecimento e o compromisso com uma epistemologia decolonial, que reconhece a legitimidade dos saberes locais e as dinâmicas de poder envolvidas no campo.

Figura 38- Processo de validação das guias didáticas na sede da COOPERAGRA, Mariluz-PR



Fonte: elaborado pelo projeto (2024).

O encontro iniciou-se em uma roda de conversa com uma breve saudação e a apresentação dos objetivos da reunião, momento em que procurou-se situar a atividade como parte do processo de devolutiva e validação participativa dos resultados parciais do projeto. A apresentação dos protótipos dos sete volumes que abordam os seguintes temas: planejamento estratégico na produção agroecológica; controle de produção e de vendas; gestão financeira e de custos; estratégias de comercialização; vendas online e uso de plataformas digitais; e organização de cestas agroecológicas. A dinâmica foi conduzida com o uso de recursos visuais e participativos, como flipcharts, folhas grandes, canetas coloridas, fitas adesivas, pranchetas e fichas de observação participante, em consonância com as metodologias de aprendizagem ativa da PAP (Burns; Howard; Ospina, 2021; Hall, Ruth *et al.*, 2017; UJC, 2019). Cada agricultor pôde expressar sua leitura dos materiais, sugerir modificações e relacionar os conteúdos às suas próprias práticas e desafios.

Durante a sessão, os agricultores foram divididos em grupos menores para validação do material, eles liam, folheavam e comentavam, acompanhados de bolsistas que anotavam no caderno de observações participantes a experiência situada, um exercício de descrição densa e atenta à linguagem corporal, às pausas, às negociações e às expressões de afeto e conflito. O coordenador e pesquisadora, também orientavam a facilitação das trocas, reafirmando o papel dos agricultores como pesquisadores de suas próprias realidades e produtores de dados e diagnósticos

que subsidiam ação política e educativa. Além, quando um agricultor demonstrava desconforto na leitura, outras formas de produzir sentido eram empregadas, como a conversa, desenhos, além da escrita. Ou quando em desacordo a orientação era diálogo construtivo e a reafirmação dos objetivos e valores compartilhados para alcançar impacto.

Durante a fase de devolutiva dos materiais, o grupo refletiu coletivamente sobre as suas experiências de cooperativismo nos processos de gestão, comercialização, a importância do acesso a tecnologias digitais, identificando tanto oportunidades quanto barreiras de inclusão.

Os agricultores e agricultoras expressaram recepção positiva ao formato inovador e acessível dos materiais. Destacaram como pontos fortes o caráter ilustrativo e lúdico das guias, que combinavam histórias em quadrinhos, chamadas para ação e exemplos reais de experiências agroecológicas. Mencionaram que as planilhas em Excel voltadas ao controle de produção, vendas e finanças eram de fácil compreensão e poderiam auxiliar no acompanhamento das atividades das famílias. Outros elementos bem avaliados incluíram os hiperlinks dos formulários de planejamento estratégico, tutoriais de vendas online, modelos de cestas agroecológicas e exemplos de folhetos de divulgação, documentos práticos e úteis para a comunicação com consumidores e cooperativas. Segundo os agricultores, os materiais ajudam a pensar a propriedade como uma empresa coletiva, mas sem perder o sentido comunitário da produção. Outro participante ressaltou que os exemplos e histórias tornavam mais leve o aprendizado e mostravam que a agroecologia também é planejamento e gestão, não só plantar.

A discussão enfatizou a relevância desses instrumentos como ferramentas de apoio ao fortalecimento das práticas agroecológicas e à aproximação entre produtores e consumidores, reafirmando o caráter participativo e colaborativo que orienta a construção dos produtos e das aprendizagens no âmbito do projeto. Um agricultor mencionou os termos em inglês e técnico como “SMART/SWOT/Marketing”, os termos foram adaptados sem perder o significado.

Nesse sentido, o elemento da linguagem é um pacto importante da PAP (CSJCA, 2022), pois pode-se correr o risco de excluir pessoas usando linguagem inacessível, fazendo generalizações abrangentes ou problematizando comunidades enfatizando diferenças em vez de falar sobre ‘conexão’. Assim, essa fase de validação foi crucial para conhecer e perguntar a comunidade qual linguagem utilizar e como suas experiências devem ser representadas. Somente após as rodadas dos grupos de discussão menores, foi feito um consenso na plenária para fechamento da atividade.

A experiência com a COOPERAGRA reafirma o sentido de uma pesquisa engajada e transformadora, comprometida com a justiça social, o fortalecimento das redes agroecológicas e a emancipação dos sujeitos pesquisados. A devolutiva dos materiais não foi um momento de encerramento, mas de continuidade e replanejamento coletivo, um espaço de “pesquisar com” e não “sobre”, no qual o conhecimento emerge da circulação horizontal de saberes e da valorização das narrativas locais como forma de resistência e proposição.

5.5.2.4 Data: 29/05/2024

Local: Sede da COOPERAGRA, Mariluz, Paraná

Objetivo da visita: Reunião de apresentação das guias do projeto aos **agricultores familiares**

Lista de presença: agricultores(as) (6M/5F), UNESPAR (3M/3F), UEM (1F)

Na sede da COOPERAGRA, o espaço foi organizado de modo a favorecer a convivência e a troca entre os participantes. As cadeiras foram dispostas próximas umas das outras, em semicírculo, diante do projetor montado sobre uma mesa improvisada. Essa disposição simples parecia já anunciar a intenção da oficina: promover diálogo, escuta e construção coletiva. Enquanto os agricultores chegavam, cumprimentavam-se com familiaridade; alguns traziam cadernos, outros apenas a atenção curiosa. As práticas de extensão universitária se constituíram em rituais de reciprocidade entre mundos sociais: o técnico e o agrícola, o acadêmico e o vivido.

Sobre uma mesa lateral, materiais diversos foram dispostos: *flipchart, folhas de papel, canetas coloridas, fita crepe, pranchetas, notebook, projetor e fichas de observação participante*. Esses objetos, aparentemente triviais, revelavam a dimensão concreta e colaborativa da atividade: uma oficina pensada para ser escrita a muitas mãos.

A bolsista iniciou a apresentação do Guia de Planejamento Estratégico (Figura 39), explicando os campos do formulário: informações básicas da propriedade, visão, valores, metas, dados produtivos, análise de ambiente, matriz FOFA (SWOT), estratégias, prazos e recursos necessários. Sua fala era pausada, didática, buscando traduzir conceitos administrativos para o cotidiano dos agricultores.

Figura 39-Oficina das guias didáticas na sede da COOPERAGRA, Mariluz-PR



Fonte: elaborado pelo projeto (2024).

Em seguida, uma agricultora se voluntariou para preencher o formulário diante do grupo. Seu gesto de confere coragem e confiança ao projeto mesmo na exposição pública e por pares, se colocar como exemplo rompeu o silêncio inicial e abriu espaço para que outros participassem. Os bolsistas atuando como mediadores se revezaram nas explicações e no apoio aos agricultores, caminhando entre as mesas, respondendo dúvidas, apontando caminhos. Esse conhecimento só adquire legitimidade ao ser compartilhado de modo horizontal. A atmosfera era de atenção e curiosidade, pontuada por risadas e comentários sobre as semelhanças entre as propriedades.

Durante a elaboração da matriz FOFA (SWOT), Rosilene voltou à frente para identificar as *forças, fraquezas, oportunidades e ameaças* da sua propriedade (Figura 40). À medida que ela mencionava aspectos como “união familiar” ou “dificuldade de acesso ao mercado”, outros agricultores assentiam, completavam, discordavam. Esse exercício coletivo transformava a análise individual em um debate sobre o território e as condições compartilhadas de trabalho.

Figura 40 - Oficina das guias didáticas, participação da agricultora, na sede da COOPERAGRA, Mariluz-PR



Fonte: elaborado pelo projeto (2024).

A oficina transcorreu de maneira fluida e participativa. Os agricultores demonstraram compreender a utilidade prática do planejamento estratégico, associando-o à organização da produção e à tomada de decisões. O suporte contínuo dos bolsistas foi essencial para o engajamento do grupo, que se sentiu amparado diante das planilhas e conceitos apresentados. Mais do que uma transmissão de conhecimento técnico, a oficina configurou-se como um processo de aprendizagem mútua, no qual experiências e saberes circulavam em múltiplas direções.

Ao final, os agricultores propuseram uma confraternização espontânea: dispunham sobre uma mesa os alimentos trazidos de casa, como bolos, pães, frutas e café, transformando o encerramento da oficina em um momento de café solidário. As conversas tornaram-se mais descontraídas, e os vínculos entre equipe técnica e agricultores se mostraram fortalecidos (Figura 41). Esses rituais de sociabilidade, de partilha e convivência conferem densidade moral as interações de trabalhos, símbolos de pertencimento e reconhecimento mútuo.

Figura 41- Registro do encerramento, na sede da COOPERAGRA, Mariluz-PR



Fonte: elaborado pelo projeto (2024).

As fotografias tiradas ao longo da atividade registraram não apenas o caráter instrutivo da oficina, mas também a dimensão relacional e afetiva da extensão universitária: mãos escrevendo juntas, olhares atentos, sorrisos diante das descobertas. Esse encontro marcou um passo importante no fortalecimento da gestão estratégica das propriedades associadas à COOPERAGRA, reafirmando que o conhecimento técnico, quando partilhado de forma dialógica, pode tornar-se também um instrumento de autonomia e de comunidade.

5.5.2.5 Data: 11/06/2024

Local: Sede da COOPERAGRA, Mariluz, Paraná

Objetivo da visita: Reunião de apresentação das guias do projeto aos **agricultores familiares**

Lista de presença: agricultores(as) (4M/2F), extensionista CAPA (1F), UNESPAR (3M/3F), UEM (1F)

O objetivo da visita foi de oficinas das guias de controle de produção e controle de vendas para os agricultores familiares (Figura 42). Os materiais utilizados como flipchart, folhas de papel, canetas coloridas, fita crepe, pranchetas, notebook, projetor e fichas de observação participante. Esses objetos que ao mesmo tempo sinalizam a intenção de horizontalizar o processo investigativo, podem organizar percepções, hierarquizar saberes e materializar relações de poder no campo. Atenção as microdinâmicas, quem pega a caneta primeiro, quem hesita, quem delega a escrita a outros, quem ocupa o flipchart e as tarjetas, pois são nesses gestos aparentemente triviais que se revelam as hierarquias invisíveis, as negociações tácitas de legitimidade e os limites concretos da "participação".

A atividade iniciou-se com a apresentação dos slides elaborados sobre os guias da coleção de Agroecologia Familiar (lançada posteriormente no 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia out/2025), contendo exemplos práticos das planilhas de controle. Durante a explicação, realizou-se o preenchimento conjunto de um modelo demonstrativo, com o intuito de facilitar a visualização e o entendimento das ferramentas. No primeiro momento, os agricultores presentes mostraram-se um pouco retraídos, evitando intervir. Para incentivar a participação, o agrônomo Júlio se prontificou a colaborar, utilizando dados fictícios sobre produção e venda de um produto, o que ajudou a criar um ambiente mais descontraído e colaborativo.

Figura 42 - Oficina das guias didáticas na sede da COOPERAGRA, Mariluz-PR



Fonte: elaborado pelo projeto (2024).

Com o decorrer da oficina, o grupo foi se envolvendo mais ativamente. Surgiram dúvidas, comentários e sugestões a respeito das formas de registro e da aplicabilidade dos guias nas rotinas produtivas. O clima da atividade manteve-se leve e participativo, e os agricultores ressaltaram a utilidade do projeto para suas práticas cotidianas, reconhecendo avanços concretos em sua organização produtiva e comercial.

Ao final da oficina, o coordenador Jorge e a orientadora Luísa informaram que era o último mês da atual etapa do projeto, mas destacaram a possibilidade de uma *fase 2 “Agroecologia familiar: fortalecendo entidades”*, mediante a aprovação de um novo edital em processo de inscrição. O grupo reagiu com esperança e interesse, expressando o desejo de continuidade das ações extensionistas. Esse momento evidenciou o vínculo de confiança estabelecido entre os agricultores e a equipe universitária, bem como o reconhecimento mútuo do valor da parceria.

As trocas de conhecimento observadas entre bolsistas, orientadores e agricultores mostraram-se fundamentais para o processo formativo de todos os envolvidos, para além dos 12 meses de prazo institucional do projeto. Notou-se que a dinâmica de ensino-aprendizagem foi marcada por reciprocidade, permitindo que saberes técnicos e experiências locais se entrelçassem de forma produtiva. Ao término, a extensionista Daniela e o agrônomo Júlio solicitaram autorização para reproduzir e aplicar os materiais elaborados (*Guias de Planejamento Estratégico, Controle de Produção e Controle de Vendas*) com outros agricultores da região, o que reforça o potencial multiplicador e de apropriação coletiva dos instrumentos desenvolvidos no projeto.

5.6 Dados das entrevistas

As entrevistas foram realizadas considerando a composição do NSGA, de acordo com a Metodologia LUME da AS-PTA (2022), a qual reconhece a unidade familiar como núcleo central de análise dos processos de sustentabilidade no agroecossistema suas dimensões econômicas, ecológicas e políticas que caracterizam os modos de vida da agricultura familiar, frequentemente invisibilizados pelo paradigma econômico dominante.

Assim, priorizou-se a escuta do casal e dos demais membros do núcleo familiar, buscando compreender as relações socioprodutivas e a distribuição de responsabilidades dentro das propriedades agroecológicas. Nos casos em que os demais integrantes não estavam disponíveis, a

entrevista foi conduzida individualmente com o(a) responsável principal pelo estabelecimento rural.

A amostra de famílias entrevistadas (Tabela 3) reflete a diversidade etária, educacional e organizacional dos agricultores vinculados à COOPERAGRA, sendo um perfil heterogêneo, porém fortemente enraizado na agricultura familiar de base camponesa e agroecológica. Entre os 14 respondentes, 57% são mulheres e 43% homens, com idades variando entre 15 e 69 anos, predominando a faixa de 50 a 69 anos (65%), o que demonstra o envelhecimento da força de trabalho rural e o desafio da sucessão geracional, a ex. agricultor com complicações da diabetes e o filho adolescente assumindo o papel no trabalho na propriedade; e agricultora exclusivamente no trabalho do cuidado com os pais idosos.

A escolaridade é majoritariamente concentrada até o ensino fundamental completo (50%), o que se relaciona à oferta limitada de instituições de ensino no território do assentamento. A área rural de Mariluz conta com apenas uma escola municipal (até a 5ª série) a Escola Augusta Gutierrez Lopes, no distrito de São Luiz, a aproximadamente 8 km da sede da COOPERAGRA do Assentamento Nossa Senhora Aparecida da Reforma Agrária. Enquanto as demais instituições estão concentradas na área urbana, o que dificulta a continuidade dos estudos, especialmente entre mulheres agricultoras e jovens rurais. Há duas escolas estaduais somente em áreas urbanas, Escola Jose A de Almeida (EJA, Ensino médio e Profissionalizante), e Escola Estadual Dom Bosco (Ensino fundamental 6-9 série), e quatro escolas municipais na área urbana.

Quanto à composição familiar, prevalecem núcleos compostos por casais com filhos adultos ou jovens residentes, indicando uma tendência à permanência intergeracional na propriedade, ainda que combinada com a migração de parte dos filhos para atividades urbanas. Observou-se também uma forte presença feminina na organização da produção e no cuidado familiar, evidenciando o papel das mulheres como gestoras das práticas de autoconsumo, da sociabilidade e da sustentabilidade doméstica. Em alguns casos, como nos de participantes 12 e 15, a renda familiar é complementada por diárias externas, revelando a necessidade de diversificação das estratégias econômicas e de autogestão.

Os dados indicam que as propriedades possuem atividade agropecuária diversificada, articulando produção vegetal, processamento artesanal e criação de animais voltada ao autoconsumo. Essa multifuncionalidade reforça a autonomia alimentar e econômica das famílias, fortalecendo os princípios da autogestão, solidariedade e reciprocidade previstos pela metodologia

LUME. Além disso, as falas das participantes expressam a busca por formas sustentáveis de reprodução social, combinando práticas produtivas com o cuidado intergeracional, a educação no campo e a resistência frente às dificuldades estruturais impostas pela desigualdade territorial e pela precariedade dos serviços públicos.

Tabela 3 - Perfil dos entrevistados da COOPERAGRA

VARIÁVEIS		QUANTIDADE (N)	%
Gênero do respondente	Masculino	6	43
	Feminino	8	57
	Total de respostas	14	100
Idade (anos completos até a presente data)			
	15-29	1	7
	30-39	0	0
	40-49	3	21
	50-59	4	29
	60-69	5	36
	70-79	1	7
	Total de respostas	14	100
Escolaridade	Fundamental incompleto	4	29
	Fundamental completo	3	21
	Ensino médio incompleto	0	0
	Ensino médio completo	4	29
	Ensino superior	1	7
	Não mencionou	2	14
	Total de respostas	14	100
Atividades rurais (co-ocorrência)	Produção vegetal	14	100
	Produção animal	3	21
	Produção animal para consumo	3	21
	Produção vegetal para consumo	2	14
	Processamento de produtos de origem vegetal	2	14
Tipo de posse das propriedades	Assentamento Rural da Reforma Agrária	14	100
Número de trabalhadores nas propriedades	Até 2	8	57

	3-4	6	43
	Total de respostas	14	100

Fonte: elaborado pela autora (2025).

O perfil dos agricultores participantes reflete tanto os avanços da organização comunitária quanto os desafios da sustentabilidade socioterritorial, especialmente no que se refere à sucessão rural e à valorização do trabalho feminino. O reconhecimento do NSGA como unidade de gestão e de aprendizagem coletiva revela o potencial da agroecologia como prática de prefiguração, onde se experimentam, na vida cotidiana, os princípios de justiça, solidariedade e emancipação que orientam as transições para formas de vida mais sustentáveis.

5.6.1 Emancipação social, econômica e política de mulheres

A composição e o funcionamento do NSGA refletem a base social da sustentabilidade, ao avaliar a organização interna do trabalho, a distribuição de poder e as práticas de solidariedade, reciprocidade e cuidado que sustentam a reprodução social e produtiva das famílias agricultoras.

A dimensão de equidade de gênero foi operacionalizada a partir de indicadores de divisão do trabalho doméstico, de cuidados, mercantil e de autoconsumo, articulados a atributos de sustentabilidade, como a emancipação social, econômica e política das mulheres. Tais atributos incluem práticas de participações equitativas no processo decisório sobre a produção agrícola, acesso e poder de decisão sobre recursos produtivos, controle sobre o uso da renda, liderança na comunidade e o uso do tempo. A análise desses elementos permite compreender em que medida as práticas organizativas observadas contribuem para a redistribuição de responsabilidades, o reconhecimento do trabalho reprodutivo e a autonomia das mulheres rurais.

A partir das entrevistas e discussão entre os participantes sobre as dinâmicas de trabalho, a divisão de tarefas dentro de suas famílias e propriedades rurais permeiam o trabalho de dentro da propriedade e fora. As mulheres compartilham como realizam tarefas domésticas de limpeza, preparo de alimentos, cuidado dos filhos e idosos, enquanto os homens falam sobre seu papel na agricultura e “ajuda” em casa. Embora algumas agricultoras cite a existência da divisão do trabalho doméstico, observa-se que é quando há a ausência dela ou não está disponível para fazer. Essa “ajuda” e não uma corresponsabilidade, ressalta que o acordo conjugal possui limitações e

persistência das hierarquias patriarcais. Tais desigualdades não se restringem ao âmbito privado, Teixeira, Olivera, e Vieira (2023) afirmam que são reforçados por marcadores sociais da opressão por gênero, a raça, a etnia, a classe social, a posição econômica, a escolha religiosa, a orientação sexual, a identidade de gênero, o local de moradia, a condição de periférica ou de migrante, ser PCD, entre muitas outras que atravessam e estruturam a vida cotidiana das agricultoras.

As mulheres, portanto, não apenas assumem a maior parte das atividades domésticas, mas o fazem em um contexto em que as relações de poder moldam também as dimensões econômicas, políticas, culturais e afetivas de suas existências. A divisão sexual do trabalho, ainda naturalizada, evidencia como o cuidado permanece centralizado nas mulheres e como a autonomia feminina continua a ser tensionada por estruturas patriarcais persistentes.

Assim, revelam-se assimetrias de gênero. Em núcleos familiares ampliados, como o da Participante 15, a divisão do trabalho é marcada por diferenciação de papéis conforme idade e vínculo de parentesco, com o sogro aposentado mantendo parcerias, o marido exercendo atividades externas e a agricultora assumindo de forma autônoma a horta e a fruticultura. A mulher é responsável pela produção agrícola, pelo controle financeiro cotidiano, enquanto o homem, diante da instabilidade de renda e dos atrasos nos pagamentos das cooperativas, busca diárias externas para complementar o orçamento familiar:

O marido dela tem que sair, ganhar diária pra fora, porque se ficar dependendo tudo daqui, não dá. Principalmente mais agora tá com esse pagamento da Cooperativa [COOPERAGRA] atrasado do jeito que tá, se ficar dependendo só daqui... Daí ele sai fazer umas diárias pra fora, no mais, é mais aqui. [Participante 12, 35:5]

Essa dinâmica, embora amplie a inserção masculina em redes de trabalho externas, reafirma a sobrecarga feminina nas tarefas produtivas e reprodutivas. Mas também, ilustra o exercício de autonomia das mulheres agricultoras de articular produção, cuidado e gestão financeira, ainda que sob sobreposição de responsabilidades. Entretanto, a participação equitativa no processo decisório, permanece condicionada pela estrutura patriarcal e pela titularidade formal da terra, com implicações diretas sobre o poder de decisão e o controle da renda familiar. Outras narrativas, entretanto, demonstram arranjos de cooperação intergeracional e corresponsabilidade, como no relato da Participante 14X, que destaca o trabalho conjunto com a filha e o genro nas áreas de cultivo, indicando práticas colaborativas na gestão do agroecossistema:

Ajudar ela! Eu toco lá embaixo de a meia com ela né a mandioca. E aqui ela ajuda na luz ajuda também o que apura ela ajuda nos troco também, né. E lá pra cima é eu e o meu genro, porque o meu genro já fica mais desimpedido pra ele cuidar lá, porque lá até ele banca, né? Esse ano ele ajudou a bancar lá e tudo, pra nós tirar.. 28:47 ¶ 92 em 14

Ao mesmo tempo, quando se afirma o apoio mútuo entre trabalho na propriedade rural e fora dela, mencionam a importância do empoderamento feminino e como isso tem mudado suas vidas ao longo dos anos. Esse discurso remete ao processo de desenvolvimento contínuo e de mudança social de desafios quanto esforços coletivos para manter as atividades da casa, da propriedade rural, enquanto lidam com a realidade de que alguns membros da família também trabalham fora em sua maioria fazendo diárias em fazendas ou terras arrendadas:

O meu é bem distribuído. "Amor, estamos os dois cansados, acabamos de chegar". Por exemplo, eu estou aqui falando com você. O amor ficou em casa fazendo janta e acabando de lavar a louça, que não deu tempo de eu lavar tudo. Lá em casa os trabalhos são distribuídos, mas não era! Eu passei a me empoderar muito de uns 15 anos para cá, porque eu passei a entender. Por isso que também, quando você chega numa sociedade que você vê as coisas... companheiras ali, você tem que trabalhar isso. 29:117 ¶ 328 em 15

A participação ativa de mulheres na COOPERAGRA, AMANÁ e na coordenação do assentamento, ressaltam a importância da união e da luta pela reforma agrária. Diante, da participação de mulheres em cargos decisórios, duas presidências da cooperativa e uma coordenação da produção orgânica na COOPERAGRA, essa participação pode ocorrer por oportunidades e princípios da cooperação e autogestão eram reforçadas pelo aprendizado de como outras participantes haviam superado desafios semelhantes, fortalecidos em grupos exclusivos de mulheres, a exemplo na comunidade de Mariluz a Associação de Mulheres AMANÁ. As mulheres podem preferir trabalhar em grupos exclusivamente femininos, nesse caso a hierarquia entre homens e mulheres é substituída por uma nova, em que mulheres experientes ensinam mulheres mais jovens no desenvolvimento de atividades e no questionamento de normas sociais.

Além de tudo, eu sou dirigente também do assentamento. A gente coordena o acampamento, sempre nas correrias! Tem 26 anos que eu moro ali, 20 anos deles é... correndo atrás de alguma coisa para os produtores, para as famílias, junto ao INCRA, etc. 34:20 ¶ 28 em 16

No movimento dos trabalhadores, eu sou da direção, sou dirigente, eu ocupo setores. Então, no movimento eu ocupo o setor de comunicação, e eu ocupo o setor de educação. Na associação de mulheres eu ocupo a secretaria, sou secretária. Na cooperativa COOPERAGRA, atualmente eu não ocupo nenhum setor. E na produção... de orgânicos,

que é um grupo "Cuidando e cultivando a vida", é o grupo do orgânico. Eu sou coordenadora atualmente do grupo. 29:40 ¶ 304 em 15

Nesse sentido esse posicionamento é convergente com os resultados de Coradin e Schwendler (2023) ao indicar o perfil de casais mais jovens e de meia idade (até 45 anos), com maior escolaridade, experiência entre campo-cidade, engajamento político com movimentos sociais e temáticas de gênero, tendem a construir divisões de trabalho mais igualitárias. A incorporação da perspectiva interseccional nas práticas e metodologias da agroecologia favorece o diálogo com sujeitos historicamente invisibilizados, fortalecendo o movimento e reafirmando suas origens como saberes fronteiriços. E embora haja níveis significativos de cooperação no contexto das famílias camponesas, a separação das tarefas com base no gênero, assim como a naturalização e a falta de reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres, continua fortemente presentes, gerando impactos profundos nas novas gerações (Schwendler, 2020).

Esses efeitos manifestam-se na forma como as mulheres jovens compreendem o sistema de criação e expressam resistência à não divisão do trabalho doméstico. Tal resistência revela-se como um processo não linear, situado em relações sociais familiares marcadas pelo patriarcado, mas que, ao mesmo tempo, incitam transformações e reconfigurações nos modos de viver e de se relacionar dentro do espaço camponês:

Aí ele ajuda ela com algumas coisas... E o piá ajuda também mas é muito pouco né?
Porque eles estão sempre trabalhando no sítio
Participante 11XX
Mas a gente foi criada naquele sistema né? Mulher ajuda no serviço da casa e o homem no serviço da roça!
Extensionista 1
É?[desânimo]
Participante 11XX
Por enquanto é isso, eu não ajudo muito pra fora, como ele não ajuda muito pra dentro![risos] É isso! 778:19 ¶ 93 – 98 em 11

Essas narrativas de compartilhamento de conhecimentos e afetos ilustram a persistência de padrões tradicionais de gênero, mas também indicam aberturas para mudanças. Tal como Leite *et al.*, (2019) e Waltz (2016) refletem a subjetividade ativa dessas mulheres como preparação para a ação criativa pode gerar transformações concretas, como a reorganização das relações familiares, o repensar da produção e a formulação de novas diretrizes para o próprio movimento agroecológico e para políticas públicas. Tais mudanças resultam de processos de ressignificação do mundo

vividos na liminaridade, que se configuram como espaços de coalizão entre mulheres que compartilham diferentes experiências de opressão. As conexões entre o enfrentamento das desigualdades de gênero, a produção agroecológica e a construção de alternativas ao capitalismo que emergem neste estudo contribuem para o debate teórico internacional sobre a relação entre gênero e sistemas agroalimentares.

Coradin e Schwendler (2023) advogam que a luta por divisões sexuais do trabalho mais igualitárias é parte intrínseca da luta política pela terra, pela agroecologia e pela própria decolonização das relações de gênero. Esses processos de resistência que articulam enfrentamento, solidariedade e reconstrução simbólica evidenciam o caráter político da agroecologia feminista no Brasil (Naves; Fontoura, 2022), cuja força não reside apenas nas ações de confronto, mas também nas práticas de interdependência e reciprocidade entre mulheres e comunidades. Essa dimensão relacional, enraizada em saberes e na subjetividade ativa das mulheres, constitui um espaço de criação e transformação, no qual a ressignificação do mundo emerge da liminaridade e da coalizão entre diferentes experiências de opressão.

Ainda assim, há muito a avançar na integração das perspectivas feministas e decoloniais às teorias e práticas que sustentam a Economia Solidária e a própria agroecologia. Cheng e Silva Junior (2023) afirmam que poucos estudos incorporam uma perspectiva feminista capaz de desafiar os modelos de mercado dominantes, que continuam a invisibilizar o trabalho doméstico e de cuidado, que são tarefas desigualmente distribuídas, especialmente entre mulheres negras e pobres (Reynaldo *et al.*, 2023).

Essas experiências ressaltam a inclusão socioproductiva de mulheres de baixa renda, como protagonistas de resiliência e autonomia, demonstrando que solidariedade, autogestão e a identidade coletiva fortalecem suas capacidades frente a vulnerabilidades estruturais. Reforçam seu papel central como guardiãs da biodiversidade e segurança alimentar, especialmente em quintais produtivos que articulam economias substantivas baseadas em reciprocidade e cultura popular (Pereira; Cruz; Mendonça, 2025). Assim, a construção de futuros decoloniais e sustentáveis exige institucionalizar essas práticas transformadoras, nas quais gênero, agroecologia e economia solidária se entrelaçam como estratégias de emancipação e reexistência contra estruturas patriarcais e capitalistas periféricas.

5.6.2 Protagonismo da juventude

Além da dimensão de gênero, a análise do indicador da participação jovem pelo atributo de sustentabilidade do protagonismo da juventude nos agroecossistemas foi operacionalizado a partir de práticas de visualização de futuro na agricultura e ansiosos para continuar e melhorar os meios de subsistência e condições de vida em sua comunidade.

Assim, a partir da análise de discussões e das entrevistas, evidenciaram-se tensões entre migração e sucessão rural. O depoimento de pais como o da Participante 16 expressa tanto a perda de jovens para o trabalho urbano quanto a prefiguração política do desejo de retorno e continuidade do projeto agroecológico no assentamento onde ela mora, potencializado pelo acesso à formação política e educacional do jovem na escola do MST:

É o de 15 anos que vive no sítio comigo hoje, porque os outros já estão todos trabalhando fora e casaram. Consegui que eles fizessem curso, fizessem faculdade pelas escolas do MST. Tem pedagogo, tem professor de matemática, tem técnico em agroecologia, né? Temos esses cursos básicos. Então, meu maior sonho é resgatar meus filhos de volta, né? Para o assentamento. [risos] Mas, por enquanto, ainda não dá, né? Mas vou resgatar.[risos] 34:16 ¶ 12 em 16

A recomendação é... Nós temos que educar os nossos filhos a permanecer na terra. 778:165 ¶ 1009 em 11

As narrativas destacam o desafio dos jovens em permanecer no campo, a migração para os centros urbanos é motivada não apenas pela busca de renda e lazer, mas também pela ausência de condições estruturais que assegurem a permanência digna no campo: escolas, transporte, espaços culturais e oportunidades de trabalho. A promessa urbana do progresso os deslocam. O depoimento da filha do casal participante 11 comenta o motivo do abandono da faculdade pela lembrança do sacrifício que era ir a estudar quando menina, tal como também é evidenciado no discurso de pais, como o do participante 9:

É... Então não...falar assim... tem uma coisa que atrai o jovem aqui, porque é muito difícil!! [ênfase] Você andar 60, 70 quilômetros para estudar. Um ônibus, entra no ônibus seis, cinco horas da manhã, seis horas tem gente. E chega oito horas da manhã lá. E se tem um lá que sai meio dia, meio dia de lá, chega duas horas da tarde, três horas da tarde em casa. Então desestimula o jovem ficar na... Lazer? O que que tem de lazer aqui? Não tem. Não tem lazer. Então não tem um... Por que falta mão de obra? Falta... Não tem espaço para o jovem no assentamento. Não existe. É raridade! O XX... O YY...[nomes de agricultores]. Trouxe a família dele ali. É raro, é raro, né? É um... Eu também. De 236 famílias, acho que uns quatro, cinco famílias que está no grupo mesmo. Família do Seu

ZZ, né? A da [participante 16], que você fala... está voltando [pra agricultura]. Mas a maior parte do pessoal vai embora! 11:99 ¶ 613 em 9

Ao mesmo tempo, em que as narrativas revelam os limites estruturais e políticos do campo, há esperança persistente de ainda ter uma escola dentro do assentamento, capaz de evitar longos deslocamentos cotidianos. Essa demanda aparece reiteradamente no relato de encontros e reivindicações do assentamento dirigidas aos núcleos de educação e governo estadual, a exemplo do Encontro das Crianças Sem Terrinhas. Essa expectativa, contudo, foi reiteradamente frustrada por entraves burocráticos e disputas partidárias, e evidencia a persistência de desigualdades institucionais que dificultam a construção de políticas públicas centradas nos territórios:

Fiquei sabendo... até emenda do deputado estava certo, para construir a escola. Mas alguma coisa que aconteceu no núcleo de goioerê que não foi aprovado e não conseguiram construir. 778:187 ¶ 1101 em 11

Ainda assim, entre essas fraturas, emergem formas cotidianas de autonomia e pertencimento. O relato da jovem agricultora que escolhe permanecer no sítio expressa uma ética da liberdade vinculada ao território, um modo de existir com a terra, e não sobre ela:

É um motivo para eu e meu irmão não sair do sítio. A gente fala, aqui no sítio a gente tem... como a gente é acostumado com o sítio... suporte se alguma coisa der errado. Mas no sítio eu não respondo a ninguém, eu trabalho no que eu quero, quando eu quero, e a gente sabe que vai ter. 778:174 ¶ 1043 em 11

Além disso, a jovem agricultora argumenta que vê a permanência do irmão no sítio após o casamento, como uma estratégia consciente de continuidade familiar e produtiva no território. Nesse contexto, ela destaca a importância de que ele dê prosseguimento aos estudos, não apenas como forma de qualificação individual, mas como preparação para atuar na cooperativa:

Mas foi isso que nem eu... Igual eu falei pro [agricultor 13]. Ele vai casar, mas ele vai continuar morando no sítio. Porque ele não quer ir pra cidade. Falei pra ele: "Então, nunca é tarde pra estudar, né?". Falei, então, podia estudar, fazer um... É, então. Falei, futuramente, você pode até trabalhar, até ajudar na cooperativa. Igual você falou. 778:161 ¶ 981 em 11

Essa perspectiva reforça o protagonismo juvenil, a sucessão rural e a sustentabilidade organizativa do assentamento, ao encarnar o princípio pluriversal de que outros mundos são possíveis e já estão sendo praticados, mundos onde a sustentabilidade é relacional e situacional, não como categoria técnica. Além, ela relata a vontade de outros amigos a retornarem ao território,

porque no passado não existia cooperativa capaz de absorver sua força de trabalho e oferecer perspectivas de inserção produtiva. No cruzamento entre o desejo de retorno, a formação política e as práticas de convivência no território, a juventude rural constrói ontologias alternativas de futuro, em que autonomia e interdependência não se opõem, mas se co-constituem.

Reforçado pela discussão da participante 16, que apesar dos desafios, ainda existe esperança para o futuro, esperando que os jovens possam encontrar caminhos para voltar e contribuir para melhorar a vida no assentamento. Aliado as discussões dos agricultores sobre a importância de cooperativas e do apoio técnico para revitalizar as atividades agrícolas e oferecer perspectivas melhores para a nova geração. Assim a participação dos jovens emerge, assim, como processo de migração e o sonho dos pais desse retorno e da capacidade de renovação geracional dos agroecossistemas, na inovação sociotécnica e na gestão comunitária.

O depoimento do extensionista reforça essa articulação entre juventude e autogestão cooperativa, indicando a emergência de novas formas de pertencimento e liderança:

Extensionista:

Ou até mesmo na cooperativa né? É isso. Tem algumas cooperativas outros assentamentos que é isso, os jovens estão voltando para ficar na cooperativa. Porque é isso... precisa né? Por exemplo, ali toda aquele apoio administrativo de romaneio essas coisas, não tinha ninguém! Só foi a [agricultora 1] 778:169 ¶ 1023 em 11

Tal aspiração é consonante com o método LUME, na qual o protagonismo da juventude é traduzido em práticas de formação, envolvimento nas decisões produtivas, ocupando cargos de coordenação e administrativos, reconhece-se a participação em espaços de aprendizagem, participação nas decisões de gestão do agroecossistema, a participação em espaços político-organizativos, o acesso a políticas públicas e a autonomia econômica.

Os achados sobre migração rural-urbana, marcados tanto pela saída forçada de jovens em busca de estudo e trabalho quanto pelo desejo de retorno ao território, associado a vínculos afetivos, identitários e à expectativa de condições dignas de vida no campo, especialmente pelo papel da juventude na autogestão cooperativa. Nesse contexto, essas experiências constituem núcleos de prefiguração sociotécnica, onde o trabalho, a aprendizagem e a gestão coletiva deixam de ser meros instrumentos de produção e passam a ser práticas políticas de autonomia, pertencimento e construção de futuros possíveis no meio rural.

As práticas agroecológicas e educativas desenvolvidas em parceria com movimentos sociais, como o MST, e com cooperativas locais, encarnam a política pluriversal, ao entrelaçarem formação técnica, engajamento político e reprodução socioterritorial. Nesse processo, a educação

popular do MST e a luta por uma escola no assentamento emergem como elementos estruturantes para reverter trajetórias de desterritorialização, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a perspectiva de futuro na agricultura. Em consonância com os referenciais do TAPE e de Darmaun *et al.* (2023), esses resultados que destacam a importância das interações sociais e do diálogo intergeracional são como alavancas das transições agroecológicas, capazes de articular permanência, retorno e renovação geracional no campo.

Ao mesmo tempo, a aspiração ao protagonismo da juventude, associada à autogestão cooperativa, revela a necessidade de fortalecer a participação democrática, solidariedade e o apoio técnico como condições para reter jovens e ampliar horizontes para as novas gerações. A sucessão rural depende não apenas do acesso à terra, mas da participação ativa dos sujeitos que vivem no território, do empoderamento da juventude na gestão socioterritorial e da construção intencional de espaços de diálogo intergeracional. Garantir essas trocas de saberes, reconhecer o papel dos jovens na organização coletiva, e fomentar sua atuação política e produtiva são elementos fundamentais para sustentar projetos agroecológicos, cooperativos e emancipatórios no longo prazo.

5.6.3 Estrutura e funcionamento do agroecossistema

5.6.3.1 Acesso a terra

Na dimensão de meio ambiente, a análise do indicador acesso aos recursos naturais (terra) pelo atributo de sustentabilidade de base de recursos autocontrolada, como a disponibilidade de terra nos agroecossistemas foi operacionalizado a partir de práticas de controle do capital fundiário e à gestão coletiva da terra. Esse enfoque permite compreender como o acesso e a gestão da terra constituem elementos centrais para a reprodução social, produtiva e ecológica das unidades familiares.

Os resultados sobre o controle do capital fundiário, destaca-se a importância histórica e atual de políticas de reforma agrária para a constituição desses agroecossistemas. Pois todos os entrevistados residem no Assentamento Nossa Senhora Aparecida de Mariluz-PR, então o acesso à terra é através da reforma agrária, encontra-se consolidado, ainda que em processo de titulação definitiva. Além, o solo é caracterizado pelos participantes como de alta fertilidade e potencial

produtivo. Cria-se condições favoráveis à adoção de práticas agroecológicas, à conservação da biodiversidade e à construção de sistemas alimentares territorializados, contribuindo de forma concreta para o debate sobre desenvolvimento sustentável a partir dos territórios.

A política de reforma agrária se apresenta como um caminho histórico e político para a democratização do acesso à terra e a redistribuição do capital fundiário, em oposição direta à lógica do latifúndio e às dinâmicas contemporâneas de *land grabbing*. No entanto, no Brasil e de forma particularmente aguda no Paraná, o acirramento da questão agrária revela os limites dessa política diante da persistência da concentração fundiária. Como destacam Roos et al. (2020), no país do latifúndio, o descumprimento da função social da terra, embora constitucionalmente vedado e passível de desapropriação para fins de reforma agrária, raramente cria constrangimentos legais ou sociais. O que evidencia assimetrias de poder que estruturam a luta pela terra. Nesse contexto, a resistência deve ser compreendida como uma prática cotidiana e coletiva, forjada em um cenário de conflitos permanentes e desiguais.

A resistência se materializa em projetos políticos e produtivos que afirma o cuidado com a terra, a valorização da biodiversidade e construção de soberania alimentar. Os conflitos em torno da terra extrapolam a posse e envolve disputas sobre sua função social, o acesso à terra como condição de vida, sobre o trabalho, o que cultivar, como cultivar, que sementes semear e para quem produzir, e sobre o capital, o acesso a insumos, implementos e recursos financeiros necessários ao plantio e à colheita.

Articulados às dinâmicas do capitalismo global, tal como Borras *et al.* (2012), análise as contradições entre os discursos de desenvolvimento e sustentabilidade e as práticas de espoliação territorial na América Latina. Assim, compreende-se os limites das políticas agrárias hegemônicas e, por contraste, valoriza experiências contra hegemônicas de reforma agrária, agroecologia, soberania alimentar e autogestão territorial.

O conceito de *land grabbing*, traduzido como apropriação ou grilagem de terras, e também denominado estrangeirização de terras, refere-se a compra massiva de grandes extensões de terras por agentes estrangeiros ou transacionais com apoio do Estado. Trata-se de um processo de concentração fundiária e de capital, em contraposição às políticas redistributivas historicamente demandadas por movimentos sociais rurais e camponeses. Segundo Borras *et al.* (2012) ocorrem em contextos de agricultura para exportação (ex. soja, cana, óleo de palma) para países com insegurança alimentar, em empreendimentos de segurança energética (biocombustíveis), à

mitigação das mudanças climáticas e às crescentes demandas por recursos naturais. Essas iniciativas foram impulsionadas pela crise alimentar de 2007-2008 em um período de alta de preços globais de alimentos e insegurança alimentar em diversos países.

Nesse contexto, torna-se fundamental resgatar a definição de redistribuição do mesmo autor, sendo a transferência de riqueza e poder baseados na terra, das mãos de classes dominantes que controlam a propriedade fundiária (latifúndios) ou do próprio Estado, para camadas populares historicamente marginalizadas, como comunidades tradicionais, agricultores familiares, trabalhadores rurais sem-terra, quilombolas e povos originários. A expansão do *land grabbing*, porém, tem minado essa possibilidade ao consolidar uma nova fase de acumulação fundiária voltada ao mercado global e sustentada por dispositivos legais e institucionais que favorecem grandes agentes econômicos, principalmente do setor alimentício e setores correlatos.³

Portanto, compreender a grilagem de terras contemporânea exige uma abordagem crítica que articule dimensões econômicas, políticas e históricas, reconhecendo tanto suas especificidades regionais quanto seu vínculo estrutural com a lógica do capitalismo global. Nesse cenário, as experiências analisadas reafirmam rupturas dentro do capitalismo como a reforma agrária, a agroecologia, a soberania alimentar e a autogestão territorial como estratégias contra hegemônicas de desenvolvimento sustentável, ao articularem redistribuição de terra, fortalecimento da agricultura familiar, cuidado ambiental e justiça social frente à lógica global de acumulação fundiária na América Latina.

5.6.3.2 *Acesso a água*

A sustentabilidade dos agroecossistemas analisados está intrinsecamente vinculada à disponibilidade e ao manejo da água, à eficiência no uso de recursos naturais e à capacidade adaptativa frente às mudanças climáticas. As consequências afetam em diferentes níveis sujeitos e territórios, segundo Akotirene (2018) e Crenshaw (1989), os exemplos dos marcadores da opressão são: gênero, etnia/raça, classe, localização geográfica, local de moradia, religião, casta, orientação sexual, identidade de gênero, pessoa com deficiência (PCD), condição de migrante, condição de periférica, entre outros.

³ Para maiores informações, visite: <https://farmlandgrab.org/>

Conforme os atributos de sustentabilidade definidos pelo TAPE e pelo LUME, esses elementos compõem a base de recursos autocontrolada, que abrange tanto o acesso e controle social sobre a terra e a água quanto a autonomia para garantir a estabilidade produtiva, a agrobiodiversidade e o autoabastecimento alimentar.

Entretanto, muitos dos agricultores enfrentam desafios persistentes relacionados ao acesso à água, tanto para o consumo doméstico quanto para o uso agrícola, o que compromete a autonomia produtiva e limita o potencial de expansão agroecológica. Contudo, há também iniciativas de autoconstrução de infraestruturas para a captação de águas por meio da recombinação dos recursos sociomateriais localmente disponíveis, poços artesianos, mini poços, rodões de água, são alguns exemplos.

Essa vulnerabilidade hídrica é intensificada pelas mudanças no regime das chuvas, longos períodos de estiagem e aumento da temperatura média, fenômenos amplamente reconhecidos nas percepções locais como estranhamentos nos padrões do clima e os reflexos na instabilidade da produção agrícola, Dificuldade na produção: seca, tal como um agricultor citou uma das causas ser os desmatamentos, e outras falas:

Ultimamente está mais difícil, viu? Porque teve as condições climáticas do tempo... A produção muito baixa e os preços também! Então, isso já vem a uns dois anos...Então...fica mais difícil. 27:54 ¶ 262 em 13

Mas um pouco talvez possa ser o clima também, que tenha mudado muito também, né? É. Uns anos para trás era bem mais fácil parece que era mais fácil você mexer com a horta né? Você plantava eu lembro esses tempo atrás a... Nossa eu plantava é couve ali na horta ali. Rapidinho vinha ficava uns pés mas coisa mais linda as couves. Hoje a gente planta não não vai. Rapidinho ataca aquelas largata e não era assim! 778:26 ¶ 244 em 11

E daí o povo que sabe desses problemas, dessas dificuldades, então muitos também não estão... E daí está faltando produto também, até para a própria cooperativa entregar. Está faltando os produtos. É por causa que os produtores, sabe? Tem poucos produtores que estão produzindo. E como o clima também não está ajudando, não está ajudando muito, então daí complica tudo. 21:36 ¶ 577 em 8

Esses discursos revelam que mesmo que não expressem o termo “mudanças climáticas” há a percepção empírica das transformações do tempo e do solo e o impacto direto do aquecimento e da irregularidade pluviométrica sobre os cultivos. O testemunho de outro agricultor reforça essa percepção de desequilíbrio:

E esse ano, além de não ter preço, aí é coisa da natureza, né? Que eu acho, e eu acho particularmente, que eu acho que a gente já está sofrendo. O brasileiro está sofrendo por causa de um pouco da natureza que está cobrando isso aí. Por causa dessa seca. Está entendendo? 21:141 ¶ 757 em 8

A seca recorrente afeta a estabilidade da produtividade agrícola, o que se reflete em perdas parciais de colheitas, redução de renda e escassez de produtos para comercialização, inclusive nas cooperativas. Frente a esse cenário, as famílias têm adotado estratégias de adaptação inspiradas em saberes locais e práticas agroecológicas: diversificação de espécies, mudança de local de plantio, uso de variedades rústicas e crioulas, sombreamento natural, plantio consorciado e construção de cisternas e poços para captação de água de chuva. Tais práticas expressam os atributos de eficiência no uso dos recursos naturais, conservação do solo e da água e autonomia técnica, fundamentais no LUME e no TAPE.

Sim. Eu, esse ano passado, eu diversifiquei, né? Eu plantei um pouco de cada coisa para ver se... plantei um pouco de feijão, milho... É...daí a gente plantou mandioca... Mas assim, não tive muita sorte com o feijão [risos sem graça], por causa do clima também, não choveu! Acabei perdendo! E o milho também, não vai dar muita coisa...[voz baixa] A mandioca ela aguenta um pouco mais, então é a única saída ainda para a gente, mas em termos de planta é a mandioca! 34:10 ¶ 96 em 16

A mandioca aparece recorrentemente como cultivo de resiliência ecológica, adaptada às condições semiáridas e às irregularidades climáticas, garantindo o autoabastecimento alimentar e a manutenção de fluxos mínimos de renda. Essa diversificação produtiva, baseada em espécies locais adaptadas e no manejo agroecológico, confirma o papel da agrobiodiversidade como seguro ecológico, atributo central na estabilidade e sustentabilidade dos sistemas.

Já, já teve. Foi no ano de 2002 que a gente plantou por questão de... Da seca, né? A gente plantou e andou perdendo bastante. Daí, como a gente tinha, plantou a rama que tinha, aí ficou na dificuldade de conseguir rama de mandioca. Mas estamos conseguindo agora, né? Já tem algumas variedades que está tendo... bastante. 27:22 ¶ 87 em 13

Esses desafios são convergente com o estudo inédito do mapeamento da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) sobre como a agroecologia está enfrentando as mudanças climáticas no Brasil (ANA, Articulação Nacional de Agroecologia, 2025). O estudo identificou que, em 503 experiências agroecológicas distribuídas por 307 municípios e envolvendo mais de 20 mil pessoas, mais de metade (56,3 %) relatou redução na produção e quase metade (48,1 %) perda de alimentos em razão das mudanças climáticas; também 73,4 % perceberam aumento da temperatura e 70,8 % mudança no calendário das chuvas.

Por outro lado, foi destacado que práticas como diversificação dos sistemas produtivos (63 %), manejo de solo (70,7 %) e plantio de árvores/reflorestamento (56,9 %) já estão em curso como estratégias de adaptação e mitigação. Contudo, importantes desafios persistem: apenas 37,2 % das iniciativas acessaram políticas públicas, o que limita a escala e a sustentabilidade, e a expansão da lógica do agronegócio, com monoculturas, uso de agrotóxicos e contaminação, foi destacado como fator agravante por 43,9 % das experiências. Em suma, embora haja avanços promissores em termos de ação local e comunitária, persistem lacunas estruturais de apoio institucional e de superação da lógica dominante que freiam o pleno potencial da agroecologia no enfrentamento das mudanças climáticas.

Do ponto de vista metodológico, o TAPE e o LUME convergem ao compreender a resiliência climática como atributo integrado da sustentabilidade, que depende não apenas de práticas conservacionistas, mas da autonomia socioterritorial dos agricultores em gerir seus recursos hídricos, sementes e energia. O controle sobre o capital fundiário, a captação descentralizada de água por cisternas, minas e poços, e o uso de energias renováveis para irrigação e processamento são práticas avaliadas como indicadores de sustentabilidade ecológica e política.

A consciência climática, por sua vez, emerge de processos educativos e associativos, fortalecendo a percepção de que as transformações ambientais não são eventos isolados, mas parte de uma crise socioecológica global. Esse reconhecimento, aliado à capacidade de auto-organização e de gestão coletiva dos bens comuns, delinea o que o LUME denomina autocontrole dos recursos naturais uma forma de governança territorial que combina saberes locais e ciência agroecológica.

Nesse contexto, as práticas de manejo de sementes crioulas, de diversificação vegetal e animal, e de uso racional da água não representam apenas respostas técnicas às secas e tempestades, mas atos de soberania e cuidado coletivo. Elas expressam a construção de uma ecologia política da sustentabilidade, na qual as comunidades rurais assumem papel ativo na prefiguração de futuros climática e socialmente justos.

5.6.3.3 Sociobiodiversidade

Historicamente, a sociobiodiversidade latino-americana foi profundamente impactada pela perda de recursos genéticos decorrente da colonização européia (Clement, 1999). Em contrapartida, os povos indígenas, por meio de seus saberes tradicionais, desenvolveram sistemas

próprios de nomeação, classificação e domesticação das florestas, consolidando o que Diegues (2000) denomina de etnobioidiversidade. Essa noção dialoga com o conceito de sociobioidiversidade (Narezi, 2012) o qual, diferentemente da abordagem normativa e foco em cadeias produtivas do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobioidiversidade (PNPSB) e da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobioidiversidade (PGPM-Bio), enfatiza-se abordagem sociopolítica das relações entre diversidade biológica, práticas produtivas, gestão de recursos naturais, e modos de vida das comunidades tradicionais, indígenas, camponesas e quilombolas.

Durante as visitas de campo, oficinas participativas, a elaboração de mapas dos agroecossistemas, as entrevistas (citações abaixo) e caminhadas de travessia realizadas com os agricultores familiares participantes da pesquisa, observou-se a presença expressiva de árvores nativas brasileiras nas propriedades rurais. Entre elas, exemplares de Lixeira (árvore nativa *Curatella americana*), o Ingá [Árvore nativa *Inga laurina* (SW.) Willd], Jatobá-do-Cerrado (*Hymenaea stigonocarpa*), a Aroeira (ex. aroeira-pimenteira), Urucum (*Bixa orellana*), a Jabuticabeira, e o Cedro, mas não somente. Além de espécies frutíferas exóticas adaptadas ao clima local, como mangueira e amoreira. Essas espécies nativas e não nativas, apresentam múltiplos usos alimentares, condimentares e medicinais, e expressam a diversidade biológica e cultural típica das pequenas propriedades familiares brasileiras (Narezi, 2012; Pereira dos Santos *et al.*, 2025).

As entrevistas abaixo revelam as dimensões de preservação ambiental e a diversidade de árvores:

Quando nós chegemo aqui... Quando nós chegemo aqui... Aqui só tinha a reserva mesmo da mata. Aqui mesmo dentro do lote não tinha nem uma árvore. 21:98 ¶ 439 em 8

Eu tenho espécies nativas, mudas pequenas, porque eu plantei dentro. E tenho o Jatobá-do-Cerrado. Eu tenho a... Ah, eu tenho. Só não vou lembrar nomes agora, mas eu tenho várias espécies 29:7 ¶ 167 em 15

[risos] Sim! Eu tenho mais ou menos dentro do meu sítio um alqueire, que é área de reserva, mas é uma área que eu não consegui plantar ainda, né? Porque ela tem que ter um cuidado com os solos, né? O solo dela está muito devassado, né? Buraqueira e então... Até eu venho brigando com algumas coisas para ver se vai alguém, para dar uma olhada, ver se eu consigo árvore para plantar mais. Eu tenho até, em vista das outras pessoas, eu tenho bastante árvore em redor da minha casa, na cabeceira da mina. Estou tentando ver se eu consigo com que... Eu faço um **reflorestamento**, mas está difícil por causa do solo, às vezes você planta lá 30, 40 árvores, pega 4, 5...mas...Mas estou me tentando. E acredito que vou conseguir. Já pedi ajuda, assim... para EMATER, para a Prefeitura. Eu preciso de árvores, etc. 34:37 ¶ 104 em 16

Eu, no começo, a minha ideia era fazer uma **agrofloresta**. Já tem. Já tem essas árvores aí. A gente sempre gosta de árvores, essas coisas aí. Aí eu falei, vou ter uma agrofloresta aí,

vou ter árvores frutíferas, vou ter esse tipo de árvore. Só ficou no pensamento mesmo. 778:25 ¶ 234 em 11

Participante 10X

Árvore. Tem esses eucalipto aí. Ta preservando não pode derrubar ele. Extensionista 1

Aqui é uma área seca

Participante 10

Não tem APPs. 25:25 ¶ 261 – 264 em 10

Não, aqui na minha propriedade não tem. No caso aqui, no assentamento, tem duas áreas grandes que andam no coletivo, né? Então, que nem...o meu lote é o lote seco, que nem a gente fala. Então, a minha reserva seria junto nessas duas. A minha parte de reserva. [reserva legal do assentamento é coletiva, em um único espaço, fora de cada lote individual] 27:29 ¶ 131 em 13

Ressalta-se que o projeto de assentamento é dividido em parcelas (lotes individuais destinados à produção e moradia) e áreas de uso comum (estradas, escolas, áreas de lazer e as áreas de preservação coletiva), e quando há áreas de preservação permanente (APPs) que permeiam rios e nascentes. A conservação dos recursos naturais e exploração socioeconômica desse ecossistema segundo, Altieri (2009) é uma agricultura de base agroecológica quando se norteia por princípios centrais sendo alguns deles a conservação dos recursos naturais que garante a permanência das famílias no campo. Nesse sentido, as práticas observadas nas áreas de assentamento evidenciam uma forma de convivência produtiva com a natureza, na qual a diversidade arbórea é tanto um indicador de sustentabilidade quanto uma estratégia de resistência socioterritorial.

A partir do trabalho de campo foi possível identificar, de acordo com a avaliação do desempenho agroecológico das propriedades rurais com base na metodologia TAPE (FAO, 2019), o elemento “diversidade de árvores” é considerado um indicador-chave da sustentabilidade. As propriedades analisadas a partir das falas anunciam “número significativo de árvores de diferentes espécies”, e em menores frequências “algumas árvores (e/ou outras plantas perenes) de mais de uma espécie”, e alguns mencionam um “grande número de árvores integradas à área agrícola”. Esses achados evidenciam que os sistemas estudados mantêm média a alta diversidade arbórea associada à produção de alimentos, geração de renda e conservação ecológica.

Entretanto, há iniciativas constantes, como a 3ª Jornada da Natureza do MST em âmbito nacional (junho de 2025), reforçam esse movimento ao promover o plantio de espécies nativas. No assentamento de Mariluz foram plantadas as espécies de canafístula, ipê-amarelo, primavera e cedro, reafirmando a centralidade das práticas agroflorestais na Reforma Agrária Popular em defesa da natureza (Figura 43). Assim, a integração de árvores aos agroecossistemas não apenas

amplia a biodiversidade, mas também agrega valor socioprodutivo aos produtos madeireiros florestais, uso medicinal, contribuindo para o fortalecimento das cadeias de sociobiodiversidade.

A perspectiva global da presença de árvores em áreas agrícolas tem sido considerada um importante indicador da biodiversidade e mitigação climática. Zomer *et al.*, (2016) estimam que mais de 45% das terras agrícolas no mundo apresentam cobertura arbórea superior a 10%, com potencial de sequestro de carbono de cerca de 0,7 Gt CO₂/ano entre 2000 e 2010. De forma complementar, a diversidade genética animal, representada por mais de 8.100 raças locais e transfronteiriças (Elbehri, 2015), reforça a importância da conservação integrada de espécies e variedades como parte essencial da agrobiodiversidade.

Figura 43 - Plantio de árvores do MST na COOPERAGRA em Mariluz



Fonte: Instagram do MST Paraná (2025).

A preservação e conservação da diversidade biológica articulam-se ao uso econômico da sociobiodiversidade, mas em contraposição à lógica industrial da bioeconomia. Pereira dos Santos *et al.*, (2025) discutem essa disputa conceitual, na qual a bioeconomia é centrada em cadeias produtivas e inovações tecnológicas que frequentemente invisibilizam as dimensões sociais, culturais e territoriais dos processos produtivos. Trata-se, portanto, de um conceito em disputa, na

qual a bioeconomia proposta pela OCDE de intensificação tecnológica e ao crescimento verde, mostra-se inadequada ao contexto brasileiro, marcado pela diversidade sociocultural e pela presença de modos de vida tradicionais.

Em oposição a essa racionalidade dominante, a sociobiodiversidade reafirma a diversidade ecológica, a autonomia produtiva, a autogestão, a valorização cultural e a justiça social, configurando-se como uma alternativa teórico-prática de desenvolvimento sustentável. Nas propriedades rurais e agroecossistemas estudados, observa-se que a integração entre espécies nativas, práticas produtivas diversificadas e saberes locais expressa uma economia enraizada nos territórios, que vai das cadeias produtivas agroecológicas aos modos de vida das comunidades tradicionais, indígenas, camponesas e quilombolas, sempre em diálogo com o cuidado à natureza.

As entrevistas abaixo revelam as dimensões de diversidade vegetal/animal nas propriedades evidenciando a prática do consórcio e da policultura como elementos centrais da produção agroecológica, buscando os benefícios do uso do espaço em produtividade, saúde do solo, e conforto térmico. Sobre a produção animal é em sua maioria para autoconsumo, como frangos, porcos, já as vacas são para comercialização do leite e consumo doméstico, há alguns poucos bois e bezerros. Foram identificadas mais de quatro variedades de bananas (caturreta, nanica, prata, belluna), além de diferentes maracujás (mais de três variedades), mamão, abacate, abacaxi, abóbora. As hortaliças são amplamente cultivadas principalmente para o PNAE, como alface, chicória, rúcula, almeirão. Assim, como os grãos, como o feijão, milho, e tubérculos como a beterraba, a mandioca de mesa presente na maioria das propriedades. As falas ressaltam essa diversificação e manejo integrado:

Participante 10X

Quais são? São muitas!!

Participante 10

Vai aí, fala aí, são muitas. [risos] É, porque nós plantamos mamão, abacaxi, maracujá, banana, abobrinha. Essas coisas que nós estamos mexendo agora. 25:54 ¶ 51 – 54 em 10

Alface, chicória, rúcula, cenoura, beterraba, almeirão, tudo que for de verdura a gente planta um pouco. 35:22 ¶ 70 em 12

Mamão, banana, abacate, abacaxi, mandioca de mesa. Eu procuro sempre plantar muito consorciado. Uma com a outra. Então, tudo no mesmo espaço. Mas elas estão... assim... Você olha para cá eu tenho a produção de banana. Você olha para lá eu tenho a de mamão. Você olha para cá eu tenho a produção de horta, tem o maracujá e as frutíferas. Qualquer uma dessas que eu disse, ela está consorciada com alguma coisa. 29:66 ¶ 131 em 15

Relembrando o escopo da pesquisa que abrange as propriedades agroecológicas (Figura 44), em transição e em potencial, observa-se ainda uma distinção relevante quanto ao uso das sementes. Enquanto que frequentemente os grãos destinados ao mercado são variedades transgênicas, o autoconsumo é no uso da semente criola ou sem agrotóxicos/transgenia, expressando a coexistência entre sistemas produtivos distintos em algumas propriedades, mas com o compromisso a conservação da agrobiodiversidade, tal como essa fala:

Tem. A gente planta... É... abóbora, a gente planta mandioca de várias qualidades, né? O milho também, lá pra roça, lá onde é o pra venda é o transgênio. Pra consumo da casa a gente já planta mais o crioulo, né? Sementes separadas. Eu tenho plantas de vários tipos de coisa. 35:29 ¶ 94 em 12

Figura 44 - Produção agroecológica certificada de mamão em consórcio com abacaxi



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Assim, a sociobiodiversidade manifesta-se como estratégia de reprodução social e econômica, em que a geração de renda é conciliada à conservação da biodiversidade e ao manejo sustentável dos recursos naturais. Fundamentada em princípios de autogestão, valorização dos saberes locais e comércio justo, essa abordagem promove a qualidade de vida das populações rurais, aliando equilíbrio ecológico, justiça social e climática.

5.6.3.4 *Produção orgânica*

De acordo com o IFOAM, dados de 2024, o Brasil é o terceiro país da América Latina e Caribe com maior área de terras cultivadas no orgânico, quase 1 milhão de hectares, principalmente para o cultivo de grãos. Mas é o país com o maior mercado de produtos orgânicos na América Latina. Com base na publicação do ano de 2020 a maior parte da produção orgânica é gerada por pequenos produtores, camponeses e indígenas (Willer *et al.*, 2020; Willer; Trávníček; Schlatter, 2024). Entretanto, há limitação na disponibilização de dados sobre o assunto o que sugere subnotificações. Todavia, há diferenças significativas que precisam ser refinadas e compreendidas a fim de se obter maior precisão dessas informações censitárias.

Na localidade de Mariluz (PR), a produção orgânica desenvolvida por agricultores assentados é uma abordagem agroecológica, com apoio de assistência técnica qualificada da Fundação Luterana de Diaconia (FLD) por meio do centro Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA). Práticas como o uso diversificado de cultivares locais, a exemplo de 12 variedades de mandioca de mesa testadas e disseminadas entre as famílias (FLD; CAPA, 2024a). Estabelecimento de unidades de referência de agroflorestas para as famílias interessadas no acesso a sementes de qualidade livres de contaminação transgênica. A relato da Daniela Calza, da equipe técnica do CAPA Rondon, explicou que a Agrofloresta terá como culturas anuais milho, quiabo, abóbora, batata doce e mandioca. Junto com elas, vão conviver árvores nativas como aroeira e canela, bem como outras plantas adubadeiras, como margaridão e mucuna (FLD, Fundação Luterana de Diaconia; CAPA, 2024b). Esse é o diálogo de saberes locais para fortalecer a adaptação das espécies às condições climáticas e aos diferentes tipos de solo. Além, a adoção de sistemas agroflorestais que combinam árvores, frutíferas, hortaliças e raízes, o processo de certificação orgânica pela Rede Ecovida, alcançado pela primeira vez no município por uma mulher agricultora assentada (FLD; CAPA, 2024b) representa não apenas um reconhecimento técnico, mas também social e político, reafirmando o protagonismo feminino e a autogestão na transição agroecológica. Resultado da aplicação de oficinas da equipe técnica que fortalece a certificação orgânica e avança na ampliação da produção e certificação orgânica na comunidade. Entre os principais benefícios desse modelo estão a melhoria da fertilidade do solo, a recuperação da vegetação nativa nas áreas de preservação, a diversificação das fontes de renda e a redução dos

custos de produção pela substituição de insumos químicos por práticas ecológicas, com impacto no meio ambiente e saúde dos agricultores.

Além disso, a organização coletiva fortalece a autonomia das famílias, a troca de conhecimentos e a criação de redes solidárias de comercialização. No entanto, as limitações ainda incluem o acesso restrito a políticas públicas, a carência de assistência técnica continuada, as dificuldades logísticas para escoamento da produção e a burocracia dos processos de certificação. Essas barreiras, contudo, vêm sendo superadas por meio da cooperação entre agricultores, da formação de grupos de certificação participativa, do apoio de instituições como o CAPA e da consolidação de mercados locais e regionais baseados na confiança e no consumo responsável. Assim, a experiência de Mariluz expressa um caminho de resistência e inovação, em que a agroecologia se afirmar como prática produtiva, social e ambiental integrada ao território.

5.6.4 Construção social de mercados

A análise da dimensão econômica de acesso a mercados e redes sociotécnicas revela como a construção social de mercados é elemento estruturante da sustentabilidade dos agroecossistemas familiares em Mariluz. As narrativas dos agricultores evidenciam revelam a centralidade dos processos de comercialização na sustentabilidade dos agroecossistemas, especialmente no que se refere à autogestão, à valorização do trabalho familiar e ao fortalecimento de redes territoriais de abastecimento.

A atuação de cooperativas como a COOPERAGRA e da CAF, o maior canal de comercialização é através de cooperativas e associações, principalmente para os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses canais representam importantes formas de mercados institucionais que, segundo Darolt e Rover (2021) configuram inovações sociais ao promoverem relações de proximidade, confiança e reciprocidade entre agricultores, consumidores e gestores públicos. Além, de ampliar as possibilidades de renda, autonomia e fortalecimento das redes territoriais de abastecimento.

Os agricultores relatam que a COOPERAGRA desempenha papel essencial no escoamento da produção, assegurando a entrega de frutas, hortaliças e legumes às escolas e creches municipais. Segundo um participante após plantar, ele sabe que sua colheita está garantida, evita de sair em porta em porta, mesmo que leve um tempo para receber o pagamento. Tendo um local para entrega

dentro do assentamento, e isso ajuda a comunidade a crescer. E se cada um cultivar um pouco de verduras, isso ajudaria a abastecer a demanda local, que, por enquanto, ainda não está sendo totalmente atendida. Há muitas pessoas nas creches e escolas que precisam desse abastecimento. Mas ainda que a renda proveniente desses programas seja limitada e por vezes afetada por atrasos de pagamento, como relataram os agricultores da COOPERAGRA:

E agora a gente tá com dificuldade agora, o SEAB [Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento] não está pagando [PNAE], nós estamos sem pagamento desde outubro do ano passado. "Ah, vai culpar a cooperativa?" Por isso, que eu falo que tudo tem que ter entendimento. Se o agricultor vai culpar, não é culpa da cooperativa, porque a cooperativa somos nós. Então nós somos culpados de não dar o nosso próprio pagamento, porque a cooperativa não é a diretoria. É o SEAB. O SEAB não está liberando os pagamentos. 29:134 ¶ 368 em 15

Tais circuitos constituem mecanismos de redistribuição curta e justa da cadeia alimentar, ao eliminar intermediários e garantir a compra direta de produtos agroecológicos a preços pré-estabelecidos, sendo que a legislação do Paraná permite o pagamento de um adicional de até 30% sobre o preço de referência para a compra de produtos orgânicos da agricultura familiar nos programas PNAE e PAA.

A dependência de poucos canais e a ausência de infraestrutura adequada comprometem o escoamento regular da produção e a autonomia na formação de preços. Essa limitação remete ao que denomina de “gargalos da escala e da logística”, que dificultam a inserção estável da agricultura familiar em mercados mais amplos e diversificados. Além, Pugliesi, Stolarski (2021) ressaltam outros para conseguir ampliação da produção em base ecológica, como: ampliação de assistência técnica pública, maior investimento em pesquisa e desenvolvimento, inovação para melhoria da produtividade, socialização do conhecimento agroecológico, melhoria da gestão de negócios pelas organizações e cooperativas da AF, além de desenvolvimento de implementos agrícolas que favoreçam o trabalho com maior ergonomia.

Contudo desafios estruturais também são enfrentados por agricultores das cooperativas e associações de produção em relação à comercialização dos seus produtos, relacionados à logística, transporte e volume de produção, fatores que limitam o pleno aproveitamento dos mercados locais. Eles discutem a difícil situação econômica devido ao aumento dos custos de produção, mudanças climáticas que afetam a colheita e a desvalorização dos produtos no mercado. Contudo também

aplicam iniciativas de inovação social e digital que reconfiguram a relação entre produção e consumo.

Os agricultores enfrentam aumento dos custos de insumos, mudanças climáticas que afetam as colheitas e endividamento decorrente da necessidade de equipamentos básicos (irrigação, sombrites, adubos). Superar esses entraves requer ampliar a assistência técnica pública, investir em inovação agroecológica, gestão cooperativa e infraestrutura adequada ao escoamento solidário da produção.

As experiências de venda direta, como feiras, entregas comunitárias e grupos via aplicativos de mensagens, também aparecem nas narrativas, ainda que com menor frequência. As feiras são percebidas como espaços de interação, aprendizado e valorização simbólica dos produtos, mas enfrentam obstáculos de deslocamento, custos e tempo. Como Darolt e Rover (2021), afirmam as feiras agroecológicas são espaços educativos que fortalecem vínculos de confiança e promovem a reconexão entre produção e consumo, constituindo “mercados territorializados” baseados na proximidade geográfica, informacional e relacional entre os atores. No entanto, sua consolidação depende de redes sociotécnicas de apoio, como certificações participativas, organização logística e reconhecimento institucional.

Também mencionam a importância do contato direto com os consumidores e da divulgação dos produtos. Um participante compartilha sua experiência anterior em uma feira em Umuarama, mencionando que foi boa, mas não conseguiram continuar devido a dificuldades. Outro participante afirma que nunca participou de uma feira, enquanto uma terceira pessoa conta que sua filha trabalhou em uma feira em Mariluz por quase dois anos, mas desistiu porque os custos principalmente de deslocamento eram maiores do que os lucros. No geral, é evidente que a experiência com feiras não foi satisfatória para esses participantes, e alguns expressam uma aversão a esse tipo de evento, ao mencionar que a feira “judia um pouco [dos produtos], você leva o produto fresquinho, mas você fica lá e... “. Expande o argumento que “Eu sou mais de que ter o meu produto, fazer o meu grupo online, dizer quantos que eu tenho e aí eu vou lá e entrego o meu produto fresquinho para o meu cliente” Participante 15. Essa ação foi comum entre alguns agricultores terem grupos de Whatsapp® com os seus consumidores.

A presença de grupos de consumidores em plataformas digitais e redes de mensagens (como Whatsapp®) representa uma adaptação contemporânea dos circuitos curtos de coordenação horizontal, em que os próprios agricultores assumem a mediação comercial, reduzindo a

intermediação e negociando diretamente com consumidores locais. Essa prática os próprios agricultores e agricultoras assumem funções tradicionalmente exercidas por intermediários, gestão de pedidos, comunicação, logística e divulgação, conformando o que (Darolt; Rover, 2021) identificam como formas de coordenação horizontal e inovações sociotécnicas baseadas em confiança, reciprocidade e engajamento coletivo.

No entanto, como discutem Niederle, Schneider, Cassol (2021), a incorporação das tecnologias digitais aos circuitos curtos não é apenas uma questão de eficiência logística ou ampliação de alcance. Trata-se de um processo de reconfiguração das relações de mercado, no qual a mediação tecnológica introduz novas lógicas de visibilidade, reputação e controle. Segundo o autor, as plataformas digitais operam como “infraestruturas morais”, capazes de articular a circulação de alimentos e de valores, como confiança, autenticidade e solidariedade, mas também de tensionar a autonomia dos produtores, à medida que algoritmos e sistemas de avaliação passam a interferir nas práticas de comercialização.

Assim, enquanto Darolt e Rover (2021) veem nos circuitos curtos digitais uma extensão das inovações sociais da agroecologia, sustentadas por redes sociotécnicas locais e relações de proximidade simbólica, Niederle, Schneider, Cassol (2021) advertem para o risco de que a digitalização produza uma nova forma de intermediação algorítmica, que reintroduz hierarquias e dependências semelhantes às das cadeias longas. A questão central, portanto, não é apenas tecnológica, mas política e ética: quem controla as plataformas, os dados e as interações entre produtores e consumidores?

No contexto analisado nesta pesquisa, os grupos de Whatsapp® e redes sociais utilizados pelos agricultores familiares representam ainda uma forma de resistência e apropriação popular da tecnologia, alinhada à perspectiva da inovação social de base comunitária. Esses circuitos digitais não se estruturam a partir de plataformas corporativas, mas de redes de confiança territorializadas, onde prevalecem a comunicação direta e o reconhecimento mútuo entre produtores e consumidores. Nesse sentido, são instrumentos de inclusão produtiva, principalmente na pandemia, rompem com os intermediários tradicionais e reconfigura a lógica da coordenação mercantil. Ao passo em que a apropriação popular de uma tecnologia do uso cotidiano é transformada em alternativa de mercado, substitui o atravessador pela comunicação direta entre agricultor e consumidor, cria redes de confiança e reputação nas redes sociais restritas, possibilidade de gestão informal dos pedidos, entregas e pagamento, em pequena escala, com baixo

custo e alta capilaridade. Sendo assim sem as cooperativas e associações os mercados digitais alimentares correm o risco de ser inovação disruptiva, em meio à crescente plataformização da economia.

Mas ao que os autores Niederle *et al.* (2021) advertem ao mesmo tempo que faz a inclusão produtiva, pode gerar novas vulnerabilidades econômicas, informacionais e relacionais. A digitalização sem infraestrutura cooperativa sólida tende a reforçar formas de dependência tecnológica e precarização do trabalho, na medida em que o agricultor assume individualmente todas as etapas do circuito: produção, comercialização, logística, comunicação e atendimento. Essa sobrecarga amplia as desigualdades de gênero e tempo de cuidado, especialmente entre as mulheres agricultoras, e desloca a lógica coletiva da cooperação para uma dinâmica individualizada de microempreendedorismo digital.

Além disso, o uso do Whatsapp® cria mercados de confiança fechados, baseados em laços pessoais e imediatos, o que, embora fortaleça a proximidade simbólica, limita a escala e a formalização das transações. A ausência de mecanismos de rastreabilidade, contratos ou certificação participativa (SGP) reduz a segurança jurídica e a capacidade de expansão sustentável desses mercados (Darolt; Rover, 2021).

Portanto, a coexistência de duas tendências: de um lado, a expansão dos circuitos curtos digitais, que ampliam o alcance dos produtos agroecológicos e fortalecem a autonomia dos agricultores; de outro, o desafio de manter a governança comunitária e ética dessas redes, evitando que a digitalização reproduza as assimetrias do mercado convencional. A chave para transformar essa inovação em um instrumento de inclusão produtiva e soberania alimentar é institucionalizar redes sociotécnicas solidárias, conectando o uso de ferramentas digitais à organização coletiva, à assistência técnica e à certificação participativa. Assim, o digital se torna um meio de fortalecimento do tecido comunitário, transparência e democracia alimentar.

Os relatos também revelam a importância do apoio técnico e institucional, como as ações do CAPA e da assistência técnica pública, na organização de compras coletivas e no incentivo à diversificação produtiva, ampliando a diversidade de mercados acessados e a variedade de espaços de venda. Essa diversidade, além de reduzir riscos econômicos, contribui para a resiliência agroecológica, articulando as dimensões ecológica, econômica e sociocultural da sustentabilidade.

Apesar dos avanços, os agricultores demonstram sentimento de frustração com a desvalorização simbólica e econômica do trabalho agrícola, frequentemente associado à ideia de

que o produto “do sítio” deve ser mais barato. Essa percepção reflete o estigma histórico da reforma agrária, atravessado por desigualdades de classe e território. Assim é necessária uma educação para o consumo, promova o reconhecimento dos valores éticos, ambientais e sociais incorporados nos alimentos agroecológicos. O “preço justo”, portanto, não se reduz ao equilíbrio econômico entre oferta e demanda, mas expressa a busca por relações de reciprocidade, solidariedade e dignidade no trabalho agrícola (Niederle; Schneider; Cassol, 2021).

Os participantes mencionam que os preços das mercadorias são tabelados pelo governo e vêm de cima, dificultando a autonomia do agricultor na definição do preço de venda. A produção é afetada por altos custos de insumos, como sementes e adubos, além da necessidade de estrutura e equipamentos (irrigação, sombrite e outros), que levam muitos agricultores a se endividarem. Eles também falam sobre a diferença entre o que os produtos valem para o consumidor no mercado e o que os agricultores conseguem obter ao vender, já que as oscilações no preço e a disponibilidade afetam diretamente suas vendas. A comercialização de produtos, como maracujá e alface, é citada como uma experiência que oscila entre ganhos e perdas, refletindo a pressão do mercado sobre as decisões de preços. Além disso, a horta é vista como uma terapia para um dos participantes, embora não represente uma fonte consistente de lucro. Entretanto, as hortaliças são um dos principais alimentos nas compras públicas com estabilidade de renda.

De quanto que ele gastou para produzir, quanto que teve o custo, todo o custo para ele poder chegar lá e fazer um preço. Então, o que o agricultor, o agricultor que está mais entendido, ele se baseia no preço local para poder fazer um preço que ele considera justo para ele 29:32 ¶ 223 em 15

De acordo com (Niederle; Schneider; Cassol, 2021) a noção de preço justo transcende a ideia de um simples equilíbrio de mercado. Ela implica uma economia moral que considera simultaneamente as condições de vida dos produtores e as possibilidades de consumo das famílias urbanas. O “preço justo”, portanto, não se restringe à garantia de uma renda adequada aos agricultores, mas deve ser socialmente compatível com as condições de renda e acesso dos consumidores. Essa dualidade gera um dilema estrutural: como assegurar justiça econômica ao agricultor sem comprometer a inclusão alimentar de públicos populares?

No caso dos assentamentos rurais, essa tensão se agrava pela marginalização histórica da reforma agrária, que carrega estigmas de improdutividade e informalidade. O baixo reconhecimento social de seus produtos é atravessado por marcadores de classe, território e

pertencimento político, reforçando a desigualdade simbólica entre os alimentos “do campo” e os “da cidade”. Essa percepção alimenta uma desvalorização estrutural, na qual o preço se torna não apenas um indicador econômico, mas um instrumento de distinção social.

Essa discussão lança luz sobre os desafios que as cooperativas agroecológicas enfrentam ao educar o consumidor para compreender que custos mais altos de entrega e logística são parte da sustentação de um trabalho digno e ambientalmente responsável. Essa pedagogia do consumo justo é, portanto, uma dimensão da construção social de mercados solidários, na medida em que reconfigura os valores associados à produção e ao consumo de alimentos.

Além disso, os autores destacam que o “preço justo” depende da inclusão dos agricultores mais vulneráveis nos sistemas de comercialização. Para aqueles sem infraestrutura de transporte, as cooperativas frequentemente realizam a coleta direta nas unidades produtivas, arcando com custos elevados decorrentes da precariedade das estradas rurais e da pequena escala de produção. Essa realidade reflete-se nos relatos de agricultores que mencionam atrasos de pagamento, custos não cobertos e rendimentos insuficientes para custear a produção, essas evidências revelam uma assimetria estrutural entre o ideal do “preço justo” e sua efetivação prática.

Como alternativa Niederle, Schneider e Cassol (2021) propõem a criação de sistemas coletivos e descentralizados de distribuição, em que os próprios agricultores cooperam para viabilizar o transporte e o escoamento da produção. Experiências como a Rede Ecovida de Agroecologia exemplificam essa lógica de inovação social enraizada na solidariedade e na gestão compartilhada da cadeia curta, capaz de reduzir custos, e fortalecer a autonomia coletiva dos grupos produtivos.

No contexto desta pesquisa, as experiências da COOPERAGRA e de outros grupos locais demonstram que o “preço justo” não pode ser entendido isoladamente da infraestrutura logística, da cooperação interna e da valorização simbólica do agricultor da reforma agrária. A sustentabilidade econômica desses agroecossistemas exige reconhecimento público do valor social do trabalho camponês, articulando políticas de educação alimentar, compras públicas e comunicação social que desfaçam o estigma de inferioridade dos produtos assentados.

Portanto, discutir o “preço justo” é discutir reconhecimento, cidadania e justiça agrária: trata-se de compreender que a valoração dos alimentos da reforma agrária envolve não apenas custos de produção, mas a dignidade do trabalho, a reciprocidade nos territórios e a democratização do consumo. A efetivação desse ideal requer mercados solidários capazes de reequilibrar as

relações entre campo e cidade, produtor e consumidor, preço e valor são pilares de uma economia alternativa da agroecologia.

Sobre a figura do atravessador, os participantes descrevem a realidade de sua produção e entrega de produtos, destacando as dificuldades que enfrenta ao vender para mercados locais como Mariluz e a concorrência com o CEASA. Ele menciona que, apesar de haver interesse em seus produtos, a demanda é limitada e os mercados locais muitas vezes optam pelos produtos do CEASA, que são comprados por preço mais baixo. O participante também aborda a questão da qualidade dos produtos e como os compradores em mercados locais preferem produtos de tamanho e aparência específicos, o que pode afetar suas vendas. Além disso, ele comenta sobre a entrega de produtos para a merenda escolar e para cooperativas, onde a venda é mais direta e confiável. No geral, há um descontentamento com a falta de incentivo e suporte para vender localmente.

Assim, as experiências relatadas traduzem os múltiplos sentidos da construção social de mercados agroecológicos: processos coletivos que articulam produção, consumo e cidadania alimentar, ressignificando as trocas econômicas a partir de valores humanos, ambientais e territoriais. Os circuitos curtos, nesse contexto, configuram o lado comercial da transição agroecológica, integrando inovação social, solidariedade e sustentabilidade na construção de economias locais mais justas e resilientes.

Há um entendimento de que é necessária uma melhor organização entre os membros da cooperativa para fortalecer o grupo e aumentar a produção. A busca por alternativas sustentáveis e por um modo de produção que valorize a agroecologia também é evidente entre os participantes. O debate sobre a produção de alimentos orgânicos e convencionais destaca a preferência pelos produtos sem agrotóxicos, com participantes expressando preocupações sobre saúde e a qualidade dos alimentos. Muitos deles, enfatizam a importância de oferecer alimentos saudáveis e a necessidade de incentivar a agricultura orgânica, mesmo que enfrentem desafios como a falta de mão de obra e a valorização dos produtos no mercado. Além disso, há um reconhecimento da necessidade de divulgação para aumentar a conscientização do consumidor sobre os benefícios dos orgânicos e a importância da participação ativa nos grupos de produção. Por fim, a transição para práticas mais sustentáveis é considerada essencial, mesmo que exista um caminho longo pela frente.

As experiências analisadas indicam que a sustentabilidade econômica dos agroecossistemas depende da articulação entre cooperação, inovação e reconhecimento social. As

cooperativas e associações desempenham papel essencial na redistribuição de valor e no fortalecimento da soberania alimentar, ao mesmo tempo em que enfrentam tensões entre o ideal do “preço justo” e as condições estruturais de produção e comercialização. Os circuitos curtos, tanto físicos quanto digitais, configuram novas formas de coordenação horizontal que aproximam produtores e consumidores, reconfigurando a economia rural a partir de princípios de solidariedade, confiança e reciprocidade. Contudo, sua consolidação requer infraestrutura cooperativa, apoio técnico e políticas públicas integradas, capazes de equilibrar eficiência econômica e justiça social. Assim, a construção social de mercados agroecológicos em Mariluz e Barbosa Ferraz, expressa não apenas uma alternativa de renda, mas um projeto político de transformação territorial, orientado pela ética do cuidado, pela democratização do consumo e pela valorização do trabalho camponês.

5.6.4.1 Acesso ao crédito rural, endividamento e desigualdades no financiamento da agricultura familiar

O acesso ao crédito rural constitui um dos pilares centrais das políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil, sendo determinante para a reprodução social, a inovação produtiva e a autonomia econômica das famílias agricultoras. No entanto, apesar dos avanços institucionais e da ampliação formal dos programas de financiamento, como o PRONAF, persistem desigualdades estruturais que limitam o alcance e a efetividade dessas políticas.

As barreiras burocráticas, a exigência de garantias incompatíveis com a realidade dos pequenos produtores, a morosidade bancária e a seletividade territorial e social na liberação dos recursos revelam um sistema de crédito que ainda privilegia os mais capitalizados e melhor articulados politicamente. As experiências analisadas neste estudo demonstram que o acesso a crédito rural, embora concebido como instrumento de inclusão produtiva, muitas vezes reproduz as hierarquias e exclusões históricas do campo brasileiro, reforçando dependências financeiras e vulnerabilidades sociais.

Os participantes falam sobre a falta de verba, a desvalorização dos produtos e a pressão financeira causada por dívidas e custos elevados de produção. Além disso, há a menção a insatisfação com as instituições bancárias que, muitas vezes, não facilitam o acesso ao crédito, especialmente para aqueles que já têm problemas financeiros. As narrativas dos participantes

revelam um quadro de endividamento estrutural, barreiras burocráticas e injustiças financeiras, em que o sistema bancário e as regras de enquadramento do crédito frequentemente reproduzem desigualdades de sociais e econômicas. O sentimento geral é de que, apesar dos desafios, existe uma esperança de melhoria através de iniciativas cooperativas e apoio técnico, mas muitos ainda se sentem desanimados e pressionados pela situação econômica atual.

Os participantes destacam que, nos últimos anos, houve avanços no acesso ao PRONAF, especialmente com a ampliação das modalidades específicas para famílias assentadas, permitindo que agricultores acampados consigam financiar suas produções. A recente negociação conduzida pelo MST, garantindo crédito de até R\$ 50 mil por família e beneficiando cerca de um milhão de famílias em todo o país, é reconhecida como um marco no fortalecimento do programa. Esse avanço reforça o papel estratégico dos movimentos sociais como mediadores entre as demandas locais e as políticas públicas nacionais.

Contudo, apesar da ampliação formal do acesso, a dificuldade financeira permanece, revela restrições e morosidade na efetivação dos financiamentos. Especialmente na hora de elaborar projetos que exigem garantias para acessar créditos maiores. O PRONAF é visto como uma ferramenta importante para garantir a estabilidade, mas agricultores destacam a burocracia bancária e a falta de celeridade nas perícias e liberações de seguro agrícola, o que bloqueia novos empréstimos. Como explica um participante, após perda de lavoura:

Participante 13X | 27:03.911

Não... Não é facilitado! O próprio banco mesmo, ele... Eu tive uma lavoura que deu perda. O perito veio aqui e deu pro banco, 100%. E o banco fica exigindo um monte de coisa. E falando que está recorrendo e.... E não acerta não. Fica lá um ano, dois, até três anos. Tem uns aí que nem o meu cunhado, ele está com três anos disso. E não resolveu. E isso atrapalha também, porque... Se o cara tem um limite lá de DAP de 50 mil, ele fez um PRONAF lá de 25 - 30 mil, ele puxou tudo esse limite. Daí, quando não resolve isso aí, fica usando o teu limite. E o banco não faz muita questão de terminar, nessa parte... Nessa parte mais complicada. Que nem, eu mesmo fazia PRONAF desde... desde que eu comecei, desde 2003... Sempre fiz PRONAF. E ele sempre pago, desconto as taxas na hora de... você fazer as compras lá dos produtos... pra fazer o plantio, isso já sai descontado, né? Tem as taxas, tudo que eles descontam lá. É um valorzinho meio alto. E eu nunca precisei. Agora, uma vez que eu precisei, o banco não... Até hoje não recebi nada ainda.

Entrevistadora | 28:39.699

Já faz quanto tempo?

Participante 13X | 28:41.160

Já está com dois anos. Então, atrapalha a gente, nessa questão aí

[Participante 13, 27:58]

Esse bloqueio de limite de crédito é recorrente entre assentados, gerando um círculo vicioso: sem liquidação de dívidas antigas, não se acessam novos financiamentos; sem novos financiamentos, a produção fica comprometida. E, mesmo após a perícia reconhecer perdas totais, os bancos postergam as indenizações por anos, comprometendo o limite de crédito e a capacidade produtiva. Além disso, as taxas e exigências de garantias reais limitam o alcance das linhas de crédito para os agricultores mais pobres, contrariando a lógica de inclusão produtiva que orientou a criação do PRONAF. Tal como Alves, *et al.*, (2025) analisam a elitização do PRONAF, observando que agricultores familiares mais capitalizados têm ampliado sua participação no programa, enquanto os assentados e pequenos produtores encontram restrições técnicas, financeiras e institucionais. Essa seletividade é resultado da gestão de risco bancário, que prioriza beneficiários com maior capacidade de pagamento e atividades produtivas consolidadas, sobretudo no Sul do país, gerando concentração regional e setorial dos recursos públicos.

Outro elemento central recorrente nos relatos é o endividamento pelo crédito rural com aval cruzado. É uma prática em que um agricultor figura como avalista do crédito de outro, originalmente pensado como instrumento de solidariedade e inclusão, acabou se tornando um mecanismo de vulnerabilidade coletiva. Essas narrativas resumem a situação:

É, Pronaf. O que é o meu problema é que eu fui avalista, né? Então, enquanto os avalistas não pagarem, eu também não saio, né? As pessoas que... Mas quando foi feito, basta que você tenha o nome limpo e os avalistas e uma capacidade que o banco acha que você consegue pra pagar, não é dificultado pra pegar. 35:62 ¶ 242 em 12

É bastante complicado, né? Porque, assim, a minha CPF, ela tá enrolada, não é por mim, né? É que quando a gente... Pegou o financiamento, o banco fez um aval cruzado [membro avaliza a dívida de outro] com a gente, né? A gente avalizou, pessoas avalizou pra gente, a gente avalizou pra pessoas. E eu acabei avalizando pra algumas pessoas que até nem moram mais em Mariluz, né? Que não acertaram. Eu não devo, eu particularmente não devo pro Banco do Brasil, sabe? Eu acertei as minhas contas, né? Eu renegocieei. Mas estou endividada por causa de avalista. E é bastante complicado. 34:53 ¶ 201 em 16

Embora seu CPF esteja limpo, eles sentem que enfrentam obstáculos para conseguir novos financiamentos devido a compromissos com dívidas de terceiros. Apesar de já terem renegociado suas dívidas e conseguirem manter suas obrigações em dia, dependem da regularização dos avalistas que eles garantiram. A sobreposição de dívidas e a morosidade dos bancos em liberar avalistas geram bloqueios de acesso e estigmatização financeira dentro da própria comunidade, ampliando tensões e fragilizando a cooperação local. Essa situação é agravada pela ausência de

instrumentos de seguro rural eficazes, que possam amparar o produtor em casos de perda de safra ou de inadimplência involuntária. Assim, há o sentimento de frustração por ser a realidade para muitos na comunidade, mas acreditam e têm esperança é que, nos próximos dois anos, todos consigam resolver suas pendências e ter acesso a crédito rural:

Não é porque... é por causa de ser avalista e o pessoal não conseguiu ainda desenrolar né? Nós até aqui graças a Deus a gente tá conseguiu controlar né? Até aqui a gente conseguiu pagar né? Então consegui né? Ainda bem que só falta dois anos só né? Graças a Deus, uma termina esse ano. Graças a Deus, ficou um e tem dois anos. Mas logo termina também. Tomara que o pessoal, dentro desses dois anos, consiga desenrolar também, para a gente poder ter o nome limpo, e a gente ter mais acesso, igual ela falou aí, aos créditos rurais. 778:129 ¶ 831 em 11

O recente Decreto nº 12.381/2025, que institui o Programa Desenrola Rural, busca enfrentar essa situação ao criar mecanismos para renegociação de dívidas da agricultura familiar, com foco na restauração do crédito produtivo e na retomada de linhas de financiamento. Lembrando que 25% dos agricultores familiares estão inadimplentes, e a maioria das dívidas é de valores baixos, refletindo a fragilidade estrutural do segmento. Essa medida é vista como um passo relevante para mitigar o endividamento histórico e viabilizar o retorno de agricultores inadimplentes ao sistema formal de crédito.

O acesso a crédito e a dependência de intermediários financeiros também se refletem na instabilidade da renda agrícola. Os agricultores descrevem ciclos de oscilação entre pequenos ganhos e períodos de endividamento, agravados por custos de insumos, variação climática e atrasos nos pagamentos do PNAE/PAA. A renda mensal, muitas vezes, não cobre os custos de produção nem as dívidas contraídas para viabilizar a safra, o que aprofunda a vulnerabilidade econômica das famílias assentadas.

Mesmo que os estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) evidenciam que beneficiários do PRONAF tiveram rendimento agrícola em média 29,3% superior aos não-beneficiários em algumas regiões (Alves, *et al.*, 2025), as experiências analisadas indicam que o acesso ao crédito rural, embora ampliado em termos formais, permanece desigual e excludente na prática, pro processos de seletividade e adaptação à lógica de mercado.

Nos primeiros anos de existência do PRONAF, Schneider, Cazella e Mattei (2020) observaram uma forte concentração de recursos na região Sul do Brasil, resultado tanto da histórica mobilização dos agricultores familiares em torno do acesso ao crédito rural, quanto das pressões

políticas e econômicas exercidas pelas cadeias agroindustriais regionais, especialmente as vinculadas à produção de fumo, milho e soja. Essa configuração inicial refletia as desigualdades territoriais na estrutura agrária e institucional do país, favorecendo regiões com maior organização social e capacidade de articulação política

Atualmente, embora o programa apresente maior abrangência nacional e distribuição territorial mais equilibrada, a concentração dos recursos ainda persiste, sobretudo em estados e regiões onde há infraestrutura consolidada, cooperativas atuantes e sistemas de extensão rural mais estruturados. Benatti e Buainain (2020) afirmam a “capacidade político-relacional” entre Estado, organizações da agricultura familiar e demais atores, no papel das instituições locais, das extensões rurais e das articulações sociais para o sucesso do programa. Essa tendência evidencia a heterogeneidade institucional do país e a dificuldade de interiorização do crédito em territórios historicamente marginalizados.

Outras modalidades como o PRONAF-Infraestrutura, criado para apoiar as obras e serviços públicos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar, enfrenta limitações significativas de execução, devido ao enxugamento dos quadros de funcionários dos serviços públicos de extensão rural, compromete a capacidade de formulação, acompanhamento e monitoramento das ações locais e a fragilidade institucional. O trabalho das organizações da sociedade civil (OSCs), embora relevante, mostra-se disperso e fragmentado, insuficiente para coordenar um programa da magnitude e complexidade do PRONAF-Infraestrutura (Schneider; Cazella; Mattei, 2020).

Aquino, Gazolla e Schneider (2020) analisam o processo de inserção das linhas de crédito verde e de apoio à agroecologia no âmbito do PRONAF, destacando que, embora essa proposta represente uma inovação institucional e uma tentativa de ruptura com o viés produtivista dominante, sua implementação foi parcial e incremental. Os autores demonstram que a agroecologia ainda ocupa uma posição marginal na política de crédito rural do programa, que continua direcionando a maior parte dos recursos à modernização convencional da agricultura familiar. Os avanços limitados do PRONAF Verde resultam de uma combinação de fatores estruturais: barreiras institucionais, falta de articulação intersetorial, escassa prioridade orçamentária e burocracia estatal que atravessa os diferentes níveis da política, desde os agricultores, extensionistas até agentes financeiros e organizações de representação política.

Essa configuração explica o baixo número de contratos firmados e o acesso restrito aos recursos do PRONAF Verde. Além da falta de divulgação e do desconhecimento dos agricultores

sobre as linhas diferenciadas, há carência de assistência técnica especializada e falta de tradição dos agentes em operar com modalidades voltadas à transição agroecológica. Em muitos casos, as próprias instituições financeiras burocratizam a concessão dos empréstimos **ou** não estimulam sua ampliação, priorizando formatos convencionais de crédito rural.

O I PLANAPO surge como uma oportunidade para reorientar o crédito rural em direção à agricultura sustentável. Entretanto, conforme os resultados dos estudos supracitados, ainda há falta de articulação municipal, estadual e federal, com pouco respaldo no acesso ao crédito rural público e fragilidade no planejamento estratégico estatal de médio e a longo prazo. Assim, é necessária a participação ativa dos agricultores e dos movimentos sociais para a articulação e a pressão política sobre o Estado, visando à consolidação de práticas nas estruturas de crédito e apoio ao desenvolvimento rural sustentável e à agricultura em base ecológica.

A elitização do PRONAF, o uso de aval cruzado, as falhas nos seguros agrícolas e a morosidade bancária configuram um sistema de financiamento que privilegia a segurança institucional em detrimento da justiça social. O desafio é democratizar o crédito rural ao promover a diversificação dos beneficiários garantindo que os recursos cheguem de forma efetiva às famílias agricultoras assentadas, às mulheres e aos jovens rurais, e que sejam valorizadas práticas agroecológicas, cooperativas e solidárias. A democratização do crédito, articulada à assistência técnica pública, à capacitação em gestão financeira e ao fortalecimento da agroecologia, constitui condição essencial para ampliar a autonomia econômica, a resiliência territorial e a soberania alimentar das comunidades rurais.

Superar essas contradições exige políticas que reconheçam a diversidade e a vulnerabilidade da agricultura familiar, expandindo o alcance dos subprogramas de crédito alternativo e incentivando formas coletivas de gestão, como fundos rotativos solidários, cooperativas de crédito rural e seguros comunitários agroecológicos. Nesse sentido, algumas estratégias se mostram prioritárias (Alves, *et al.*, 2025; Castro, 2024; MDA, 2005; Schneider; Cazella; Mattei, 2020):

- a) Simplificação e democratização dos processos de crédito: promover maior clareza nos requisitos, reduzir a burocracia e adaptar as garantias às condições reais da agricultura familiar, com apoio técnico para a elaboração de projetos e o acesso às linhas de financiamento.

- b) Fortalecimento das redes de apoio cooperativo: incentivar a cooperação entre agricultores por meio de garantias solidárias, compras coletivas de insumos, transporte compartilhado e fundos rotativos internos, diminuindo custos e dependências externas.
- c) Promoção de linhas específicas para assentados e grupos vulneráveis: ampliar e descentralizar as linhas do PRONAF, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as mulheres agricultoras, os jovens rurais e as regiões menos atendidas.
- d) Integração entre crédito, assistência técnica e comercialização: assegurar que o crédito esteja vinculado ao apoio técnico-contínuo e a canais de comercialização justos e territorializados, como os programas de compras públicas (PAA, PNAE) e os circuitos curtos agroecológicos.
- e) Educação financeira e fortalecimento da autonomia produtiva: implementar programas de formação em gestão financeira e planejamento rural, capacitando agricultores e agricultoras a utilizar o crédito de forma estratégica, prevenindo endividamento e promovendo a renda sustentável.

Assim, a efetividade do crédito rural não depende apenas do volume de recursos disponibilizados, mas de como as políticas são desenhadas, operacionalizadas e articuladas às dinâmicas sociais e produtivas da agricultura familiar. Os estudos territoriais e de gênero aprofundam a noção de que a autonomia produtiva e a justiça social rural dependem de uma política de crédito que reconheça as especificidades locais, as desigualdades persistentes e a necessidade de oferta de assistência técnica, educação financeira e diversificação produtiva. Democratizar o acesso ao crédito é, portanto, democratizar o desenvolvimento rural, promovendo uma transição agroecológica baseada na justiça econômica, solidariedade e sustentabilidade.

Em síntese, o panorama do crédito rural no Brasil reflete tensões entre avanços institucionais e persistentes assimetrias estruturais. Apesar de políticas como o PRONAF e o recente Programa Desenrola Rural ampliarem o alcance formal do financiamento, o sistema ainda privilegia agricultores mais capitalizados e regiões com maior infraestrutura e capacidade de articulação. A elitização do acesso, o endividamento por aval cruzado, a insuficiência dos seguros agrícolas e a morosidade bancária perpetuam um ciclo de vulnerabilidade que limita a autonomia das famílias agricultoras. Superar essas contradições requer políticas integradas que aliem crédito, assistência técnica, comercialização justa e educação financeira, valorizando práticas cooperativas

e agroecológicas. Democratizar o crédito rural é, portanto, uma condição estratégica para promover um desenvolvimento rural sustentável, solidário e enraizado na justiça social e na soberania alimentar dos territórios.

5.7 Organização prefigurativa

A identificação de produtores em base ecológica (agroecológicos e orgânicos certificados/em transição) vinculados à CAF e à COOPERAGRA evidenciou um processo contínuo de reorganização associativa, marcados por práticas de autogestão, participação democrática e solidariedade. Essas práticas configuram uma organização prefigurativa, em que os agricultores buscam antecipar no presente formas alternativas de governança baseadas na economia solidária, de processos de deliberação coletiva, transparência e corresponsabilidade.

Assim, as práticas e políticas prefigurativas revelam como os agricultores familiares constroem, em meio a condições desiguais, novas relações de produção, consumo e distribuição, bem como de processos de decisão e de poder, negociando continuamente entre prioridades estratégicas internas e pressões externas de políticas públicas, mercados e instituições de apoio.

5.7.1 Autogestão

A autogestão emerge como um eixo central na formação política e econômica desses mercados territoriais da CAF e da COOPERAGRA. Inspirada nos princípios da economia solidária (Santos, Luís Miguel Luzio dos; Borinelli; Pitaguary, 2011; Singer, 2002), ela se materializa em práticas de deliberação coletiva, transparência e corresponsabilidade de cooperativas e associações, que deslocam a lógica da eficiência individual para a construção do comum. Assim, conforme os relatos, as assembleias e reuniões são percebidas não apenas como espaços administrativos, mas como arenas de aprendizagem democrática, onde se debate, por vezes de forma exaustiva, cada decisão sobre projetos, financiamentos e planos de trabalho.

A autogestão é uma forma de organização econômica que busca a democratização das relações produtivas e a socialização dos meios de produção, orientando-se pela transparência, participação e equidade na repartição periódica da receita líquida entre os cooperados, conforme decisão em assembleia que proporcionará qualidade de vida aos produtores e consumidores.

No sistema autogestionário quanto mais o processo decisório for participativo, transparente e colaborativo, maior é sua capacidade de se manter sustentável, resiliente e emancipatório. Assim, advoga-se que a autogestão não é apenas um instrumento administrativo, mas uma forma de prefiguração política, de construção, no presente, de práticas que antecipam modos de vida pós-capitalistas, baseados na cooperação e na justiça social. Essas práticas traduzem concretamente a prefiguração de novas institucionalidades democráticas, nas quais o trabalho coletivo, a deliberação participativa e o aprendizado mútuo se articulam como dimensões indissociáveis do fazer agroecológico.

A participação democrática assume nesse contexto, um caráter político-pedagógico que transforma o trabalho em espaço de aprendizagem democrática e emancipatória. Diferentemente das empresas capitalistas de heterogestão, orientadas por hierarquias e controle vertical em busca do lucro, as organizações solidárias analisadas são administradas pelos próprios trabalhadores, que deliberam coletivamente nas assembleias, sobre o princípio de “uma pessoa, um voto”, garantindo que decisões estratégicas sejam tomadas e o compartilhamento de responsabilidades e benefícios seja assegurado.

Ademais, os relatos sobre “reuniões que duravam até a madrugada” evidenciam a intensidade participativa e o valor atribuído ao debate coletivo e ao reconhecimento da própria voz nos processos decisórios. Expressões como “ver uma ideia minha ali” sintetizam a dimensão subjetiva e emancipatória da autogestão, na qual pertencimento, reconhecimento e autoria coletiva se tornam motores do engajamento. Nesse sentido, a participação não é apenas um requisito formal, mas um processo contínuo de construção de capacidades políticas e organizativas.

Apesar de seu potencial emancipatório, a organização prefigurativa observada enfrenta limites e contradições importantes. A atuação coletiva se dá em diálogo tenso com pressões externas (mercados, políticas públicas, exigências institucionais), o que reforça o caráter processual e não linear da gestão interna. Os desafios são significativos; entre eles, a dependência de projetos governamentais, a rotatividade de lideranças e a falta de apoio técnico estável fragilizam a continuidade organizacional no longo prazo. As falas investem que a motivação para participar se ancora na expectativa de acesso a recursos e assistência técnica - “sozinho é mais difícil”- o que evidencia tensões entre a autonomia prefigurada e a dependência de políticas públicas.

Além disso, os relatos sobre silenciamento de vozes durante as reuniões, baixa participação de parte dos associados e dificuldades de mobilização após a pandemia evidenciam que a democracia interna é um processo desigual e constantemente tensionado por assimetrias de gênero, capital simbólico, tempo disponível e experiência política. Esses achados reforçam que a prefiguração não elimina conflitos, mas os reinscreve em novas bases, exigindo trabalho político permanente para evitar processos de cooptação simbólica e concentração informal de poder.

Em paralelo, os participantes se motivam através da união entre agricultores, associações, cooperativas, assistência técnica e governo, bem como do planejamento estratégico e da negociação de projetos para garantir uma produção sustentável. Destaca-se a necessidade de uma boa comunicação e organização entre esses envolvidos, enfatizando que a cooperativa e a associação desempenham um papel crucial ao facilitar a entrega de alimentos nos mercados institucionais e apoiar a inclusão de suas atividades socioeconômicas.

Outro desafio significativo é o reconhecimento de que a falta de capital pode ser uma barreira para novas ou atuantes cooperativas, o que enfatiza a necessidade de planejamento estratégico e de ações específicas para a reorganização associativa. Os agricultores reforçam que o cultivo deve ser rentável, garantindo que os custos sejam cobertos e que haja um retorno financeiro para eles, o que exige uma abordagem mais organizada e estratégica na articulação entre a gestão da produção e a comercialização, com o reforço da equipe técnica envolvida. Também, na oficina e grupos de discussões sobre o planejamento estratégico evidenciaram a voz ativa das mulheres presentes, sendo na liderança em cargos de representatividade ou empoderamento ao dialogar e expor suas ideias nos grupos. Tal comportamento reforça a importância da união e do companheirismo na COOPERAGRA, que está em processo de crescimento organizacional.

Apesar de desafios, como a reorganização após a mudança de liderança na presidência e a falta de motivação de alguns associados e cooperados, os participantes demonstraram orgulho e satisfação nas reuniões e na troca de ideias na construção de projetos. Haja vista que a COOPERAGRA teve recente aprovação do COOPERA PARANÁ e no passado, contou com acompanhamento do Ater Mais Gestão, nos quais se negociam prioridades estratégicas e formas de governança. A aquisição de maquinários, insumos e a construção da sede e do barracão de beneficiamento de hortaliças representam conquistas materiais, mas também simbolizam a legitimação da cooperativa como ator político:

É um projeto do governo do Estado, que daí a gente participou dos dois editais. Em 2021 foi a aquisição do Fiorino, de insumos, de maquinários, caixas, equipamentos, várias coisas. Mais de estruturação, assim... E agora, esse ano, foi aprovada a construção, isso que a gente estava falando, a construção do barracão com a sede, escritório para a Cooperativa, junto com uma unidade de recebimento e beneficiamento de hortaliças. 25:122 ¶ 543 em 10

A COOPERAGRA constitui uma rede sociotécnica em expansão, que articula agricultores, técnicos da ATER, CAPA, IDR, Rede Ecovida, universidades e políticas públicas, na qual humanos, tecnologias, documentos e instituições interagem na produção de novos arranjos sociais e materiais. A adoção de ferramentas digitais, planilhas de gestão e plataformas de comercialização reforça o papel da tecnologia como elemento de estreitamento de laços, ainda que traga desafios de acesso, capacitação e dependência técnica.

À luz de Yates (2020), essas interações ilustram como os movimentos conciliam pragmatismo e prefiguração: ao mesmo tempo em que reproduzem estruturas formais do Estado (editais, metas, relatórios), tentam ressignificá-las a partir de princípios cooperativos e comunitários. As decisões sobre projetos, por exemplo, envolvem “pensar juntos as metas” e “não esquecer de plantar”, demonstrando que a organização do trabalho é simultaneamente econômica e relacional, entrelaçando cuidado, solidariedade e propósito coletivo.

No entanto, essa articulação pode permanecer instável e contraditória, pois a incorporação de valores cooperativos aos formatos institucionais nem sempre resulta em transformação substantiva das relações de poder, podendo também operar como uma adaptação estratégica às condições impostas. Assim, a prefiguração emerge menos como antecipação plena de formas sociais futuras e mais como um processo situado, parcial e contestado, no qual meios e fins são continuamente negociados no interior de estruturas desiguais.

Os participantes compartilharam suas experiências com a agricultura, especialmente no cultivo de maracujá, e mencionaram como projetos anteriores e a assistência técnica, principalmente do ATER Mais Gestão, impactaram sua jornada. A fala revela a importância do cooperativismo e como as parcerias e o suporte técnico diluem as dificuldades enfrentadas pelos produtores. O desestímulo em razão de políticas que mudam e a necessidade de continuidade no apoio da assistência técnica e da extensão rural são destacados. Assim, essa fala resume:

O que me motiva? É nessa questão mesmo, de você ter melhor acesso a recursos, acesso aos projetos. É... ter o pessoal que está informado sobre os projetos né? É nessa parte, que me motiva mais. Porque sozinho é mais difícil, né? Você buscar...Mesmo que vá em

busca, você não consegue. Se você não estiver através de uma cooperativa ou associação, fica mais difícil, né? Mais complicado. 27:45 ¶ 218 em 13

O grupo refletiu sobre as dificuldades de comercialização e a necessidade de ter acesso a recursos e informações. A motivação do participante vem do desejo de melhorar o acesso a esses recursos e de ver o potencial coletivizado na agricultura. Ele também menciona a busca por melhorias estruturais, como a irrigação, e a importância do apoio para que os agricultores possam sustentar seus projetos no longo prazo.

Entre esses desafios significativos, outros também foram mencionados, como a dificuldade logística de entrega, seja pela distância ou pelas estradas de terras, a falta de incentivo para a produção, e a dificuldade em mobilizar os membros para reuniões e decisões coletivas. Além disso, há uma preocupação com a inclusão de jovens e mulheres nas atividades, refletindo a necessidade de espaço e apoio para esses grupos na agricultura. É evidente que a participação, a comunicação e a organização são fundamentais para o sucesso da cooperativa:

Ah, eu não sei. Às vezes é falta de participação também dos produtores, alguma coisa para se incentivar, né? A maioria das nossas famílias ali, o que acontece? Criaram um mundinho ali para eles e vivem ali naquele mundinho, sabe? Então, para eles não importa o que está acontecendo lá fora. E antigamente, antes da gente ter a terra legalmente, as pessoas sempre iam participar das coisas, porque hoje que a gente já tem a terra legalmente, essa participação ficou difícil, sabe? Que daí as pessoas, de alguma maneira, se afastaram. Só que agora até que está melhorando de novo, depois da cooperativa, a gente vem incentivando. Eu acredito que, através da cooperativa, a gente vai conseguir reagrupar de novo essas famílias. 34:47 ¶ 169 em 16

Ao final, os membros expressam otimismo sobre o futuro, reconhecendo que, apesar das dificuldades, há um potencial significativo para o crescimento e a consolidação da cooperativa, desde que todos trabalhem juntos. Discutem-se estratégias, como a realização de reuniões mais inclusivas, capazes de alcançar agricultores do assentamento como um todo. Essa perspectiva de união e cooperação é essencial, pois, como mencionado, "uma andorinha sozinha não faz verão", o que reforça a importância de todos os membros estejam engajados e envolvidos em prol de um objetivo comum - a construção coletiva de projetos - mesmo quando nem todos os resultados são positivos.

Não, eu falo assim, porque tem bastante projeto. Essa é cooperativa mesmo. É COOPERAGRA. Essa é cooperativa mesmo. Se não tiver ideia, principalmente a união, porque é uma cooperativa que está começando. Eu não posso te cobrar tudo o que você

faz, a mesma coisa é com a cooperativa, se nós for pagar, se nós for cobrar tudo o que a gente faz por ela, aí não era uma... Aí já não era nem cooperativa, né? Aí era um emprego que você tinha. Então a gente tem que formar a cooperativa primeiro, para depois a gente... Porque facilita muita coisa para você, a cooperativa. Sobre a cooperativa eu estou falando, né? Mas tem muitas coisas que é semelhante. Eu estou falando só do cooperativa, porque essa cooperativa estava lá embaixo. Hoje eu estou sentindo que ela está... Entendendo? Ela estava lá embaixo já, essa cooperativa. Mas hoje eu estou sentindo que ela está lá em cima. Tem muitas coisas da coisa que... Mas por que que veio? Por causa de ideia, por causa de projeto, por causa de isso e aquilo. Tem alguma vez que nós ficamos ali fazendo projeto, nós entramos ali na casa, nós falamos casa de reunião [sede]. Nós ficamos ali das oito até uma hora da manhã.

Entrevistadora | 60:18.000

Uia, oito da manhã até uma hora da manhã?

Participante 8 | 60:19.528

Não, oito da noite até uma hora da manhã, meia noite meia noite e pouco, já cansamos de ficar ali fazendo coisa [agricultora 1] acompanhando, né [agricultor 9], um monte de gente, para fazer essas ideias, trocar ideia, depois não estava de certo, e tinha que fazer outra reunião, e a conversa era longa. Então, tudo isso, eu participei. Então, toda essas reunião que eu tive, para mim, eu me sinto orgulho. Ou o que deu certo, ou o que não deu certo. Ou o projeto que deu certo, e o que não deu certo, eu sinto orgulho só de... estar lá participando junto com o povo, trocando a ideia, saber que tem uma ideia minha ali, tá entendendo? Saber que tem uma ideia minha então pra mim já é uma satisfação não precisa eu cobrar pra mim eu já estou contente que a ideia que eu tive, mas tem gente que não, tem gente que já vai pensando como que ele vai cobrar isso aí! É união, tem que ter união. 21:37 ¶ 675 – 679 em 8

Observa-se cenário distinto na capilaridade do grupo de produção orgânica e certificação participativa. Durante uma entrevista, mencionou-se que a participação é fundamental na produção orgânica, destacando-se que a certificação constitui um processo essencialmente participativo. A justificativa para a ausência em reuniões só é considerada válida em casos graves, como questões de saúde, e não deve ser utilizada para justificar falta de comprometimento, como cansaço ou tarefas domésticas. A participação ativa é, portanto, condição indispensável para a manutenção da certificação na produção orgânica:

Entrevistadora

Nos outros espaços também tem que fazer essa justificativa se falta ou é só no orgânico?

Participante 15

A princípio aqui só no orgânico. A gente tem que dar uma satisfação como respeito nos outros espaços, né? Mas assim, na produção orgânica, é porque a produção orgânica e certificação do grupo é participativa. Então, você tem que participar em reuniões, eu não posso dizer assim: "Ah, hoje eu não vou". "Porque você não foi?" "Porque foi ao médico, porque aconteceu..." Mas eu não posso dizer: "Eu não fui porque eu tava lavando roupa. Eu não fui porque eu tava cansada". Porque é a sua participação [ênfase] que conta! O seu ponto aí de certificação dentro da produção orgânica dentro da rede, é isso! 29:101 ¶ 297 – 300 em 15

Ao analisar as estratégias para enfrentar a baixa participação, em referência ao histórico do assentamento, pode-se observar como se estrutura o processo decisório. Os relatos evidenciam a importância da participação ativa e da comunicação dentro da cooperativa. Uma agricultora destaca que, frequentemente, algumas pessoas permanecem caladas durante as discussões, o que limita a diversidade de perspectivas e empobrece o processo decisório. Nessas situações, as deliberações tendem a ser direcionadas por quem fala mais, resultando em um processo de cooptação simbólica das decisões coletivas e na invisibilização de vozes que poderiam contribuir de forma significativa para escolhas mais justas e representativas. A participante enfatiza que é essencial incluir todos os membros nas reuniões e nos processos decisórios, garantindo que todos tenham oportunidade de expressar suas necessidades e demandas. Ela também menciona as dificuldades para mobilizar a participação, especialmente após a pandemia, bem como o uso intensivo de grupos de Whatsapp® e outras metodologias que incentivam a colaboração. Além disso, ressalta-se a importância de que as decisões da diretoria sejam comunicadas ao grupo maior dos cooperados para garantir transparência. Por fim, destaca-se que as decisões devem ser tomadas pela maioria, respeitando-se a escuta e a participação de todos, especialmente das mulheres, que podem enfrentar barreiras adicionais em espaços marcados por relações de gênero desiguais e os outros marcadores sociais de opressão (Akotirene, 2018; Crenshaw, 1989).

Eu penso que é um primeiro passo, que daí traz, mesmo com todos os desafios que tem, às vezes a gente enfrenta aí os desânimos, pessoas que já não acreditam mais, mas se você põe num grupo maior, se era só cinco que acreditavam, de repente, num de 200, você consegue mais de cinco, mas que não fique só no grupo. "Ah não, vamos colocar só no grupo das mulheres, vamos colocar lá no grupo da cooperativa, e lá no grupo de produção orgânica". Mas esses grupos, eles são poucas pessoas. Daí fica só limitado naquele grupo. "Aí só é aquele grupo do assentamento?", entendeu? E daí é quando vai falar pro assentamento, enquanto dirigente do assentamento, tem o grupo da brigada, que daí, quantos que tem no grupo da brigada? Tem só 6. Mas então não tá falando pro assentamento, tá falando pra seis, que dirigem o assentamento. Quando que você consegue falar pro assentamento? Quando o INCRA vem, uma vez por ano, numa assembleia? Daí as informações não chegam. Então eu penso que se conectar mais, que chegue mais pessoas, que convide, que não limite as reuniões só com meia dúzia. Ah, está certo, a gente também entende que tem diretoria que vai fazer discussões, mas que abra mais, pras pessoas ouvirem mais. Eu penso que isso é um primeiro passo aí. É encurtar, para estreitar, para deixar bem próximo um do outro, entendeu? Essa relação... Pra não ter essa distância, porque senão não avança... É isso. 29:145 ¶ 404 em 15

Após a pandemia, muitas pessoas têm enfrentado dificuldades para retomar a participação nas atividades das organizações comunitárias como igrejas, sindicatos, rotary, conselho da saúde, direção do assentamento, filiação a partidos políticos, além de associações e cooperativas. É

interessante destacar que os entrevistados ocupam ou já ocuparam cargos decisórios dentro dessas organizações, como em conselhos, diretorias, coordenações, secretarias e tesourarias. Muitos também mencionam experiências e mantêm participação ativa, mesmo que não ocupem cargos decisórios, e alertam para a necessidade de maior engajamento da comunidade. Há frustração com a baixa participação e com a comunicação entre os membros. Diante disso, sugerem-se estratégias como a criação de grupos mais inclusivos e o fortalecimento das interações, o que pode ajudar a revitalizar a participação e fortalecer as relações dentro da comunidade, ampliando as contribuições para o desenvolvimento local.

A construção de redes sociotécnicas solidárias representa uma dimensão essencial da prefiguração política e econômica no campo agroecológico. Segundo Stout e Love (2018) movimentos como a Via Campesina (LVC) representam um exemplo de institucionalização prefigurativa, configurando-se como um movimento autônomo, plural e multicultural de práticas que, ao mesmo tempo em que operam dentro de estruturas capitalistas, constroem formas alternativas de governança e de produção do comum. O movimento, além de lutar pela agricultura sustentável e pela soberania alimentar, defende direitos à terra e ao território, a reforma agrária, a preservação da biodiversidade e dos recursos genéticos, a paridade de gênero e os direitos humanos de jovens, trabalhadores migrantes e populações rurais deslocadas. Seu caráter transnacional e interconectado combina coordenação em múltiplas escalas locais, regionais e globais, mantendo como eixo a metodologia de agricultor para agricultor e o compromisso contínuo com a justiça social, econômica e ambiental.

Tais redes fortalecem as comunidades em sua capacidade de construir governança integrativa, que busca alinhar filosofia, epistemologia e prática institucional, permitindo que os movimentos auditem internamente sua coerência ética e política e evitem a captura por dinâmicas verticalizadas de financiamento e gestão. Stout e Love (2018) destacam qualidades essenciais para o fortalecimento dos movimentos agroecológicos: coesão interna, consciência crítica, autoconfiança, tomada de decisão democrática, vínculos em rede e legitimidade externa. Por fim, os autores defendem que políticas públicas de apoio à agroecologia e à soberania alimentar devem priorizar o fortalecimento organizativo e pedagógico das comunidades rurais, investindo em infraestruturas de coordenação e formação política, em vez de limitar-se a intervenções técnicas de curto prazo.

No contexto brasileiro, a estratégia de articulação em rede inclui os circuitos curtos de comercialização, as cooperativas e as parcerias entre universidades, movimentos sociais e instituições públicas e OSC, configurando, assim, economias de proximidade baseadas em reciprocidade, transparência e solidariedade. Essas redes podem se organizar de forma horizontal (entre empreendimentos do mesmo setor), vertical (entre produtores, consumidores e prestadores de serviços) ou de apoio (com instituições financiadoras e de fomento).

Inspiradas nos princípios da economia solidária, da autogestão, da cooperação e do compromisso com o bem comum, essas redes sociotécnicas prefiguram um modelo de desenvolvimento territorial que privilegia a justiça cognitiva, a soberania alimentar e a sustentabilidade ecológica. Nessa perspectiva, a prefiguração não é apenas utopia, mas prática concreta de reconstrução social, na qual a coprodução de conhecimento e a infraestrutura cooperativa se tornam instrumentos de transformação e resistência cotidiana.

A lógica da estratégia de escopo, defendida por Singer (2002), orienta-se para o aproveitamento de nichos produtivos que não demandam grande escala, valorizando a diferenciação, a personalização e o atendimento de demandas locais e programadas. Nesse sentido, a economia solidária prioriza o atendimento às necessidades regionais, fortalecendo o desenvolvimento territorial e garantindo que os recursos circulem e permaneçam nas comunidades de origem.

A dimensão econômica orientada pelo comércio justo e solidário emerge como uma extensão ética desses princípios, fundamentada na equidade, na parceria, na confiança e nos interesses compartilhados entre produtores e consumidores. Essa perspectiva valoriza a cooperação em detrimento da competição, o trabalho em detrimento do capital, e a qualidade de vida sobre a acumulação material. Assim, a economia solidária reafirma os princípios do cooperativismo, como adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia, intercooperação, compromisso com a comunidade e promoção contínua da educação e da formação, reinterpretando-os à luz de uma racionalidade econômica orientada pelo bem comum.

Os empreendimentos da economia solidária e as redes sociotécnicas agroecológicas enfrentam desafios complexos para manter sua autonomia, sustentabilidade e coerência ética em meio à lógica de mercado hegemônica. Em contextos altamente competitivos, os empreendimentos solidários enfrentam o desafio de estruturar seus processos de comercialização de forma autônoma

e sustentável. Mais do que apenas vender produtos, trata-se de construir vínculos sociais duradouros entre produtores e consumidores, capazes de formar um mercado solidário baseado na confiança mútua, na transparência e na valorização do trabalho coletivo. Essa construção demanda tempo e compromisso, pois se contrapõe à lógica mercantil tradicional, fundada na concorrência e na maximização do lucro.

A escassez de recursos constitui outro obstáculo recorrente. A dificuldade de acesso ao crédito, a falta de qualificação técnica e administrativa e o desconhecimento de práticas específicas de autogestão, distintas da administração capitalista, limitam a consolidação dos empreendimentos. Além disso, a sustentabilidade de longo prazo depende do fomento contínuo a políticas públicas, que garantam apoio independente das alternâncias de governo. Esse suporte estatal é fundamental para fortalecer redes de formação, comercialização e financiamento solidário.

A alienação, entendida como o distanciamento do trabalhador em relação ao sentido e aos resultados de sua atividade, é combatida pela cooperação e pela autogestão. Nessa perspectiva, o trabalho coletivo é ressignificado como espaço de emancipação e de participação ativa nas decisões. A autogestão, contudo, exige elevado empenho dos cooperados, pois cada decisão é fruto de debate e construção conjunta. A falta de envolvimento pode comprometer a administração e o desenvolvimento da cooperativa. Por isso, o engajamento vai além da dimensão econômica: ele se ancora na luta por uma produção mais justa, na busca por subsistência digna e na promoção do desenvolvimento humano e comunitário. Outro desafio estrutural é a pressão pela coerência ideológica. À medida que os empreendimentos crescem e acumulam capital, podem emergir tensões internas ligadas às ambições individuais e à complexificação das decisões horizontais. O crescimento econômico, se não acompanhado de práticas democráticas e educativas, pode fragilizar o projeto político-pedagógico da economia solidária. Assim, manter a consistência entre os princípios de igualdade, solidariedade e autogestão e as demandas por eficiência e expansão é um equilíbrio constante, central à sustentabilidade ética e social desse modelo.

5.8 Prefiguração política

As narrativas das agricultoras e agricultores expressam formas cotidianas de prefiguração política, nas quais as práticas políticas e socioeconômicas de autogestão, participação democrática

e solidariedade, expressam, no presente, a antecipação de mundos possíveis de democratização do acesso à terra, aos territórios, soberania alimentar, justiça social, agroecologia e proteção ambiental.

Essa prefiguração se manifesta na criação de novas relações sociais, modos democráticos de decisão e estruturas cooperativas de produção e comercialização que encarnam valores pós-capitalistas, mesmo como Gordon (2018) e Raekstad (2018) destacam, na coexistência dentro de estruturas institucionais ainda marcadas pela racionalidade do capital e pela burocracia estatal.

Os agricultores dos casos estudados não se limitam a responder a necessidades imediatas de produção ou renda, mas atuam na formação de sujeitos coletivos capazes de sustentar projetos societários alternativos. As dinâmicas de autogestão, participação democrática, cooperação produtiva e coprodução de conhecimento observadas no campo contribuem para o desenvolvimento das capacidades organizativas necessárias à construção de formas não capitalistas de governança socioterritorial, em consonância com o primeiro eixo destacado por Raekstad: a formação de sujeitos com poder e competência para organizar uma sociedade radicalmente democrática.

Além disso, os relatos sobre pertencimento ao território, desejo de permanência ou retorno ao campo, engajamento juvenil, valorização da agroecologia e da soberania alimentar revelam que essas práticas também operam no plano das motivações e necessidades subjetivas, outro eixo central da política prefigurativa. A vivência cotidiana da cooperação, da solidariedade e da decisão coletiva não apenas produz resultados materiais, mas reconfigura expectativas de futuro, sentidos do trabalho e identidades políticas. Nesse processo, como argumenta Raekstad (2018), a prefiguração atua como uma pedagogia prática, na qual os meios já incorporam os fins desejados, fortalecendo disposições éticas e afetivas para a transformação social.

Nos casos analisados, a prefiguração emerge como uma dimensão política viva das experiências agroecológicas, vinculando a autonomia produtiva à ação coletiva e à autogestão. Os relatos revelam que a educação promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as práticas formativas nos assentamentos e cooperativas constituem escolas de política e de cidadania, onde se aprende “na prática” a organizar, a decidir e a agir de modo cooperado. Ela relaciona a formação com a ampliação de sua consciência coletiva e o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao território e ao movimento.

Seu depoimento revela como a ação política se entrelaça à vida cotidiana, à produção agroecológica e à organização comunitária. A entrevistada valoriza a união e a cooperação como práticas fundamentais para resistir às adversidades climáticas e institucionais e para reconstruir laços sociais enfraquecidos pela precariedade do trabalho rural e pela desvalorização histórica dos assentamentos. Em suas palavras:

Ah, significa muito, hein. Significa bastante, é uma necessidade, a gente tem que manter a união! Porque se você não tem esse meio...político... você não consegue segurar muita situação lá dentro. Então, a gente tem que buscar conhecimento lá fora e trazer e tentar passar o pouco que a gente conquista para que... para que as pessoas entendam! O que é cultura, o que é trabalhar na terra, o quanto a importância tem o nosso assentamento, a nossa cooperativa, associação de mulheres e etc. Então, isso é de uma importância muito grande! 34:12 ¶ 161 em 16

Nessa fala, o “meio político” é entendido não apenas como o campo institucional das políticas públicas, mas como o espaço relacional de saber, solidariedade e emancipação, onde se constrói o saber coletivo e se exercita a deliberação democrática. Trata-se, portanto, de uma política vivida, em que a autonomia e o cuidado mútuo tornam-se práticas transformadoras de resistência e reconstrução do tecido social. O relato do agricultor expressa essa dimensão ao associar a alegria e a paz política à possibilidade de “crescer mais” e de fortalecer as lavouras coletivamente:

Eu quero só se for alguma vez você vir de novo, nós estamos mais adiantados com as coisas. [risos] É meu sonho sempre de crescer mais, de favorecer mais as nossas lavouras, né? E que nós estejamos mais alegres do que estamos agora. 28:56 ¶ 930 em 14

Essa experiência converge com o Dale (2021a) ao ressaltar que a transformação agroecológica e a soberania alimentar dependem de uma pedagogia radical contra hegemônica, capaz de desafiar o capitalismo e de superar o senso comum neoliberal, sustentando práticas críticas de formação e engajamento popular. O participante continua explicando o motivo da alegria sinalizando que o bem-estar comunitário emerge de condições políticas favoráveis à cooperação e à manutenção da tranquilidade social:

O motivo da minha alegria mais é a paz que nós estamos tendo no geral. Porque do jeito que nós tava naquele outro governo, não tinha paz de jeito nenhum, só briga!
Entrevistadora | 48:54.000
Governo Federal?
Participante 14X | 48:56.000

É governo federal. Não tinha paz e hoje pelo menos paz a gente tá tendo, já importante para mim 28:4 ¶ 930 – 934 em 14

A “política antecipatória” de Jeffrey e Dyson (2021) que eles descrevem como microesferas de utopia concreta em contextos de comunidades locais que planejam e antecipam um olhar para o futuro como meta ou cenário a ser gerido, enquanto a política prefigurativa insiste que o futuro desejado seja encarnado no presente, por meio de formas de vida, de organização e de ação que já reflitam os valores desse futuro. Ou seja, nesses espaços, a prefiguração não é apenas uma estratégia, mas uma forma de ser e de se relacionar, que articula o ético, o político e o ecológico.

A prefiguração política se manifesta nas experiências de formação do MST, nas assembleias do assentamento e na governança das cooperativas. Nessas instâncias, os participantes praticam uma política que é, ao mesmo tempo, educativa, emancipatória e produtiva, e orientada por valores de solidariedade, trabalho coletivo e soberania alimentar.

Ao contrário com dos estudos sobre políticas prefigurativas, que tendem a ser um tipo de fechamento social, em que criam e reproduzem padrões de divisão de classes e étnico-racial, essas experiências não devem ser interpretadas como enclaves isolados do mundo, mas como laboratórios vivos de transformação social. De fato, parte da literatura destaca o risco de que, ao buscar se distanciar das estruturas dominantes, certos movimentos acabem se tornando autocentrados, obcecados com a manutenção de seu próprio “espaço” e negligenciando reformas estruturais mais amplas. Outra crítica recorrente refere-se à cooptação, pois, à medida que os movimentos crescem e enfrentam pressões institucionais, podem reproduzir normas e práticas dominantes. No entanto, é necessário desmistificar a suposta ineficácia da política prefigurativa: sua força reside justamente na criação de habilidades, conhecimentos e recursos duradouros, sustentados por redes densas de cooperação e solidariedade que operam em espaços locais protegidos. Essas redes constituem um repertório político e afetivo que mobiliza pessoas, fomenta mudanças de atitude e amplia horizontes de possibilidade. Assim, longe de ser uma política de isolamento, a prefiguração atua como motor de transformação cultural e emocional, cultivando um propósito compartilhado e imaginários coletivos capazes de desafiar estruturas sociais injustas.

5.9 Prefiguração ecológica

As práticas de prefiguração ecológica de resiliência e resistência aos desafios ambientais e socioeconômicos, fundamentados na autogestão, solidariedade e participação democrática, perpassam os relatos sobre “produzir sem veneno” e “plantar para o bem viver” conectam espiritualidade, saúde e agroecologia, compondo uma ontologia relacional que ressignifica o trabalho agrícola como prática de cuidado e resistência ao agronegócio, compondo o que Escobar (2020b) denomina de ontologia relacional (sentipensar) um modo de existir que reconhece a interdependência entre seres humanos e não humanos, e que se inscreve na política dos pluriversos, isto é, a convivência entre múltiplos mundos e racionalidades ecológicas.

A autonomia territorial e produtiva é central, especialmente para povos indígenas e camponeses historicamente marginalizados, permitindo-lhes ressignificar suas identidades e consolidar alternativas ao modelo agroindustrial. Essas práticas visam configurar dinâmicas sociometabólicas com menor impacto entrópico, integrando saberes ecológicos locais e inovações agroecológicas.

Assim, tal como os Sujeitos Comunitários (SC), segundo Benavides et al. (2022), estruturam-se a partir de princípios de justiça social e ecológica, em que a produção, o consumo e a inserção no mercado não são compreendidos apenas como dimensões econômicas, mas como atos políticos e epistêmicos de transformação social. Nessa perspectiva, o agricultor e a agricultora transcendem o campo técnico-produtivo e afirmam-se como sujeitos coletivos de mudança, capazes de reorganizar a vida econômica e simbólica de suas comunidades.

A produção agroecológica, ao recuperar práticas tradicionais e integrar inovações técnicas sustentáveis, constrói sociometabolismos de baixo impacto entrópico (Altieri; Toledo, 2011), nos quais os fluxos de energia e nutrientes são equilibrados e respeitam os ciclos naturais. Essa racionalidade ecológica é inseparável da racionalidade política: o cuidado com o solo e com as sementes é também o cuidado com a comunidade e com a vida em comum. A solidariedade, nesse sentido, emerge não apenas como valor moral, mas como prática cotidiana que sustenta redes de reciprocidade, circuitos curtos de comercialização e fundos rotativos solidários, fortalecendo o tecido social e econômico das comunidades rurais.

Os SC operam como núcleos de autogestão e democracia ecológica, articulando estratégias que visam ações de cuidado e restauração dos ecossistemas frente as fraturas sociometabólicas

produzidas pelo modelo agroindustrial. Suas práticas não se limitam ao cultivo e à comercialização de alimentos, mas envolvem ações de cuidado, regeneração e restauração de ecossistemas, incorporando saberes locais, cosmologias tradicionais e inovações agroecológicas. Trata-se de uma forma de resistência ativa que busca recompor os ciclos biogeoquímicos e restaurar o equilíbrio entre sociedade e natureza, promovendo sistemas produtivos de baixa entropia e alto valor ecológico e cultural. Os excedentes materiais são incrementados através de uma produtividade mais eficiente e diversificada, e sua comercialização para o mercado com formas de distribuição variadas e mais equitativas.

Essa perspectiva encontra ressonância direta nas experiências observadas na Associação CAF e na COOPERAGRA, onde a autogestão, a solidariedade e a participação democrática constituem os eixos estruturantes da soberania alimentar local. No caso da CAF, a autogestão emerge da organização coletiva do trabalho e da cooperação entre famílias agricultoras, que planejam conjuntamente o plantio, a colheita e a comercialização em circuitos curtos. Esse arranjo permite fortalecer o controle comunitário sobre os recursos produtivos e reduzir a dependência de intermediários e insumos externos, criando condições para uma economia mais justa e enraizada nos territórios. As decisões são tomadas em assembleias abertas, nas quais homens e mulheres participam ativamente, expressando uma prática de democracia ecológica radical (Kothari et al., 2019), isto é, uma governança em que o social e o ecológico são indissociáveis, e o poder se distribui horizontalmente entre os que cuidam da terra e dos alimentos.

Na COOPERAGRA, a dimensão solidária se manifesta com ainda maior amplitude, por meio da integração de grupos produtivos distintos que cooperam no escoamento de seus produtos, na compra coletiva de insumos e na partilha de conhecimento técnico e organizativo. Essa rede de intercooperação traduz a prefiguração ecológica: a construção, no presente, de práticas e instituições que antecipam modos de vida alternativos ao capitalismo agroindustrial. Tais práticas configuram um pluriverso agroecológico, no qual coexistem saberes técnicos, populares e espirituais, enraizados em cosmologias locais de cuidado, reciprocidade e bem viver.

Os agricultores e agricultoras das duas organizações associam a autonomia produtiva à possibilidade de “produzir sem veneno” e de “plantar para o bem viver”, reafirmando a agroecologia como uma ontologia relacional e não apenas como uma técnica agrícola. Essa autonomia, contudo, não é apenas produtiva, mas também epistêmica e política: ao decidir o que

plantar, como produzir e como comercializar, os sujeitos reafirmam sua capacidade de definir os rumos da própria existência e resistir à imposição de lógicas externas de mercado.

As experiências da CAF e da COOPERAGRA, portanto, configuram laboratórios vivos de soberania alimentar, nos quais o trabalho coletivo e o compartilhamento de excedentes materiais e imateriais geram novas formas de riqueza social. Os excedentes materiais de alimentos agroecológicos diversificados e de alta qualidade são direcionados a mercados locais e institucionais, enquanto os excedentes simbólicos se expressam no fortalecimento dos vínculos comunitários, na ampliação da autoestima dos agricultores e na transmissão intergeracional de conhecimentos ecológicos.

As motivações dos(as) agricultores(as) para a transição agroecológica e potencial agroecológico das propriedades expressam uma prefiguração ecológica, um modo de vida que antecipa o futuro desejado ao reorganizar o presente em torno de valores éticos, espirituais e de cuidado com a vida. Em um relato, a opção pelo cultivo orgânico emerge de um processo de “desintoxicação alimentar” e espiritual, associado à participação em organização religiosa que incentiva hábitos mais saudáveis e o fortalecimento do vínculo com a terra. A espiritualidade aparece como mediação entre corpo, território e coletividade, mobilizando a mudança de práticas alimentares e produtivas: da eliminação de frituras, café e carne ao incentivo ao plantio de verduras e legumes livres de agrotóxicos. Como relata essa entrevista:

Então, é importante, porque.... Uma coisa leva a outra. Tipo assim, a gente, através da igreja lá, que é a parte espiritual, nos leva na parte material, que seria a parte de vender os produtos, de dar horta, de produzir. É incentivo a gente, igualzinho a nossa igreja incentiva a pessoa a viver do campo, no campo, e viver das produções do campo. 778:93 ¶ 581 em 11

Tais experiências revelam uma pedagogia cotidiana da agroecologia, em que o cuidado de si e o cuidado da terra se tornam inseparáveis. Além disso, outros relatos de experiência sobre a alimentação ao longo da vida evidenciam preocupações com problemas de saúde relacionados ao consumo excessivo de ultraprocessados, cafeínas, refrigerantes e sucos industrializados. Com o tempo, essas vivências motivaram uma mudança de hábitos a priorizar uma dieta mais saudável e natural. Esse processo os inspiraram a se envolver na produção de alimentos orgânicos, motivados pela busca de saúde e bem-estar. Os participantes acreditam que os alimentos orgânicos são mais saudáveis e observam um crescente interesse por parte da comunidade por esse tipo de produção. Ademais, também mencionaram a influência da igreja em sua decisão de cultivar verduras e

legumes sem agrotóxicos, como forma de promover a saúde e valorizar práticas agrícolas livres de venenos:

É através da participação da igreja que me levou a isso. E por isso também a gente teve o incentivo para plantar o que? Verduras, legumes, a produção mais orgânica, e parar de mexer com agrotóxico né? Que a gente antigamente mexia muito. Então tudo isso incentivou e a gente, de uma coisa lá, fez com que a gente abrangesse mais outras partes. 778:99 ¶ 668 em 11

Ah, eu não... eu assim... Muito cedo, eu sempre, assim, não... A gente tomava muito refrigerante, muitas coisas assim... Então eu tive muito problema sério de estômago. Então, eu pensava assim... e eu não tenho vício nenhum, eu não tenho vício de tomar café, eu não gosto de cigarro, eu não gosto de... Nada pra mim tem que ser demasiado, tudo tem que ser praticamente natural. Comecei a ter problemas com suco, suco químico, né... que você compra, não consegui mais. Então, a partir disso, pensar que eu quero... alimentos saudáveis para mim, que é isso que me inspira, me incentiva a plantar, fazer uma produção orgânica dentro da minha área! Ter alimentos de qualidade, entendeu? Que estejam isentos de produtos químicos. 29:55 ¶ 75 em 15

Adicionalmente, a busca por saúde, bem-estar e alimentos sem veneno levou muitos participantes a associar o orgânico à crítica ao agronegócio e à necessidade de retomar o controle sobre os modos de produção e consumo. O processo de transição, descrito como gradual e formativo, combina dimensões práticas e simbólicas, articulando espiritualidade, autonomia e soberania alimentar. Assim, a prefiguração ecológica manifesta-se na prática como uma “ecologia de resistências”, na qual o cultivo orgânico é simultaneamente uma estratégia de reprodução material e uma expressão de emancipação ética e política.

A transição agora é mais rápido. E eu sempre gostei assim porque o orgânico parece que é mais saudável, né. Isso que incentivou a gente mais. E a gente vê a vontade do povo também aí. Então a gente quer fazer parte junto. 28:3 ¶ 222 em 14

Porque ninguém consegue sair do convencional direto para o orgânico. Mas quando você consegue alinhar já ali o sistema agroflorestal, já é um bom caminho até que chegue lá! E isso é muito importante, né? Se for seguir aquela meta de até 2030, ser totalmente orgânico, né? Mas se a gente não conseguir, mas se você não conseguir ir alinhando as coisas, você não consegue nem dar encaminhamento para isso. 29:20 ¶ 207 em 15

A direção do assentamento. E aí veio a cooperativa que eu acredito que podia ser uma direção para o assentamento aqui. Porque eu acho que o contrato em si é sobre trabalhar em cima da Terra com o orgânico. E não sair plantando fazendo o agronegócio. E daí as pessoas deveriam participar mais. Dar um seguimento para o assentamento, sei lá. 778:104 ¶ 690 em 11

Essas dinâmicas revelam o que Benavides et al. (2022), descrevem como estratégias para recompor as fraturas sociometabólicas produzidas pelo modelo agroindustrial. A CAF e a COOPERAGRA se engajam em continuamente implementarem práticas que reduzem a entropia do sistema produtivo, ao integrar diversificação dos cultivos e à adoção de manejos ecológicos que regeneram o solo e preservam a biodiversidade. Nessa reconstrução, o cuidado com os

ecossistemas se entrelaça ao cuidado com as pessoas e à produção de valores de uso orientados pelo bem comum, em oposição à lógica da acumulação capitalista.

À medida que essas organizações consolidam sua autonomia territorial e econômica, elas prefiguram uma democracia ecológica radical (Kothari et al., 2019) uma forma de autogoverno territorial em que as decisões sobre produção, distribuição e consumo de alimentos são tomadas de forma participativa, respeitando a diversidade de saberes e a coevolução entre humanos e natureza. A prática agroecológica, nesse sentido, é também uma prática política: ela não apenas sustenta a vida, mas imagina e cultiva outros mundos possíveis, constituindo-se como parte de um pluriverso agroecológico em expansão.

Assim, as experiências da CAF e da COOPERAGRA materializam, em escala local, os princípios teóricos da soberania alimentar e da ecologia política latino-americana, demonstrando que a autogestão e a solidariedade são, simultaneamente, meios e fins para a construção de sociedades mais justas, resilientes e plurais.

5.9.1.1 Segurança e soberania alimentar nas experiências da CAF e da COOPERAGRA

A nova crise alimentar é uma continuação da antiga crise rural, causada pelo controle quase total do sistema agroalimentar por capitais transnacionais, apoiados por programas neoliberais de alguns governos. A insegurança alimentar é causada pelo modelo industrial de agricultura, que utiliza monoculturas em larga escala e cultivos transgênicos. Além disso, a produção de agrocombustíveis agrava a degradação dos ecossistemas, prejudicando a capacidade da natureza de fornecer alimentos, fibras e energia. Esse modelo intensivo de agricultura compromete serviços ecológicos essenciais, como equilíbrio climático, polinização, controle biológico e fertilidade do solo, levando os ecossistemas ao limite (Altieri; Toledo, 2011).

A segurança alimentar é compreendida como um direito fundamental, frequentemente ameaçado por desigualdades estruturais e pela hegemonia do modelo agroindustrial. A agroecologia emerge como uma solução para garantir o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Sistemas em base ecológica garantem uma produção sustentável e resiliente, utilizando práticas que conservam o solo, promovem a biodiversidade e reduzem a dependência de insumos externos. Além disso, a diversificação de cultivos e a preservação de recursos naturais são práticas agroecológicas que contribuem para

dietas mais saudáveis e equilibradas, enquanto conectam produtores e consumidores diretamente por meio de circuitos curtos de comercialização. Essa concepção dialoga com a perspectiva da soberania alimentar, defendida por movimentos camponeses como a Via Campesina e reinterpretados como parte de uma democracia ecológica radical, em que o controle coletivo sobre os bens comuns e o metabolismo social da natureza é condição para o “bem viver”.

Nas experiências da CAF e da COOPERAGRA, observa-se que o alcance da segurança e soberania alimentar está intrinsecamente relacionado à autogestão, à solidariedade e à participação democrática. Ambas as organizações constroem práticas de governança local que fortalecem a produção e o consumo de alimentos saudáveis, mesmo diante de contextos socioeconômicos adversos.

Em Barbosa Ferraz, o município onde atua a CAF, há uma base produtiva agropecuária diversificada e indicadores de renda per capita superiores à média de Mariluz, o que favorece a estabilidade econômica das famílias associadas. Contudo, o grupo enfrenta desafios logísticos e estruturais que limitam a ampliação dos circuitos curtos de comercialização. Nesse contexto, a CAF constitui um espaço de prefiguração ecológica, em que a contínua busca por “produzir sem veneno” e a comercialização justa tornam-se estratégias para fortalecer vínculos solidários e reafirmar o valor moral da produção orgânica (Allaire, 2021). A associação funciona, assim, como um microcosmo de democracia econômica: decisões coletivas nas assembleias das associações, a distribuição de responsabilidades e reconhecimento do trabalho reprodutivo e de cuidado contribuem para a efetivação da soberania alimentar em escala local.

Em contraste, Mariluz, onde se localiza a COOPERAGRA, apresenta indicadores de vulnerabilidade mais altos e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,639, abaixo da média estadual do Paraná. As taxas de pobreza e extrema pobreza refletem a fragilidade das condições de reprodução social das famílias assentadas. Nesse contexto, a cooperativa assume papel estratégico na mitigação da insegurança alimentar, articulando produção agroecológica, redes de cooperação e programas públicos de aquisição de alimentos (PAA e PNAE). Tais programas não apenas garantem mercado estável para os agricultores, mas também asseguram o acesso a alimentos saudáveis nas escolas e instituições sociais, configurando um sistema agroalimentar de base territorial que integra produção, consumo e redistribuição solidária.

A partir da lente da prefiguração ecológica, essas práticas revelam um esforço coletivo de construção de mundos alternativos, pluriversos, nos quais os princípios de cuidado, reciprocidade

e justiça ecológica substituem a lógica de acumulação e competição do agronegócio. A soberania alimentar, nesse sentido, não se reduz a um objetivo político, mas constitui uma ontologia prática: um modo de existir que reorganiza o metabolismo entre sociedade e natureza com menor entropia, respeitando os ciclos biogeoquímicos e os saberes ecológicos locais.

Além disso, a gestão comunitária dos excedentes, tanto materiais (alimentos, sementes, insumos) quanto imateriais (conhecimento, confiança, solidariedade), expressa um modelo de economia solidária enraizado na autogestão e na democracia participativa. Essas dinâmicas sociometabólicas de baixa entropia (Benavides *et al.*, 2022) evidenciam que a segurança alimentar é sustentada por processos coletivos que integram dimensões produtivas, sociais e culturais.

Assim, tanto a CAF quanto a COOPERAGRA demonstram que a segurança alimentar depende da soberania alimentar, e esta, por sua vez, só é possível quando há autonomia produtiva, reconhecimento dos saberes locais e fortalecimento da democracia comunitária. As experiências analisadas indicam que a agroecologia é mais do que uma técnica agrícola, é uma prática política de transformação social que busca restaurar as relações de interdependência entre humanos e natureza, enfrentando as fraturas sociometabólicas impostas pelo modelo agroindustrial.

5.10 Participação democrática

5.10.1 PAP: Coprodução de conhecimento e transformação social

A adoção da PAP com abordagem crítica, articulada com os métodos LUME e TAPE, constituiu-se como um dispositivo central de coprodução de conhecimento e experimentação organizacional ao longo dessa pesquisa. As interações a campo, seja via projeto de extensão universitário com as oficinas, grupos de discussão ou com as entrevistas semiestruturadas, não apenas produziram dados, mas criaram espaços de formação e reflexão coletiva sobre a gestão, a produção e a comercialização no âmbito da agricultura familiar agroecológica.

Em consonância com Schiller-Merkens (2022), esses processos podem ser compreendidos como prefiguração relacional, na qual se constroem no presente novas relações sociais e epistemológicas que desafiam hierarquias entre saberes acadêmicos e saberes locais que antecipam práticas de uma economia e gestão alternativa. A interação entre equipe técnica, pesquisadores(as) e agricultores(as) não se deu de forma unidirecional, mas assumiu caráter dialógica e horizontal,

em que o conhecimento foi constantemente (re)negociado e situado. Essa prática reflete uma posicionalidade decolonial, que reconhece as agricultoras e agricultores como sujeitos cognoscentes, e não apenas como informantes ou beneficiários.

Durante as atividades de interação os agricultores e agricultoras participaram ativamente, grupos de discussão (10), desenho do mapa do agroecossistema (10), mapa conceitual participativo da agroecologia (2), travessias na propriedade (10) entrevistas semiestruturadas (9) e observações participantes (19). No contexto do projeto supracitado no texto em parceria com a UNESPAR, Agroecologia Familiar: Aproximando Produtores e Consumidores, essas práticas foram os grupos de discussão, oficinas e materiais didáticos cocriados com os agricultores, como planilhas de planejamento estratégico na produção agroecológica; controle de produção e de vendas; gestão financeira e de custos; estratégias de comercialização; vendas online e uso de plataformas digitais; e organização de cestas agroecológicas. Com aplicação de modelos práticos, tutoriais, diálogos, narrativas em quadrinhos, constituíram exemplos de empoderamento político e epistemológico, ampliando a autonomia dos sujeitos e dos territórios rurais.

Nesses momentos, foram construídos diagnósticos, materiais didáticos e protótipos desenvolvidos, comentando-se aspectos estéticos, funcionais e pedagógicos. Houve recepção positiva ao caráter lúdico e interativo dos materiais, especialmente pela presença de histórias em quadrinhos, chamadas para ação, hiperlinks e planilhas em Excel para controle de produção, vendas e gestão financeira. As orientações práticas dos materiais pedagógicos de planejamento estratégico, comercialização online e montagem de cestas agroecológicas foram destacadas pelos agricultores como recursos úteis e motivadores, favorecendo a autonomia no registro e no monitoramento das atividades produtivas.

Esses achados dialogam com a literatura decolonial e pedagogia freiriana que concebem a educação como prática dialógica orientada para leitura crítica do mundo e ação transformadora. Ao envolver e reconhecer os sujeitos do campo como agentes cognoscentes e coprodutores de soluções organizacionais. Além de favorecer a expressão das subjetividades dos agricultores e revelaram as complexidades de seus territórios. Apesar da hesitação inicial diante de metodologias criativas, a participação ativa gerou aprendizagens compartilhadas, fortalecendo o senso de pertencimento e a confiança coletiva. Isso reforça a tese de justiça cognitiva, mas também revela seus limites, pois tal simetria depende, em grande medida, da mediação da equipe técnica. Ademais, ressalta-se as

confraternizações de cafês solidários, após as visitas a campo, que fortaleceram o espírito de comunidade.

As falas dos agricultores destacaram a importância da comunicação acessível e do diálogo horizontal entre extensionistas e famílias rurais, reafirmando que o conhecimento técnico só ganha sentido quando traduzido na linguagem da experiência vivida. Essas práticas de ensino, pesquisa e extensão, ancoradas em princípios de equidade, minimizam o gap entre o conhecimento, status social e econômico, gênero, experiências anteriores com modelos não hierárquicos organizacionais (Oba; Özsoy, 2023b).

A experiência converge com os direcionamentos das autoras Fernández e Fine (2024) em que a PAPC desvela desigualdades e vulnerabilidades nas relações sociopolíticas de poder, ao questionar “quem é responsável por quem?”. Essa virada ética exige reconsiderar não apenas os métodos, mas também as formas de comunicar e devolver o conhecimento. Ao atribuir responsabilidades à audiência-alvo, comunidades, políticos e líderes locais, através da escolha de qual o formato de divulgação dos resultados da pesquisa e qual é mais provável que escutem. A escolha entre publicar um artigo acadêmico, produzir relatórios técnicos, litígios, provas jurídicas, e por outro lado organizar uma performance, escrever um poema, criar quadrinhos ou realizar eventos comunitários é, em si, uma decisão política que determina quem será capaz de escutar os resultados da pesquisa.

Nessa perspectiva, a PAPC conta uma história diferente, não apenas coleta dados, mas gera evidências para emocionar públicos, desestabilizar estruturas dominantes e humanizar pessoas que foram marginalizadas, ao apresentar suas trajetórias, dilemas e saberes de forma detalhada e situada, esta tese contrapõe representações estigmatizantes presentes em discursos técnicos e de mídia. Dessa forma, pode-se construir solidariedades, revelar interesses compartilhados e provocar aberturas para o que poderia ser. Os produtos dessa pesquisa foram amplamente divulgados em eventos regionais, nacionais e internacionais, com a presença de agricultores, ativistas, extensionistas, políticos e universitários. Além, o material didático da Coleção de Agroecologia Familiar em formato digital de livre acesso, também fez o lançamento formal no 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia, em out/2025 em Juazeiro/BA divisa com Petrolina/PE, margens do Opará – Rio São Francisco, na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), importante no semiárido brasileiro nas lutas de Convivência com os Territórios Brasileiros e Justiça Climática, “É no Semiárido que a Vida Pulsa, É no semiárido que o Povo Resiste!”.

Ao posicionar-se na interseção entre agroecologia e economia solidária, a abordagem dessa PAP possibilitou confrontar questões de poder, desigualdades e possibilidades radicais no campo da agricultura familiar. A coprodução de conhecimento, articulada a processos de base comunitária e economia solidária, fortaleceram redes territoriais que combinam justiça cognitiva e justiça social, permitindo que o saber técnico-científico se entrelace com o saber camponês e o conhecimento experiencial, numa relação de reciprocidade e coaprendizagem.

Contudo, Fernández e Fine (2024) supracitadas autoras alertam para as tensões institucionais e políticas muito tentam silenciar os insights das pesquisas em PAPC. Assim foi fundamental basear a rede de pesquisa na comunidade e grupos ativistas que podem apoiar os contextos das pesquisas. Advertem que comitês e conselhos universitários institucionais e de ética, que não respeitam a participação dos membros da comunidade; as instituições de fomento, frequentemente não querem pagar por diárias, trabalho do cuidado para a comunidade participante; os periódicos (revistas científicas) não querem publicar uma longa lista de coautores; supervisores e orientadores de trabalhos acadêmicos podem não querer coautores não afiliados as universidades; comitês de contratação, estabilidade e promoção nas carreiras acadêmicas podem ficar presos a padronizações, reconhecendo apenas o ativismo e não a bolsa de estudos; ou até acadêmicos que constroem carreiras enquanto pesquisadores comunitários continuam vivendo em condições inalteradas. Exemplificam como a estrutura acadêmica ainda opera segundo lógicas elitistas e desiguais. Tais restrições reforçam o desafio de sustentar a PAPC como prática radical, já que muitas vezes os resultados são apropriados, minimizados ou simplesmente ignorados pelos sistemas políticos e institucionais.

Essas dificuldades revelam que a coprodução de conhecimento não pode ser reduzida a um procedimento metodológico ou a uma retórica participativa. O que as autoras denominam de participação por "tours de escuta", tornou-se uma moda neoliberal de prática superficial, sem qualquer compromisso com o compartilhamento de poder, reciprocidade ou transformação radical. Advertem que ninguém, seja alunos de pós-graduação ou professores, deva simplesmente decidir "Vou fazer um projeto de PAPC nesta comunidade" sem conhecer as pessoas, as necessidades, a história da pesquisa e as dificuldades contínuas que a comunidade tem enfrentado. Em contraposição, PAPC demanda compromisso ético, presença continuada e enraizamento territorial. Ao oferecer uma práxis de pesquisa que nos permite nos unir em solidariedade, testemunhar na

comunidade, nos engajar em lutas pela liberdade e produzir, com humildade, pesquisas que ousam contar uma história diferente, uma que imagina um amanhã mais justo.

Assim, a coprodução de conhecimento, quando articulada à agroecologia e às práticas de autogestão, participação democrática e solidariedade, assume uma dimensão transformadora e insurgente. Ela desafia epistemologias dominantes, cria espaços de diálogo intercultural e propõe outras formas de fazer ciência, comprometidas com a liberdade, a dignidade e o bem viver. Nesse horizonte, a pesquisa se torna também uma forma de ação política: um exercício coletivo de imaginação e construção de futuros mais justos e sustentáveis.

6 CONCLUSÃO

Inicialmente, retoma-se os objetivos e principais contribuições desta pesquisa. Em seguida, discutem-se as contribuições teóricas, práticas, seguidas pela análise das limitações metodológicas e epistemológicas do estudo. O capítulo conclui com recomendações para políticas públicas e proposição de agenda de pesquisa futura, enfatizando os caminhos para ampliar o impacto social da investigação.

Este capítulo final sintetiza as principais contribuições desta investigação sobre como os produtores da agricultura familiar em base ecológica (agroecológicos e orgânicos certificados/em transição) dos municípios de Barbosa Ferraz e Mariluz, prefiguram sistemas alternativos de produção e consumo no cotidiano, reconfigurando sustentabilidade nas estruturas sociais e práticas diárias. Ao conduzir uma PAP com abordagem crítica e articulada aos métodos LUME e TAPE, mostrou-se essencial para sustentar uma agenda radical de transformação social, coerente com os princípios da agroecologia e da justiça social, constitui um campo estratégico para o enfrentamento das múltiplas crises contemporâneas, climática, alimentar, política e civilizatória. Assim, a investigação desloca o foco da agroecologia como desempenho técnico agrícola para compreendê-la como processo social, político e organizacional em construção. Reconhecer que o conhecimento agroecológico emancipatório e identificado nos territórios, não é neutro ou descontextualizado, ele está situado socialmente, culturalmente e ecologicamente, a tese reforça a necessidade de repensar a posicionalidade do pesquisador e as relações de poder entre universidades e comunidades.

Conclui-se que as organizações COOPERAGRA e CAF, articulam práticas prefigurativas de coprodução de conhecimento, autogestão, participação democrática e solidariedade, ao construir sistemas alimentares locais e resilientes, que dentro do capitalismo, revalorizam e regeneram práticas de economia solidária em pequena escala, ampliam a coesão social e bem-estar humano e ambiental que antecipam e experimentam elementos de economias alternativas. São possibilidades reais de reconfigurar os territórios e as economias locais, não apenas como formas de resistência, mas como propostas afirmativas de outro mundo possível.

A pesquisa identificou dois tipos principais de organizações agroecológicas nos municípios-alvo: a cooperativa mais consolidada (COOPERAGRA), e associação em processo de expansão (CAF). Os resultados demonstram que os sistemas de produção e consumo em base ecológica potencial (agroecológicos e orgânicos certificados/em transição) analisados não podem

ser compreendidos apenas como nichos produtivos ou arranjos alternativos de comercialização, mas como experiências organizacionais prefigurativas, nas quais práticas de autogestão, participação democrática, solidariedade e coprodução de conhecimento se entrelaçam na produção de novas institucionalidades. Nessas experiências, o “desenvolvimento sustentável” emerge menos como um estado a ser alcançado e mais como uma prática cotidiana, tensionada por contradições, conflitos e negociações permanentes. O que reforça a tese de que a prefiguração política encontra força nas instituições que emergem das práticas. Especificamente, funcionam como “ensaios de futuro” no presente: a) assembleias deliberativas que buscam horizontalidade, grupos de discussão e consensos coletivos que promovem a participação voluntária, rodízio de tarefas e a distribuição de responsabilidades para evitar concentração de poder, embora enfrentem desafios de participação desigual por gênero e geração; b) circuitos curtos de comercialização que criam vínculos diretos entre produtores e consumidores, promovendo a soberania alimentar; c) redes sociotécnicas que compartilham conhecimentos e recursos; e d) espaços de formação contínua que ampliam a capacidade de agir autonomamente, ainda que sob pressão de constrangimentos estruturais (acesso a crédito, políticas públicas voláteis, competição com agronegócio). Essa governança (igualitária, inclusiva e não hierárquica) reafirma a dimensão ética e pedagógica da autogestão, promovendo simultaneamente justiça social, equidade de gênero e democracia radical em um processo contínuo de resistência e reinvenção do futuro nas práticas cotidianas.

Ademais, as práticas de autogestão e economia solidária observadas nas organizações-alvo configuram uma prefiguração política. Ao gerir coletivamente a produção e a comercialização, as agricultoras e agricultores criam formas autônomas de soberania alimentar, distantes da lógica de acumulação e da dependência institucional. Essas iniciativas produzem novos sentidos de autonomia e de resistência, tensionando o monopólio epistemológico e político do agronegócio e das políticas neoliberais. As mulheres, em especial, desempenham papel central nesse processo, conduzindo a reorganização das práticas de cuidado, a partilha do trabalho e a diversificação produtiva. Desse modo, a prefiguração política não é apenas teórica, mas incorporada nos gestos e nas decisões diárias, nas assembleias, nos circuitos curtos, nos mutirões e nas redes de apoio mútuo.

A tese também evidencia desafios significativos das experiências analisadas visando melhorar sua gestão. A baixa participação de parte dos associados, as desigualdades de gênero, as dificuldades de mobilização após a pandemia e as tensões entre autonomia e dependência

institucional indicam que a organização prefigurativa não é isenta de contradições. Ao contrário, ela se constitui como um processo inacabado, marcado por disputas internas e externas de assimetrias de poder. Essa constatação reforça a necessidade de abordagens críticas na Administração, capazes de reconhecer tanto o potencial emancipatório quanto os riscos de cooptação, esvaziamento político e reconcentração de poder nas iniciativas solidárias. Nesse sentido, a tese demonstra que o objetivo de aperfeiçoar organização coletiva foi parcialmente alcançado: onde existiram processos contínuos de diagnóstico participativo, reflexão sobre decisões e documentação de práticas, a capacidade democrática tendeu a se fortalecer; onde tais processos foram pontuais, a participação permaneceu frágil.

Assim como, a dimensão da prefiguração ecológica constitui contribuição central a teoria, revelando que a partir das experiências estudadas a transformação social não é apenas reconfiguração política de relações de poder, mas também práticas de um pluriverso agroecológico, no qual coexistem saberes técnicos, populares e espirituais, enraizados em cosmologias locais de cuidado, reciprocidade e bem viver. A análise empírica das propriedades estudadas mostra que os agricultores agroecológicos experimentam simultaneamente transformação das relações com a natureza, nas práticas de desintoxicação alimentar, produção de alimento saudável e sem agrotóxicos, gestão participativa da biodiversidade, e integração de saberes locais com técnicas agroecológicas expressam um modo de produção que respeita e reconstrói agroecossistemas. O cuidado com recursos naturais entrelaça-se inseparavelmente com cuidado comunitário, revelando que sustentabilidade ecológica e justiça social são faces de um mesmo processo de reparação.

Esse achado avança a teoria de prefiguração ao ampliar a noção para além da dimensão político-organizacional, integrando uma dimensão ecológica até recentemente sub-representada na literatura sobre organização prefigurativa. Oferece evidência de que transformação socioecológica não é futura, mas é praticada cotidianamente: sustentabilidade emerge como prática encarnada de reciprocidade e cuidado que fortalece simultaneamente ecossistemas e vínculos comunitários. E ressignifica "autonomia", compreendida não apenas como decisão coletiva sobre alocação de recursos, mas como capacidade relacional de cuidar, de agir em interdependência com a natureza, de honrar responsabilidades ecológicas e geracionais. Teoricamente, propõe-se que prefiguração ecológica seja conceituada como construção, no presente, de modos de produção e vida que encarnam relações ontologicamente outras com não-

humanos: nem exploração extrativista, nem "conservação" que exclui comunidades, mas co-habitação regenerativa em que humanos e natureza se reconstroem mutuamente. Essa prática desafia economicismos verdes e ambientalismos despolitizados, apontando para alternativas não-capitalistas que simultaneamente descarbonizam, democratizam e descolonizam sistemas alimentares.

Já a participação democrática emergiu como elemento transversal a todas as dimensões analisadas. Por meio das atividades de grupos de discussão, travessias, mapeamentos e oficinas de planejamento, consolidou-se uma pedagogia da escuta e da reciprocidade, na qual os participantes não são informantes, mas coprodutores de conhecimento transformador. Os processos de formação e coaprendizagem construídos com agricultores(as), bolsistas e extensionistas fortaleceram a justiça cognitiva e a redistribuição epistêmica do poder, ao valorizar a experiência vivida como fonte legítima de saber. A produção de materiais didáticos, como a Coleção Agroecologia Familiar, constitui um exemplo concreto dessa democratização do conhecimento e da devolutiva ética da pesquisa, ampliando o alcance social e político das práticas agroecológicas.

Metodologicamente, a tese demonstra o potencial da adoção da pesquisa ação participativa e a sua vertente crítica (PAPC) que ao longo desta investigação, não é apenas uma metodologia de pesquisa, mas uma estratégia política e epistêmica de transformação social. Ao deslocar de uma maneira distinta de pensar sobre quem detém o conhecimento e como novos conhecimentos podem ser construídos, a coprodução de saberes foi enraizada na experiência vivida e na ação coletiva dos agricultores. Eles participaram ativamente de múltiplas etapas: identificação de problemas, análise de causas, proposição de soluções, validação coletiva de diagnósticos e avaliação de materiais didáticos. Essa pesquisa reafirmou que o saber não é monopólio da academia, mas é coproduzido nos territórios, nas relações de cuidado, trabalho e resistência, subsidiando a potência política da ciência engajada em processos de transformação. Essa virada onto-epistemológica e metodológica permitiu reconhecer os agricultores como coautores e produtores de teoria situada, contribuindo para a construção de novas racionalidades políticas, ecológicas e organizacionais. Assim, as contribuições práticas a ressaltasse: a coprodução de diagnósticos agroecológicos por agricultores familiares e pesquisadores universitários, eliminando assimetrias epistêmicas tradicionais; b) capacitação de mais de 30 produtores em técnicas de levantamento participativo, identificação de desafios e priorização de estratégias via dinâmicas de grupo; e c) institucionalização de protocolo replicável de PAP adaptado ao contexto paranaense,

documentado em manual metodológico. Portanto, a tese avança a literatura de métodos participativos ao fornecer evidências empíricas de que comunidades locais paranaenses, quando adequadamente engajadas, produzem conhecimento científico rigoroso e socialmente relevante. Esta tese demonstrou empiricamente que a coautoria (pesquisadores universitários + pesquisadores-agricultores) gera: a) maior engajamento comunitário com maior taxa de retenção durante 24 meses de pesquisa nos projetos extensionistas institucionais; b) resultados mais contextualizados e aplicáveis, as técnicas propostas foram adotadas; e c) fortalecimento da autonomia decisória de agricultores familiares. Portanto, a tese desafia epistemologias extrativistas dominantes na pesquisa brasileira, alinhando-se a movimentos globais por ciência aberta e justiça cognitiva. Adicionalmente, os resultados subsidiam formulação de políticas públicas estaduais e fortalecem a capacidade de *advocacy* de movimentos sociais paranaenses.

Contudo, como alertam Fernández e Fine (2024), a radicalidade dessa PAP enfrentou limites institucionais, tais como: resistências acadêmicas, pressões de prazos, ausência de amplo financiamento para o trabalho comunitário e critérios de avaliação acadêmica que desvalorizam a coautoria popular. Tais tensões são continuamente enfrentadas e reforçam que a coprodução de conhecimento requer compromisso ético, continuidade e presença territorial, e não foi reduzida a uma retórica participativa.

A tese avança em ser a primeira documentação PAP com corte longitudinal de como prefiguração funciona em sistemas agroalimentares brasileiros em contexto de vulnerabilidade social, e como estratégia metodológica replicável. Essa abordagem possibilita a virada onto-epistemológica concreta, ao em vez de analisar prefiguração como conceito abstrato, acompanha seu desenrolar temporal em práticas cotidianas, revelando contradições, aprendizagens e condições de durabilidade. Tal rigor metodológico é inédito em estudos brasileiros sobre agroecologia e prefiguração, com aplicação da PAP. Além, outro avanço na contribuição teórica ao integrar perspectiva decolonial aos frameworks de prefiguração em contexto do Sul Global, superando análises que aplicam categorias eurocêtricas a realidades coloniais. Mais do que avaliar resultados normativos, a tese compreende como a prefiguração acontece de fato, com suas contradições, aprendizagens e limites, evidenciando que condições ela consegue avançar para além de experiências pontuais e se traduzir em processos duradouros de transformação social.

Ademais no campo teórico da sociologia econômica e de estudos organizacionais críticos avança ao integrar de forma sistemática as dimensões de prefiguração, agroecologia e PAP,

ampliando o conceito de organização prefigurativa, política e ecológica, oferece um enquadramento analítico que articula explicitamente dimensões co-constitutivas: dimensão política: organização coletiva orientada por princípios de autogestão, soberania alimentar e justiça socioambiental, em que mecanismos de democracia radical (assembleias deliberativas, delegação confederativa, rodízio de tarefas) buscam evitar concentração de poder e centralização de decisões; dimensão ecológica: sustentabilidade emerge como prática cotidiana de co-habitação regenerativa, nem exploração extrativista ou conservação excludente, que fortalece ecossistemas e vínculos comunitários simultaneamente, desafiando economicismos verdes e ambientalismos despolitizados com alternativas não-capitalistas que descarbonizam, democratizam e descolonizam sistemas alimentares; e dimensão espitêmica: coprodução de conhecimento que entrelaça saberes camponeses historicamente marginalizados, conhecimentos técnico-científicos e experiências vividas, reconhecendo agricultores como produtores de teoria situada e não como meros depositários de inovações externas.

Diferentemente das abordagens tradicionais em que separam essas dimensões ou hierarquizam (privilegiando, por exemplo, eficiência econômica sobre sustentabilidade ou participação política), a análise empírica demonstra que no contexto da agricultura familiar brasileira essas dimensões são mutuamente constitutivas: práticas agroecológicas viabilizam-se mediante organização coletiva e compartilhamento de conhecimentos; democracia radical só se consolida quando ancorada em territorialidade; e coprodução de conhecimento ganha poder transformador quando enraizada em lutas por soberania alimentar e autonomia política.

Nesse sentido, as experiências estudadas funcionam como laboratórios vivos em que organização, ecologia, política e participação não são componentes separados a serem "combinados", mas dimensões entrelaçadas de um mesmo processo de reconstrução socioecológica. Esse enquadramento contribui teoricamente ao desafiar tanto visões economicistas, que reduzem agricultura a mercado e rentabilidade, quanto ambientalistas que abstraem sustentabilidade de relações de poder, ou de participação democrática sem redistribuição de recursos materiais, sociais e intelectuais.

Do ponto de vista da social, esta tese contribui ao demonstrar que os circuitos curtos de comercialização, quando organizados via PAP, operam como instrumentos de justiça distributiva e empoderam cidadãos, decisores de políticas públicas, ativistas a (re)orientação para o bem-estar e equidade. Ao ponto em que a agroecologia possibilita o enfrentamento dos padrões hegemônicos

do sistema agroalimentar. Ao estimular reflexões e ações para na prática construir os mundos possíveis, através de estratégias viáveis que se movam a um futuro pretendido. O potencial transformador pode ser desencadeado através de eventos perturbadores, ou imprevisíveis, mas também reconhecer as estratégias existentes e adaptações, inovação e mutação. Assim, apoiar as interações entre práticas e valores dominantes e não-dominantes, processos institucionalizados e populares, tradições duradouras e novas experiências.

No âmbito econômico, esta tese contribui ao propor e validar modelos participativos de negócios específicos para a agricultura familiar paranaense em base ecológica. Empiricamente, o modelo desenvolvido articula duas dimensões complementares: a) planejamento estratégico participativo com agricultores, no qual mapeamento de agroecossistemas (LUME), definição de indicadores de sustentabilidade e construção coletiva de metas produtivas integram saberes locais às ferramentas de gestão modernas; e b) gestão financeira transparente e democratizada, que incorpora controles de produção e vendas, precificação ética baseada em custos reais e transparência nas decisões de comercialização, evitando apropriação de valor por intermediários. Além, de promoção de dois circuitos curtos de comercialização (COOPERAGRA e CAF) que ampliam o acesso a alimentos orgânicos para consumidores, democratizando alternativas sustentáveis de alimentação. Ademais, o modelo está alinhado com as diretrizes do estado do Paraná e avanços tecnológicos no meio rural de técnicas administrativas e transferência de tecnologia dos órgãos Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater (IDR-Paraná), ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) dentre o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA) em paralelo às iniciativas já realizadas pelo Programa Paraná Mais Orgânico (PMO). Consequentemente, estima-se replicabilidade do modelo para outros municípios paranaenses com perfil socioeconômico similar, potencializando impacto em escala estadual.

Essas contribuições práticas demonstram que modelos econômicos participativos não são apenas viáveis, mas superiormente adaptados às realidades da agricultura familiar: combinam eficiência operacional com justiça distributiva, reduzem assimetrias informacionais e fortalecem a soberania econômica dos produtores ao criar canais diretos para consumidores conscientes. Teoricamente, desafia visões tradicionais que opõem "eficiência" capitalista a "solidariedade" alternativa, evidenciando que princípios agroecológicos podem gerar modelos híbridos economicamente sustentáveis que tensionam lógicas mercantis dominantes sem renunciar à autonomia política e ecológica.

Esses modelos participativos de negócios, validados empiricamente na agricultura familiar paranaense, evidenciam que eficiência econômica e justiça social não são excludentes, mas mutuamente reforçadoras quando ancoradas em princípios agroecológicos e governança democrática. Tal constatação conduz diretamente às recomendações para políticas públicas, pois demonstra que o sucesso dessas experiências depende criticamente de marcos institucionais adequados. De tal modo é imperativo adotar medidas que fortaleçam a resiliência de sistemas alimentares locais, que resistam a choques e consigam melhorar a eficiência dos canais de distribuição de curta distância. Isso implica, simultaneamente, regular cadeias longas de alimentos e importações, revalorizar redes de mercados locais e os sistemas de agrobiodiversidade que sustentam a segurança alimentar das comunidades rurais. Por fim, a consolidação de redes alimentares alternativas também depende da participação democrática de diversos atores das articulações agroecológicas nos espaços de deliberação e desenho de políticas.

Especificamente, os achados refletem para: a) necessidade de programas de crédito, compras públicas e ATER que reconheçam e apoiem explicitamente projetos agroecológicos e de economia solidária; b) importância de linhas de fomento que cubram custos de trabalho comunitário, formação continuada e governança democrática (não apenas investimento físico/produtivo); c) urgência de políticas que fortaleçam canais de distribuição de curta distância, regulem cadeias longas e importações e revalorizem sistemas de agrobiodiversidade. Além disso, recomenda-se que editais de CNPq, CAPES e ministérios setoriais incluam chamadas específicas para projetos de PAPC com coprodução de conhecimento, coautoria com comunidades e devolutivas em formatos acessíveis. Essa orientação é central para alinhar os instrumentos de fomento à construção de sistemas alimentares mais justos, participativos e ecologicamente sustentáveis.

Finalmente, esta tese contribui para formulação de políticas públicas ao demonstrar alinhamento entre agroecologia, circuitos curtos de comercialização e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Especificamente, os resultados evidenciam a relevância da agricultura para futuros sustentáveis, na qual apoia a inovação para o desenvolvimento econômico e social. A transformação mundial do sistema agroalimentar da demanda mundial dos ODS em consonância com a agroecologia excede a estimulação de padrões alimentares mais saudáveis e se relaciona com os vários objetivos sustentáveis (Menezes *et al.*, 2020). Fundamentalmente os resultados contribuem diretamente para a formação e capacitação em

redes de comércio solidário de agricultores familiares (ODS 12 consumo e produção responsável). Mas alguns são elencados com influências indiretas: a promoção da inclusão econômica (ODS 1 erradicação da pobreza), desenvolvimento dos meios de subsistência com a inclusão produtiva (ODS 2 fome zero e agricultura sustentável), assim como a emancipação econômica e política dos agricultores familiares ao ser motriz do direito ao meio ambiente (ODS 15 gestão sustentável de recursos naturais).

Embora os dados empíricos demonstrem o potencial transformador das dimensões organizacional, ecológica e epistêmica das experiências agroecológicas analisadas, eles também revelam limitações significativas que impedem avanços espontâneos ou generalizáveis. A exemplo de riscos de cooptação por políticas incrementalistas, dificuldades de escalabilidade, baixa inclusão de grupos marginalizados (mulheres, jovens), acesso restrito a recursos produtivos e transmissão intergeracional fragilizada. Jeffrey e Dyson (2021) confirmam que a institucionalização prefigurativa exige articulações estratégicas com o Estado, aprendizagem coletiva e negociação permanente de poder em contextos adversos. Os avanços alcançados, seja na organização coletiva, gestão, protagonismo feminino e jovem, mercados alternativos, são de natureza inacabada, dependentes de políticas públicas continuadas e redes de solidariedade para superar aparatos burocráticos desconectados e hegemonias econômicas dominantes.

Uma limitação metodológica central desta tese refere-se à delimitação geográfica e a seleção da amostra de duas organizações estudadas do noroeste paranaense em contextos de contextos de perfil agropecuário similar, pobreza aguda com baixo IDH, históricos de mobilização e inserções institucionais relativamente específicos. Além de possuírem estruturas e níveis de maturidade organizacional distintas. Embora essas escolhas tenham permitido análise aprofundada, ela restringe a transferibilidade direta dos achados para outros contextos regionais, especialmente aqueles com menor tradição agroecológica ou arranjos institucionais distintos.

Outra limitação diz respeito à composição da amostra e às assimetrias internas: a participação de parte dos associados foi variável, mas dentro do esperado nas dinâmicas em áreas rurais. Além, desigualdades de gênero, geracional e letramento influenciaram quem pôde se engajar de forma mais intensa nas atividades da PAP. Isso implica que algumas vozes, especialmente de mulheres sobrecarregadas pelo trabalho reprodutivo, jovens, e agricultores com menor escolaridade, podem ter ficado sub-representadas em determinados momentos do processo. Além da própria inserção da pesquisa em instituições acadêmicas e de fomento sujeitas a lógicas

de produtividade, prazos e avaliação cria tensões com os tempos sociais da comunidade e com a radicalidade proposta pela PAP. Assim, pesquisas futuras precisam explorar com maior detalhe essas tensões institucionais.

À luz dos achados e limites identificados, impõe-se às universidades brasileiras o desafio de assumir plenamente seu papel político e transformador. A produção de conhecimento, por si só, é insuficiente, são necessários atos subversivos e participação ativa nas lutas sociais e nos processos de transformação territorial. A extensão universitária não deve ser compreendida como apêndice curricular, mas como núcleo epistemológico e ético da função social da universidade. Quando concebida como prática política e pedagógica emancipatória, ela pode impulsionar processos concretos de justiça social e democracia radical, aproximando ciência e sociedade. Assim, torna-se urgente que as universidades públicas se comprometam com projetos de extensão estruturantes, continuados e vinculados às transformações reais dos territórios, um instrumento vivo de ação coletiva e cidadania ativa.

Para aprofundar essas contribuições, sugerem-se três linhas prioritárias para pesquisas futuras. Primeiramente, estudos comparativos inter-regionais, que analisem experiências agroecológicas em diferentes regiões e contextos socioeconômicos, explorando convergências e especificidades, essas comparações entre regiões com distintos níveis de institucionalização da agroecologia podem iluminar convergências e especificidades para garantir sua permanência e resiliência. Em segundo, o aprofundamento metodológico da PAP em Administração, investigando criticamente formatos de coautoria comunitária, critérios acadêmicos de avaliação e ética participativa para criar parâmetros institucionais alinhados à justiça cognitiva. E por fim pesquisas aplicadas em políticas públicas e governança alimentar, avaliando programas de crédito, compras públicas e ATER orientados a agroecologia e economia solidária, com foco em resultados distributivos e democratização da governança; investigar modelos de “conselhos alimentares” e arranjos de governança multinível que articulem Estado, universidades, movimentos sociais e redes agroecológicas.

Essas linhas podem articular métodos qualitativos (etnografias, estudos de caso, PAP) com análises de redes, dados secundários e avaliações de impacto em múltiplas escalas. Assim, são apoiados em metodologias de sistematização e análise indutiva, que podem capturar com maior sensibilidade as percepções, afetos e desafios enfrentados por agricultores em potencial e transição agroecológica. Mas também metodologias de sistematização de dados com coleta exploratória de

amostras e regiões maiores. Futuras pesquisas devem considerar amostras mais amplas e recortes regionais diversos, a fim de fortalecer o diálogo entre escalas e contextos.

Por fim, essas experiências da COOPERAGRA e CAF, com suas governanças horizontais, práticas agroecológicas e práticas prefigurativas de coprodução de conhecimento, autogestão, participação democrática e solidariedade, materializam laboratórios vivos de organização prefigurativa que constroem, no presente, alternativas concretas ao modelo agroindustrial extrativista. Em vez de apenas diagnosticar injustiças, constroem e testam, no presente, futuros possíveis orientados por equidade, solidariedade e cuidado, como princípios estruturantes para sistemas alimentares locais e resilientes, capazes de confrontar o modelo agroindustrial dominante e suas lógicas extrativistas e homogeneizantes. A soberania alimentar consolidada nesses contextos estudados depende não apenas da diversificação e do manejo ecológico da produção, mas também da ampliação das redes de apoio institucional, da infraestrutura de escoamento e do fortalecimento das capacidades locais de gestão coletiva. As experiências da CAF e da COOPERAGRA demonstram que a agroecologia, quando articulada à economia solidária e à emancipação comunitária, constitui prefiguração de sistemas alimentares justos, resilientes e sustentáveis, afirmando que outro mundo alimentar possível não é utopia distante, mas prática cotidiana já em curso nos territórios vulneráveis do Paraná.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade: feminismos plurais**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2018.
- ALLAIRE, Gilles. Alternative Food Networks and the Socialization of Food. *In*: MAURER, Andrea (org.). **Handbook of Economic Sociology for the 21st Century: New Theoretical Approaches, Empirical Studies and Developments**. [S. l.]: Springer Cham, 2021. p. 221–236. <https://doi.org/https://doi.org/10.1007/978-3-030-61619-9>.
- ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALTIERI, Miguel A.; TOLEDO, Victor Manuel. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 587–612, jul. 2011. DOI 10.1080/03066150.2011.582947. Available at: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2011.582947>.
- ALVES, Carlos Vítor Oliveira; CARVALHO, Leonardo Lino; RODRIGUES, Robson Aglayton Cabral; MATOS, Vanderléia Carneiro; AMORIM, Edinéia Lima. Avaliação da sustentabilidade de um agroecossistema utilizando o método Lume. **Cadernos de Agroecologia**, [s. l.], v. 15, n. 2, 2020. .
- ALVES, Fábio; VALADARES, Alexandre Arbex; SILVA, Sandro Pereira; BASTIAN, Lillian. Análise das linhas alternativas do Pronaf: lógica operacional e assimetrias regionais. *In*: SANTOS, Gesmar Rosa dos; VALADARES, Alexandre Arbex; SILVA, Sandro Pereira (orgs.). **Agricultura e diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil : v. 2**. [S. l.]: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2025. p. 191–206. DOI 10.38116/978-65-5635-081-3/capitulo8. Available at: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/16910/1/Agricultura_e_diversidades_vol_2.pdf.
- ANA, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Estudo aponta que enchentes de 2024 foram maior desastre natural da história do RS e sugere caminhos para futuro com eventos extremos mais frequentes. 2025. Available at: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/estudo-aponta-que-enchentes-de-2024-foram-maior-desastre-natural-da-historia-do-rs-e-sugere-caminhos-para-futuro-com-eventos-extremos-mais-frequentes>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- ANA, Articulação Nacional de Agroecologia. Mapeamento Agroecologia, Território e Justiça Climática. 2025. Available at: <https://agroecologia.org.br/2025/09/25/mapeamento-inedito-revela-como-a-agroecologia-esta-enfrentando-as-mudancas-climaticas-no-pais/>. Acesso em: 20 out. 2025.
- ANTOLIN-LOPEZ, Raquel; MARTINEZ-DEL-RIO, Javier; CESPEDES-LORENTE, Jose Joaquin. Environmental entrepreneurship as a multi-component and dynamic construct: Duality of goals, environmental agency, and environmental value creation. **Business Ethics**, [s. l.], v. 28, n. 4, p. 407–422, 2019. <https://doi.org/10.1111/beer.12229>.

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no PRONAF: do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I PLANAPO. **Revista Grifos**, [s. l.], v. 30, n. 51, p. 163–189, 28 set. 2020. DOI 10.22295/grifos.v30i51.5548. Available at: <http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5548>.

AS-PTA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA. **Método Lume: procedimentos e instrumentos para análise da sustentabilidade de agroecossistemas**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2022.

AS-PTA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA. Um tempo de expansão do método LUME no apoio às transições agroecológicas nos territórios rurais. [s. l.], 2021. Available at: <https://aspta.org.br/2021/10/17/um-tempo-de-expansao-do-metodo-lume-no-apoio-as-transicoes-agroecologicas-nos-territorios/>.

ATLAS-BRASIL. Perfil municípios. [s. l.], 2025. Available at: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/411510#sec-renda>.

BACON, Christopher M; SUNDSTROM, William A; FLORES GÓMEZ, María Eugenia; ERNESTO MÉNDEZ, V.; SANTOS, Rica; GOLDOFTAS, Barbara; DOUGHERTY, Ian. Explaining the ‘hungry farmer paradox’: Smallholders and fair trade cooperatives navigate seasonality and change in Nicaragua’s corn and coffee markets. **Global Environmental Change**, [s. l.], v. 25, p. 133–149, mar. 2014. DOI 10.1016/j.gloenvcha.2014.02.005. Available at: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S095937801400034X>.

BALSIGER, Philip. Moral Struggles in Markets. **European Journal of Sociology**, [s. l.], v. 57, n. 3, p. 419–450, 17 dez. 2016. DOI 10.1017/S0003975616000175. Available at: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/S0003975616000175/type/journal_article.

BARBIER, Marc; ELZEN, Boelie. **System Innovations , Knowledge Regimes , and Design Practices towards Transitions for Sustainable Agriculture**. [S. l.]: INRA-Département Sciences pour l’Action et le Développement (SAD), 2012.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. [S. l.]: Editora Vozes Ltda, 2007.

BENATTI, Gabriela Solidario de Souza; BUAINAIN, Antônio Márcio. Capacidades estatais e políticas públicas: o papel da capacidade político-relacional no desenvolvimento do PRONAF. **Revista Grifos**, [s. l.], v. 30, n. 51, p. 68–88, 28 set. 2020. DOI 10.22295/grifos.v30i51.5430. Available at: <http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5430>.

BENAVIDES, Claudia I Camacho; JIMÉNEZ, Alejandra Sánchez; GUILLEN, Marien Saldaña; VALENCIA, Erika Carcaño. Soberanía alimentaria y agroecología. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, [s. l.], v. 35, n. 3, p. 39–56, 2022. .

BIAZOTI, André; ALMEIDA, Natália; TAVARES, Patricia (Orgs.). **Círculo de Cultura: Princípios da Prática Educadora Popular. Caderno de Metodologias, inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017. p. 15–16.

BOGGS, Carl. Marxism, Prefigurative Communism and the Problem of Workers' Control. **Radical America**, [s. l.], v. 11, n. 6, p. 99–122, 1977a. Available at: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:89258/>.

BOGGS, Carl. Revolutionary Process, Political Strategy, and the Dilemma of Power. **Theory and Society**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 359–393, 1977b. .

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BONFERT, Bernd. "I'm Happy for People to Collaborate, but I Don't Want to Join in". Addressing Failure in Community-supported Agriculture Networks. **Sociologica**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 113–127, 2023. <https://doi.org/https://doi.org/10.6092/issn.1971-8853/18336>.

BORRAS, Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C.; GÓMEZ, Sergio; KAY, Cristóbal; SPOOR, Max. Land grabbing in Latin America and the Caribbean. **The Journal of Peasant Studies**, [s. l.], v. 39, n. 3–4, p. 845–872, 28 jul. 2012. DOI 10.1080/03066150.2012.679931. Available at: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2012.679931>.

BOWNESS, Evan; MACINNIS, Jessie; DESMARAIS, Annette Aurélie; OKE, Stuart. Envisioning prairie agroecology: Farmer visual constructions of place-based ecological agriculture in Canada. **Elem Sci Anth**, [s. l.], v. 12, n. 1, 31 jan. 2024. DOI 10.1525/elementa.2023.00054. Available at: <https://online.ucpress.edu/elementa/article/12/1/00054/199874/Envisioning-prairie-agroecology-Farmer-visual>.

BRADBURY, Hilary. Action Research – Participative Self in Transformative Action. **The SAGE Handbook of Participatory Research and Inquiry**. 1 Oliver's Yard, 55 City Road London EC1Y 1SP: SAGE Publications Ltd, 2021. p. 185–196. DOI 10.4135/9781529769432.n14. Available at: <https://sk.sagepub.com/reference/the-sage-handbook-of-participatory-rm/i1863.xml>.

BRAND, Ulrich; LANG, Miriam. Green Economy. In: KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (orgs.). **Pluriverse: a post-development dictionary**. [s. l.]: Tulika Books, 2019. p. 56–59.

BRANDENBURG, Alfio; RUCINSKI, Jeane; SILVA JUNIOR, Pedro. Os novos atores e o consumo de alimentos ecológicos: a associação de consumidores de produtos orgânicos do Paraná–ACOPA. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 54–82, 2008. Available at: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/296>.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, 2018. .

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Brasília, 2016. .

BRISSETTE, Emily. The Prefigurative Is Political: On Politics Beyond 'The State'. In:

DINERSTEIN, Ana Cecilia (org.). **Social Sciences for an Other Politics**. Cham: Palgrave Macmillan, 2016. p. 109–119. DOI 10.1007/978-3-319-47776-3_8. Available at: http://link.springer.com/10.1007/978-3-319-47776-3_8.

BUCK, D.; GETZ, C.; GUTHMAN, J. From farm to table: the organic vegetable commodity chain of northern California. **Sociologia Ruralis**, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 3–20, 1997. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00033>.

BURNS, Danny; HOWARD, Jo; OSPINA, Sonia. **The SAGE Handbook of Participatory Research and Inquiry**. 1 Oliver's Yard, 55 City Road London EC1Y 1SP: SAGE Publications Ltd, 2021. DOI 10.4135/9781529769432. Available at: <https://sk.sagepub.com/reference/the-sage-handbook-of-participatory-rm>.

CAMPESINA, La Via. About La Via Campesina. [s. l.], 2024a. Available at: <https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/>.

CAMPESINA, La Via. Annual Report 2023. [s. l.], 2024b. Available at: <https://viacampesina.org/en/media-and-publications/publications-publications/>.

CAMPESINA, La Via. Reclaiming our future: Rio +20 and Beyond. [s. l.], 2012. Available at: <https://viacampesina.org/en/reclaiming-our-future-rio-20-and-beyond/>.

CAROLINA, Quintero; ALEJANDRA, Arce; NADINE, Andrieu. Evidence of agroecology's contribution to mitigation, adaptation, and resilience under climate variability and change in Latin America. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, [s. l.], v. 48, n. 2, p. 228–252, 7 fev. 2024. DOI 10.1080/21683565.2023.2273835. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21683565.2023.2273835>.

CASTRO, César Nunes de. Crédito Rural e Agricultura Familiar no Brasil, na América Latina e no Caribe. **Agricultura familiar no Brasil, na América Latina e no Caribe: institucionalidade, características e desafios**. [S. l.]: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2024. p. 153–192. DOI 10.38116/978-65-5635-074-5/capitulo4. Available at: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14052/4/Agricultura_familiar_Cap4.pdf.

CENTEMERI, Laura; ASARA, Viviana. Prefiguration and Ecology: Understanding the Ontological Politics of Ecotopian Movements. In: MONTICELLI, Lara (org.). **The Future is Now: an introduction to prefigurative politics**. [S. l.]: Bristol University Press, 2022. p. 130–143. DOI 10.51952/9781529215687.ch009. Available at: <https://bristoluniversitypressdigital.com/view/book/9781529215687/ch009.xml>.

CHÁVEZ-MIGUEL, Giovanna; HÄMMERLE, Janika; GONZÁLEZ, Antonio; CANETTI, Chiara; GLEICH, Pia; HALFAST, Rebecca Lynn; FEUCHTER, Moritz; BUSZYDLO, Dominika; SCHWARZ, Laura; SCHEEPSTRA, Imke; DE HAAN, Stef; CCANTO, Raul; SIEBER, Stefan; BONATTI, Michelle. Local food system resilience in the context of shocks and crises: vulnerabilities and responses of agroecology-based farmers in Peru, Germany, and the United States. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, [s. l.], v. 48, n. 6, p. 876–897, 2 jul. 2024. DOI 10.1080/21683565.2024.2341987. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21683565.2024.2341987>.

CHENG, Katherine R.; SILVA JUNIOR, Jeová Torres. The Role of Solidarity in Women's Empowerment: Narratives from Northeast Brazil. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, [s. l.], v. 34, n. 5, p. 911–921, 14 out. 2023. DOI 10.1007/s11266-022-00539-7. Available at: <https://link.springer.com/10.1007/s11266-022-00539-7>.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity**. [S. l.]: Edinburgh University Press, 1999. Available at: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9780748610839/html>.

CIACCIA, Corrado; DI PIERRO, Marta; TESTANI, Elena; ROCCUZZO, Giancarlo; CUTULI, Marcello; CECCARELLI, Danilo. Participatory Research towards Food System Redesign: Italian Case Study and Perspectives. **Sustainability**, [s. l.], v. 11, n. 24, p. 7138, 13 dez. 2019. DOI 10.3390/su11247138. Available at: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/24/7138>.

CLARENCE-SMITH, Suryamayi Aswini. **Prefiguring Utopia: the Auroville experiment**. Bristol: Bristol University Press, 2023. Available at: <https://bristoluniversitypress.co.uk/prefiguring-utopia>.

CLEMENT, Charles R. 1492 and the loss of amazonian crop genetic resources. I. The relation between domestication and human population decline. **Economic Botany**, [s. l.], v. 53, n. 2, p. 188–202, abr. 1999. DOI 10.1007/BF02866498. Available at: <http://link.springer.com/10.1007/BF02866498>.

CORADIN, Cristiane; SCHWENDLER, Sônia Fátima. Histórias de vida de mulheres Sem Terra: divisão sexual do trabalho na agroecologia. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 31, n. 2, 2023. DOI 10.1590/1806-9584-2023v31n283307. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2023000200202&tlng=pt.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, [s. l.], v. 1, n. 8, p. 139–167, 1989. .

CSJCA. Navigating Participatory Research: A Visual Guide. [s. l.], 2022. Available at: https://www.durham.ac.uk/media/durham-university/departments-/sociology/Navigating-Participatory-Research_A-Visual-Guide.pdf.

DALE, Bryan. Food sovereignty and agroecology praxis in a capitalist setting: the need for a radical pedagogy. **The Journal of Peasant Studies**, [s. l.], v. 50, n. 3, p. 851–878, 16 abr. 2021a. DOI 10.1080/03066150.2021.1971653. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2021.1971653>.

DALE, Bryan. Food sovereignty and the integral state: Institutionalizing ecological farming. **Geoforum**, [s. l.], v. 127, p. 137–150, dez. 2021b. DOI 10.1016/j.geoforum.2021.10.010. Available at: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0016718521002797>.

DARMAUN, Maryline; CHEVALLIER, Tiphaine; HOSSARD, Laure; LAIREZ, Juliette; SCOPEL, Eric; CHOTTE, Jean-Luc; LAMBERT-DERKIMBA, Adeline; DE TOURDONNET, Stéphane. Multidimensional and multiscale assessment of agroecological transitions. A review.

International Journal of Agricultural Sustainability, [s. l.], v. 21, n. 1, 31 dez. 2023. DOI 10.1080/14735903.2023.2193028. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14735903.2023.2193028>.

DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021.

DE SOUZA, Jeane Barros; BARBOSA, Maria Helena Pires Araújo; SCHMITT, Helen Bruggemann Bunn; HEIDEMANN, Ivonete Terezinha Schülter Buss. Círculo de cultura de Paulo Freire: contribuições para pesquisa, ensino e prática profissional da enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [s. l.], v. 74, 2021. <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0626>.

DE SOUZA, Jeane Barros; HEIDEMANN, Ivonete Teresinha Schülter Buss; MASSAROLI, Aline; GEREMIA, Daniela Savi. Health promotion in coping with COVID-19: a Virtual Culture Circle experience. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [s. l.], v. 74, 2021. <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0602>.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introduction: The Discipline and Practice of Qualitative Research. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (orgs.). **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 5th ed. [S. l.]: SAGE Publications, 2018. p. 29–71.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. Saberes tradicionais e etnoconservação. São Paulo, 2000. .

DINERSTEIN, Ana Cecilia; PITTS, Frederick Harry. Prefiguration and the Futures of Work. In: MONTICELLI, Lara (org.). **The Future is Now: an introduction to prefigurative politics**. [S. l.]: Bristol University Press, 2022. p. 93–105.

DINIZ, Raphael Fernando; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: a (difícil) implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). **Extensão Rural**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 7, 1 mar. 2019. DOI 10.5902/2318179633174. Available at: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/33174>.

DLOTT, Jeff W.; ALTIERI, Miguel A.; MASUMOTO, Mas. Exploring the theory and practice of participatory research in US sustainable agriculture: A case study in insect pest management. **Agriculture and Human Values**, [s. l.], v. 11, n. 2–3, p. 126–139, mar. 1994. DOI 10.1007/BF01530453. Available at: <http://link.springer.com/10.1007/BF01530453>.

EHRNSTRÖM-FUENTES, Maria; BIESE, Ingrid. The act of (de/re)growing: Prefiguring alternative organizational landscapes of socioecological transformations. **Human Relations**, [s. l.], v. 76, n. 11, p. 1739–1766, 9 nov. 2023. DOI 10.1177/00187267221112241. Available at: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00187267221112241>.

ELBEHRI, Aziz. **Climate change and food systems: global assessments and implications for food security and trade**. Rome: FAO, 2015. Available at: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/88db916e-01b8-4d3e-92d1-d64e74978d41/content>.

ESCOBAR, Arturo. Foreword. In: MONTICELLI, Lara (org.). **The Future is Now: an introduction to prefigurative politics**. [S. l.]: Bristol University Press, 2022. p. xxii–xxx. DOI 10.51952/9781529215687.fm002. Available at: <https://bristoluniversitypressdigital.com/view/book/9781529215687/front-2.xml>.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005. p. 63–79. Available at: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf.

ESCOBAR, Arturo. **Pluriversal Politics: the real and the possible**. [S. l.]: Durham University Press, 2020a. <https://doi.org/10.2307/j.ctv11315v0>.

ESCOBAR, Arturo. Sentipensar with the Earth: territorial struggles and the ontological dimension of the epistemologies of the South. **Pluriversal Politics: the real and the possible**. [S. l.]: Durham University Press, 2020b. p. 67–83. <https://doi.org/https://doi.org/10.1515/9781478012108-008>.

FAGUNDES, Rodrigo Mello; CASSARINO, Julian Perez. Socio-technical embeddedness of organic agriculture in nearby circuits. **Polis (Italy)**, [s. l.], n. 57, p. 1–20, 2020. <https://doi.org/10.32735/s0718-6568/2020-n57-1572>.

FAHLBERG, Anjuli. A Pragmatist’s Approach to Participatory Action Research (PAR). [s. l.], 2021. Available at: https://www.anjulifahlberg.com/_files/ugd/344925_db69746d12d7427382bb415c16141a13.pdf.

FAHLBERG, Anjuli; VICINO, Thomas J.; FERNANDES, Ricardo; POTIGUARA, Viviane. Confronting chronic shocks: Social resilience in Rio de Janeiro’s poor neighborhoods. **Cities**, [s. l.], v. 99, n. February, p. 102623, 2020. DOI 10.1016/j.cities.2020.102623. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2020.102623>.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge Taylor & Francis Group, 2003. <https://doi.org/10.1016/j.actamat.2005.01.043>.

FALS-BORDA, Orlando. Remaking Knowledge. In: FALS-BORDA, Orlando; RAHMAN, Muhammad Anisur (orgs.). **Action and Knowledge: Breaking the monopoly with Participatory Action Research**. [S. l.]: The Apex Press, 1991. p. 146–162.

FALS-BORDA, Orlando; RAHMAN, Mohammad Anisur. **Action and Knowledge: breaking the monopoly with participatory action research**. New York: The Apex Press, 1991.

FANCHONE, Audrey; NELSON, Laetitia; DODET, Nastassja; MARTIN, Luc; ANDRIEU, Nadine. How agro-environmental and climate measures are affecting farming system performances in Guadeloupe?: Lessons for the design of effective climate change policies. **International Journal of Agricultural Sustainability**, [s. l.], v. 20, n. 7, p. 1348–1359, 15 dez. 2022. DOI 10.1080/14735903.2022.2136836. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14735903.2022.2136836>.

FEOLA, Giuseppe. On non-reformist reforms and partial political settlements in degrowth strategy. **Ecological Economics**, [s. l.], v. 235, n. 108613, set. 2025. DOI 10.1016/j.ecolecon.2025.108613. Available at: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0921800925000965>.

FERNÁNDEZ, Jesica Siham; FINE, Michelle. Methodological retrospective: Critical participatory action research. **Qualitative Psychology**, [s. l.], 16 dez. 2024. DOI 10.1037/qup0000321. Available at: <https://doi.apa.org/doi/10.1037/qup0000321>.

FIDA, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. **Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia**. Salvador: [s. n.], 2020.

FINE, Michelle; TORRE, María Elena. **Essentials of Critical Participatory Action Research**. [S. l.]: American Psychological Association, 2021.

FINE, Michelle; TORRE, María Elena; BOUDIN, Kathy; BOWEN, Iris; CLARK, Judith; HYLTON, Donna; MARTINEZ, Migdalia; MISSY; ROBERTS, Rosemarie A.; SMART, Pamela; UPEGUI, Debora. Participatory action research: From within and beyond prison bars. In: CAMIC, Paul M.; RHODES, Jean E.; YARDLEY, Lucy (orgs.). **Qualitative research in psychology: Expanding perspectives in methodology and design**. Washington: American Psychological Association, 2003. p. 173–198. DOI 10.1037/10595-010. Available at: <http://content.apa.org/books/10595-010>.

FINE, Michelle; TORRE, María Elena; OSWALD, Austin Gerhard; AVORY, Shéar. Critical participatory action research: Methods and praxis for intersectional knowledge production. **Journal of Counseling Psychology**, [s. l.], v. 68, n. 3, p. 344–356, abr. 2021. DOI 10.1037/cou0000445. Available at: <https://doi.apa.org/doi/10.1037/cou0000445>.

FLD, Fundação Luterana de Diaconia; CAPA. Primeiro certificado orgânico da Rede Ecovida em Mariluz é entregue à mulher agricultora assentada. 2024a. Available at: <https://capa.org.br/2023/02/primeiro-certificado-organico-da-rede-ecovida-em-mariluz-e-entregue-a-mulher-agricultora-assentada/>. Acesso em: 3 nov. 2024.

FLD, Fundação Luterana de Diaconia; CAPA. Unidades de Referência em Agrofloresta são implantadas em Mariluz e em São Miguel do Iguacu. 2024b. Available at: <https://fld.com.br/2020/unidades-de-referencia-em-agrofloresta-sao-implantadas-em-mariluz-e-em-sao-miguel-do-iguacu/>. Acesso em: 3 nov. 2024.

FLD, Fundação Luterana Diaconia; CAPA. Agricultoras e agricultores de Mariluz avaliam 12 variedades de mandioca de mesa. 2024. Available at: <https://fld.com.br/2022/agricultoras-e-agricultores-de-mariluz-avaliam-12-variedades-de-mandioca-de-mesa/>. Acesso em: 3 nov. 2024.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **Tool for Agroecology Performance Evaluation (TAPE): process of development and guidelines for application**. Rome: [s. n.], 2019.

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNY. Sélingué, 2007. Available at: https://www.cidac.pt/files/5514/2539/9126/Declarao_de_Nylny.pdf.

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. Declaração do Fórum sobre Soberania Alimentar. Cuba, 2001. Available at: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/declaracion-final-del-foro-mundial-sobre-soberania-alimentaria>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 23^a. [S. l.]: Paz e Terra SA., 1970.

FRIEDRICH, Karen; GURGEL, Aline do Monte; BEDOR, Cheila Nataly Galindo; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; SARPA, Marcia; KUHN, Marla; ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares de; DIDERICHSEN, Finn. **Agronegócio e pandemia no Brasil: uma sindemia está agravando a pandemia de COVID-19?** [S. l.]: ABRASCO e IPEN, 2021.

GAVENTA, John. Toward a Knowledge Democracy: Viewpoints on Participatory Research in North America. In: FALS-BORDA, Orlando; RAHMAN, Muhammad Anisur (orgs.). **Action and Knowledge: Breaking the monopoly with Participatory Action Research**. [S. l.]: The Apex Press, 1991. p. 121–131.

GIBSON-GRAHAM, J.K. A diverse economy: rethinking economy and economic representation. [s. l.], p. 1–8, 2010. Available at: <http://avery.wellesley.edu/Economics/jmatthaei/transformationcentral/solidarity/solidaritydocuments/diverseeconomies.pdf>.

GIBSON-GRAHAM, J.K. **The end of capitalism (as we knew it): a feminist critique of political economy**. [S. l.]: Univeristy of Minnesota Press ed., 2006.

GLIESSMAN, Steve. Defining Agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, [s. l.], v. 42, n. 6, p. 599–600, 3 jul. 2018. DOI 10.1080/21683565.2018.1432329. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21683565.2018.1432329>.

GORDON, Uri. Prefigurative Politics between Ethical Practice and Absent Promise. **Political Studies**, [s. l.], v. 66, n. 2, p. 521–537, 2 maio 2018. DOI 10.1177/0032321717722363. Available at: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0032321717722363>.

GRANOVETTER, Mark. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**, [s. l.], v. 91, n. 3, p. 481–510, nov. 1985. DOI 10.1086/228311. Available at: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/228311>.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 52, n. suppl 1, p. 125–146, 2014. DOI 10.1590/S0103-20032014000600007. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007&lng=pt&tlng=pt.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. La agroecología como estrategia metodológica de transformación social. [s. l.], 2004. Available at: <https://n2t.net/ark:/13683/pcSe/cpe>.

GUZMÁN, Gloria I.; LÓPEZ, Daniel; ROMÁN, Lara; ALONSO, Antonio M. Participatory Action Research in Agroecology: Building Local Organic Food Networks in Spain. **Agroecology**

and Sustainable Food Systems, [s. l.], v. 37, p. 127–146, 4 set. 2012. DOI 10.1080/10440046.2012.718997. Available at: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10440046.2012.718997>.

GUZMÁN LUNA, Alejandra; BACON, Christopher M.; MÉNDEZ, V. Ernesto; FLORES GÓMEZ, María Eugenia; ANDERZÉN, Janica; MIER Y TERÁN GIMÉNEZ CACHO, Mateo; HERNÁNDEZ JONAPÁ, Rigoberto; RIVAS, Misaël; DUARTE CANALES, Henry Alberto; BENAVIDES GONZÁLEZ, Álvaro Nicolás. Toward Food Sovereignty: Transformative Agroecology and Participatory Action Research With Coffee Smallholder Cooperatives in Mexico and Nicaragua. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, [s. l.], v. 6, 18 ago. 2022. DOI 10.3389/fsufs.2022.810840. Available at: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fsufs.2022.810840/full>.

HALL, Alan; MOGYORODY, Veronika. Organic farmers in Ontario: An examination of the conventionalization argument. **Sociologia Ruralis**, [s. l.], v. 41, n. 4, p. 399–322, 2001. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00191>.

HALL, Ruth; BRENT, Zoe; FRANCO, Jenny; ISAACS, Moenieba; SHEGRO, Tsegaye. **A Toolkit for Participatory Action Research**. [S. l.: s. n.], 2017. Available at: <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/56781/IDL-56781.pdf>.

HICKEL, Jason; KALLIS, Giorgos. Is Green Growth Possible? **New Political Economy**, [s. l.], v. 25, n. 4, p. 469–486, 6 jun. 2020. DOI 10.1080/13563467.2019.1598964. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13563467.2019.1598964>.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric; SHATTUCK, Annie; VAN LAMMEREN, Ilja. Thresholds of resistance: agroecology, resilience and the agrarian question. **The Journal of Peasant Studies**, [s. l.], v. 48, n. 4, p. 715–733, 7 jun. 2021. DOI 10.1080/03066150.2020.1847090. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2020.1847090>.

INCRA. Acordo de cooperação técnica nº 693/2021. [s. l.], 2025. Available at: https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/acordos-de-cooperacao/titula-brasil/PR_Mariluz.pdf.

IPARDES. Caderno Estatístico: município de Barbosa Ferraz. [s. l.], 2023a. .

IPARDES. Caderno Estatístico: município de Mariluz. [s. l.], 2023b. .

IPARDES. Desafios para o desenvolvimento regional. [s. l.], 2022. .

IPARDES. O Mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências. Curitiba, , p. 188, 2007. .

JAEGGI, Rahel. Um conceito amplo de economia: economia como prática social e a crítica ao capitalismo. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 503–522, 3 dez. 2018. DOI 10.15448/1984-7289.2018.3.32368. Available at: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/32368>.

JEFFREY, Craig; DYSON, Jane. Geographies of the future: Prefigurative politics. **Progress in Human Geography**, [s. l.], v. 45, n. 4, p. 641–658, 27 ago. 2021. DOI

10.1177/0309132520926569. Available at:
<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0309132520926569>.

KALLIS, Giorgos; PAULSON, Susan; D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico. **The Case for Degrowth**. [S. l.]: Polity Press, 2020.

KAUL, Shivani; AKBULUT, Bengi; DEMARIA, Federico; GERBER, Julien François. Alternatives to sustainable development: what can we learn from the pluriverse in practice? **Sustainability Science**, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 1149–1158, 2022. DOI 10.1007/s11625-022-01210-2. Available at: <https://doi.org/10.1007/s11625-022-01210-2>.

KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (Orgs.). **Pluriverse: a post-development dictionary**. New Delhi: Tulika Books, 2019.

LAAMANEN, Mikko; BOR, Sanne; DEN HOND, Frank. The Dilemma of Organization in Social Movement Initiatives. **Organization outside Organizations**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2019. p. 293–317. DOI 10.1017/9781108604994.014. Available at: https://www.cambridge.org/core/product/identifier/9781108604994%23CN-bp-14/type/book_part.

LEITE, Siderlania Kelia; VENDRUSCOLO, Giovana Secretti; RENK, Arlene Anélia; KISSMANN, Camila. Perception of farmers on landscape change in southern Brazil: Divergences and convergences related to gender and age. **Journal of Rural Studies**, [s. l.], v. 69, p. 11–18, jul. 2019. DOI 10.1016/j.jrurstud.2019.04.008. Available at: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0743016718308659>.

LIMA, Sandra Kitakawa; GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre; ALVES, Fabio. Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no brasil. **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, [s. l.], , p. 52, 2019. Available at: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>.

LOCKYER, Joshua; VETETO, James R. Introduction. In: LOCKYER, Joshua; VETETO, James R. (orgs.). **Environmental Anthropology Engaging Ecotopia: Bioregionalism, Permaculture, and Ecovillages**. [S. l.]: Berghahn, 2013.

LOPES, Mauro de Rezende; FORNAZIER, Armando. **Modalidades de Compras Públicas de alimentos da Agricultura Familiar no Brasil**. [S. l.]: Série de Políticas Sociais e de alimentação, v.2, 2015. Available at: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/PAA_Institucional_Estud_o2_modalidades_lowres.pdf.

LÓPEZ-RIDAURA, Santiago; MASERA, Omar Raúl Raúl; ASTIER, Marta. Evaluating the sustainability of complex socio-environmental systems. the MESMIS framework. **Ecological Indicators**, [s. l.], v. 2, n. 1–2, p. 135–148, nov. 2002. DOI 10.1016/S1470-160X(02)00043-2. Available at: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1470160X02000432>.

MACAULAY, Ann C. Participatory research: What is the history? Has the purpose changed? **Family Practice**, [s. l.], , p. cmw117, 18 dez. 2016. DOI 10.1093/fampra/cmw117. Available at: <https://academic.oup.com/fampra/article-lookup/doi/10.1093/fampra/cmw117>.

MACHADO-VARGAS, Mónica María; NICHOLLS-ESTRADA, Clara Inés; RÍOS-OSORIO, Leonardo Alberto. Social-ecological resilience of small-scale coffee production in the Porce river basin, Antioquia (Colombia). **Idesia (Arica)**, [s. l.], n. ahead, p. 0–0, 2018. DOI 10.4067/S0718-34292018005001801. Available at:

http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-34292018005001801&lng=en&nrm=iso&tlng=en.

MÁLOVICS, György; CREȚAN, Remus; MÉREINE-BERKI, Boglárka; TÓTH, Janka. Socio-environmental justice, participatory development, and empowerment of segregated urban Roma: Lessons from Szeged, Hungary. **Cities**, [s. l.], v. 91, p. 137–145, ago. 2019. DOI 10.1016/j.cities.2018.11.013. Available at:

<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0264275118304190>.

MAPA, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. VIPP: manual de facilitação e visualização em processos participativos. Brasília, , p. 238, 2020. .

MARSDEN, Terry; BANKS, Jo; BRISTOW, Gillian. Food Supply Chain Approaches: Exploring their Role in Rural Development. **Sociologia Ruralis**, [s. l.], v. 40, n. 4, p. 424–438, out. 2000. DOI 10.1111/1467-9523.00158. Available at:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9523.00158>.

MARTINEZ-BARON, Deissy; ORJUELA, Guillermo; RENZONI, Giampiero; LOBOGUERRERO RODRÍGUEZ, Ana María; PRAGER, Steven D. Small-scale farmers in a 1.5°C future: The importance of local social dynamics as an enabling factor for implementation and scaling of climate-smart agriculture. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, [s. l.], v. 31, p. 112–119, abr. 2018. DOI 10.1016/j.cosust.2018.02.013. Available at:

<https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1877343517300830>.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MCINTYRE, Alice. **Participatory Action Research**. 2455 Teller Road, Thousand Oaks California 91320 United States: SAGE Publications, Inc., 2008. DOI 10.4135/9781483385679. Available at: <https://methods.sagepub.com/book/participatory-action-research-qrm>.

MDA. Desenrola Rural. [s. l.], 2025. Available at: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2025/02/desenrola-rural-deve-beneficiar-um-milhao-de-agricultores-e-facilitar-acesso-a-credito-rural>.

MDA. Plano Safra da Agricultura Familiar: R\$ 76 bilhões de crédito e juros mais baixos. 2024. Available at: [https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/com-reducao-de-juros-para-alimentos-basicos-plano-safra-da-agricultura-familiar-tem-recorde-de-r-76-bilhoes-no-credito-rural#:~:text=Com taxas que variam de,custeio e oito de investimento:&text=Pronaf Custeio](https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/com-reducao-de-juros-para-alimentos-basicos-plano-safra-da-agricultura-familiar-tem-recorde-de-r-76-bilhoes-no-credito-rural#:~:text=Com%20taxas%20que%20variam%20de,custeio%20e%20oito%20de%20investimento:&text=Pronaf%20Custeio). Acesso em: 10 out. 2024.

MDA. Programa Banco de Alimentos. BRASIL, 2023. Available at: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/estudo_pesquisa/estudo_pesquisa_288.pdf.

MDA, Ministério do desenvolvimento agrário e Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento Rural. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores**. Brasília: NEAD/MDA, 2005.

MDS, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate à Fome. Governo do Brasil tira 26,5 milhões de pessoas da fome em dois anos. 2025. Available at: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/governo-do-brasil-tira-26-5-milhoes-de-pessoas-da-fome-em-dois-anos>. Acesso em: 28 dez. 2025.

MÉNDEZ, V. Ernesto; CASWELL, Martha; GLIESSMAN, Stephen; COHEN, Roseann. Integrating Agroecology and Participatory Action Research (PAR): Lessons from Central America. **Sustainability**, [s. l.], v. 9, n. 5, p. 705, 28 abr. 2017. DOI 10.3390/su9050705. Available at: <http://www.mdpi.com/2071-1050/9/5/705>.

MENEZES, Francisco; PIRES, Alexandre; MORES, Diana A.; PAIVA, Maria da Conceição; NASCIMENTO, Valdecir; ALVES, Mércia; OLIVEIRA, Aécio; RODRIGUES, Caroline; FERNANDES, Júlia; JUNIOR, Fausto; MINEIRO, Adhemar; ROSA, Enéias da; BENTES, Nilma; ORANGE, Vera; KUSS, Cibele; TOFO, Daniele; POLETO, Ivo; PEREIRA, Ana Luísa Lisboa N; FAUSTINO, Cristiane; PETERSEN, Paulo; LONDRES, Flávia; BENCKE, Romi; BOCCA, Pedro P.; FERNANDES, Claudio. ODS à luz dos Direitos humanos. [s. l.], v. 21, n. 1, p. 1–9, 2020. Available at: https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2020/12/ODS_DH.pdf.

METAPLAN. Metaplan Basic Techniques: moderating group discussions using the metaplan approach. [s. l.], 2025. Available at: https://www.metaplan.com/wp-content/uploads/2021/04/Metaplan_Basiswissen_engl.pdf.

MICHEL, Sophie. Reimagining food systems and democracy: Alternative consumer cooperatives in the face of neoliberalism. **ORGANIZATION**, 1 OLIVERS YARD, 55 CITY ROAD, LONDON EC1Y 1SP, ENGLAND, 2024. <https://doi.org/10.1177/13505084241300104>.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. **Qualitative Data Analysis: an expanded sourcebook**. 2nd Editio. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1994.

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa; ESCOSTEGUY, Isadora Leite; ROVER, Oscar José; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Construção social de mercados orgânicos: o caso das Células de Consumidores Responsáveis em Florianópolis-SC TT - Organic markets social construction: the case of Responsible Consumer Cells in Florianópolis-SC. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 59, n. 2, 2021. DOI 10.1590/1806-9479.2021.220071. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032021000200207&lang=pt.

MONTICELLI, Lara. Embodying Alternatives to Capitalism in the 21st Century. **TripleC: Communication, Capitalism & Critique. Open Access Journal for a Global Sustainable Information Society**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 501–517, 4 maio 2018. DOI 10.31269/triplec.v16i2.1032. Available at: <https://www.triple-c.at/index.php/tripleC/article/view/1032>.

MONTICELLI, Lara. On the necessity of prefigurative politics. **Thesis Eleven**, [s. l.], v. 167, n. 1, p. 99–118, 15 dez. 2021. DOI 10.1177/07255136211056992. Available at:

<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/07255136211056992>.

MONTICELLI, Lara. Prefigurative politics within, despite and beyond contemporary capitalism. *In*: MONTICELLI, Lara (org.). **The Future is Now: an introduction to prefigurative politics**. [S. l.]: Bristol University Press, 2022a. p. 15–31.
<https://doi.org/https://doi.org/10.51952/9781529215687.ch001>.

MONTICELLI, Lara (Org.). **The Future is Now: An Introduction to Prefigurative Politics**. [S. l.]: Bristol University Press, 2022b. DOI 10.51952/9781529215687. Available at:
<https://bristoluniversitypressdigital.com/view/book/9781529215687/9781529215687.xml>.

MOTTA, Sara C. Territories of decolonising feminist/ised struggles. *In*: HOSSEINI, S. A. Hamed; GOODMAN, James; MOTTA, Sara C.; GILLS, Barry (orgs.). **The Routledge Handbook of Transformative Global Studies**. [S. l.]: Routledge Taylor & Francis Group, 2021. p. 472–484.

MOURA, Amanda; MOREIRA, Sarah Luiza; ALMEIDA, Marcelo. **Entre desmontes e resistências: uma análise de políticas públicas e normativas estaduais que fortalecem a agroecologia**. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia, 2022.

MST-PR. Jornada do MST cobra mais investimentos na Reforma Agrária para a produção de alimentos. 2024. **Brasil de Fato**. Available at:
<https://www.brasildefato.com.br/2024/07/25/jornada-do-mst-cobra-mais-investimentos-na-reforma-agraria-para-a-producao-de-alimentos/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MST. Agroecologia , Soberania Alimentar e Cooperação. **Caderno de Educação**, [s. l.], v. 2, p. 123, 2010. .

MUÑOZ-SÁNCHEZ, Víctor-Manuel; PÉREZ-FLORES, Antonio-Manuel. The Connections between Ecological Values and Organic Food: Bibliometric Analysis and Systematic Review at the Start of the 21st Century. **Sustainability**, [s. l.], v. 13, n. 7, p. 3616, 24 mar. 2021. DOI 10.3390/su13073616. Available at: <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/7/3616>.

NAREZI, Gabriela. **A agroecologia como estratégia de gestão de Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Vale do Ribeira – SP, Brasil**. 2012. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2012. DOI 10.11606/T.91.2012.tde-21122012-101140. Available at:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-21122012-101140/>.

NAVES, Flávia; FONTOURA, Yuna. Feminist resistance building in the Brazilian agroecology movement: A gender decoloniality study. **Gender, Work & Organization**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 408–426, 2 mar. 2022. DOI 10.1111/gwao.12767. Available at:
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gwao.12767>.

NELSON, Anitra; EDWARDS, Ferne (Orgs.). **Food for Degrowth Perspectives and Practices**. New York, NY: Routledge Taylor & Francis Group, 2021.

NIEDERLE, Paulo André; SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel (Orgs.). **Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021. Available at:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/231276/001133016.pdf?sequence=1>.

NIEDERLE, Paulo; SCHNEIDER, Sergio; TONIN, Jeferson; DENARDI, Saritha; SALAPATA, Juliane; GAZOLLA, Marcio; PREISS, Potira; CONTERATO, Marcelo; SCHUBERT, Maycon; GRISA, Catia. Inclusão produtiva por meio de mercados alimentares digitais: desafios para a construção de estratégias cooperativas solidárias. **Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021. p. 25–66.

NIND, Melanie. Inclusive research defined. **What is inclusive research?** London: Bloomsbury Academic, 2014. p. 1–14. DOI 10.5040/9781849668149.ch-001. Available at: <http://www.bloomsburycollections.com/book/what-is-inclusive-research/ch1-inclusive-research-defined>.

NOY, Chaim. Sampling Knowledge: The Hermeneutics of Snowball Sampling in Qualitative Research. **International Journal of Social Research Methodology**, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 327–344, out. 2008. DOI 10.1080/13645570701401305. Available at: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13645570701401305>.

OBA, Beyza; ÖZSOY, Zeynep (Orgs.). **Food Politics, Activism and Alternative Consumer Cooperatives**. [S. l.]: Bristol University Press, 2023a. Available at: <https://bristoluniversitypress.co.uk/food-politics-activism-and-alternative-consumer-cooperatives>.

OBA, Beyza; ÖZSOY, Zeynep (Orgs.). The Governance of Alternative Consumer Cooperatives. **Food Politics, Activism and Alternative Consumer Cooperatives**. [S. l.]: Bristol University Press, 2023b. p. 125–140.

OCHOSKI, Marjorie; AMÂNCIO, Cristhiane Oliveira da Graça. LUME - método de análise de agroecossistemas a serviço da segurança alimentar e conservação do meio ambiente. Rio de Janeiro, 2018. .

OHLY, Heather; IBRAHIM, Zainab; LIYANAGE, Champika; CARMICHAEL, Andrew. A scoping review of participatory research methods in agroecology studies conducted in South Asia. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, [s. l.], v. 47, n. 2, p. 306–326, 7 fev. 2023. DOI 10.1080/21683565.2022.2138674. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21683565.2022.2138674>.

PAIN, Rachel; BANKS, Sarah; COOK, Tina; CRAWFORD, Grace; CROOKES, Lee; DARBY, Stella; HESLOP, Jill; HOLDEN, Adam; HOUSTON, Maxine; JEFFES, Jennifer; LAMBERT, Zoe; MCGLEN, Louise; MCGLYNN, Clare; OZGA, Jo; RAYNOR, Ruth; ROBINSON, Yvonne; SHAW, Sue; STEWART, Cheryl; VANDERHOVEN, Dave. Mapping Alternative Impact: Alternative Approaches to Impact from Co-Produced Research. [s. l.], 2016. Available at: <https://www.durham.ac.uk/research/institutes-and-centres/social-justice-community-action/research-areas/completed-projects/>.

PAIN, Rachel; WHITMAN, Geoff; MILLEDGE, David; TRUST, Lune Rivers. Participatory Action Research Toolkit: an introduction to using PAR as an approach to learning, research and action. Durham, 2011. Available at: <https://localtrust.org.uk/wp->

content/uploads/2019/03/local_trust_par_toolkit.pdf.

PALACIOS, Hazel Velasco; SEXSMITH, Kathleen; MATHEU, Maite; GONZALEZ, Andrea Reiche. Gendered adaptations to climate change in the Honduran coffee sector. **Women's Studies International Forum**, [s. l.], v. 98, p. 102720, maio 2023. DOI 10.1016/j.wsif.2023.102720. Available at: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S027753952300047X>.

PEPPER, David. Utopianism and Environmentalism. **Environmental Politics**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 3–22, fev. 2005. DOI 10.1080/0964401042000310150. Available at: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0964401042000310150>.

PEREIRA DOS SANTOS, Adna Fernanda; DE CARVALHO AVELINO, Victoria; COHEN GAMA DOS SANTOS, Zilda Joaquina; RENTE LEÃO, Andréa Simone. Bioeconomia e sociobiodiversidade: **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, [s. l.], , p. 312–341, 5 set. 2025. DOI 10.69585/2595-6892.2025.1281. Available at: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/1281>.

PEREIRA, Luís Flávio; CRUZ, Gabriela de Barros; MENDONÇA, Maria Alice Fernandes Corrêa. Functional diversity and dissimilarity of women's production in homegardens promote sustainability in the Agroecological Pole of Zona da Mata, southeastern Brazil. **World Development Sustainability**, [s. l.], v. 7, p. 100241, dez. 2025. DOI 10.1016/j.wds.2025.100241. Available at: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2772655X25000394>.

PEREZ-CASSARINO, Julian. **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MECANISMOS ALTERNATIVOS DE MERCADOS NO ÂMBITO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA**. 2012. 450 f. Universidade Federal do Paraná, 2012.

PESSOA, Alexandre; LEITE, Acácio Zuniga; MARTINS, Adalberto Flores G.; MATOS, Adilson Vagner de; KAWAKAMI, Alex; STAUFFER, Anakeila de Barros; ANA TERRA REIS, ANDRÉ BURIGO, Ândrea; BATISTA, Francine; TELLES, Bartira; COSTA, Caetano de'Carli Viana; BAHNIUK, Caroline; GOMIDE, Caroline Siqueira; HADICH, Ceres Luisa Antunes; GUHUR, Dominique; LIMA, Evanildo; CAMPELO, Felipe; COSTA, Flaviane Malaquias; DIEDERICHSEN, Francisco Toledo Barros; FERNANDES, Gabriel Bianconi; BARÃO, Gil; MIYASHIRO, Gladys Myashiro; BERNAT, Isaac Giribet i; STEDILE, João Pedro; TARDIN, José Maria; FREITAS, Lucinéia Miranda de; PRONKO, Luiz Henrique Gomes de Moura Marcela; GARCÍA, Maria Franco; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert; ZULIANI, Mercedes; TONÁ, Nilciney; SILVA, Nívia Regina da; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan; MARTINS, Pedro Sergio Vieira; MONNERAT, Priscila Facina; SOUZA, Roberto Martins de; CALDART, Roseli; DALMAGRO, Sandra; REIS, Talles. **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; FIOCRUZ, 2021.

PETTIGREW, Andrew M. Longitudinal Field Research on Change: Theory and Practice. **Organization Science**, [s. l.], v. 1, n. 3, p. 267–292, ago. 1990. DOI 10.1287/orsc.1.3.267. Available at: <https://pubsonline.informs.org/doi/10.1287/orsc.1.3.267>.

PICCARDI, Eleonora Gea. Prefiguring Post-Patriarchal Futures: Jineolojî's Matristic Praxis in the Context of Rojava's Revolution. In: MONTICELLI, Lara (org.). **The Future is Now: an**

introduction to prefigurative politics. [S. l.]: Bristol University Press, 2022. p. 161–176. DOI 10.51952/9781529215687.ch011. Available at: <https://bristoluniversitypressdigital.com/view/book/9781529215687/ch011.xml>.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nosso época.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Compus Ltda, 2000.

PONZONI, Elena. Windows of understanding: broadening access to knowledge production through participatory action research. **Qualitative Research**, [s. l.], v. 16, n. 5, p. 557–574, 1 out. 2016. DOI 10.1177/1468794115602305. Available at: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1468794115602305>.

PREISS, Potira V. Cinco dimensões dos sistemas alimentares no Brasil: uma revisão de literatura. [s. l.], 2021. .

PUGLIESI, Angelita Avi; STOLARSKI, Márcia Cristina. Compra direta Paraná: nova opção para a agricultura familiar. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (orgs.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social.** Florianópolis: Estúdio Sempre, 2021. p. 287–298.

QUINN, Sarah. The Transformation of Morals in Markets: Death, Benefits, and the Exchange of Life Insurance Policies. **American Journal of Sociology**, [s. l.], v. 114, n. 3, p. 738–780, nov. 2008. DOI 10.1086/592861. Available at: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/592861>.

RAEKSTAD, Paul. Revolutionary practice and prefigurative politics: A clarification and defense. **Constellations**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 359–372, 24 set. 2018. DOI 10.1111/1467-8675.12319. Available at: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8675.12319>.

RAHMAN, Md. Anisur. Some trends in the praxis of participatory action research. In: REASON, Peter; BRADBURY, Hilary (orgs.). **The SAGE Handbook of Action Research Participative Inquiry and Practice.** 2nd ed. [S. l.]: SAGE Publications Ltd, 2008. p. 49–62.

RAMOS, Carlos Henrique de Souza (Org.). **LUME: aplicação da metodologia LUME em agroecossistemas familiares assessorados pelo Pró-Semiárido.** Salvador: Vento Leste, 2019.

RAMOS, Carlos Henrique de Souza; AMARANTE, Emanuel; MORAES, Victor Leonam Aguiar. Monitoramento e avaliação de sistemas agroflorestais utilizando o método lume. **Cadernos de Agroecologia**, [s. l.], v. 19, n. 1, 2024. .

RAPPAPORT, Joanne. **Cowards don't make history: Orlando Fals-Borda and the origins of participatory action research.** [S. l.]: Duke University Press, 2020.

REYNALDO, Renata Guimarães; POPE, Kamila; BORBA, Juliano; SIEBER, Stefan; BONATTI, Michelle. Women of the revolution and a politics of care: A gendered intersectional approach on an initiative to address socioenvironmental problems in a marginalized community in southern Brazil. **Gender, Work & Organization**, [s. l.], v. 30, n. 6, p. 2130–2154, 10 nov. 2023. DOI 10.1111/gwao.13054. Available at: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gwao.13054>.

RICE, Anika; GOLDBERG, Zachary. Harvesting a participatory movement': Initial participatory action research with the Jewish Farmer Network. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 1–22, 23 nov. 2021. DOI 10.5304/jafscd.2021.111.010. Available at:

<https://www.foodsystemsjournal.org/index.php/fsj/article/view/1034>.

ROBINSON, Oliver C. Sampling in Interview-Based Qualitative Research: A Theoretical and Practical Guide. **Qualitative Research in Psychology**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 25–41, 2 jan. 2014. DOI 10.1080/14780887.2013.801543. Available at:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14780887.2013.801543>.

ROOS, Djoní; PAULINO, Eliane Tomiasi; SOARES, Gustavo; MONTENEGRO, Jorge Ramón. PROTAGONISMO DA REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ EM ÉPOCA DE PANDEMIA: AS AÇÕES DE SOLIDARIEDADE DO MST EM FATOS E FOTOS. **Geografia em Questão**, [s. l.], v. 13, n. 3, 30 set. 2020. DOI 10.48075/geoq.v13i3.25971. Available at: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/25971>.

SACHET, Erwan; MERTZ, Ole; VANEGAS, Martha; CRUZ-GARCIA, Gisella S.; BELTRAN, Marcela; ANGEL-SANCHEZ, Yimi Katherine; ZAPATA, Yuly Catalina; LAVELLE, Patrick; SOLARTE, Antonio; SUAREZ, Juan Carlos; ALVAREZ, Faver; ROMERO, Miguel; RICO, Adrian; SIERRA, Leidi; QUINTERO, Marcela. Codesigning sustainable land uses: framing participatory methods for research and development projects. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, [s. l.], v. 47, n. 3, p. 413–440, 16 mar. 2023. DOI 10.1080/21683565.2022.2164638. Available at:

<https://doi.org/10.1080/21683565.2022.2164638>.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; MOURA, Iracema ferreira de; MATTOS, Luciano Mansor de; ÁVILA, Mário Lúcio de; SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos; SILVA, Ana Paula Moreira da. **Antecedente e aspectos fundantes da agroecologia e produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil**. [S. l.: s. n.], 2017.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; SABBATINI, Marcelo; LIMONGI, Ricardo. **Diretrizes para o uso ético e responsável da inteligência artificial generativa: um guia prático para pesquisadores**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. [S. l.]: Editora Cortez, 2014.

SANTOS, Luís Miguel Luzio dos; BORINELLI, Benilson; PITAGUÁRI, Sinival Osório (Orgs.). **Economia solidária numa pluralidade de perspectivas**. Londrina: UEL, 2011.

SCHILLER-MERKENS, Simone. Prefiguring an alternative economy: Understanding prefigurative organizing and its struggles. **Organization**, [s. l.], , p. 135050842211241, 22 set. 2022. DOI 10.1177/13505084221124189. Available at: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/13505084221124189>.

SCHILLER-MERKENS, Simone; MACHIN, Amanda. Knowing Food: Sustainability Politics, Food Policy Councils and the Co-Production of Knowledge. **INTERNATIONAL JOURNAL**

OF POLITICS CULTURE AND SOCIETY, ONE NEW YORK PLAZA, SUITE 4600, NEW YORK, NY, UNITED STATES, v. 36, n. 3, SI, p. 311–328, 2023.
<https://doi.org/10.1007/s10767-023-09446-1>.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro Francisco. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, [s. l.], v. 30, n. 51, p. 12–41, 28 set. 2020. DOI 10.22295/grifos.v30i51.5656. Available at:
<http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5656>.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 28, n. 1, 2020. DOI 10.1590/1806-9584-2020v28n158051. Available at:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000100222&tlng=pt.

SEBRAE. Agricultura orgânica: cenário brasileiro, tendências e expectativas. [s. l.], 2020. Available at: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/valorizeopequenonegocio/conteudos/o-que-e-agricultura-organica,69d9438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SKLAIR, Leslie. “Development, post-development, and the pluriverse”. **Globalizations**, [s. l.], v. 0, n. 0, p. 1–10, 2021. DOI 10.1080/14747731.2021.1917870. Available at:
<https://doi.org/10.1080/14747731.2021.1917870>.

SOUSA, Sinara Barboza; CAVALCANTE, Marcelo Casimiro. Sustentabilidade em agroecossistemas: análise sistêmica em propriedades com gestão familiar no Assentamento 24 de Abril, Acarape-CE. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, [s. l.], v. 9, n. 23, p. 1559–1579, 2022. .

STOUT, Margaret; LOVE, Jeannine M. Community development as prefigurative, radically democratic global governance? **Community Development**, [s. l.], v. 50, n. 1, p. 16–33, 20 jan. 2018. DOI 10.1080/15575330.2018.1557721. Available at:
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15575330.2018.1557721>.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira; OLIVERA, Margarita; VIEIRA, Clarice Menezes (Orgs.). **Economia feminista no Brasil: contribuições para pensar uma nova sociedade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023.

TOLEDO, Victor M. Agroecology. In: KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (orgs.). **Pluriverse: a post-development dictionary**. New Delhi: Tulika Books, 2019. p. 85–88.

TORNAGHI, Chiara; DEHAENE, Michiel. The prefigurative power of urban political agroecology: rethinking the urbanisms of agroecological transitions for food system transformation. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, [s. l.], v. 44, n. 5, p. 594–610, 27 maio 2020. DOI 10.1080/21683565.2019.1680593. Available at:
<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21683565.2019.1680593>.

UEM. Resolução nº 014/2017-CEP. Regulamenta as atividades internas do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo os Seres Humanos e revoga a Resolução 163/2003-CEP. [s. l.], 2017. .

UJC. Research for organizing: facilitator's guide and toolkit. New York, 2019. Available at: <http://www.researchfororganizing.org/>.

WALKER, Edward T. Social Movements, Organizations, and Fields: a Decade of Theoretical Integration. **Contemporary Sociology: A Journal of Reviews**, [s. l.], v. 41, n. 5, p. 576–587, 6 set. 2012. DOI 10.1177/0094306112457651b. Available at: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094306112457651b>.

WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. Allan Rodrigo de Campos Silva (Trad.): Editora Elefante & Igra Kniga, 2020.

WALTZ, Amber. The women who feed us: Gender empowerment (or lack thereof) in rural Southern Brazil. **Journal of Rural Studies**, [s. l.], v. 47, p. 31–40, out. 2016. DOI 10.1016/j.jrurstud.2016.07.009. Available at: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0743016716301413>.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, [s. l.], v. 15, n. 32, p. 157–170, dez. 2009a. DOI 10.1590/S0104-71832009000200007. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200007&lng=pt&tlng=pt.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009b.

WILLER, Helga; SCHLATTER, Bernhard; TRÁVNÍČEK, Jan; KEMPER, Laura; LERNOUD, Julia (Orgs.). **The world of organic agriculture: statistics & emerging trends 2020**. [S. l.]: Research Institute of Organic Agriculture FiBL and IFOAM-Organics International, 2020. Available at: <https://orgprints.org/id/eprint/37222/9/willer-et-al-2020-full-document-2020-02-28-4th-corrigenda.pdf>.

WILLER, Helga; TRÁVNÍČEK, Jan; SCHLATTER, Bernhard (Orgs.). **The world of organic agriculture: statistics & emerging trends 2024**. [S. l.]: Research Institute of Organic Agriculture FiBL e IFOAM – Organics International, 2024. <https://doi.org/https://orgprints.org/52272>.

WRIGHT, Erik Olin. **How to be an Anti-capitalist for the 21st Century**. [S. l.]: Verso Books, 2018. Available at: [https://www.ssc.wisc.edu/~wright/How to be an anticapitalist for the 21st century -- full draft, July 25 2018.pdf](https://www.ssc.wisc.edu/~wright/How%20to%20be%20an%20anticapitalist%20for%20the%2021st%20century%20--%20full%20draft,%20July%2025%202018.pdf).

YATES, Luke. Prefigurative Politics and Social Movement Strategy: The Roles of Prefiguration in the Reproduction, Mobilisation and Coordination of Movements. **Political Studies**, [s. l.], v. 69, n. 4, p. 1033–1052, 22 nov. 2020. DOI 10.1177/0032321720936046. Available at: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0032321720936046>.

ZELIZER, Viviana A. Human Values and the Market: The Case of Life Insurance and Death in 19th-Century America. **American Journal of Sociology**, [s. l.], v. 84, n. 3, p. 591–610, 1978. Available at: <http://www.jstor.com/stable/2778256>.

ZOMER, Robert J.; NEUFELDT, Henry; XU, Jianchu; AHREND, Antje; BOSSIO, Deborah; TRABUCCO, Antonio; VAN NOORDWIJK, Meine; WANG, Mingcheng. Global Tree Cover and Biomass Carbon on Agricultural Land: The contribution of agroforestry to global and national carbon budgets. **Scientific Reports**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 29987, 20 jul. 2016. DOI 10.1038/srep29987. Available at: <https://www.nature.com/articles/srep29987>.

ZUREK, Monika; INGRAM, John; SANDERSON BELLAMY, Angelina; GOOLD, Conor; LYON, Christopher; ALEXANDER, Peter; BARNES, Andrew; BEBBER, Daniel P.; BREEZE, Tom D.; BRUCE, Ann; COLLINS, Lisa M.; DAVIES, Jessica; DOHERTY, Bob; ENSOR, Jonathan; FRANCO, Sofia C.; GATTO, Andrea; HESS, Tim; LAMPRINOPOULOU, Chrysa; LIU, Lingxuan; MERKLE, Magnus; NORTON, Lisa; OLIVER, Tom; OLLERTON, Jeff; POTTS, Simon; REED, Mark S.; SUTCLIFFE, Chloe; WITHERS, Paul J.A. Food System Resilience: Concepts, Issues, and Challenges. **Annual Review of Environment and Resources**, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 511–534, 17 out. 2022. DOI 10.1146/annurev-environ-112320-050744. Available at: <https://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev-environ-112320-050744>.

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa conduzida por pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá (pesquisador responsável – Luísa Millan Rupp), com o título “Prefigurando Sistemas Alternativos de Produção e Consumo em base ecológica”, cujo **objetivo** é analisar como os produtores da agricultura familiar em base ecológica prefiguram sistemas alternativos de produção e consumo.

Sua participação é importante, e os benefícios dessa pesquisa serão sociais, mas não individuais, para cada um de seus participantes. Por favor, peça aos responsáveis pelo estudo para explicar qualquer palavra ou procedimento que você não entenda. O documento descreve o **objetivo, procedimentos, benefícios e eventuais riscos ou desconfortos**, caso aceite participar. Você pode recusar-se a participar ou retirar-se deste estudo a qualquer momento. Mediante sua liberação, as entrevistas serão gravadas em áudio, a fim de melhor captar os dados e possibilitar achados mais completos e consistentes. As gravações das entrevistas em áudio, depois de transcritas, serão destruídas, também visando atender a premissa de confidencialidade ao mesmo tempo em que satisfaz as necessidades da pesquisa. As informações referentes ao estudo só serão acessadas por pessoas autorizadas, e o uso é estritamente voltado à pesquisa científica, os dados expostos no relatório final dessa pesquisa serão codificados, a fim de preservar integralmente a identidade do entrevistado e manter a confidencialidade aqui firmada.

Considera-se que os **possíveis riscos ou desconfortos** decorrentes da participação na pesquisa são em menor grau, porém existentes. Destaca-se como possíveis riscos o desconforto gerado pelo tempo demandado nas entrevistas e a gravação em áudio das respostas. Além, por se enquadrar em entrevistas semiestruturadas, perguntas adicionais estritamente ligadas ao objetivo da pesquisa, a fim de exemplificações e instigações podem ocorrer, o que poderá ocasionar desconforto ou desagrado ao participante. Eu enquanto pesquisadora tomarei todas as providências para não constranger o participante, me comprometo a resguardar o anonimato e a segurança dos dados. Sendo que o participante pode se negar ou pode retirar a participação do projeto a qualquer momento.

Você deve responder as questões de acordo com a sua opinião. Assinando ou clicando no link de aceitação você concorda em participar dessa pesquisa. É importante e recomendável que

você tire e guarde um print desse termo para possível contato com os pesquisadores caso seja necessário. O tempo estimado de resposta é de 20 minutos. Caso seja menor de 18 anos, você não pode responder essa pesquisa. Qualquer dúvida entre em contato com o pesquisador abaixo:

Luísa Millan Rupp

e-mail: pg54749@uem.br

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. UEM-PPG-sala 4.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3011-4444

E-mail: copep@uem.br

APÊNDICE II

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM PRODUTORES RURAIS

INTRODUÇÃO

Apresentação da minha pesquisa...

Eu necessito gravar o nosso diálogo a fim de compor o meu banco de dados para futura análise, comprometo-me em resguardar o nome dos participantes do estudo. A entrevista consiste de algumas questões para as quais o senhor(a) poderá falar livremente.

(Em média 45 min, passou de uma hora encerrar)

Entrevistado: _____ Hora início: ____:____

Data: __/__/____ Hora fim: ____:____

PERFIL DO RESPONDENTE

Para iniciar, eu gostaria de saber um pouco mais sobre você (Nome, idade, escolaridade).

NÚCLEO FAMILIAR

1. Quantas pessoas MORAM com você?*

ACESSO A RECURSOS NATURAIS

2. A terra que você utiliza para produzir e vender é...? Há dificuldade no acesso?
3. A água que você utiliza para consumo e produção é...? Há dificuldade no acesso?

PRODUÇÃO

4. Quais as suas **principais atividades rurais**? Há quantos anos atua? Tem produção orgânica?
5. O que fez você atuar nesses cultivos?
6. A produção é suficiente para atender as vendas? Se não, tem estratégias para aumentar (ampliação da área plantada, estrutura)?
7. Quais os principais **problemas** com a atividade rural? (Ex. falta de apoio governamental, acesso –estradas, mercado incerto, problemas com mão de obra, pragas agrícolas, alta necessidade de recursos para investimento em estrutura, sucessão, qualificação técnica ou acompanhamento técnico)
8. O volume da sua produção varia bastante ou pouco? Há capacidade de recuperação após desafios? Se recupera logo total após os desafios? (RESILIÊNCIA)

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

9. Qual a diversidade de cultivos na sua produção vegetal?
10. Qual a diversidade de espécies na sua produção animal?
11. Há árvores na sua propriedade rural?

MERCADO

12. A comercialização é coletiva?
 - 12.1. Se sim, quais os principais conflitos/dificuldades de trabalhar de forma coletiva? Quais as principais vantagens/benefícios desta forma?
 - 12.2. De que forma vocês comercializavam antes de trabalhar com a agroecologia? O que vocês consideram como diferencial neste momento?
13. Vocês fazem a venda direta ao consumidor? Individual ou pelo grupo?
 - 13.1. Se sim, o que significa vender dessa forma para você?
14. Há produção animal ou vegetal que venda em redes?

14.1. Se sim, há quanto tempo participa? Qual o percentual de participação deste circuito na **composição total da renda**?

15. Como é feita a comercialização da produção? Onde vende?

Logística, escala, negociação

16. Quais são as dificuldades e facilidades para atender esse circuito? Periodicidade e regularidade de entrega.

17. Quem define o preço sobre os produtos para cada um dos circuitos? Como é definido?

Economia Solidária

18. Participa de Feiras, casa de sementes, trocas, doações?

Relação com o consumidor

19. O que significa para você o atendimento adequado ao consumidor de alimentos?

20. O que sustenta essa relação com o consumidor (confiança, amizade, negócios, compromisso, valores)?

21. Qual o conhecimento mais importante para trabalhar na venda direta?

22. O que o seu consumidor tem de especial dos demais? Ele compraria de outros agricultores?

23. Quais as preferências desse consumidor, tem havido mudanças ao longo do tempo?

24. Quais compromisso para o consumidor satisfeito? Como têm feito para atraí-lo a comercialização do **grupo**?

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

25. Participa de algum espaço de organização coletiva? Se sim, qual cargo? Comente

26. Qual a relação dos movimentos sociais nesses canais de comercialização? Quais as principais transformações?

27. Qual o motivo de fazer parte do grupo (Associação, Cooperativa)?

28. Como é a participação dos integrantes no grupo (Associação, Cooperativa)? Como participam das decisões?

29. No que o grupo (Associação, Cooperativa) se diferencia das outras que há na comunidade?

30. Você RECEBE/AJUDA o seu grupo para a sua produção ou venda?

31. Quem faz as decisões do que produzir em baixa escala, larga escala, diretorias, secretarias, tesouraria? (corte de gênero)

32. Qual a divisão do trabalho extrativista, doméstico, quintal, comercialização? (corte de gênero)

33. Participa de alguma REDE que fornece treinamentos, capacitações, cursos? Se sim, qual(is)? Comente

RENDA

34. A sua renda varia bastante ou pouco? Há capacidade de recuperação após desafios? Se recupera logo total após os desafios?

35. Possui acesso a crédito rural? É facilitado?

36. Possui acesso a seguros? É facilitado?

37. Como considera o apoio da comunidade? Homens e mulheres ajudam significativamente no enfrentamento de desafios? Dê exemplos

ACESSO A RECURSOS FINANCEIROS

38. Qual a principal fonte de renda da família?

39. Recebe algum benefício do governo?

VISÃO DE FUTURO

40. O que poderia ser melhorado em relação aos demais agricultores, agentes de governo, extensionistas? Recomendação

APÊNDICE III**ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO**

Atividade: _____

Data: __/__/____

Hora início: ____:____

Hora fim: ____:____

Descrição:

Espaço Físico:

Pessoas:

Relacionamento entre as pessoas (comportamento):

Assuntos discutidos entre os participantes (falas):

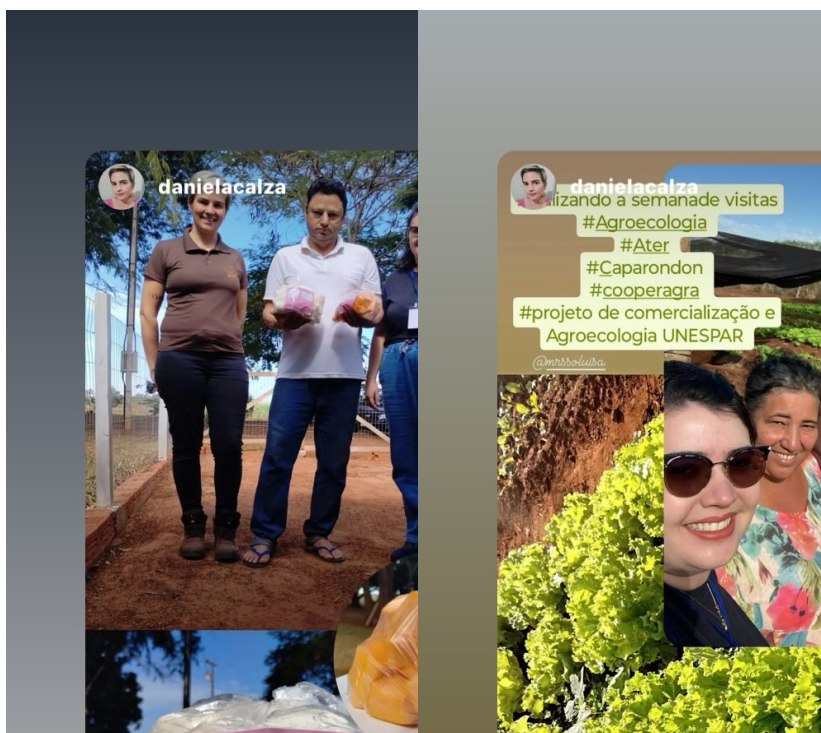
Reflexão:

Notas do pesquisador ou esclarecimentos necessários e ligações com a teoria:

APÊNDICE IV

As fotos tiradas a campo na condução de entrevistas e nos encontros do Projeto de Extensão: “Agroecologia Familiar: aproximando produtores e consumidores” revelam a parceria entre os participantes: agricultores familiares, extensão técnica e os pesquisadores universitários.

Fotos das entrevistas e propriedades rurais de Mariluz, maio/2024.



Registro nas redes sociais (Instagram) sobre o dia a campo do projeto, após a travessia nas propriedades rurais e a condução das entrevistas semiestruturadas entre 15 a 17/05/2024 em Mariluz, na casa das famílias agricultoras.

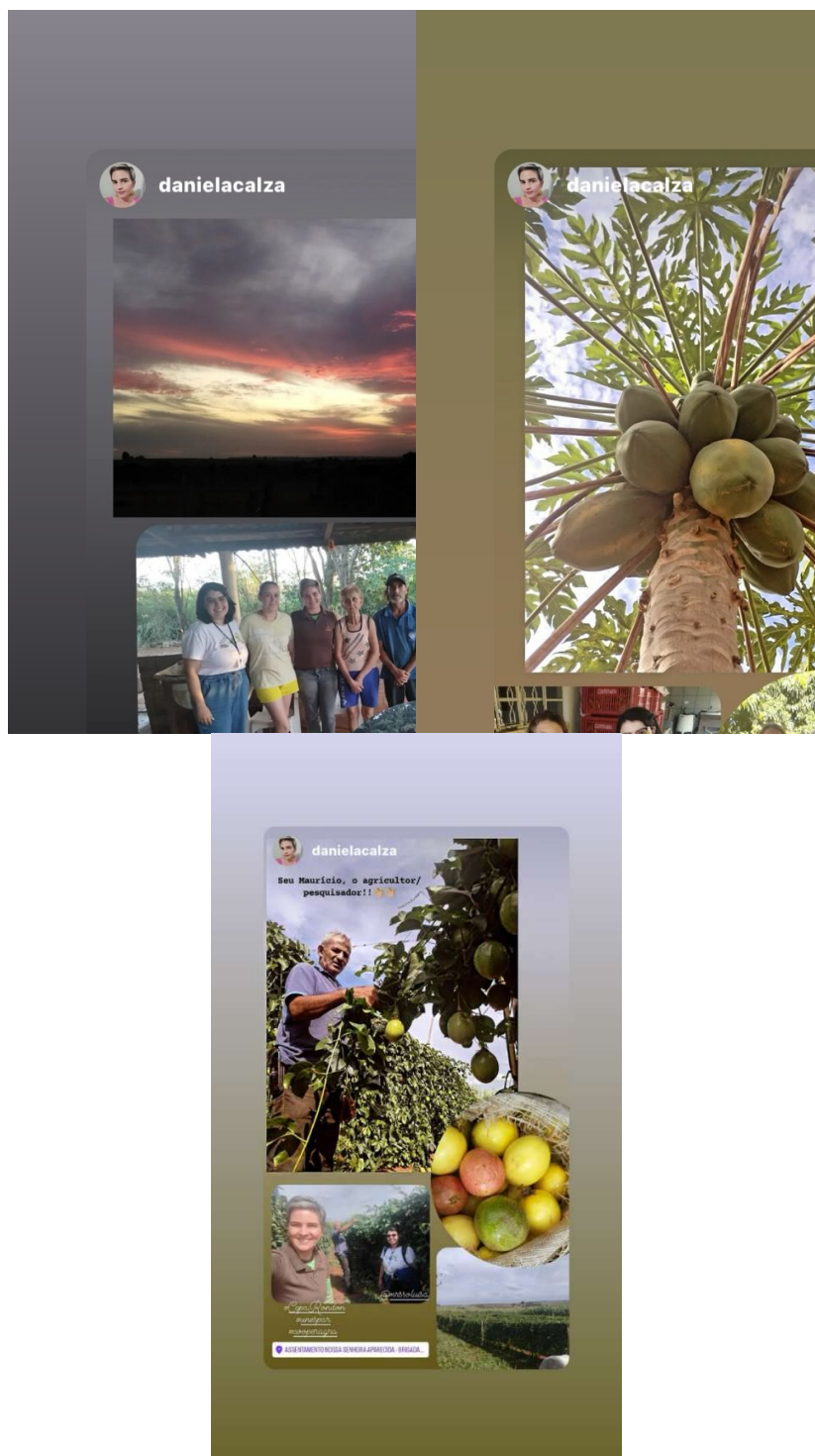


Foto após a travessia nas propriedades rurais e a condução das entrevistas semiestruturadas entre 15 a 17/05/2024 em Mariluz, na casa das famílias agricultoras.



Foto referente ao processo de entrevista semiestruturada em 16/05/2024 em Mariluz, na casa da família agricultora.



Foto das frutas, hortaliças e polpas de frutas recebidos de presente das famílias agricultoras que foram visitadas a campo em 17/05/2024 em Mariluz. Revelam a subsistência da agricultura familiar em produzir e consumir o próprio alimento.



Foto referente a dinâmica na comunidade e a equipe universitária organizado pelo Projeto de Extensão USF “Agroecologia Familiar: aproximando produtores e consumidores” em 18/12/2023 na sede da COOPERAGRA-Mariluz.

Fotos de algumas reuniões e encontros da equipe universitária

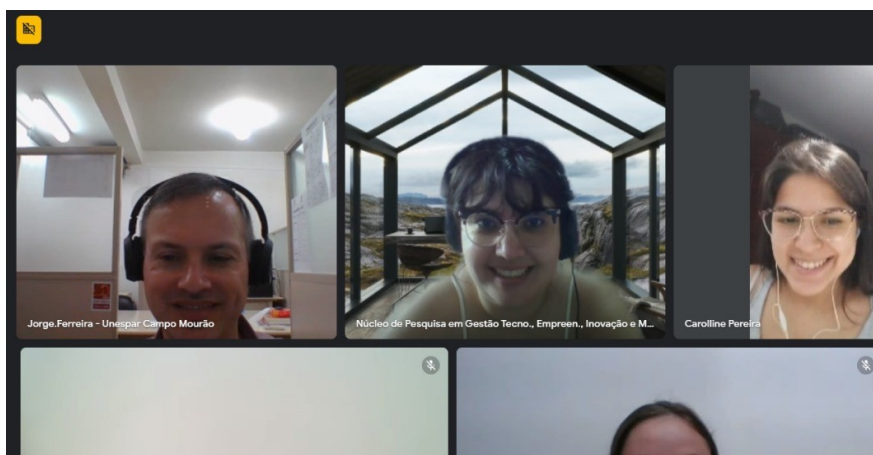




Foto referente a alguns encontros presenciais e reuniões online desenvolvidos pela equipe universitária. A exemplo da reunião no Google Meet® em 13/11/2023 e evento de divulgação a “Mostra de Projetos de Extensão UNESPAR e USF” em 05/04/2024 do projeto de extensão USF “Agroecologia Familiar: aproximando produtores e consumidores”, no campus de Campo Mourão.

**Mídias desenvolvidas pelo projeto de extensão “Agroecologia Familiar:
aproximando produtores e consumidores”**



Coleção Agroecologia Familiar

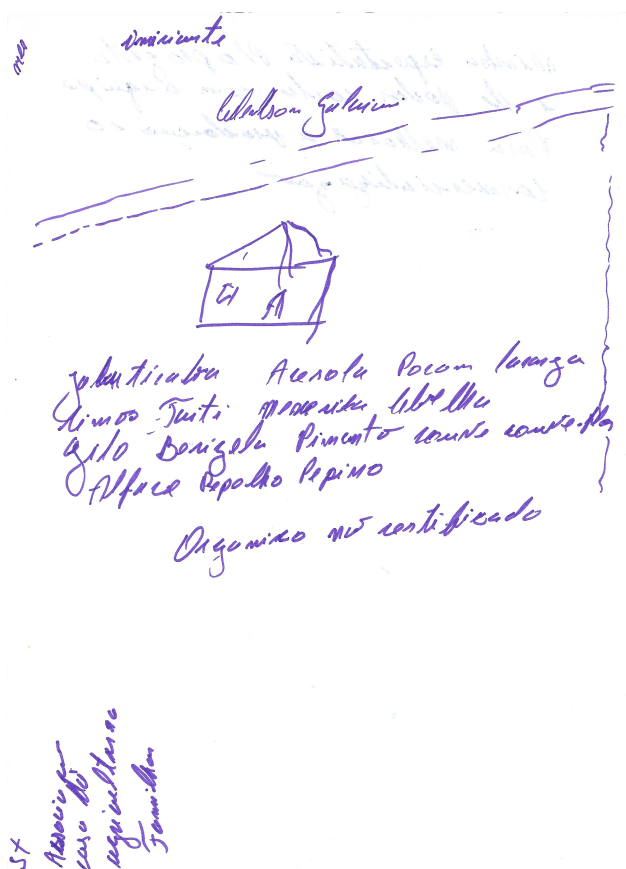


AGROECOLOGIA FAMILIAR
PRODUTORES E CONSUMIDORES

Projeto Agroecologia Familiar: Aproximando Produtores e Consumidores
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
Campo Mourão
E-mail: agroecologiaunespar@gmail.com

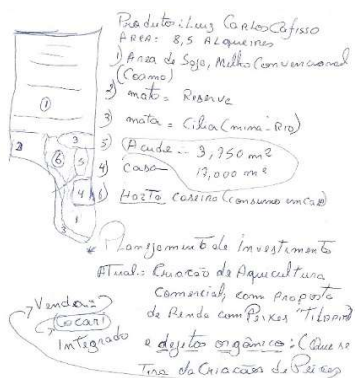
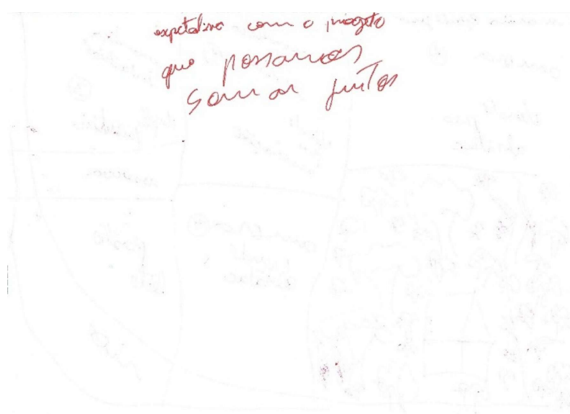


Fotos dos desenhos do mapa do agroecossistemas, Barbosa Ferraz, 23/10/2023.

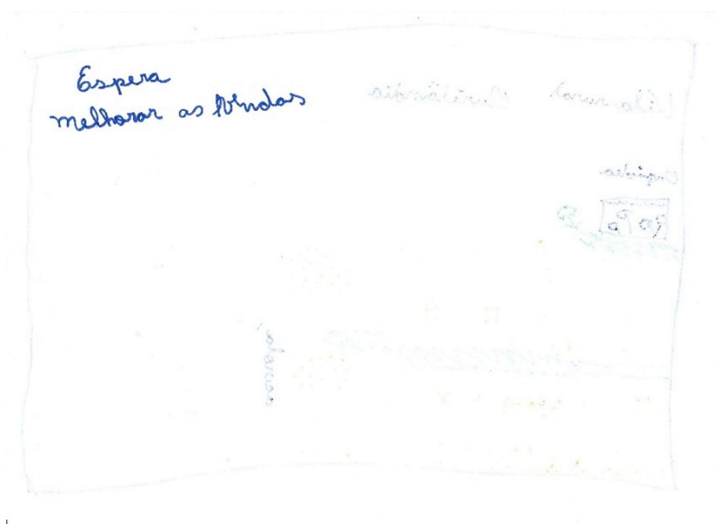


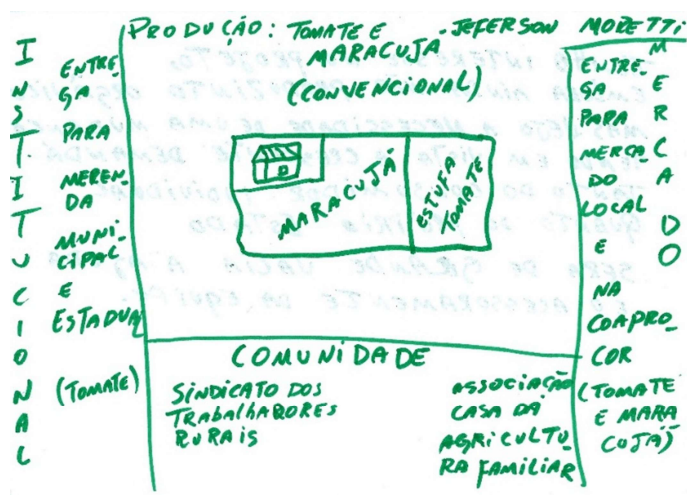
Minha expectativa do projeto
é de poder contar com a equipe
para melhorar a produção e o
comercialização





Expectativa Organização de Produção
Aumento de Produção
Luiz Carlos Afonso
Tel: 3333.30.9194
Wat SAP



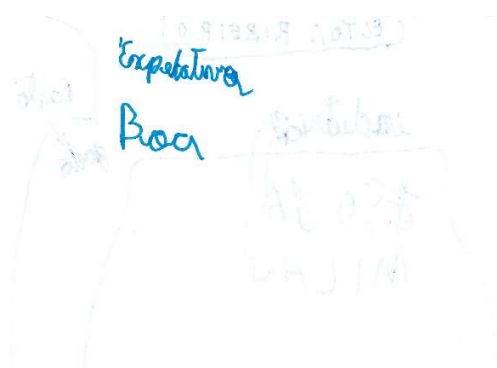
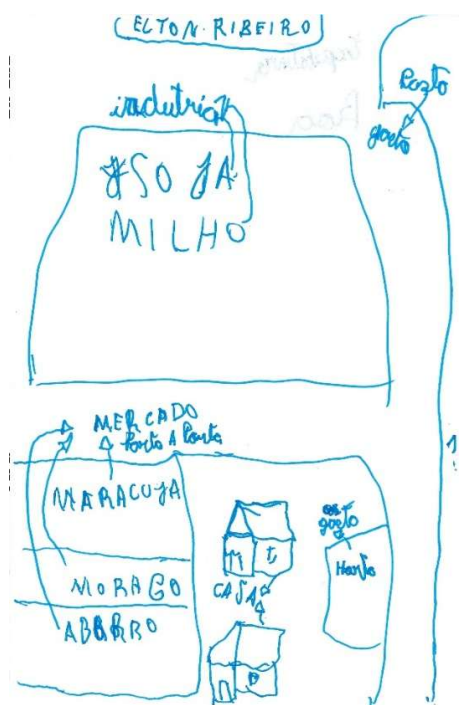


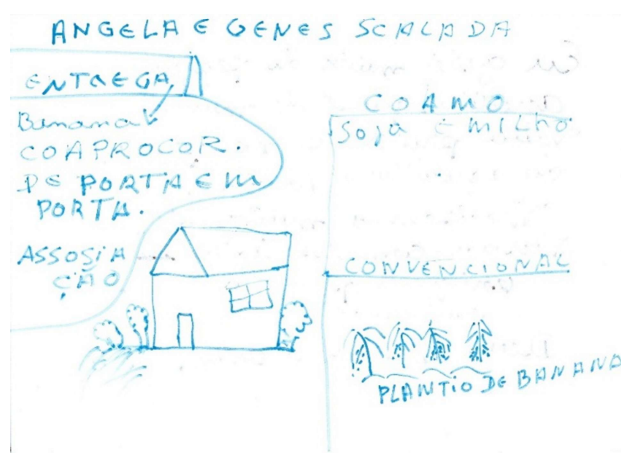
TEM O INTERESSE NO PROJETO,
EMBORA AINDA NÃO PRODUZINDO ORGÂNICO
MAS VÊJO A NECESSIDADE DE UMA MUDANÇA
TENDO EM VISTA A CRESCENTE DEMANDA
TANTO DO CONSUMIDOR INDIVIDUAL
QUANTO DO PRÓPRIO ESTADO
SERÁ DE GRANDE VALIA A AJUDA
E O ACESSORAMENTO DA EQUIPE.



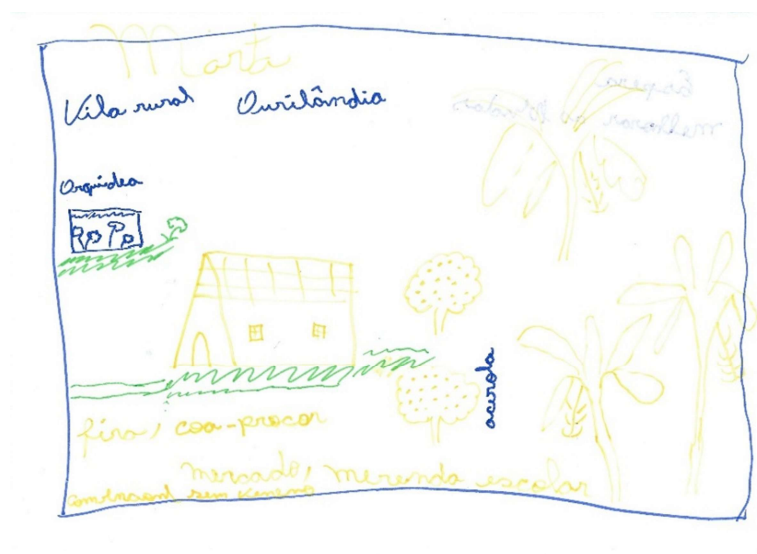
Expectativa

Espero que possamos
aprender muito com vocês
nesta troca de
experiência principal-
mente em comercialização





Eu gostei muito do projeto.
 Acredito que é de muita
 Valia pra todos nos produtores
 da agricultura familiar.
 Precisamos muito de
 pessoas com esse ideal
 brigada pelas
 informações.
 Deus abençoe a todos.



Sirval Alves Furtado

velocity in waveguide cannot
be smaller than velocity of light

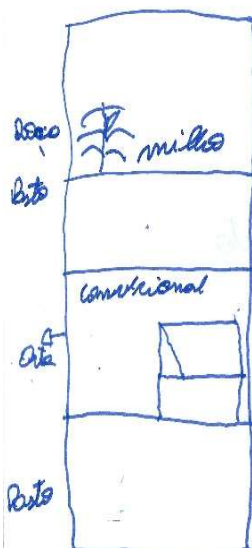
Produto Tornado
maracujá
Amora convencional
POUCHET Pretendo fazer
orgânica

Vendo em mercado
e na arrastioja na
loaproc

Planta também seja milho feio
trigo em áreas arredonda sendo me
COMO

temos interesse NO PROJETO
NÃO PRODUZ ORGANICO MAS
TEMOS INTERESSE

Edwin Minter



COMERCIO
merendo
merendo Exalar
como em case
ATEAD
Tinas

Buscar Ambientes